

DIÁLOGOS CIENTÍFICOS EM

CIÊNCIAS CONTÁBEIS



ORGANIZADORES:
Thyago Henriques de O. M. Freire
Márcia de Albuquerque Alves
Isabella Christina Dantas Valentim

ISBN: 978-65-5825-035-7

DIÁLOGOS CIENTÍFICOS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire
Márcia de Albuquerque Alves
Isabella Christina Dantas Valentim
(Organizadores)**

Centro Universitário – UNIESP

Cabedelo - PB
2021



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIESP

Reitora

Érika Marques de Almeida Lima Cavalcanti

Pró-Reitora Acadêmica

Iany Cavalcanti da Silva Barros

Editor-chefe

Cícero de Sousa Lacerda

Editores assistentes

Márcia de Albuquerque Alves
Josemary Marcionila F. R. de C. Rocha

Editora-técnica

Elaine Cristina de Brito Moreira

Corpo Editorial

Ana Margareth Sarmiento – Estética
Anneliese Heyden Cabral de Lira – Arquitetura
Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda
Érika Lira de Oliveira – Odontologia
Ivanildo Félix da Silva Júnior – Pedagogia
Jancelice dos Santos Santana – Enfermagem
José Carlos Ferreira da Luz – Direito
Juliana da Nóbrega Carreiro – Farmácia
Larissa Nascimento dos Santos – Design de Interiores
Luciano de Santana Medeiros – Administração
Marcelo Fernandes de Sousa – Computação
Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante – Ciências Contábeis
Maria da Penha de Lima Coutinho – Psicologia
Paula Fernanda Barbosa de Araújo – Medicina Veterinária
Rita de Cássia Alves Leal Cruz – Engenharia
Rogério Márcio Luckwu dos Santos – Educação Física
Zianne Farias Barros Barbosa – Nutrição

Copyright © 2021 – Editora UNIESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

Design Gráfico:

Mariana Morais de Oliveira Araújo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)**

D537 Diálogos científicos em ciências contábeis [recurso eletrônico] /
Organizadores, Thyago Henrique de Oliveira Madruga
Freire, Márcia de Albuquerque Alves, Isabela Christina
Dantas Valentim. - Cabedelo, PB: Editora UNIESP, 2021.
331 p.

Tipo de Suporte: E-book
ISBN: 978-65-5825-035-7

1. Produção científica – Ciência Contábeis. 2. Contabilidade
- Interdisciplinaridade. 3. Diálogos – Conhecimento científico. I.
Título. II. Freire, Thyago Henrique de Oliveira Madruga. III.
Alves, Márcia de Albuquerque. IV. Valentim, Isabela Christina
Dantas.

CDU : 001.891:657

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

Editora UNIESP

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,
Bloco Central – 2 andar – COOPERE
Morada Nova – Cabedelo – Paraíba
CEP: 58109-303

APRESENTAÇÃO

Esta obra se constitui da produção científica do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIESP. Sua elaboração contou com a colaboração dos(as) Professores(as) Orientadores(as, ou seja, a comissão responsável pela seleção dos artigos contemplados para compor esta obra referente aos Trabalhos de Conclusão de Curso do ano de 2020. Desta forma, o(a) leitor(a) pode encontrar nesta produção uma diversidade de temas e metodologias que justificam sua relevância tanto no campo social, quanto no acadêmico das Ciências Contábeis, o que pode vir a contribuir com as mais diversas e variadas pesquisas posteriores.

Uma excelente leitura a todos e todas!

Márcia de Albuquerque Alves

SUMÁRIO

1 A PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE SOBRE O ESOCIAL: UM ESTUDO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA – PB - Lindbergh dos Santos Silva; Mayra Cinara de Oliveira Tabosa	07
2 O PAPEL DO CONTADOR E O USO DA ARBITRAGEM EM COBRANÇAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - Fábio Carneiro da Cunha Amorim; Alexandre Dinoá Duarte Guerra	26
3 PERFIL DO INVESTIDOR BRASILEIRO NO MERCADO DE CAPITAIS - Daniel Gomes Guimarães; Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior	53
4 SPED E SISTEMAS DE FISCALIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM TEMPORAL DA PERSPECTIVA A PARTIR DO OLHAR DOS CONTADORES - Flaviano Ferreira de Lima; Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante	74
5 AUDITORIA INTERNA: PREVENÇÃO DE PASSIVOS TRABALHISTAS EM COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LOCALIZADA EM JOÃO PESSOA - Letícia Xavier Barbosa Sampaio; Rafael Batista Pereira de Oliveira	101
6 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA - Melise Souza dos Santos; Isabella Christina Dantas Valentim	118
7 PERCEPÇÃO DA PESQUISA BRASILEIRA SOBRE LUCRO PRESUMIDO - Natália de Moura Ferreira da Silva; Isabella Christina Dantas Valentim.	141
8 DECISÕES ORGANIZACIONAIS RELATIVAS A TRIBUTOS: INVESTIGAÇÃO SOBRE CRITÉRIOS DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO - Sandra Beatriz Budke; Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante	160
9 A PERÍCIA CONTÁBIL COMO FERRAMENTA NA PRODUÇÃO DE PROVA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO - Wellington Costa da Silva; Isabella Christina Dantas Valentim	182
10 DESAFIOS NA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL DA CIDADE DE JOÃO PESSOA EM TEMPOS DE PANDEMIA - Flávio José da Costa; Tatiana Falcão de Souza Fernandes	204
12 A AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS CONTÁBEIS COMO FONTE DE REDUÇÃO DE CUSTOS: UMA ANÁLISE NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DE JOÃO PESSOA – PB - Jefferson Felipe Barbosa Dos Santos; Ricardo da Silva Pereira	231
13 A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL – SIC: UM	259

ESTUDO NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DA CIDADE DE JOÃO
PESSOA-PB - Thiago Diniz da Silva; Darlan Oliveira Bezerra

14 ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO DE EMPRESAS DO SEGMENTO DE SEGUROS LISTADAS NA B3 - Darlange Pereira de Barros; Darlan Oliveira Bezerra 284

15 ANÁLISE DA CORRELAÇÃO ENTRE ENDIVIDAMENTO E SOLVÊNCIA DE UMA EMPRESA DE TECIDOS, VESTUÁRIOS E CALÇADOS COTADA NA BRASIL BOLSA BALCÃO (B3) - Kamila Emily da Silva Belizio Firmino; Darlan Oliveira Bezerra 311

A PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE SOBRE O ESOCIAL: UM ESTUDO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA - PB

Lindbergh dos Santos Silva¹
Mayra Cinara de Oliveira Tabosa²

RESUMO:

O eSocial é um projeto do Governo Federal criado com o objetivo de captar informações dos empregadores e contribuintes, relativos ao registro de trabalhadores. Para cumprimento das obrigações acessórias trabalhistas é necessário que o empregador informe a diversos órgãos essas informações. Com o intuito de facilitar este processo e tornar a informação mais tempestiva e fidedigna, o eSocial centraliza todas informações em uma única base de dados e a partir daí os órgãos interessados captam os dados convenientes. Os profissionais da contabilidade têm a obrigação de manter o controle do patrimônio das entidades, sendo assim é necessário que este profissional esteja atualizado sobre a legislação trabalhista e a correta forma de cumprir com todas as obrigações. Diante disto, esta pesquisa tem o objetivo de identificar a percepção do profissional contábil a respeito de como se deu o processo de implantação do eSocial. Para atingir o objetivo, foi realizado uma pesquisa de levantamento, ou *survey* com caráter quantitativo, atribuindo uma análise de estatística descritiva para tratamento dos dados coletados. Os resultados obtidos mostram que o nível de conhecimento dos contadores sobre o eSocial está relativamente aceitável, porém ainda há uma grande parcela que não tem conhecimento suficiente a respeito. Sobre o processo de implantação, pôde-se notar um nível de dificuldade relevante em todas as etapas. Por fim, verificou-se que as empresas já sentem o impacto da mudança, mas carecem do envolvimento dos gestores.

Palavras-chaves: eSocial, Contabilidade, Governo Federal.

ABSTRACT:

ESocial is a Federal Government project created with the objective of capturing information from employers and taxpayers regarding the registration of workers. In order to comply with the ancillary labor obligations, the employer must inform various agencies of this information. In order to facilitate this process and make the information more timely and reliable, eSocial centralizes all information in a single database and from there interested agencies capture the convenient data. Accounting professionals have an obligation to maintain control of the entities' assets, so it is necessary for this professional to be up-to-date on labor law and the correct way to comply with all obligations. Given this, this research aims to identify the perception of the accounting professional about how the eSocial implementation process took place. To reach the objective, a survey was conducted, or a

¹ Graduando do Curso de Ciências Contábeis Pelo Instituto de Educação Superior Da Paraíba – IESP
E-mail: berghsantos42@gmail.com

² Professora Orientadora, Graduada em Administração Pelo Instituto de Educação Superior Da Paraíba - IESP, Mestre em Engenharia de Produção Pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Especialização em Gestão de Pessoas pelo Instituto de Educação da Paraíba. E-mail: mayaratabosa@hotmail.com.

quantitative survey, assigning a descriptive statistical analysis to treat the collected data. The results show that the level of knowledge of eSocial accountants is relatively acceptable, but there is still a large portion that does not have enough knowledge about it. Regarding the implementation process, it was noted a relevant level of difficulty in all stages. Finally, it was found that companies already feel the impact of change, but need the involvement of managers.

Keywords: eSocial, Accounting professionals, Federal Government.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial, foi instituído pelo Decreto nº 8373/2014. É um projeto do Governo Federal que foi criado com o objetivo de captar informações dos empregadores e contribuintes, relativos ao registro de trabalhadores, suas remunerações e outras informações tributárias, trabalhistas e previdenciárias. (ESOCIAL, 2017).

Atualmente há várias declarações que são obrigatórias, seja mensal ou anual, em diferentes sistemas, formatos e vencimentos, tornando a informação, muitas vezes questionável, pois não há qualquer base ou sistema que permita comparações simultâneas. É possível prestar informações diferentes no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, na Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF, na guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social -GFIP e na Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, mesmo quando deveriam ser idênticas. (PACHECO FILHO E KRUGER, 2015).

Em virtude deste cenário, e aproveitando os avanços da Tecnologia da Informação, os órgãos vinculados ao Ministério da Economia como a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, projetaram o eSocial para atender a todas as obrigações pertinentes ao trabalhador e empregadores, captando as informações em um tempo mais ágil, de forma mais confiável e centralizando em um único banco de dados. (ESOCIAL, 2017)

A contabilidade tem como objetivo fornecer informações úteis de forma tempestiva aos usuários das informações, para isso o profissional contabilista além de apresentar as demonstrações financeiras, registrar os atos e fatos contábeis e exercer o controle sob o patrimônio da entidade, é essencial que esteja sempre atualizado com a legislação trabalhista, que constantemente altera as obrigações

acessórias, ou a forma de transmiti-las, prevenindo assim possíveis multas e redução de custos administrativos. (FABRETTI, 2017)

Seja em um escritório de contabilidade ou mesmo dentro de uma empresa, o contador tem a obrigação de estar alinhado com o departamento de pessoal para poder manter um bom gerenciamento da empresa que, segundo Thomé (2001), para o cliente, é o espelho de toda a empresa contábil, se o setor está bem os demais serviços também estarão.

De acordo com a resolução nº 02/2016 publicada no dia 31/08/2016, no Diário Oficial da União, a utilização do sistema (eSocial) passou a ser obrigatório, a partir do dia 08/01/2018, para as empresas com faturamento apurado, no ano de 2016, superior a R\$ 78 milhões, dando início ao processo de implantação.

Com o processo de implantação do eSocial já em vigor e tendo em vista o envolvimento dos profissionais contábeis no processo, questiona-se: Como o sistema do eSocial é avaliado pelo profissional da contabilidade? Para responder tal questionamento, esta pesquisa tem como objetivo principal avaliar o eSocial sob a ótica do profissional da contabilidade na cidade de João Pessoa – PB a respeito de como está sendo o processo de implantação do eSocial. Para isso também serão apresentados o conceito, os objetivos e as características do eSocial, sua operacionalização, e por fim, identificar a percepção dos contadores acerca do eSocial.

A temática torna-se relevante pois será possível entender, sob a ótica do profissional contábil, como se deu o processo de implantação, quais foram as principais dificuldades e os impactos causados às rotinas empresarias. Sendo assim, esta pesquisa irá contribuir para um melhor entendimento a respeito da implantação do eSocial, podendo servir de base para estudos futuros, bem como servir de orientação para inserção no sistema.

Enquanto fundamentação teórica, dialoga-se com Pacheco Filho e Kruguer que publicaram o livro *ESocial: Modernidade na Prestação de Informações ao Governo Federal* (2015), com Oliveira (2014) através de seu livro *eSocial Sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas*, e com os decretos publicados pelo Governo Federal. Quanto a metodologia, a pesquisa caracteriza-se como sendo de levantamento, ou *survey* com caráter quantitativo através da aplicação de um questionário para levantamento de dados com o tratamento de estatística descritiva.

Este estudo se estrutura com esta introdução, fundamentação teórica e metodológica, apresentação e discussão dos resultados e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESOCIAL

Conhecido como eSocial, o **Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas foi instituído pelo** Decreto nº 8373/2014. Esse sistema é uma nova forma de comunicação entre os empregadores e o Governo, que de forma unificada transmitirá, segundo eSocial (2017, N./P.) “todas as informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS.”.

Segundo Pacheco filho e Kruger (2015) o eSocial chegou com a missão de facilitar o cumprimento das obrigações do contribuinte, uma vez que o envio das informações em formato padronizado por um único canal, para um ambiente compartilhado entre os diversos órgãos da Administração Pública, elimina a transmissão da mesma informação mais de uma vez.

Os objetivos do eSocial são, de acordo com Oliveira (2014, p. 42), “viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas aos trabalhadores brasileiros; simplificar o cumprimento de obrigações; e aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e fiscais”.

Para Oliveira (2014) o sistema apresentado é uma forma de atuar com maior transparência entre Governo e empregador, o eSocial permite que os empregados possam gozar de seus direitos trabalhistas e previdenciários com mais rapidez e plenitude, e em consequência dessa transparência e rapidez da informação, reduz as fraudes nos sistemas trabalhistas e previdenciários brasileiros, trazendo assim um ganho para toda sociedade brasileira.

Para administrar o projeto do eSocial foi instituído **pelo** Decreto nº 8373/2014, em seu art. 5º o Comitê Gestor do eSocial, que é composto pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência Social, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS e o Conselho Curador do FGTS. O comitê tem a competência de estabelecer diretrizes para o funcionamento e a divulgação do ambiente

nacional; especificar, desenvolver, implantar e manter o ambiente nacional; promover a integração com os demais módulos do sistema; auxiliar e regular o compartilhamento e a utilização das informações armazenadas no ambiente nacional do eSocial; e aprovar o Manual de Orientação do eSocial e suas atualizações.

Os obrigados a aderirem ao eSocial, conforme o § 1º, incisos I, II, III e IV, do Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, são os empregadores, inclusive os domésticos, empresas ou os que forem a eles equiparados em lei, os segurados especiais, inclusive os prestadores de serviço, as pessoas jurídicas de direito público de todas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e por fim as demais pessoas jurídicas e físicas que pagarem ou creditarem por si rendimentos sobre os quais tenha incidido retenção do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF, ainda que em um único mês do ano-calendário.

2.1.1 Operacionalização do eSocial

Para poder implantar esse sistema de forma gradual, foi estabelecido um cronograma de implantação, onde os obrigados a aderirem foram divididos, inicialmente, em três grandes grupos e em cinco fases. O primeiro grupo ficou com as grandes empresas, que obtiveram o faturamento no ano de 2016 superior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), já o segundo grupo são as empresas com faturamento abaixo de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) e, por fim, o terceiro grupo constituído pelos órgãos públicos.

Para todos os grupos a implantação foi dividida em cinco fases. A primeira é relativa aos dados do empregador (empresa) e suas tabelas, como rubricas, horários, cargos e funções; a segunda fase é em relação aos dados dos trabalhadores e seus vínculos com a empresa, estes eventos são conhecidos como os “não periódicos”; na terceira fase torna-se obrigatório o envio da folha de pagamento, dando início aos eventos periódicos; na quarta fase, a substituição da GFIP; e por fim os dados de saúde e segurança do trabalhador. (ESOCIAL, 2017). Após o processo de implantação entrar em vigor, o cronograma de implantação sofreu algumas alterações, como podemos ver na figura 01.



Figura 01: Cronograma de Implantação
Fonte: (ESOCIAL, 2019, N./P.).

Conforme o cronograma estabelecido, as empresas deverão informar periodicamente as informações de forma digital para a plataforma do eSocial. Para receber estas informações, foi criado o Registro de Eventos Trabalhistas – RET, que é justamente um dos principais objetivos do projeto, centralizar as informações em uma única base de dados. Além disto foram criadas as Tabelas do eSocial e as Tabelas do empregador para poder funcionar o sistema e padronizar a informação enviada pelos empregadores. (PACHECO FILHO E KRUGER, 2015)

Afim de prevenir que possíveis eventualidades com os *softwares* (sistemas) dos empregadores venham impedir o cumprimento das obrigações legais em alguma situação de indisponibilidade, foi criado o módulo *Web Geral*, que é uma ferramenta de auxílio para controle dos eventos enviados ao ambiente nacional, sendo possível realizar alterações, exclusões e adições de eventos através do módulo. Vale salientar que o acesso só é permitido através de certificação digital. (ESOCIAL, 2019)

Segundo Pacheco Filho e Kruger (2015, p.18)

O eSocial adota o conceito de evento como meio de formalizar o registro dos atos que envolvem as relações existentes entre empregadores e trabalhadores, individualizando-os e dando-lhes personalidade própria e independência em relação aos demais eventos. Assim, para cada fato jurídico-trabalhista deve haver o correspondente arquivo de evento a ser

transmitido ao ambiente de processamento. Podemos então conceituar evento no eSocial como a informação ou o conjunto de informações que correspondem ao registro de um fato jurídico-trabalhista ou de um dos elementos que lhe dão sustentação

A transmissão dos eventos para o RET é feita através de um *software* que atende aos leiautes dos eventos do eSocial através do *webservice* (ferramenta de comunicação) e autenticada via Certificação Digital, salvo para os empregadores domésticos que podem acessar a ferramenta *Web Geral* do eSocial e gerenciar por lá as obrigações. O certificado digital, conforme eSocial (2019, N./P.):

É uma assinatura com validade jurídica que garante proteção às transações eletrônicas e outros serviços via internet, permitindo que pessoas e empresas se identifiquem e assinem digitalmente de qualquer lugar do mundo com mais segurança e agilidade.

De acordo com o Manual de Orientação do eSocial – MOS os eventos devem ser enviados em uma sequência lógica. Os eventos são divididos da seguinte forma:

1. Eventos iniciais: São os que identificam a empresa, serão transmitidos primeiro, sendo em sua essência o evento de cadastro. Esse evento contém todos os dados básicos do contribuinte, como: Sua estrutura administrativa, classificação fiscal, vínculos empregatícios, funções, cargos e horários.
2. Eventos de tabelas: São eventos que complementam os iniciais. Tais tabelas são responsáveis pelas informações que validam os eventos periódicos e não periódicos, otimizando a geração e o armazenamento dos arquivos transmitidos.
3. Eventos não periódicos: São acontecimentos na relação empresa/empregado que ocorrem sem ter uma data pré-fixada. São eventos que influenciam no cumprimento de obrigações trabalhistas, como alteração de salário, afastamento por acidente de trabalho, admissão, demissão, afastamento temporário por auxílio doença, entre outros.
4. Eventos periódicos: São eventos fixos, que tem data previamente definida para ocorrer, esses eventos compõem diretamente a folha de pagamento, a apuração das contribuições previdenciárias, imposto sobre a renda retido na fonte, entre outros. (MARQUES, 2018, p.24)

Para que os arquivos sejam recepcionados pelo RET, é necessário enviá-los numa ordem cronológica pré-estabelecida, de maneira geral, conforme figura 02.



Figura 02: Cronologia dos Eventos
Fonte: (TECNOSPEED, 2019, N./P.).

2.1.1 Relação do profissional contábil com o eSocial

O eSocial não é uma nova lei, porém estabelece prazos e altera a forma de envio das informações trabalhistas ao Governo. Como já mencionado neste artigo, a intenção do projeto é acompanhar de forma tempestiva como está acontecendo as relações trabalhistas. Para isto o contador deve estreitar a comunicação com a empresa para poder obter as informações em tempo hábil, o que, segundo Bezerra (2014), será uma grande dificuldade, pois a cultura brasileira de protelar as obrigações, principalmente as que tem relações com serviços públicos, está muito enraizada.

De acordo com Marion (2011, p.23):

O contador tem um papel fundamental no processo de comunicação de uma empresa pois ele é um comunicador em potencial, porque está em sintonia com todas as áreas. Além disso ele tem a função idêntica a de um repórter que busca informações, trata estas informações sem distorcê-las e as repassa fidedignamente.

Sendo assim, o contador deve estar constantemente atualizado a respeito do novo sistema para poder repassar as exigências da nova ferramenta a seus clientes, afim de evitar possíveis multas e complicações com o sistema. Segundo Silva (2018) é essencial que os contadores estejam abertos às mudanças e em busca do próprio conhecimento, capacitação e treinamento de toda sua equipe, afim de proporcionar um melhor serviço e informações confiáveis aos seus clientes.

Para termos um exemplo prático de como o eSocial impacta a rotina das empresas e dos contadores, temos o exemplo de uma admissão, onde o contador deve receber toda a documentação do empregado a ser admitido, junto com o exame médico admissional, um dia antes do empregado ficar à disposição da empresa, prazo este definido de acordo com o Manual de Orientação do eSocial. Esta obrigação quebra um paradigma bastante comum, que é a informação da admissão de forma retroativa ou irregular. (ESOCIAL, 2017)

Entretanto um dos maiores impactos trazidos pelo eSocial aos contadores são as modificações na forma de informar as obrigações acessórias. Atualmente totalizam em quinze o número dessas obrigações trabalhistas. Dentre elas estão a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados para controlar as admissões e

demissões de empregados sob o regime da CLT – CAGED, a Guia da Previdência Social – GPS, a Folha de pagamento, entre outras. (ESOCIAL, 2017)

Essas substituições tornam mais claras um dos objetivos do eSocial que é a diminuição do envio de informações para diversas bases. A figura 03 demonstra com clareza o que isso implica.

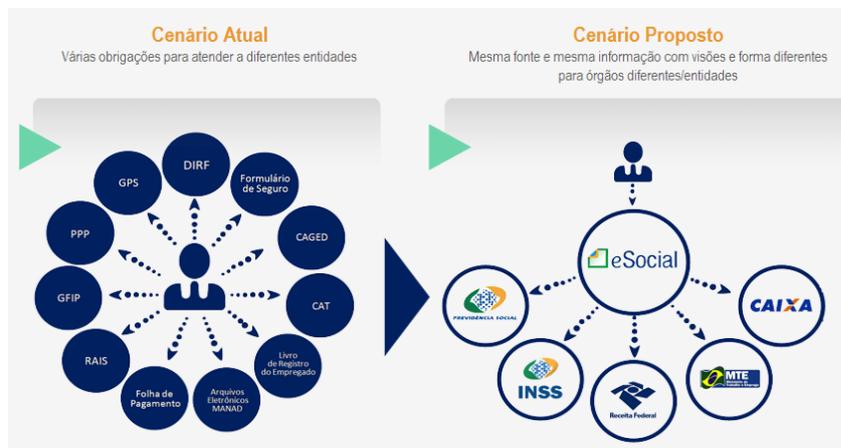


Figura 03: Cenário eSocial
Fonte: (MENTIUN 2017, N./P.)

Conforme o cronograma de implantação do eSocial, demonstrado na figura 01, a primeira guia a ser substituída será a GFIP, que contém as informações referentes aos recolhimentos e pagamentos do FGTS e INSS onde, atualmente, para as empresas dos grupos 1, 2 e 3, as guias relativas às contribuições previdenciárias já estão sendo geradas a partir da DCTFWeb e pagas através de um DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais. Porém, como a Caixa (órgão responsável pelo FGTS) ainda não apresentou o sistema que irá recolher as informações do eSocial, a GFIP continua em uso apenas para recolhimento do FGTS.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa, em razão do cumprimento de seu objetivo, caracteriza-se como sendo de levantamento, ou *survey*, ou ainda descritiva com caráter quantitativo. De acordo com Baptista e Campos (2018, p. 106) “por meio da pesquisa de levantamento objetiva-se chegar à descrição, explicação e exploração do fenômeno proposto. Ao fazer um levantamento, frequentemente se descreve como aparece naquela amostra aquele comportamento ou atitude”.

Para a coleta de dados foi aplicado um questionário (apêndice A) elaborado para a pesquisa com perguntas estruturadas em três etapas: informações gerais; avaliação geral do usuário; e análise da percepção dos clientes. Na primeira etapa, foi traçado o perfil dos respondentes, bem como o seu tempo de atuação. Na segunda etapa, realizou-se uma avaliação da percepção a respeito do nível de conhecimento sobre o eSocial, da sua operacionalização e da dificuldade em cada etapa de implantação. Na terceira e última etapa, foi questionado a percepção em relação ao envolvimento dos gestores das empresas (clientes) com o eSocial e o impacto causado dentro das empresas.

A ferramenta utilizada para elaboração do questionário foi o *Google docs*, sendo este enviado a inúmeros contadores por meio de aplicativos digitais como *Whatsapp*, *diretc* do *Instagram*, e-mails. Todavia, é válido ressaltar que embora tenha sido enviado em um número exaustivo para profissionais e grupos pelas redes digitais, recebemos de retorno o total 70 (setenta) respondentes. O tratamento dos dados foi feito através de estatística descritiva, utilizando o programa Excel.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta etapa serão apresentados os dados mais importantes desta pesquisa através dos resultados obtidos com a aplicação de um questionário junto aos profissionais de contabilidade na cidade de João Pessoa – PB em relação a percepção sobre o processo de implantação do eSocial.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

A respeito das características dos respondentes, verifica-se que 31 contadores pertencem ao gênero feminino que equivale a 44% dos respondentes e 39 ao masculino que representam 56% dos respondentes. Quanto à idade, observa-se que a maioria se enquadra na faixa etária de 18 a 25 anos, correspondendo a 36% dos respondentes, seguida da faixa etária de 26 a 35 anos, que somam 30% dos entrevistados. A faixa etária de 36 a 45 anos constitui 21% dos entrevistados, em seguida as idades entre 46 e 55 anos somam 9% dos entrevistados, e por fim os que apresentam idade superior a 55 anos totalizam apenas 4% dos respondentes. A

tabela 01 apresenta o tempo de atuação dos entrevistados em relação ao nível acadêmico.

TEMPO DE ATUAÇÃO X NÍVEL ACADÊMICO	
TÉCNICO	5
0 A 5 ANOS	2
6 A 10 ANOS	2
MAIS DE 30 ANOS	1
GRADUAÇÃO	38
0 A 5 ANOS	26
11 A 20 ANOS	3
6 A 10 ANOS	9
MESTRADO	10
0 A 5 ANOS	3
11 A 20 ANOS	3
21 A 30 ANOS	2
6 A 10 ANOS	2
PÓS-GRADUAÇÃO	16
11 A 20 ANOS	7
21 A 30 ANOS	4
6 A 10 ANOS	4
MAIS DE 30 ANOS	1
DOCTORADO	1
6 A 10 ANOS	1
Total Geral	70

Tabela 01: Tempo de atuação x nível acadêmico
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Observa-se que dentre os entrevistados apenas 5 são de nível técnico e não apresentam um padrão no tempo de atuação havendo uma variação de 0 a mais de 30 anos, já os que estão em nível de graduação representam 38 dos respondentes, uma significativa maioria em relação ao total geral, dos quais 26 estão no mercado de 0 a 5 anos, ainda entre os graduados 9 atuam no mercado de 6 a 10 anos e 3 já atuam de 11 a 20 anos.

Quant o aos que possuem pós-graduação totalizam 16 respondentes dentre os quais totalizam em 7 os que já tem de 11 a 20 anos de atuação, os que tem de 21 a 30 anos e 6 a 10 anos totalizam 8 e apenas 1 tem mais de 30 anos atuantes. A nível de mestrado totalizaram 10 respondentes e por fim há apenas 1 em nível de doutorado.

4.2 AVALIAÇÃO GERAL DO PROJETO ESOCIAL

Nesta etapa foi adotado um critério de avaliação para as respostas onde em cada questionamento o respondente atribuiu uma nota variando de 1 a 5, sendo 1 a

menor nota e 5 a maior nota. Foram feitas 7 perguntas neste nível, partindo de uma avaliação macro sobre o eSocial para uma visão micro, avaliando cada etapa do processo de implantação. Também buscou-se avaliar de modo geral o sistema que cada um utiliza para transmitir as informações, bem como o canal disponibilizado pelo o eSocial para conferência das informações, o Web Geral.

A maioria dos respondentes avaliaram seu conhecimento a respeito do eSocial com as notas 3 e 4 totalizando 61,43%, o que demonstra que eles consideram seu conhecimento de mediano a bom. Os que avaliaram seu conhecimento entre as notas 1 e 2 somaram 30% do total, trazendo um dado preocupante tendo em vista a necessidade do conhecimento sobre o assunto, por fim apenas 8,57% avaliaram com nota 5 o seu nível de conhecimento, o que indica que poucos são os contadores que demonstram ter um profundo entendimento a respeito do eSocial. A figura 03 traz uma melhor visualização dessa situação.

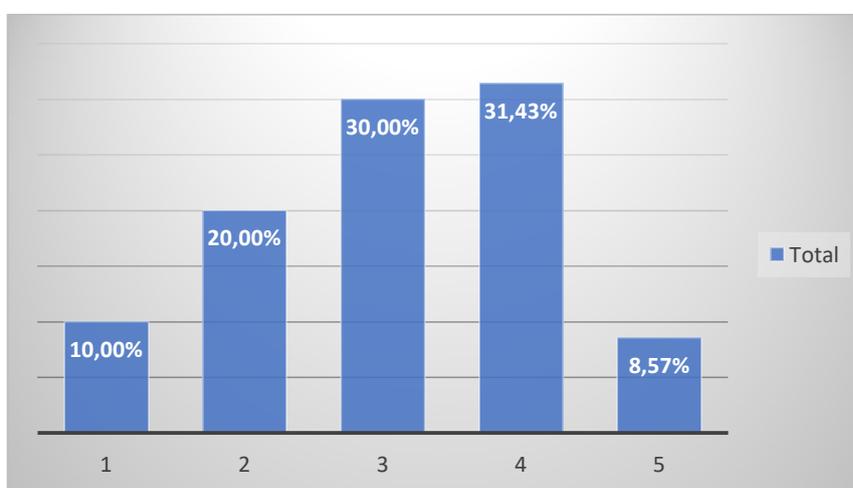


Figura 04: Avaliação do conhecimento sobre o eSocial
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O *Web Geral* foi avaliado sob a perspectiva de sua operacionalização conforme apresentado na figura 05. A maioria dos respondentes avaliaram a operacionalização desta ferramenta com nota 3, totalizando 42,86% das respostas, o que pode ser considerada uma avaliação regular, devido ao pouco de tempo de uso da ferramenta. Em seguida 31,43% dos respondentes avaliaram com nota 4, trazendo uma boa perspectiva da ferramenta. Os que avaliaram com nota 2 ou 1 totalizaram em 20% do total e apenas 5,71% avaliaram com nota máxima a ferramenta. De modo geral, a operacionalização do *Web Geral* teve uma avaliação positiva.

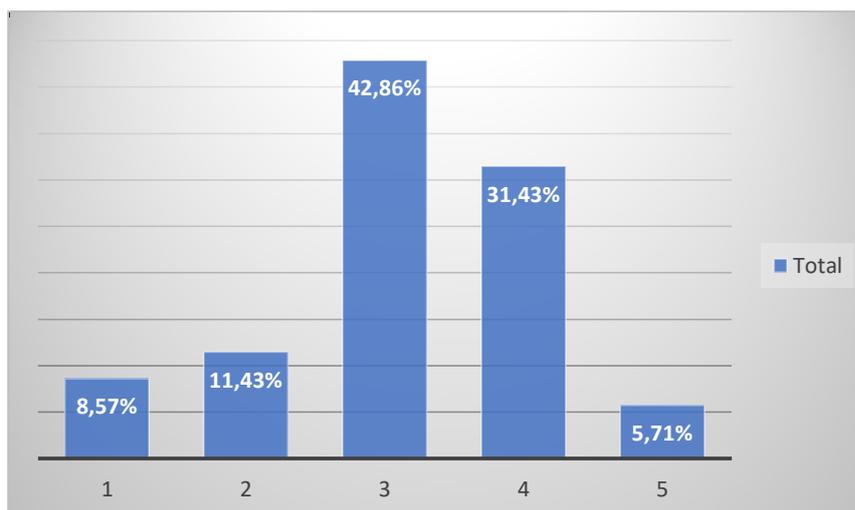


Figura 05: Avaliação sobre o Web Geral
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

De acordo com a figura 06 os sistemas utilizados para o envio dos eventos ao eSocial foram avaliados de forma majoritária com nota 3 obtendo 45,71% do total das respostas, um dado que pode ser avaliado de forma relativamente positiva, levando em conta que o tempo de adequação dos sistemas é pequeno em relação ao tempo de implantação do eSocial e suas constantes alterações. Avaliaram com nota 4 um total de 25,71% e com nota 5 um total de 10% das respostas obtidas, reafirmando a avaliação positiva dos sistemas. Apenas 10% atribuíram a nota mais baixa ao sistema que utiliza e 8,57% atribuíram nota 2.

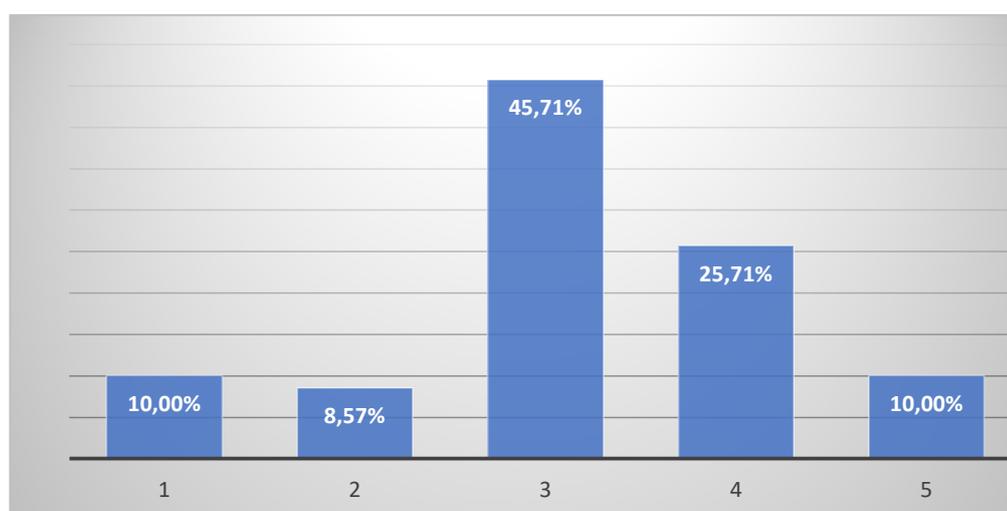


Figura 06: Sistemas utilizados para transmissão dos eventos ao eSocial
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A respeito do nível de dificuldade de implantação do eSocial foram questionados inicialmente sob uma perspectiva geral, onde obteve-se dados que

levam a crer que o processo teve um nível de dificuldade elevado pois 80% dos respondentes atribuíram notas maiores ou iguais a 3. Sendo 4 a nota mais atribuída representando 31,43% do total, em seguida a nota 3 obteve um resultado de 30%, praticamente igual à nota 4 e por fim 18,57% responderam com nota 5. Apenas 20% consideraram que o processo não foi difícil, avaliando com notas 1 e 2. A figura 07 mostra de forma mais clara a distribuição das respostas a este quesito.

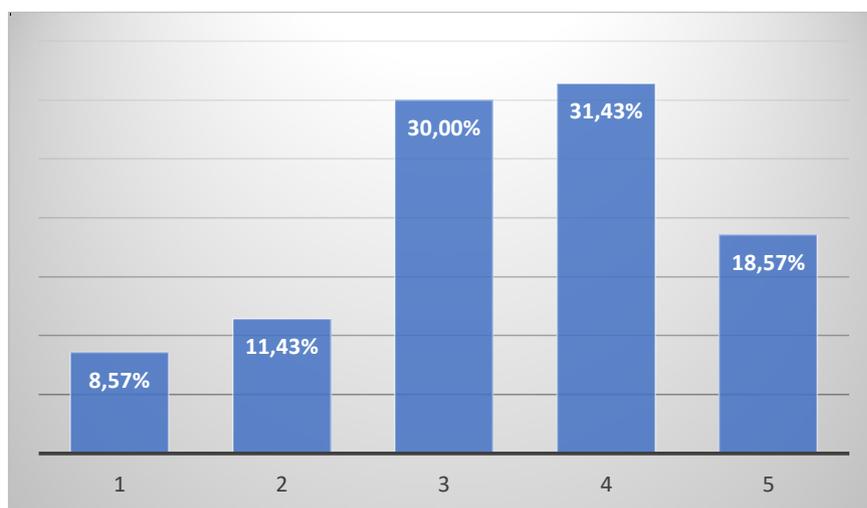


Figura 07: Nível de dificuldade da implantação do eSocial
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Afim de buscar uma percepção mais detalhada das etapas do processo de implantação levando em conta a divisão dos eventos em periódicos, não-periódicos e de tabela, questionou-se o nível de dificuldade em cada etapa.

A figura 08 apresenta o comportamento de forma comparativa entre cada etapa. Observa-se que as repostas tiveram comportamento semelhante na maioria das notas atribuídas, porém vale ressaltar que os eventos de tabela obtiveram um quantitativo de nota 1 mais elevado em relação às outras etapas, o que pode ser um indício de uma maior facilidade neste primeiro momento da implantação.

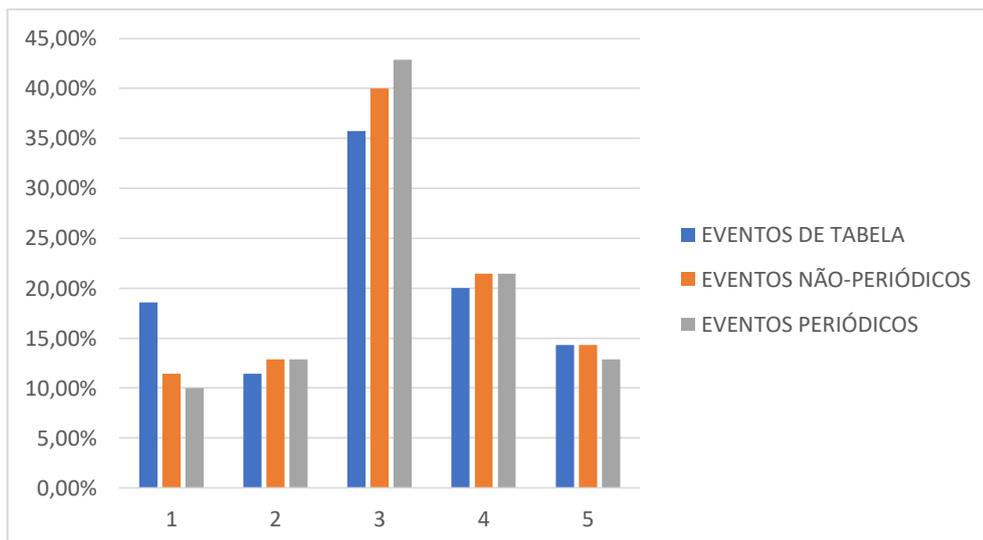


Figura 08: Comparação entre as etapas
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Houve também uma pequena diferença no comportamento da nota 3 onde os eventos periódicos obtiveram maior elevação na porcentagem total. É válido evidenciar que nos eventos de tabela houve uma maior concentração das notas menores que 3, totalizando em 30%, que difere em média de 7% a mais das outras etapas, o que pode ser mais um indicativo de ter sido uma etapa um pouco mais fácil dentro do processo de implantação. Os eventos periódicos e os não-periódicos obtiveram resultados bastante semelhantes, levando a crer que ambos apresentaram o mesmo ou semelhante nível de dificuldade.

4.3 PERCEPÇÃO DOS CLIENTES

Neste tópico foram abordadas perguntas com repostas de múltipla escolha referentes à percepção dos contadores de como o eSocial está impactando as empresas em suas rotinas de obrigações trabalhistas, os possíveis benefícios e dificuldades já apresentados no processo de implantação, bem como o envolvimento dos gestores com a nova ferramenta. É importante destacar que os clientes referidos são empresas.

Em relação ao impacto do eSocial dentro das empresas, os resultados apontam que o eSocial está trazendo melhorias para as empresas na perspectiva de cumprimento das obrigações trabalhistas, apontamento fundamentado pelo total de 38,57% das respostas obtidas, porém 17,14% dos respondentes disseram que está

causando transtornos, o que pode ser relacionado com a dificuldade de implantação. Para 31,43% dos respondentes, o eSocial está afetando as rotinas trabalhistas e apenas 12,86% responderam que não está afetando as rotinas.

A respeito do envolvimento dos gestores das empresas sob a visão dos contadores, foi possível identificar que a maioria não demonstra interesse sobre o projeto, apenas querem que as obrigações sejam cumpridas, somando um percentual de 42,86% das respostas, o que apresenta um resultado preocupante, tendo em vista a necessidade de readequação da empresa como um todo inclusive da gestão.

Ainda assim, verificou-se um total de 30% afirmando que os gestores têm um interesse parcial sobre a nova obrigação, e ainda 15,71% apontaram que eles até demonstram interesse, mas não estão dispostos a se readequar. Apenas 11,43% das repostas obtidas disseram que estão completamente dispostos a se adequarem.

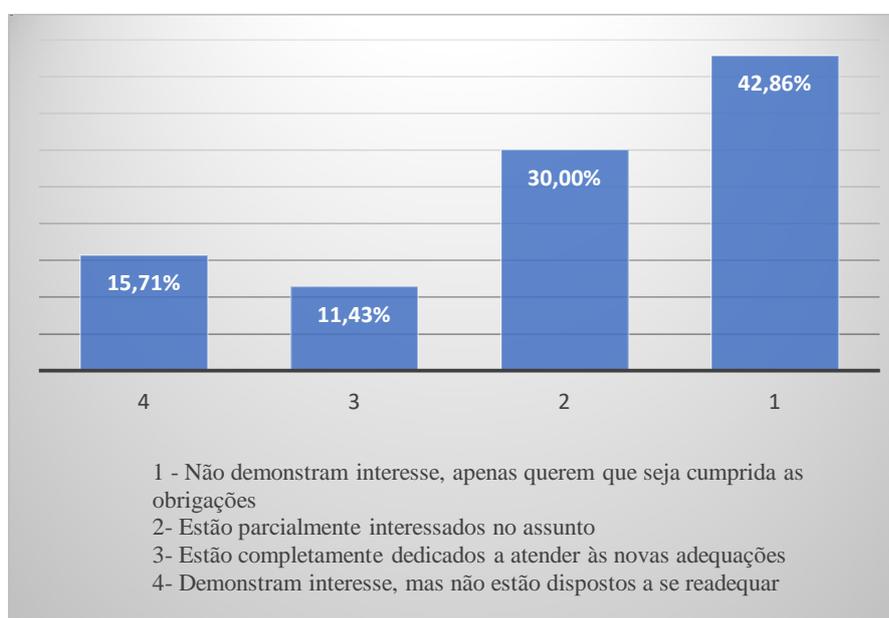


Figura 09: Envolvimento dos gestores
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A figura 09 traz de forma clara o comportamento do envolvimento dos gestores, que apresentam um resultado realmente preocupante considerando que 88,57% das respostas obtidas trazem uma estimativa do não envolvimento ou interesse apenas parcial dos gestores, que são os responsáveis por administrar a empresa como um todo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar a percepção dos profissionais contábeis da cidade de João Pessoa – PB a respeito do processo de implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias (eSocial).

Foram obtidas 70 respostas através de um questionário aplicado por uma plataforma online. Quanto a metodologia, foi realizada uma pesquisa descritiva de levantamento ou *survey* fazendo uso de uma abordagem quantitativa.

Em relação ao nível de conhecimento dos contadores a respeito do eSocial, a maioria avaliou com notas 4 e 3 em um total de 61,43% das respostas, porém 30% responderam com notas 2 e 1, o que pôde-se entender que há uma boa parcela dos contadores que ainda não tem conhecimento suficiente para cumprir as obrigações na nova ferramenta.

Quanto ao nível de dificuldade obtido no processo de implantação, os respondentes avaliaram de maneira expressiva com notas maiores ou iguais a 3, somando 80% do total das respostas. Com este dado é possível deduzir que foi um processo relativamente difícil, levando em conta que, apesar da maioria ter dito que tem conhecimento sobre o assunto, encontram dificuldades para implantar o projeto.

Em busca de entender a dificuldade de forma mais detalhada, foi analisada cada etapa em particular do processo de implantação. Curiosamente foi obtido um resultado semelhante ao analisado sob uma perspectiva geral, porém houve um comportamento diferente para a primeira etapa, os eventos de tabela. Observou-se que houve um maior número de respostas com nota 1 (menor nota) em relação as demais etapas, dando a entender que houve uma maior facilidade nesta etapa.

Foi analisada a percepção sobre o impacto causado aos clientes, ou seja, às empresas com a chegada do eSocial. Estima-se, diante dos resultados obtidos, que o projeto já está trazendo melhorias, reflexo direto da finalidade do eSocial que, segundo Pacheco filho e Kruger (2015), veio para facilitar as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais. Também foi coletado dados referentes ao envolvimento dos gestores, que apresentou resultado preocupante, visto que, sob a perspectiva dos respondentes, apenas 11,43% estão realmente dedicados a conhecer e aderir ao projeto.

As limitações encontradas para a realização desta pesquisa se deram ao pouco de tempo para a captação dos dados e ao baixo retorno das respostas dos questionários enviados, que apesar de ter sido feito através de plataforma digital e enviado por diversos canais digitais e em grande quantidade, não foi possível obter um grande quantitativo de respostas.

Diante disso, é possível concluir que apesar da relevância do projeto e da sua obrigatoriedade para cumprimento das obrigações acessórias, ainda há muitos profissionais da contabilidade que não estão a par do assunto, ou que precisam melhorar seus conhecimentos. Também foi possível identificar que há um nível de complexidade relevante para implantação e adequação ao sistema. Por fim foi analisado que o projeto já traz melhorias para as empresas, porém ainda há a necessidade de maior envolvimento dos gestores.

Com este conteúdo apresentado, foi possível responder o problema proposto e seu objetivo de pesquisa. Este estudo não pretende findar o assunto, mas ser fonte inspiradora para futuros trabalhos e pesquisas na área.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Makilin Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. **Metodologias de pesquisa em ciências** : análises quantitativa e qualitativa.- 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

BEZERRA, Fernanda Sobreira Duarte. **Obrigações acessórias no departamento pessoal com a implantação da EFD- Social**: um estudo da percepção dos gestores dos escritórios de contabilidade em Campina Grande – PB. 2014. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2014. Campina Grande, 2014. Disponível em: <
<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/10284/1/PDF%20-%20Fernanda%20Bezerra%20Ara%C3%BAjo.pdf>> Acesso em: 27 nov. 2019

CONCEIÇÃO, Talita Silva Costa. **O E-SOCIAL NA ATUAÇÃO DO CONTADOR**. 2014. 33 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Ciências Contábeis, Faculdade Padrão de Aparecida de Goiânia, Aparecida de Goiânia, 2014. Disponível em: <
<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/16139/1/PDF%20-%20%20Silvana%20Maria%20Ezequiel%20da%20Silva.pdf>> Acesso em: 27 nov. 2019.

ESOCIAL. (Org.). **Conheça o eSocial**. 2017. Disponível em: <<http://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o>>. Acesso em: 02 out. 2019.

ESOCIAL. (Org.). **Manual do Usuário Web Geral**. 2019. Disponível em: <<http://portal.esocial.gov.br/institucional/manual-web-geral>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. – 16. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. – 8. ed. - [3. reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2019.

MARION, José Carlos. **Livro Contabilidade Empresarial**. 9ª Edição. São Paulo: Atlas S.A., 2011.

MARQUES, Rafael de Paula. **Percepção sobre A Adoção Do E-Social: Na Rotina Do Setor Pessoal Da Sede Regional De Uma Cooperativa De Crédito**. - João Pessoa, 2018.

OLIVEIRA, Aristeu de. **eSocial - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas: manual prático**. São Paulo: Atlas, 2014.

PACHECO FILHO, José Gomes; KRUGER, Samuel. **eSocial: Modernidade na prestação de informações ao governo federal**. São Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, Silvana Maria Ezequiel da. **E-Social: implantação e impactos nas relações trabalhistas, sob a ótica do profissional de contabilidade**. 2018. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro, 2018. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/16139>> Acesso em: 29 nov. 2019.

THOMÉ, Irineu. **Empresas de Serviços Contábeis: Estrutura e Funcionamento**. São Paulo: Atlas, 2001.

O PAPEL DO CONTADOR E O USO DA ARBITRAGEM EM COBRANÇAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Fábio Carneiro da Cunha Amorim¹
Alexandre Dinoá Duarte Guerra²

RESUMO

A contabilidade conta com um vasto e organizado sistema de informações para facilitar um ambiente de ampla concorrência e eficácia. A partir disso, a contabilidade, passa a ter importante papel na sociedade. Cumpre-se como finalidade, a emissão de relatórios e demonstrações contábeis. O contador passará a ter papel de administrador e organizador em relação aos registros de operações, não tratando apenas do enfoque legal, mas principalmente, do gerenciamento de suas atividades. Contudo, este profissional encontra-se em destaque, com contribuição para a diminuição do custo econômico provocado pelas transformações oriundas da população. Com este propósito, através de pesquisa bibliográfica e quantitativa, têm-se como objetivo central deste estudo a análise do contador junto à utilização da arbitragem como meio de cobrança de crédito tributário, que decorre do nascimento da obrigação tributária oriunda da ocorrência de um fato gerador. Portanto, a arbitragem tributária merece atenção pois apesar de não ser um meio direto para solução da crise de gerenciamento de processos, por não ser um instrumento tão abrangente em termos numéricos, é uma resposta à crise de acesso à justiça, porque representa uma forma de impugnar o crédito tributário e efetivar melhor o contraditório através de uma justiça especializada e mais econômica.

Palavras-chave: Contabilidade. Crédito. Tributação.

ABSTRACT

Accounting has a vast and organized information system to facilitate a highly competitive and effective environment. From this, accounting, has an important role in society. The purpose is to issue reports and financial statements. The accountant will have the role of administrator and organizer in relation to the transaction records, not only dealing with the legal approach, but mainly with the management of its activities. However, this professional stands out, contributing to the reduction of the economic cost caused by the transformations arising from the population. For this purpose, through bibliographic and quantitative research, the main objective of this study is to analyze the accountant with the use of arbitration as a means of collecting tax credit, which results from the birth of the tax obligation arising from the occurrence of a generating event. Therefore, tax arbitration deserves attention because, although not a direct way to solve the process management crisis, because it is not such a comprehensive instrument in numerical terms, it is a response to the crisis of access to justice, because it represents a way of challenge the tax credit and better effect the adversary through a specialized and more economical justice.

Keywords: Accounting. Credit. Taxation.

1 INTRODUÇÃO

O cenário mundial está atravessando um período de alterações nos aspectos sociais, políticos e econômicos. Diante de todas estas turbulências, o mercado tomou-se mais competitivo e tecnologicamente evoluído.

A Lei nº 9.307/96, que trata da seriedade de convenção arbitral e seus efeitos, proporciona aos litigantes a garantia que suas eventuais demandas sejam solucionadas por pessoas com conhecimento, sigilo, rapidez e eficiência, causou um grande impacto na sociedade jurídica. A partir dela, o Brasil mostrou para a comunidade internacional, estar aberto a novas práticas.

Em relação a arbitragem, ela irá ser caracterizada como questão essencial a problemática da constituição da força da norma jurídica internacional relacionada aos negócios protagonizados pelas grandes companhias.

Transportando esse entendimento para o âmbito da Lei nº 9.307/96, podemos articular, como faz Carmona (2009), com toda a propriedade que lhe é inseparável, que prestigiou em grau máximo e de modo claro o princípio da autonomia da vontade, de forma a evitar incertezas na aplicação da Lei.

Os enfrentamentos podem ser apreendidos no exame das mobilizações ao redor da criação da Lei da Arbitragem, diante de investimento na didática da expertise, assim como nos problemas e no caráter elementar do reconhecimento da prática da arbitragem no Brasil. Assim, esse modelo de justiça aparece em legitimação, visto que sua prevalência em relação à justiça estatal na resolução de litígios negociais é pouco reconhecida tanto no espaço econômico como no espaço jurídico.

A contabilidade possui como objetivo primordial gerar informações econômicas importantes e relevantes, por meio de relatórios bem elaborados, para que o usuário da informação possa tomar decisões e comportar-se diante das adversidades do mercado econômico-financeiro com segurança.

Entende-se que não basta só a implantação de um sistema contábil automatizado, já que este não participa ativamente da vida da empresa nem está adaptado à realidade na qual ela está inserida.

Portanto, é necessário a presença de um profissional capacitado, comprometido com o seu trabalho, que tenha o domínio do conhecimento contábil para que exista uma visão crítica associada a vivência no ambiente empresarial.

Para obter êxito no mercado, as empresas necessitam de profissionais competentes, capazes de fornecer informações relevantes e precisas que auxiliem no processo de planejamento, controle e tomada de decisão pelos administradores.

Para se manterem atuantes e garantirem o sucesso nos negócios, é fundamental para as empresas fomentar seu desenvolvimento organizacional. É nessa etapa que surge a obrigação da envoltura por parte do contador, auxiliando os gestores na melhor compreensão do andamento dos processos da empresa.

Logo, se aprofundar nas causas que debilitam a situação da empresa, a má gestão, o processo de tomada de decisão sem fundamentos e análises sem informações adequadas é a principal razão dos problemas enfrentados (CORONADO, 2012).

A arbitragem tributária representa uma expansão no diálogo e ao incentivo da democracia participativa, pois possibilita a densidade do resultado competente do processo através de um método mais especializado.

Na condição de gestor público e protetor do bem comum, não cabe ao gestor público abrir mão dessa atividade arrecadatória que lhe é confiada, por mero querer, considerando-se que, nos moldes do art. 3º do CTN (Código Tributário Nacional) refere-se a uma atividade vinculada.

A ruptura de paradigma caracterizada pela de judicialização do conflito tem conquistado espaço no Brasil, como ilustram as alterações legislativas ocorridas em 2015, com destaque para o Novo Código de Processo Civil, a alteração da lei de arbitragem e a regulamentação da mediação pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) através da edição da Regulamentação nº 125, pelo CNJ (GIANETTI, 2017).

Desta forma, a problemática deste estudo é a implementação da arbitragem como meio alternativo de cobrança de créditos tributários no Brasil e analisar o papel do contador neste instrumento.

Para responder a esse problema que se coloca, objetiva-se debater o papel do profissional da Contabilidade, diante da conjuntura atual, destacando a responsabilidade social, ética e legal nas empresas, investigando a arbitragem como meio solucionador de conflitos tributários e como um método apropriado para imprimir uma resolução concreta, célere e satisfatória para pelo menos parcela das lides de matéria tributária.

Todavia, este estudo se justifica pela eficácia da arbitragem como alternativa para cobrança de créditos tributários e como o contador pode auxiliar na mediação para litígios tributários.

O método utilizado para a construção deste artigo é a descritiva, com abordagem quantitativa. A metodologia usada no recolhimento das informações compreendidas ao longo do trabalho foi através de legislação e jurisprudência, assim como estatísticas do CNJ – Conselho Nacional de Justiça, notícias, artigos e dados da internet.

A justificativa do trabalho se dá a partir do valor do tema para o Poder Público em geral, por servir como alternativa para demandas judiciais de cobrança de crédito tributário, bem como para o sistema contábil por ser uma área que pode ser trilhada pelo profissional da contabilidade.

Portanto, a arbitragem representa um mecanismo mais especializado para solução de cobrança de créditos tributários e com a presença do contador *expert* em matéria tributária, garantindo decisões técnicas fundamentadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O tributo previsto no art. 3º do Código Tributário Nacional tem sua definição oficial lavrada nos seguintes termos:

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

O tributo consiste na expropriação do patrimônio privado pelo ente estatal (BERNARDES, 2009). Assegurado pelo devido processo legal, conforme Albert Hensel (1956), deve estar ordenado pelos princípios inerentes ao Estado de Direito, disponibilizando-se ao contribuinte um procedimento de alívios jurídicos como contrapartida à unilateralidade da imposição.

A obrigação tributária sobrevém da ocorrência de um fato gerador, instante esse em que nasce a incumbência de liquidar o tributo, assim tem-se como fato gerador a situação estabelecida em lei como substancial e suficiente à ocorrência do crédito tributário.

O fato gerador é, portanto, o acontecimento de fato, prenunciado na lei, que ao suceder no caso concreto, faz com que, através da manifestação do direito ocorra a origem da obrigação tributária, podendo ser obrigação principal ou acessória.

Ele possui 03 (três) elementos básicos, a saber: legalidade, referido a exigibilidade do crédito; economicidade, que diz respeito ao enfoque econômico do fato tributável, que busca maior resultado com o menor custo; e causalidade, que liga à consequência ao efeito, do fato gerador.

A obrigação tributária tem por seu objeto o crédito tributário, que se torna líquido e certo a partir do seu lançamento, previsto no art. 142 do CTN – Código Tributário Nacional. Tal obrigação constitui-se num vínculo jurídico momentâneo entre o sujeito ativo, chamado também de credor, e o sujeito passivo, chamado também de devedor, que tem por objeto uma prestação pecuniária. Assim, havendo credor e devedor, já é constitui-se o crédito.

Portanto, gerado o crédito tributário juntamente surge a obrigação tributária.

2.1 CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Segundo nos ensina Carvalho (2004, p. 362-363), o crédito tributário é “o direito subjetivo de que é portador o sujeito ativo de uma obrigação tributária e que lhe permite exigir o objeto, representado por uma importância em dinheiro”.

Por meio do art. 139 do CTN, o crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a natureza desta, a seguir, o crédito será a própria obrigação formalizada pelo lançamento. A obrigação tributária surge com a ocorrência do fato gerador (art. 113, § 1º, CTN).

O crédito tributário é crédito público e pertencente de toda a coletividade. A ineficácia dessa exigência é um prejuízo crítico suportado pelo Estado e, assim, por toda a sociedade. Essa ineficácia, largamente divulgada, pode ser decorrente de vários fatores, tais como: a) inacreditável quantidade de processos; b) a deficiência de capital humano à disposição para a validação dos procedimentos necessários e; c) sua correta condução.

Este crédito nasce da obrigação e é por meio da constituição de que a obrigação tributária ilícita e incerta se torna certa, líquida e exigível na data, prazo e condições previstas em lei (MACHADO, 2002).

O lançamento tributário consiste em um dispositivo administrativo próprio da autoridade administrativa, que tende a examinar o acontecimento do fato gerador e a matéria tributável, a estabelecer o montante e reconhecer o sujeito passivo.

Sendo assim, Seixas Filho (1988, p. 03-07) apresenta:

Frente ao artigo 142, lançamento tributário é o "nomen juris" reservado para o ato praticado pela administração fiscal que torna líquido e certo o tributo devido por um determinado contribuinte. Para efeito de cumprimento ordinário do dever jurídico de pagamento do tributo, como foi visto anteriormente, o legislador pode optar entre conferir ao Fisco o encargo de liquidar o tributo através do procedimento do lançamento por declaração, artigo 147 do C.T.N., ou encarregar o sujeito passivo de pagar o tributo por sua própria conta e risco, nos moldes do artigo 150. Nestas condições, para o cumprimento ordinário do dever tributário principal, não é indispensável o procedimento administrativo do lançamento tributário, sendo certo que, no presente momento, a maioria absoluta dos tributos não é arrecadada através de lançamento tributário. [...] O que caracteriza substancialmente o lançamento tributário é o grau de certeza jurídica conferido por um órgão da administração fiscal competente para tal, suficiente para liquidar e exigir o pagamento do tributo. Apesar do artigo 150 do Código Tributário Nacional, o lançamento tributário não é um ato jurídico imprescindível para o pagamento de todos os tributos, nem necessário para que o Fisco possa cobrar, administrativa ou judicialmente, o tributo devido, bastando para isto, que exista um título jurídico hábil formado pelo próprio contribuinte. Exigindo a lei que o próprio contribuinte faça o acertamento, liquidação e pagamento do tributo, sem auxílio direto do Fisco, será uma questão de conveniência da administração fiscal decidir sobre a oportunidade, ou não, de conferir a correção do pagamento feito. Devido ao aumento do universo dos contribuintes, não é mais possível, no Brasil, quer à União, aos Estados e aos grandes municípios, examinar expressamente a exatidão de todos os pagamentos de tributos, cujo acertamento e liquidação seja da responsabilidade do devedor.

Tanto o lançamento tributário bem como as possibilidades de extinção do crédito tributário são fatos jurídicos regulados por regras jurídicas de direito público, onde o Fisco não pode utilizar livremente de sua escolha, nem para instituir o crédito tributário, nem para tratar sobre a sua extinção. Assim a constituição e a desconstituição do crédito tributário independem da livre vontade das partes, pois estão atreladas aos meios previstos na legislação que rege o direito tributário.

2.2 MEIOS DE COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Uma vez constituído o crédito tributário, a lei elenca meios para sua cobrança. As cobranças de créditos tributários empregados no Brasil possuem características diversas. O mais usual é o processo de execução fiscal, regulado pela Lei 6.830/80, denominado meio direto de cobrança.

É possível ainda relatar os meios indiretos de cobrança, que subordinam a prática de alguns atos ou o exercício de determinada atividade ao pagamento de tributos.

Nessa classificação, cita-se como exemplo, a condição de certidão negativa de débitos tributários, condição exigida para a extinção das obrigações do falido; a concessão de recuperação judicial, e a formalização de contrato com o Poder Público ou a atuação em concorrência pública.

Embora o ordenamento jurídico já contenha uma legislação específica proposta a regulamentar a execução da dívida ativa tributária da Fazenda Pública, isso não pode ser impeditivo à publicação de outras leis relativas à mesma matéria, não sendo coerente, portanto, que os Tribunais e os doutrinadores continuem a qualificar indiscriminadamente como sanções políticas as diretrizes instituidoras de métodos alternativos de cobrança de tributos (CASTRO, 2015).

A execução fiscal deve ser afrontada como garantia extraordinária do crédito tributário, garantia de natureza processual, sem qualquer primazia sobre outras que por acaso venham a ser colocadas pela legislação infraconstitucional.

Nesse contexto, as inúmeras procuradorias têm realizado, desde 2010, diversas modalidades alternativas e adicionais ao simples ajuizamento da ação fiscal, a exemplo do protesto da CDA – Certidão de Dívida Ativa, em cartórios extrajudiciais, pouco tempo atrás chancelado pelo Supremo Tribunal Federal, e a inserção do nome dos endividados nos diversos cadastros de inadimplentes.

Essa medida, não discutindo sua regularidade e validade, tem se demonstrado bastante eficaz. O índice de satisfação dos créditos tributários se amplia, com seu uso, mais de 15 vezes, passando a percentual de satisfação próximos de 20% (CASTELLANI, 2018).

Verifica-se, portanto, uma inclinação consolidada pelas diversas fazendas públicas, de tal instrumento. Seu acolhimento decorre de sua facilidade operacional, ausência de custos, inexistência de utilização de capital humano, celeridade da resolução da medida e alto grau de efetividade. Persistindo no ponto de que ainda não estudado sobre a validade do uso de tais instrumentos, é inegável sua eficiência.

2.3 DIREITO COMPARADO: A ARBITRAGEM EM PORTUGAL

O termo direito comparado refere-se conjuntamente à uma matéria jurídica que estuda as desigualdades e as semelhanças entre os direitos de jurisdições distintas (incluindo suas, jurisprudências, doutrinas e legislações), e a um modo de trabalho ou pesquisa que equivale em comparar elementos de variados direitos, com propostas distintas. Nos dois os casos, a relevância do direito comparado aumentou substancialmente na atualidade, assinalada pela internacionalização e pela globalização.

Ao analisar o ramo de estudo do Direito Comparado, Ivo Dantas (2000, p. 61-62) o divide em dois mostradores bem definidos: o primeiro grupo intitulado de objetivos pessoais; o segundo, profissional, conforme se verifica na passagem abaixo:

Pelo primeiro, ao qual denominados de objetivos pessoais, visa-se uma maior satisfação intelectual daquele que lança mão dos estudos sobre os sistemas jurídicos estrangeiros para verificar a forma como os fatos sociais, econômicos e políticos estão sendo tratados por outros povos. O objetivo, pois, é meramente subjetivo, cultural. O segundo grupo de finalidades – em nosso entender – pode ser denominado de profissional e encontra-se mais ligado à Técnica e Política Jurídica ou mesmo Política Legislativa, oferecendo os elementos necessários à análise, por parte dos operadores do Direito, para melhor compreensão de institutos jurídicos – sobretudo aqueles que foram recepcionados pelo sistema nacional – existentes em outros ordenamentos, exatamente porque, queiramos ou não, assistimos, nos dias atuais, a uma tendência de universalização dos conceitos no campo da Ciência Jurídica.

Com relação a aplicação ao direito nacional, busca-se um estudo visando a possibilidade de introdução da norma internacional à norma brasileira através de estudos que abordam a: interpretação, aplicação e inclusão no ordenamento jurídico.

A propósito das funções concernentes à construção de diretrizes de aplicação subsidiária, Carlos Ferreira de Almeida (1998) elucida que certos tratados internacionais utilizam de forma subsidiária à sua aplicabilidade princípios gerais comuns aos ordenamentos jurídicos envolvidos no pacto transnacional.

Outro aspecto onde o Direito Comparado tem gerado grande interesse, especialmente nos dias que correm, é a colocação de entendimento do panorama internacional. Essa parte se realiza pelo intercâmbio de um País com o outro, com a finalidade de conhecer o ordenamento jurídico diverso, em toda sua complexidade.

No que concerne à cobrança de crédito tributário e seus meios alternativos utilizando o Direito Comparado, encontramos exemplos de procedimentos que são empregados em outros países. Portugal é um exemplo.

No País, foi estabelecida uma lei específica sobre arbitragem, devendo servir como experiência para os demais países.

Em Portugal, a resolução de conflitos tributários em que se utiliza do instrumento da arbitragem, é realizada através da escolha de um árbitro definido pelas partes ou atribuído pelo CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa, que solucionam os litígios nas mesmas condições e com o mesmo valor jurídico de decisão judicial.

A Lei de Arbitragem Tributária (LAT) tem propósito de resolver de maneira simples e célere as demandas entre contribuinte e o Estado, a fim de minimizar o número de processos judiciais. A arbitragem é feita em chamados tribunais arbitrais, que é composto por um árbitro, nas demandas em que o contribuinte não indicar um juiz, além do valor da causa ser inferior a 60 mil euros, e nos demais casos será composto por três árbitros.

Segundo Fábio Grillo, presidente da Comissão de Direito Tributário da OAB-PR – Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraná, apud Livia Scocuglia (2014), “a experiência de Portugal com os tribunais arbitrais adveio no fim de 2009 em decorrência da crise europeia, pois havia uma grande insolvência fiscal, levando Portugal a um grande estoque de dívida ativa e assim adotou esse método para potencializar as cobranças de créditos tributários. Agora, mais de 500 procedimentos arbitrais foram feitos em cinco anos, uma média altíssima”, alega.

Portanto é possível a adoção um sistema alternativo de cobrança de crédito tributário, a exemplo da arbitragem, como meio de aliviar o judiciário e facilitar a solvência fiscal.

2.4 ARBITRAGEM NO BRASIL

A arbitragem pode ser disposta como uma espécie alternativa de solução de litígios em que se busca solucionar aqueles que concentre direitos patrimoniais disponíveis.

Sendo assim, ela surge como um meio de solucionar conflitos de interesses sem a obrigatoriedade de se utilizar da máquina do Poder Judiciário.

No Brasil, a Lei nº. 9.307/96 é quem regulamenta a arbitragem, tratando dos preceitos gerais e seu procedimento.

A utilização do instrumento da arbitragem como meio alternativo de solução de conflitos não é uma inovação no Direito Tributário, porém em termos de cenário internacional no emprego de tributos, as técnicas arbitrais tiveram seu início no século XIX, quando houve um pensamento crescente na legislação e na doutrina para a instituição de tribunais de natureza arbitral.

A arbitragem foi muito defendida como meio de solução de conflitos para tanto, segundo Catarino e Fillipo (2015):

O FMI e a ONU criaram, no âmbito das respectivas esferas, textos convencionais reguladores de conflitos em matéria fiscal internacional. A Lei-Modelo sobre a Arbitragem Comercial Internacional (...) constituiu um importante fator de harmonização dos regimes nacionais da arbitragem transnacional. Para além dela, existe hoje a Convenção sobre Conciliação e Arbitragem no quadro da Conferência para a Segurança e Cooperação-CSCCE, concluída em Estocolmo em 15 de dezembro de 1992. A ONU, de resto, consagra na sua Convenção Modelo para evitar a dupla tributação, o procedimento amigável como forma de resolução de conflitos.

Nos dias atuais, a tendência é que os Estados implantem a arbitragem em diversas áreas e campos, inclusive como meio de solução de conflitos com a finalidade de extinguir o litígio em âmbito tributário.

A arbitragem está presente no Brasil desde quando foi apresentada pelos colonizadores portugueses, que utilizavam este método para pacificar os conflitos existentes. Assim, fica visível a importância da evolução da arbitragem, para a história do Brasil.

Adentrando no campo da contabilidade, com o advento da Lei da Arbitragem, surge um novo campo de trabalho para os contadores e técnicos em contabilidade. Para esses profissionais, abre-se o caminho para a função de árbitro e perito contábil. Além disso, o trabalho do perito-contador é muito parecida com a atividade desempenhada pelo árbitro, (SILVA, 2005), pois através de conhecimento técnico tenta mediar acordo entre os litigantes.

Não obstante de ser considerada uma das atividades no vasto campo de atuação profissional contábil, a arbitragem não é mencionada no Decreto-Lei nº. 9.295, de 27 de maio de 1946, que trata das atribuições do profissional contábil. Tanto a profissão de economista quanto a de administrador, que são regulamentadas pelas Leis nº. 1.411/51 e nº. 4.769/65, demonstram a competência

dos profissionais que utilizam da arbitragem em relação a assuntos diretos da sua própria área de atuação. Portanto, cabe ao contador, se aprofundar para conquistar o seu espaço dentro da arbitragem (BECKE, 1999).

No Brasil, tem-se uma perspectiva de progresso da arbitragem, na dimensão em que seus frutos se revelem aceitáveis. Todavia, seu alcance ainda é restringido às empresas ou pessoas físicas que possuem maiores condições aquisitivas, sendo assim praticamente estranha da população mais carente. A arbitragem exige a contratação dos árbitros e isto pode inviabilizar a procura pelos que dispõem de poucos recursos. Sendo assim, pende a ficar cerceada a conflitos empresariais.

O Estado brasileiro vigilante à necessidade de criar outros foros para a pacificação de sua sociedade e para a resolução de controvérsias, patrocinou, a geração do Juízo Arbitral, tendo como intenção agilizar os processos e simplificar o acesso à Justiça, criando um foro competente às causas que envolvem questões de direito patrimonial, relações internacionais ou matérias de alta complexidade, causas estas que o Poder Judiciário não está totalmente aparelhado.

No que tange especificamente sobre os avanços na implementação da arbitragem tributária no Brasil, tramita no Senado Federal o Projeto de Lei nº 4.257/19, que pretende alterar a lei de execuções fiscais (Lei nº 6.830/80), e implementar no Brasil o instituto da arbitragem tributária.

Nas justificativas do mencionado projeto de lei, observamos dados que fundamentam a regulamentação do meio alternativo estudado.

Dados divulgados em 2018 pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, ano-base 2017, constam que o Poder Judiciário possuía um acervo de 80,1 milhões de processos de execuções fiscais pendentes de baixa. A taxa de obstrução das execuções fiscais foi de 92% em 2017, ou seja, a cada 100 processos de execução fiscal que iniciaram tramitação no ano, apenas 8 delas tinham sido extintos no final do ano (ANASTASIA, PL nº 4.257/19).

Esse imenso volume de processos traz consigo um custo altíssimo para os cofres públicos. O Brasil gasta cerca de 1,3% do seu PIB – Produto Interno Bruto, para manter o Poder Judiciário, bem mais do que outras nações vizinhas como Chile e Argentina, que gastam 0,22% e 0,13%, respectivamente, bem como países desenvolvidos como a Alemanha e Estados Unidos que gastam 0,32% e 0,14%, respectivamente (ANASTASIA, PL nº 4.257/19).

De certo as execuções fiscais correspondem a uma grande parcela do percentual desse custo. Conforme pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), feita em 2011, apud. ANASTASIA, PL nº 4.257/19, concluiu que o custo unitário médio total de uma ação de execução fiscal promovida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional junto à Justiça Federal é de R\$ 5.606,67 e o tempo médio de tramitação de um processo é de 9 anos, 9 meses e 16 dias e a probabilidade de obter-se a recuperação integral do crédito é de apenas 25,8%. (ANASTASIA, PL nº 4.257/19).

Assim, o Brasil está caminhando para a implementação de tal instituto, porém o caminho ainda é longa e requer muita discussão sobre a matéria, porém o primeiro passo já foi dado, cabe agora ao Poder Legislativo ter sensibilidade para tratar da sua regulamentação e por conseguinte, desburocratize os procedimentos atualmente previstos na legislação para a cobrança de créditos tributários, tornando mais efetiva e menos custosa.

2.5 O PAPEL DO CONTADOR NA ARBITRAGEM

Segundo Santos (2008) o contador não deve tirar da mente que a contabilidade não é para si, é para o usuário. Ela é a elocução dos negócios e demonstra a história de cada empresa. Com o aperfeiçoamento desta, aumenta-se o seu poder de predição.

Atualmente, o perfil do profissional da contabilidade está voltado para a prática e para o mundo dos negócios. O grande responsável disso acontecer é o cenário mundial, com a globalização, o avançamento tecnológico e o aquecimento da economia.

O ambiente competitivo e a rivalidade dos mercados internacionais pelas organizações, exigem dos profissionais contábeis informações rápidas, precisas e eficazes, além de habilidade de negociação, responsabilidade, agilidade, e medidas corretivas a fim de aperfeiçoar a eficiência da empresa, assegurando sua sobrevivência no mercado.

Portanto, o contador da atualidade é o especialista da riqueza, de ampla visibilidade, responsável pela interpretação dos números que auxiliam usufrutuários internos e externos, traçando a direção a ser seguida pela coordenação.

Desse modo, diante do seu conhecimento técnico o contador dentro do cenário do uso da arbitragem de cobranças de créditos tributários pode exercer a função de árbitro e perito.

O contador irá ter relevância como árbitro. Este, quando contador, pode exercer papel de perito. Por meio do artigo 22 da Lei da Arbitragem, o árbitro-contador irá determinar a realização de perícias quando for julgado necessário.

Quando exerce a função de perito, em procedimentos arbitrais, o que não é muito usual, o profissional contábil acaba assumindo ambos os papéis.

Os procedimentos e a sentença arbitral são bem ágeis, como já foi dito, ao contrário do que ocorre na justiça atual, em que o juiz não possui amplo domínio da matéria contábil, o que irá fazer necessário de perícia para auxiliá-lo.

Observa-se que os contadores vêm conquistando seu espaço na arbitragem, principalmente porque as instituições entendem que a matéria tributária é de competência exclusiva dos contadores.

O Contador, quando perito ou árbitro, deverá recusar sua indicação quando observe-se incapacitado, abster-se de interpretações parciais sobre a matéria que é objeto da perícia, mantendo imparcialidade moral e técnica na confecção do respectivo laudo, abnegar de expender fundamentos ou dar a conhecer sua certeza pessoal sobre os direitos de quaisquer das partes envolvidas, ou da justiça da demanda em que estiver agindo, mantendo seu parecer no âmbito técnico e restrito aos quesitos propostos; julgar com equidade o pensamento manifestado em laudo submetido à sua avaliação; mencionar impreterivelmente fatos que tenha conhecimento e considere em condições de exercer consequências sobre peças contábeis objeto de seu labor e renunciar a dar parecer ou emitir posicionamento sem estar suficientemente esclarecido e munido de documentos.

3 METODOLOGIA

A metodologia científica é apta a proporcionar um entendimento e análise do mundo por meio da construção do conhecimento. O conhecimento só sucede quando o estudante percorre pelos caminhos do saber, tendo como personagem principal deste processo o conjunto ensino/aprendizagem. Pode-se confrontar então metodologia com o caminho de aprendizagem a ser percorrido e ciência com o saber obtido.

Segundo Gil (2002) a pesquisa é conseguida mediante o concurso dos conhecimentos a disposição e a utilização precisa de métodos, técnicas e demais outros procedimentos científicos. Essa última, normalmente, se inicia de ponto específico, uma interrogação, um quadro que não tenha resolução adequada ou aceitável.

Assim, toda pesquisa tem como alicerce uma teoria que serve como fio transmissor para a investigação (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A pesquisa tem por intuito encontrar respostas para indagações, mediante o uso do método científico, visto que a construção de um projeto ocorre mediante a apreciação de etapas necessárias ao progresso da pesquisa, que vai desde a concepção do problema, dos objetivos e instrumentos, até a convincente apresentação dos resultados (GIL, 2002).

Sobre à classificação da pesquisa, ela se dividir em três grandes grupos: exploratórias, explicativas e descritivas. Constatando as informações acima, Gil (2002) frisa que o objetivo principal de um estudo descritivo é a descrição das peculiaridades de determinada população e fenômeno ou, então, a definição de correlações entre variáveis.

O presente trabalho se refere a um estudo descritivo, com abordagem quantitativa. Os métodos quantitativos entendem que tudo deve ser quantificado para proporcionar resultados confiáveis. Atuam com dados numéricos e técnicas estatísticas tanto para classificar como para examinar os resultados, desse modo são mais empregados em estudos nas áreas biomédicas e exatas, apresentando-se como uma pesquisa tanto descritiva como analítica (FERNANDES, 2003).

Por outro lado, estão os métodos qualitativos que descrevem uma relação entre a finalidade e os resultados que não podem ser obtidas através de números, nomeando-se como uma pesquisa descritiva. As interpretações dos fenômenos são analisadas indutivamente (FERNANDES, 2003).

Levando em consideração o fundamento em artigos publicados, livros, revistas, entre outros, esta pesquisa também se caracteriza como pesquisa/levantamento bibliográfico. O levantamento bibliográfico é definido pela busca de estudos antecedentes produzidos por outros autores e comumente publicados em livros ou artigos científicos (ACEVEDO; NOHARA, 2013).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A contabilidade é tida como aspecto de patrimônio da humanidade e sua execução é essencial para o desenvolvimento e sobrevivência da sociedade.

O profissional da contabilidade deve estar pronto para um ambiente versátil diante das contínuas variações exigidas no mercado. E, por ser a contabilidade é uma área muito vasta, o profissional contábil, por sua formação, pode operar em diversos campos como: contabilidade pública, contabilidade privada, perícia contábil, controladoria, entre outras (FARI; NOGUEIRA, 2007).

Assim, para que o contador aproveite este ambiente variável com competência, deverá se aperfeiçoar cada vez mais para confrontar uma sociedade empresarial desprovida de apoio e acompanhamento, e sua figura deve estar a todo momento pautada na ética (MARION; ALMEIDA; VALVERDE, 2002).

O contador é responsável pelo recolhimento de dados que importam aos usuários da contabilidade, tendo o seu papel de esclarecer dúvidas, solucionar problemas e também elaborar aspectos estrategistas, já que é tido como o principal auxiliador da tomada de decisões no interior das organizações (FARI; NOGUEIRA, 2007).

E, tanto quanto em outras áreas, a capacidade de pensar, de forma crítica e lógica, assim como de estudar e assumir decisões em ambientes de mudança constante são elementares para o triunfo do contabilista (RODRIGUES, 2014).

O contador, por meio do âmbito arbitral, por dados contábeis nas empresas, deve colaborar para a elucidação da verdade acerca das discussões dos fatos (NEVES JUNIOR, 2014).

No ordenamento jurídico brasileiro, a arbitragem é concebida como um meio de resolução de conflitos, facultativo e extrajudicial, em que um ou mais árbitros conhecedores da matéria a ser discutida, via de regra escolhidos pelas partes, irão solucionar a controvérsia.

Essa sentença arbitral será vinculativa e terá validade de título executivo judicial. No direito tributário, a implantação da arbitragem pode ser positiva porque, ao mesmo tempo em que há facilidades no que tange à exequibilidade de sentença arbitral, há também a preservação da autonomia da vontade, pois as próprias partes elegem os árbitros e ainda, podem estabelecer que eventuais controvérsias sejam

dirimidas pela via arbitral antes mesmo de surgido o conflito, através de uma convenção de arbitragem chamada cláusula compromissória (GIANNETTI, 2017.)

Ainda que na atualidade possam existir métodos muito mais específicos para resolução de lides tributárias como a arbitragem, a exemplo do protesto de Certidão de Dívida Ativa, recentemente cancelado pelo STF, a simples existência não garante sua efetividade, pois a inserção desses métodos encontra-se prejudicada devido a uma compreensão formalista do princípio da indisponibilidade do interesse público que ainda prevalece na doutrina administrativista. A indisponibilidade do interesse público é um princípio reconhecido que contem sua essência axiológica na supremacia do interesse público, tendo em vista que diante da impossibilidade de equilíbrio entre os interesses, o interesse particular não pode prevalecer sobre o interesse público (CARVALHO FILHO, 2016).

Sendo de interesse público, o Estado da sociedade. Assim, dizer que o interesse público é exclusivamente interesse do Estado é muito simples, porque não existe equivalência necessária entre interesse público e interesse do Estado.

Dessa forma, é normal que o Estado tenha interesses individuais que assemelhem o Estado enquanto pessoa que não são interesses públicos, mas interesses particulares similares ao interesse individual como qualquer outra pessoa. Desse modo, o interesse particular do Estado irão prevalecer quando não sobreponem ao interesse público.

A eficiência é um dos fundamentos da Administração Pública, portanto é uma obrigação da Administração reconhecer a arbitragem como uma das formas a proporcionar o acesso à justiça com adequabilidade e celeridade.

Nessa esteira, a arbitragem não acarretaria em abdicação de direitos e deveres seja por parte do sujeito passivo, nem ao menos por parte do sujeito ativo, mas sim uma via alternativa de impugnação. Senão vejamos o posicionamento de Leonardo Varella Giannetti e Marciano Seabra de Godoi (2015, p. 38-39):

Mesmo com o crédito tributário formalizado, no sistema brasileiro ele é passível de ser combatido, seja na via administrativa, nesse caso por meio de processo instaurado e julgado pela Administração Tributária, seja na via judicial, por meio de medidas processuais próprias, decorrentes do exercício, pelo contribuinte, do respectivo direito de ação. A arbitragem, no caso, será uma terceira via de que o contribuinte poderá lançar mão em substituição à jurisdição estatal, faculdade esta que, sendo escolhida, impedirá ou restringirá em alguns casos, conforme previsão legal a concomitante ou seguida discussão judicial da matéria fiscal cujo mérito tenha sido enfrentado em um tribunal arbitral.

Conforme descrito acima, medidas devem ser tomadas para a diminuir as demandas do poder judiciário, com o intuito de solucionar problemas como a morosidade e a fragilidade técnica das decisões. Nessa esteira, muito se tem discutido no Brasil acerca dos meios mais adequados para solução de conflitos.

Para exemplificar, trazemos no quadro abaixo três métodos alternativos para solução de conflitos: Conciliação, mediação e arbitragem. Sendo este último método, o abordado no presente artigo. Para melhor ilustrar acerca da distinção desses três métodos, observa-se o fluxograma abaixo:

Processos não vinculantes Controle do processo e do seu resultado cabe às próprias partes	Processos Vinculantes Controle do processo e do seu resultado cabe a terceiros	
Tomada de decisão particular pelas próprias partes	Tomada de decisão extrajudicial por terceiro	Tomada de decisão judicial por terceiro
Negociação Mediação Conciliação	Decisão Administrativa / ARBITRAGEM	Decisão Judicial

Características intrínsecas

<p>Maior sigilo</p> <p>Maior propensão à preservação de relacionamentos</p> <p>Maior adimplente espontâneo</p> <p>Maior flexibilidade procedimental</p> <p>Maior preocupação com a humanização e sensibilização das partes</p> <p>Maior Celeridade</p> <p>Maior utilização da linguagem cotidiana das partes/interessados</p>	<p>Maior publicidade</p> <p>Maior propensão à solução do conflito como se sendo uma questão pontual</p> <p>Maior exequibilidade diante de facilidades relativas à execução forçada</p> <p>Maior rigor com o seguimento do procedimento previamente estabelecido</p> <p>Maior desgaste emocional</p> <p>Maior recorribilidade</p> <p>Maiores custos processuais (ou operacionais)</p>
---	--

Figura 1: Distinção de métodos e características.

Fonte: Manual de Mediação Judicial (2016).

No que se refere à possibilidade de escolha dos árbitros, tem-se como uma característica da arbitragem que mais importa ao direito tributário e que distingue o

instituto da conciliação e mediação. Isso ocorre pelo fato das decisões serem mais tecnicamente fundamentadas e qualificadas.

Conforme dados carreados pela Escola de Arbitragem Internacional, de Queen Mary, Universidade de Londres, as oito principais vantagens da arbitragem seriam: exequibilidade dos laudos arbitrais, flexibilidade procedimental, possibilidade de escolha de árbitros, confidencialidade, neutralidade, definitividade das decisões, celeridade procedimental e custo (ESCOBAR, 2017).

No sistema judiciário, ao protocolar um processo o mesmo é submetido a uma distribuição eletrônica, em que haverá um juízo que se tornará prevento. Dentro do sistema, há uma separação de varas e em cada vara, via de regra, há um Juiz, que se denomina Titular da Vara e um outro que será o Juiz Substituto.

Nas últimas entrâncias, existe uma divisão por ramo do direito, onde encontramos magistrados com experiências distintas em cada uma das Varas.

À vista disso, não é de se surpreender que as decisões por estes juízes proferidas sejam carentes de fundamentos técnicos específicos na seara tributária, como também possuam fundamentações desatualizadas e jurisprudências ultrapassadas aplicada aos casos. Isso porque especialização técnica e atualização de conteúdo levam tempo, e a falta delas gera incapacidade técnica.

Neves Junior et al (2014) em sua pesquisa “Instituições e Câmaras de Juízo Arbitral do Distrito Federal” discutiu a atuação do profissional contábil quando árbitro ou perito na Justiça Arbitral. Como resultados, evidenciou-se que o profissional contábil quando árbitro, irá gerar economia nos processos, visto que substituirá o perito. Mesmo assim, essa atuação ainda é baixa dentro da Justiça.

Martinez (2003), por meio de “A arbitragem no Brasil como nova oportunidade de trabalho para o profissional da contabilidade” identificou e conscientizou os profissionais da contabilidade diante da alternativa da arbitragem como solução de conflitos. Ficou claro que o contador deve desenvolver e exercer o domínio sobre todos os fatos que intervêm no desenvolvimento de suas funções.

No ano de 2015, o complexo legal de resolução de litígios fora do judiciário passou por algumas reformas. Por tal, o Congresso Nacional ocasionou extenso debate parlamentar e com a sociedade civil para tratar sobre métodos de soluções extrajudiciais de controvérsias. Nessa passagem, aprovou, por exemplo, a atualização da Lei de Arbitragem, modificando a Lei 9.307/1996, bem como instituiu a Lei de Mediação, lei esta que marcou a implantação do instituto no Brasil e criou a

Autocomposição Administrativa de Litígios com a Administração Pública - Lei 13.140/2015.

A Administração passou a se valer de um conjunto de instrumentos modernos, a exemplo das leis supracitadas, para a solução alternativa e adequada de demandas. Contudo, a mencionada reforma não foi capaz de encabeçar a arbitragem em direito fiscal, por não trazer a regulamentação para o emprego de tal instrumento. Por sua vez, a arbitragem no âmbito tributário apenas foi referida pela Lei de Mediação de 2015, de forma tímida e incapaz para ampliar seu uso no país.

Um dos maiores obstáculos encontrado na introdução da arbitragem em matéria tributária está no acentuado autoritarismo, “imperium”, do Estado em matéria de Direito Tributário. Historicamente, encontramos que a origem do particular autoritarismo do Estado em matéria de impostos está nos impostos na Roma antiga pelo fisco do imperador César. Em seguida, o poder absoluto de se cobrar impostos foi recebido pelos novos parlamentos do liberalismo. Nesse momento, embora a justificação da criação dos impostos agora tivesse se assentado numa pressuposta vontade popular veiculada pelos representantes do povo, pelos parlamentos, o lançamento e cobrança de impostos continuavam a ser um dos principais instrumentos de poder, de domínio, de satisfação dos objetivos e dos interesses dos governantes.

Nesse contexto, desde de sua origem, a carga tributária vem sofrendo crescimento constante, muitas vezes apenas para atender interesses políticos e econômicos dos governantes. Por conta disto ainda há uma forte resistência destes para reconhecer meios alternativos de resolução dos litígios de cunho fiscal. A arbitragem tributária ficou fora da reforma de 2015, que implementou a Lei de Mediação anteriormente mencionada. Entretanto, sua simples menção na lei é clara indicação da importância do assunto, a merecer mais estudo e reflexão pelos três poderes da República: Legislativo, Executivo e Judiciário.

É dever o Estado se aprofundar na aplicação de tal instituto, trazendo em reformas tributárias posteriores a regulamentação de todos os aspectos para implementação da arbitragem tributária no cenário brasileiro, viabilizando a sua efetiva aplicação através de regras a serem seguidas por aqueles que optem por tal meio.

Portanto, a arbitragem só pode ser instituída em comum acordo entre as partes, sendo firmado por meio de convenção arbitral que pode ser estabelecida

antes de se instalar o conflito, através de cláusula compromissória estabelecida no momento em que as partes firmam um contrato. Também pode ocorrer de as partes decidirem optar pela arbitragem depois de instaurada a lide, então, estas firmam o compromisso arbitral submetendo à arbitragem um compromisso já existente.

Diante dos fatos abordados, será exposto um processo de ação civil em relação à indenização por danos morais em uma das Comarcas do Estado do Rio de Janeiro. Neste processo, a empresa A será denominada com autora e a empresa B como réu, condenada a comprovar os pagamentos pagos pela autora, bem como indenizá-la por danos morais e materiais ocasionadas pela mesma (FERREIRA, 2014).

A autora alega que é cliente do réu, que possui um comércio varejista de um produto e que por problemas financeiros deixou de honrar alguns pagamentos ficando com débitos em aberto com a ré. A partir disto, a réu, indevidamente, deixou de fornecer as mercadorias que a mesma havia comprado até mesmo aquelas que foram pagas à vista, lhe enviando também cobrança pelos correios (FERREIRA, 2014).

Ficou relatado pagamentos em aberto por meio do advogado da empresa que realizou a cobrança, em que o mesmo solicitou o envio dos títulos pagos pela ré, mas a mesma não enviou. Por fim, a autora informa que mesmo efetuando o pagamento da dívida que contraiu com a ré, a mesma não mais lhe vendeu mercadorias a prazo, o que coloca em risco a sua atividade comercial já que a ré é a única empresa fornecedora das mercadorias (FERREIRA, 2014).

Diante deste relato, o juiz pediu para a empresa B apresentar aos autos a quitação dos débitos conforme o relato da Empresa A, porém a mesma demonstrou que somente alguns títulos foram pagos. Logo, o juiz constata que a Empresa A realmente não quitou todos os débitos e diz que a Empresa B diante deste fato não é obrigada a continuar fazendo negócios com a autora (FERREIRA, 2014).

O juiz então nomeia um perito para averiguar o encerramento das atividades da empresa por perda de lucro devido ao não fornecimento de mercadorias pela ré. Fica evidente que se trata de um processo que envolve lucros cessantes. Após o recebimento da intimação, o perito-contador retira o processo da secretaria da Comarca e avalia os seus detalhes com a leitura e estudo dos autos. Após a análise constata que não há impedimento ou suspeição, estando o mesmo habilitado para

executar a perícia. De início é solicitado pelo juiz, a proposta de honorário para a execução da atividade pericial (FERREIRA, 2014).

Fica homologado o honorário apresentado e estipulado um prazo de 30 dias para a conclusão do trabalho pericial. De posse dos quesitos apresentados por somente uma das partes, no caso a ré, o perito constata que falta documentos a serem juntados aos autos para responder aos questionamentos feitos pelo assistente técnico, de antemão emitindo um termo de diligência, solicitando os documentos faltantes e assim dar continuidade ao seu trabalho. A Empresa A não atendeu à solicitação feita pelo perito no prazo determinado (FERREIRA, 2014).

Visto que o perito terá que aguardar a solicitação feita através do termo de diligência para dar continuidade ao seu trabalho, o mesmo através de uma petição solicita prorrogação por igual período do prazo fixado inicialmente ao juiz. Em seguida, o perito responde aos quesitos elaborados pelo assistente técnico da Empresa B, agindo de acordo com o Código de Ética Profissional (FERREIRA, 2014).

Os quesitos foram fundamentados com base no que foi apresentado pelas partes, a Empresa A não apresentou tudo o que foi solicitada conforme diligência realizada, dificultando assim, as respostas do perito a alguns quesitos. Concluído os quesitos, o perito prepara a redação que compõe o Laudo pericial contábil, esclarecendo através dele todas as controvérsias levantadas no desenvolvimento do processo (FERREIRA, 2014).

O laudo pericial contábil é um documento escrito, no qual o perito deve informar, de forma ampla, o objeto da perícia e particularizar os pormenores e as minúcias que abranjam o objeto e as buscas de elementos de prova essenciais para a conclusão do seu trabalho.

O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil são norteados e conduzidos pelo perito-contador e também pelo perito-contador assistente, na devida ordem, que adotarão modelo próprio, observando a estrutura. Neles devem ser consignados de forma circunstanciada, clara e direta, sequencial e coerente, o objeto de estudo da perícia, as análises e observações realizadas, as providências realizadas para a busca de elementos de prova imprescindíveis, a metodologia e critérios empregados, os resultados apropriadamente fundamentados e por fim as suas conclusões.

A metodologia adotada no estudo de caso se desenvolveu mediante a análise de livros e documentos, conforme os termos iniciais da diligência pericial.

Por fim, o perito inclui os quesitos na composição do seu laudo pericial e posteriormente encerra-o de forma clara e precisa com a sua conclusão perante a lide.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obtenção e a conservação dos direitos estão ligadas à formação de sua vida em sociedade, pois é pela convivência que o ser humano passa a querer que determinados limites sejam determinados.

A partir da formação do litígio, seja ele tributário ou não, é dever do Estado dispor meios para solução do mesmo. No Brasil, para garantir os direitos, utiliza-se do Sistema Judiciário. Mas, fica claro o descontentamento da sociedade brasileira com a qualidade dos serviços, pela burocratização das tramitações processuais e pela lentidão das decisões, que chegam a se arrastar por décadas.

Diante do cenário encharcado de processos de execuções fiscais no Poder Judiciário, como falado anteriormente, é de grande importância que passemos a discutir soluções que levem para a desjudicialização das demandas, ou seja, meios que retirem do judiciários assuntos que, por conta da legislação vigente, são desnecessariamente judicializados.

A necessidade ou não da participação do Poder Judiciário tem que ser refletida, ou seja, a legislação só deve prever o processamento de uma ação, caso a intervenção do juiz seja imprescindível para garantir a proteção a um direito fundamental dos envolvidos.

Com o surgimento e a regulamentação de meios alternativos de solução dos conflitos, vislumbra-se, no entanto, uma saída para esta crise. Tais métodos não têm o intuito de solucionar todos os problemas que cercam a justiça brasileira, mas se consolidam como um modo de oferecer à sociedade uma segunda opção para resolver suas controvérsias.

Estes meios alternativos são conhecidos como Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos – MESOC ou *Alternative Dispute Resolution* – ADR e englobam a negociação, a conciliação, a mediação e a arbitragem.

A arbitragem, tema deste artigo, é classificada como método extrajudicial de solução de conflitos. Entretanto, o Estado ainda não assimilou totalmente as vantagens da utilização do instituto arbitral apesar das empresas virem reconhecendo as suas vantagens, o que facilita a divulgação deste artifício.

O art. 22 da Lei da Arbitragem descreve o árbitro como determinante para a realização de perícias quando julgar necessário. Quando contador, o árbitro pode exercer também, o papel de perito, considerando com imparcialidade o pensamento exposto nos laudos submetidos à sua apreciação para mencionar fatos que conheça munido de documentos.

Portanto, não é necessário apenas o conhecimento acadêmico para desempenhar a função de árbitro. Ao curso de arbitragem deverão ser acrescentadas a experiência profissional, a ética, a responsabilidade e a competência, porque todas são qualidades essenciais para se formar um bom árbitro.

A sentença arbitral possui resultado idêntico à sentença prolatada ao pelo judiciário, sendo imposto pelas partes executar o estabelecido pelo árbitro.

A arbitragem tributária merece atenção pois, apesar de não ser uma elucidação direta à crise de gerenciamento de ações, por não ser uma técnica tão abrangente em teor numérico, é um meio de saída à dificuldade de acesso à justiça, porque simboliza uma forma de contestar o crédito tributário e exercer melhor o contraditório pelo meio de uma justiça técnica e especializada.

No tocante ao custo do procedimento da arbitragem, caberá as próprias partes controlar tais valores, pois a maioria dos gastos envolvem custear advogados; destinar funcionários para lidar com a demanda; produção de provas; contratação de peritos e do arbitro.

Embora pareça, mas não é mais custoso utilizar a arbitragem, pois se levado em conta o quanto será gasto para mover a máquina Judiciária para conclusão deste e o tempo médio para solução de um processo, já citado neste trabalho, verifica-se que a arbitragem é um meio bem mais econômico.

Além disso terá máximo empenho de todos os envolvidos, principalmente do árbitro, maior cooperação e comunicação entre as partes, por terem maior interesse na solução rápida da demanda. Além de ter uma qualidade nas decisões incontestáveis, por ser o árbitro *expert* na matéria que atuar, e no caso estudado do contador.

Dessa forma, a arbitragem tributária faz jus a ser implementada porque ela, por si só, é adequada e se encaixa perfeitamente na capacidade de solução das lides tributárias.

A arbitragem é uma alternativa célere e mais econômica, contrapondo-se ao judiciário que possui sua morosidade. Portanto, a arbitragem irá abrir um vasto campo de atuação para os contadores, tendo ele um papel de profunda relevância nesse contexto de aplicação da arbitragem em cobranças de créditos tributários, cabendo, no meio acadêmico, às instituições de Ensino Superior divulgar a sua aplicação no ambiente acadêmico, principalmente no Curso de Ciências Contábeis, para a sua inclusão no rol de disciplinas oferecidas e, no campo prático, uma maior participação dos profissionais da Contabilidade em cobrar dos congressistas a aprovação da regulamentação do instituto da arbitragem no âmbito de cobranças de créditos tributários, demonstrando as vantagens desse meio alternativo, como a celeridade, menor custo e a sua maior capacidade técnica na busca na resolução dos conflitos tributários, além de ajudar a desafogar as demandas do judiciário. Assim, fortalecendo e expandindo o leque de atuação do profissional contábil.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. Como fazer monografias: TCC, dissertações e teses. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ALMEIDA, Carlos Ferreira de. **Introdução ao direito comparado**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 1998.

ANASTASIA, Antonio; **Projeto de Lei nº 4.257/2019**. 06 ago. 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7984360&ts=1573068714619&disposition=inline>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BECKE, Vera Luise. Arbitragem: a contabilidade como instrumento de decisão. Porto Alegre: CRCRS, 1999.

BERNARDES, Flávio Couto. Os limites do planejamento tributário em face do dever fundamental de pagar impostos. Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, São Paulo, 2009.

BRASIL. Lei n. 9.307 de 23 de setembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9307.htm> Acesso em: 24 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de

1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm>.
Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm> Acesso em: 10 jan. 2020.

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo: um comentário à Lei nº 9.307/96. São Paulo: Atlas, 2009.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30ª ed. Editora Atlas, 2016.

CASTELLANI, Fernando. **Novas formas de cobrança do crédito tributário: Call Center, Serasa e Protesto.** Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. 2018.

CASTRO, Eduardo Moreira Lima Rodrigues de. Meios Alternativos de Cobrança de Tributos como Instrumentos de Justiça Fiscal. Dissertação de Mestrado apresentada ao Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015, p. 117.

CORONADO, Osmar. **Contabilidade Gerencial Básica.** 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CATARINO, João Ricardo; FILLIPO, Luciano Gomes. Ainda a propósito da arbitragem no direito tributário. Um estudo de direito comparado sobre sua admissibilidade e limites em Portugal e no Brasil. Disponível em:
<<http://livrozilla.com/doc/868151/ainda-a-prop%C3%B3sito-da-arbitragem-no-direito-tribut%C3%A1rio>> . Acesso em: 12 nov. 2019.

DANTAS, Ivo. Direito constitucional comparado: introdução, teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

ESCOBAR, Marcelo. **A arbitragem tributária no Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Almedina, 2017, p.53.

FARI, Murilo Arthur; NOGUEIRA, Valdir. Perfil do Profissional Contábil: Relações entre Formação e Atuação no Mercado de Trabalho. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas.** V.2, N.1, 2007. Acesso em: 12/09/2015. Disponível em: R. Liceu On-line, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 102-122, jan./jun. 2015. 120
<<http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/articloe/viewFile/389/183>> Acesso em: 24 set. 2019.

FERNANDES L. A.; Gomes, J. M. M. Relatório de pesquisa nas Ciências Sociais: Características e modalidades de investigação. ConTexto, Porto Alegre, v. 3, n. 4, 2003.

FERREIRA, Graziela Rodrigues. **A atuação do perito contábil no processo civil.** 54 p. 2014. (Monografia) Universidade Federal Fluminense. Volta Redonda, 2014.

GIANNETTI, Leonardo Varella. Arbitragem no direito tributário brasileiro:

Possibilidade e Procedimentos. 2017. p. 16. Dissertação (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em:

<http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_GiannettiLVa_1.pdf> Acesso em: 18 set. 2019.

GIANNETTI, Leonardo; GODOI, Marciano. A Superação do Dogma da

Indisponibilidade do Crédito Tributário. Arbitragem Tributária nº3, CAAD, 2015, p. 38-39.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. L. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HENSEL, Albert. **Diritto Tributario**, tradução de Dino Jarach. Milano: Giuffrè, 1956.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 11ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MARION, José Carlos, ALMEIDA, Fabio da Silva e, VALVERDE, Vicente Sebastião.

A profissão contábil está em crise? Uma opinião sobre os constantes questionamentos sobre a profissão contábil. Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v.13, n. 2, p. 85-98, agosto 2002.

MARTINEZ, Manuel Perez; FERREIRA, Isabela Borges. Arbitragem no Brasil como nova Oportunidade para o Profissional da Contabilidade. UCSAL. Salvador – BA, 2003. Disponível em:

<http://www.perez.pro.br/mperez_pages/mperez_artigos/ArtArbitragem_como_nova_oportunidade_de_trabalho.pdf> Acesso em 24 set. 2019.

NEVES JÚNIOR, Idalberto Jose Das; et al. Perícia Contábil Judicial: a relevância e a qualidade do laudo pericial contábil na visão dos magistrados do Estado do Rio de Janeiro. **Pensar Contábil**, v. 16, n. 59, p. 49-57, 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo-RGS: Universidade Feevale, 2013.

RODRIGUES, Rosangela Nunes. **Competências do perito contador na formação da sua expertise.** Porto Alegre - RS, 2014.

SANTOS, R. F. dos **Introdução à contabilidade:** noções fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2008.

SEIXAS FILHO, **A função do lançamento tributário.** Niterói: UFF, 1988.

SILVA, Tânia Moura da et al. *Mediação e Arbitragem: a decisão por especialistas da contabilidade*. Porto Alegre: CRCRS, 2005.

SCOCUGLIA, Livia; **Portugal tem exemplo aplicável de arbitragem em discussões fiscais**. *Revista Consultor Jurídico*. 07 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-ago-07/portugal-exemplo-aplicavel-arbitragem-discussoes-fiscais>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

PERFIL DO INVESTIDOR BRASILEIRO NO MERCADO DE CAPITAIS

Daniel Gomes Guimarães¹
Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior²

RESUMO:

Este estudo teve como objetivo destacar o perfil do investidor brasileiro no mercado de capitais verificando a faixa etária, gênero e região onde se encontra a maior parcela de investidores e se são pessoas físicas ou jurídicas. A estrutura utilizada na fundamentação teórica foi o diálogo com autores nacionais e estrangeiros. Quanto a metodologia foi utilizada uma abordagem quantitativa demonstrando dados por meio de tabelas, gráficos e quadros elaborados na ferramenta *Microsoft Excel* seguida de uma pesquisa de dados secundários na plataforma digital da Anbima, da B3, além de artigos, revistas, livros e *e-books* pertinentes ao tema. Percebeu-se que nos últimos 5 anos houve um crescimento na quantidade de investidores e que a maior parte tem entre 26 a 35 anos de idade enquanto as pessoas acima dos 66 anos possuem a maior quantidade de dinheiro investido no mercado de ações e que a maior parte dos investidores são pessoas físicas e da região Sudeste do Brasil. Foi analisado neste estudo a necessidade de mais materiais acadêmicos que abordem este assunto através de pesquisas e outros estudos que desenvolvam com mais propriedade o tema.

Palavras-chaves: Investidores Brasileiros; Pessoas Físicas; Mercado de Capitais.

ABSTRACT: This study aims to highlight the profile of the Brazilian investor in the capital market by checking the age group, gender and region where the largest share of investors is located and whether they are individuals or legal entities. The structure used in the theoretical foundation was the dialogue with national and foreign authors. As for the methodology, a quantitative approach was used, demonstrating data by means of tables, graphs and charts elaborated in the Microsoft Excel tool followed by a search of secondary data in the digital platform of Anbima, B3, in addition to articles, magazines, books and e-books. Pertinent to the theme. It was noticed that in the last 5 years there has been an increase in the number of investors and that most of them are between 26 and 35 years old while people over 66 have the largest amount of money invested in the stock market and that the largest part of the investors are individuals and from the Southeast region of Brazil. It was analyzed in this study the need for more academic subjects that approach this subject through research and other studies that more appropriately develop the theme.

Keywords: Brazilian Investor; Physical People; Capital Market.

1 INTRODUÇÃO

¹Graduando do Curso de Ciências Contábeis, pelo Centro Universitário Uniesp. E-mail: daniel83ggomes@gmail.com

² Professor Orientador, Graduado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Especialização em Gestão de RH na UNINTER. E-mail: prof1279@iesp.edu.br

Segundo Ratier *et al* (2009), por volta de 1487 na Bélgica surgiu a primeira bolsa de valores do mundo, sendo que teve grande aceitação por parte daqueles que investiriam seu dinheiro nesse mercado de renda variável. Anos depois, mais precisamente em Londres, na Inglaterra, em 1690, surgiu uma importante bolsa de valores no planeta. No Brasil esse marco aconteceu no século XIX, quando foi fundada a primeira bolsa de valores do País na cidade do Rio de Janeiro e teve o nome de “Bolsa livre”, fundada pelo então presidente Emílio Rangel Pestana. Anos depois surgiu a chamada “Bovespa”, a Bolsa de Valores de São Paulo. Em 2008 houve uma união das bolsas e passaram a se chamar de BM&FBovespa que durou até o ano de 2017 com o surgimento da atual B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

Quando falamos em investidores temos que ter em mente que existe alguns tipos de perfis, entre eles estão: conservadores, moderados, arrojados e agressivos. Nos últimos anos o mercado acionário brasileiro vem crescendo consideravelmente e os investidores vêm buscando cada vez mais conhecer o seu perfil para que possam escolher os melhores produtos e assim diversificar a sua carteira de investimentos nesse mercado muito globalizado. Diante deste contexto, surge a seguinte inquietação: Qual o perfil dos investidores no mercado de capitais do Brasil ?

Este estudo se justifica uma vez que se faz pertinente destacar o perfil do investidor brasileiro no mercado de capitais visualizando a faixa etária, gênero e verificar a maior parcela dos investidores se são pessoas físicas ou jurídicas, visto que poderá contribuir para os futuros investidores e estudantes de Contabilidade e outros ramos de interesse pelo mercado financeiro.

Para responder ao questionamento que se coloca, objetiva-se indetificar qual o perfil dos investidores no mercado de capitais do Brasil, desta forma, como objetivos específicos, objetiva-se compreender o perfil do investidor brasileiro; descrever sobre a região onde se encontra a maior parcela de investidores e dialogar sobre o mercado financeiro; e analisar o mercado de capitais do País.

O procedimento adotado para a realização do artigo é inicialmente uma pesquisa de cunho exploratória, seguida de um levantamento referente ao tema, estudo bibliográfico com autores nacionais e estrangeiros através de livros, *e-books*, artigos e revistas pertinentes ao tema, e um aprofundamento em uma pesquisa de dados secundários.

As fontes serão coletadas em meio as plataformas digitais da B3, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e a fundamentação teórica parte do diálogo com autores como Alexandre Assaf Neto (1999); Rambo (2014); Almeida e Cunha, (2017) apud Cardozo *et al* (2019); Andrezo e Lima (2007); Ratier *et al* (2009); Marion (1995); Ludícibus (1999) e Nasi (1994).

A estrutura utilizada conta com esta breve introdução, a fundamentação teórica, metodológica e uma pesquisa de dados secundários e as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 TIPOS DE INVESTIDORES

2.1.1 Perfil do Investidor

No Brasil para aplicar recursos financeiros e com segurança é importante e se faz necessário que o investidor tenha ciência de qual é o seu perfil, para assim poder identificar quais os melhores produtos e riscos que está disposto a enfrentar, ou até mesmo a perda de seu dinheiro ou retorno esperado em seus investimentos, para que não gere futuras preocupações com uma aplicação da qual não está relacionada ao seu perfil.

Na situação descrita é sugerido ao mais novo investidor que faça o teste para identificar qual o perfil ele está enquadrado e assim possa escolher os melhores produtos financeiros no Brasil. O teste é elaborado por meio de um questionário feito pelas instituições financeiras do varejo chamado de Análise de Perfil do Investidor (API), para adequar os produtos financeiros com o perfil de cada investidor e auxiliar na escolha certa, tanto no objetivo quanto no retorno esperado pelo investidor (RAMBO, 2014).

De acordo com a Anbima (2020), tal questionário devem ter relação direta com os investimentos, para só assim traçar o horizonte de tempo do qual deseja deixá-lo esse recurso parado por período de tempo estimado pelo investidor, e ter em mente qual objetivo do investimento, se é para realização em curto ou longo prazo e está ciente a tolerância ao risco que está presente em cada um dele. Quanto maior o prazo, maior o risco para o investidor, por este motivo se torna obrigatório o

teste de API, para que o investidor não se arrependa da escolha que fez em relação ao investimento.

Em meio a literatura pertinente, existe algumas divisões para o perfil do investidor conforme Rambo (2014); Almeida e Cunha (2017) apud Cardozo *et al* (2019, p.4):

Perfil Conservador: caracterizado pela busca por segurança, possui baixa tolerância ao risco, e assim, visa preservar seu patrimônio em investimentos sólidos (renda fixa) e em investimentos que permitam sacar seus recursos em um período curto de tempo. **Moderado:** prioriza por segurança, mas está aberto a assumir alguns riscos em busca de um retorno maior a médio prazo. Por não terem a necessidade de obterem liquidez diária, permite investir parte de seu patrimônio em renda variável e outra parte em renda fixa.

Arrojado: trata-se de um perfil mais agressivo que está disposto a correr mais riscos. Normalmente, se divide em dois perfis:

a) Arrojado: está sempre em busca de novas alternativas atrativas de retorno financeiro, porém ainda opta por manter uma parte do seu patrimônio em investimentos com rentabilidade de médio e curto prazo;

b) Agressivo: possui alta tolerância a riscos e está disposto a enfrentar as oscilações do mercado de risco, pelo fato de possuírem domínio e conhecimento no mercado de capitais, ou seja, buscam pela máxima rentabilidade.

As oportunidades de investimento no Brasil e a sua diversificação é muito grande e existe disponível no mercado financeiro uma variedade enorme de produtos, e nem sempre é simples de fazer a escolha correta. Investir da forma certa é fundamental ter conhecimento para aplicar de forma segura os seus recursos financeiros escassos.

2.2 MERCADO FINANCEIRO

O mercado financeiro brasileiro tem um papel fundamental na economia do País, sendo uma economia bastante moderna e atualizada com divisões específicas. Segundo Assaf Neto (1999, p.58), “O sistema financeiro nacional pode ser entendido como um conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam, em última análise, transferir recursos dos agentes econômicos superavitários para os deficitários”.

Diante o que se observa no Sistema Financeiro Nacional com suas divisões temos o Sistema de Intermédiação que é composto por instituições financeiras bancárias, e não bancárias junto com o Sistema Brasileiro de Poupança e

Empréstimo (SBPE), ainda temos as instituições auxiliares juntamente com as instituições não financeiras.

Observa-se sobre a estrutura do Sistema Financeiro Nacional (SFN), na qual existe em sua divisão que as diretrizes que são o sistema intermediário e o normativo, no sistema normativo temos o Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e podemos destacar a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) da qual iremos analisar alguns pontos importantes no decorrer do presente trabalho, iremos visualizar melhor essa divisão na figura 1 que ira mostrar de uma forma mais sistematizada como ilustrar a seguir:

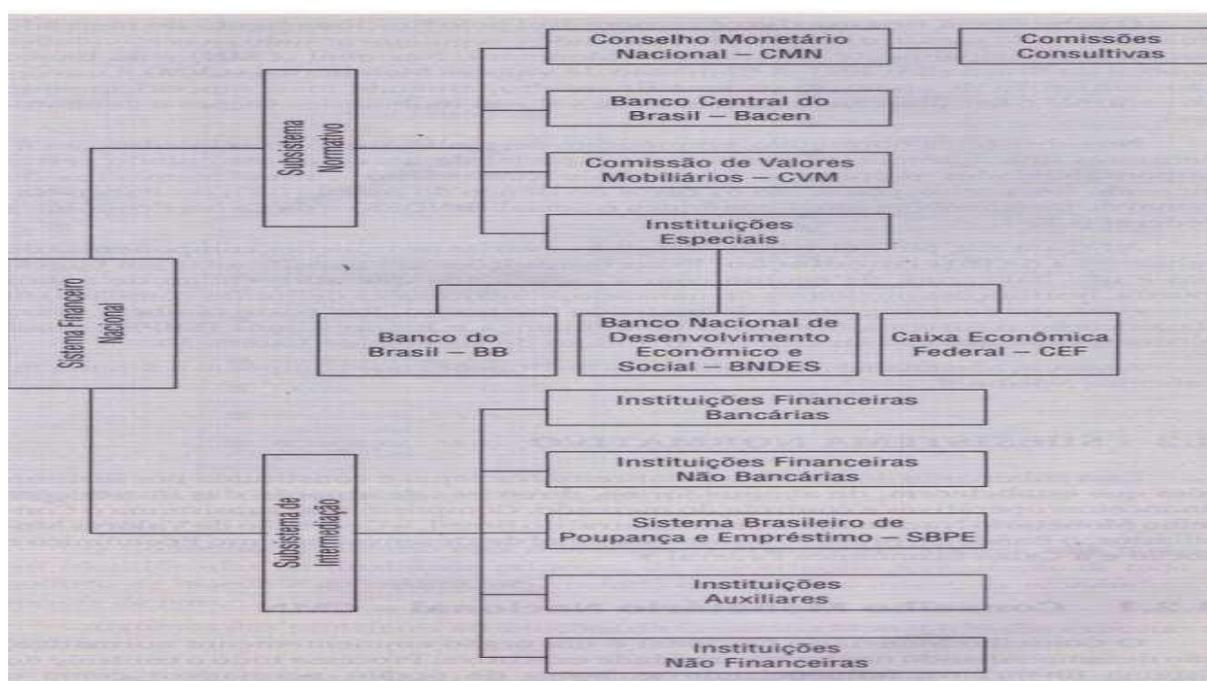


Figura 1: Estrutura do Sistema Financeiro Nacional.
Fonte: ASSAF NETO (1999, p.59).

Sendo assim, podemos compreender que o mercado financeiro é um enorme conjunto de instituições que busca alternativas de captação dos recursos financeiros, tal como afirma Andrezo e Lima (2007, p.1):

O mercado financeiro consiste no conjunto de instituições e instrumentos destinados a oferecer alternativas de aplicações e captação de recursos financeiros. Basicamente, é o mercado destinado ao fluxo de recursos financeiros entre poupadores e tomadores. Dessa forma, o mercado financeiro pode exercer as importantes funções de otimizar a utilização dos recursos financeiros e de criar condições de liquidez e administração de riscos.

O mercado financeiro funciona via de regra por segmentos e tem suas divisões, conforme Andrezo e Lima (2007), pelo mercado monetário, mercado de crédito, mercado de capitais, mercado cambial, e além do mercado de derivativos. O mercado monetário é composto por aquele onde geralmente acontecem operações de curto e curtíssimo prazo. Este mercado é responsável por um controle ágil e rápido da liquidez da economia e das taxas de juros, basicamente propostas pela política econômica das autoridades monetárias do país.

Já o mercado de crédito é aquele voltado para as transações de financiamento de curto, e médio prazo, transações estas relacionadas aos ativos permanentes e capital de giro da empresa. Compõe-se de bancos comerciais e sociedades financeiras.

Conforme a Tabela 1, que destaca a tabela progressiva em relação ao tempo de financiamento desejado, que de 1 a 180 dias são considerados um período de curtíssimo prazo, ou seja, até 6 meses, de 181 a 360 dias são considerados como curto prazo, no que diz respeito ao médio prazo vai ser de 361 a 720 dias corridos, já longo prazo será considerável quando for superior a 721 dias.

Tabela progressiva	Dias
Curtíssimo prazo	1 a 180 dias
Curto prazo	181 a 360 dias
Médio prazo	361 a 720 dias
Longo prazo	721 dias ou mais

Tabela 1. Tabela Progressiva.
Fonte: Adaptado da Topinvest (2020).

No mercado de capitais são transações de médio e longo prazo e indeterminado, que abrangem os recursos permanentes para economia, no caso do prazo indeterminado. Quando estamos falando do mercado cambial existe a conversão ou porque não dizer a troca de moeda entre diferentes países, sendo elas determinadas por diversas modalidades de transferências. E por fim, temos o mercado de derivativos que é um conjunto com operações que cresce de maneira excelente por meio da B3.

No Brasil, atualmente, estima-se em 212 milhões de habitantes, segundo dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo

com as estatísticas oficiais da B3 temos 2,9 milhões de investidores em ações ordinárias e preferenciais no País considerando o tamanho da população brasileira ainda é um número baixo em relação da população existente. Mas, estamos obtendo um percentual de crescimento na quantidade dos acionistas do mercado de renda variável mais especificamente em ações conforme o Quadro 1.

Quantidade de Investidores	Porcentagem	
Pessoas físicas	2.958.442	98,97%
Homens	2.215.723	74,12%
Mulheres	742.719	24,85%
Pessoas jurídicas	30.747	1,03%
Total	2.989.189	100%

Quadro 1. Quantidade de Investidores.
Fonte: Adaptado da Anbima (2020).

Segundo dados da Anbima (2020) esse percentual de investidores em ações vem crescendo ano após ano, e se torna notável sendo a maior parte desses investidores em ações são pessoas do sexo masculino com 74,12% do total e 24,85% são do sexo feminino e somente 1,03% são pessoas jurídicas, ou seja, as empresas, sendo que existe uma variedade de produtos financeiros como mostra o Gráfico 1.



Gráfico 1. Raio X do Investidor.
Fonte: Anbima (2020).

O percentual de investimento na poupança em 2017 chegou a 89% e caindo em 2018 e chegou a 84,2% no ano de 2019. Sendo que essa queda se justifica por um aumento conforme ilustrado no Gráfico 1 em outros produtos financeiros.

Observa-se claramente, que ao longo do ano de 2017 para o ano de 2019, obteve um aumento no percentual de participação em fundos de investimentos imobiliários de 4% no ano de 2017, tendo um aumento de 1 ponto percentual no ano de 2018 mais 1 ponto no ano seguinte chegando ao percentual de 6% em 2019. Verifica-se que a previdência privada houve uma queda de 6% para 5% de 2017 para 2019, em contraste com os títulos privados que teve um aumento de 1 ponto percentual ao longo do ano de 2017 para o ano de 2019, já os títulos públicos em 2017, o seu percentual era 4%, tendo uma queda de 1% no ano de 2018 e se recuperando e chegando aos mesmos 4% em 2019.

As ações no ano de 2017 eram de 2% continuando com o mesmo percentual no ano de 2018 e tendo um crescimento de 1 ponto percentual em 2019. Enquanto, as moedas estrangeiras no ano de 2018 eram de 2 ponto percentual, chegando ao ano de 2019 com o mesmo percentual, nem houve crescimento nem queda, o seu percentual se manteve estável.

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 1, o mercado de renda variável vem mostrando um crescimento, 1 ponto percentual em ações no ano de 2019 e 1 ponto em fundos de investimentos imobiliários (FII). Esse crescimento se deu por conta que alguns investidores deixaram a caderneta de poupança para investir no mercado de renda variável no Brasil.

Analisando ainda o Quadro 2, podemos observar que os produtos financeiros mais usados pelos investidores em 2019 foram: “84,20% poupança, 6% fundos de investimentos, 5% previdência privada, 5% títulos privados, 4% títulos públicos, 3% ações e 2% moedas estrangeiras” (ANBIMA, 2020).

Produtos financeiros mais usados pelos investidores em 2019	Porcentagem
Caderneta de poupança	84,20%
Fundos de investimentos (FII)	6%
Previdência privada	5%
Títulos privados (debêntures, LCI, LCA, CDB)	5%
Títulos públicos	4%
Ações	3%
Moedas estrangeiras	2%
Total	100%

Quadro 2. Produtos Financeiros mais usados pelos investidores em 2019.

Fonte: Adaptado da Anbima (2020).

De acordo com os dados apresentados conforme o Quadro 2, podemos identificar que teve um crescimento considerando os produtos financeiros e uma queda acentuada na caderneta de poupança de 4,8% no decorrer dos anos de 2017 a 2019. Assim, podemos perceber que está ocorrendo uma participação mais ativa tanto das pessoas físicas como jurídicas no mundo dos investimentos em outros produtos financeiros que poderam despertar mais um olhar dos investidores, como por exemplo: as moedas estrangeiras, ações, títulos públicos, títulos privados, previdência privada e os fundos de investimentos.

2.3 MERCADO DE CAPITALIS

2.3.1 Breve Histórico

O mercado de capitais basicamente é um lugar onde são negociadas as ações, títulos entre outras formas de financiar as operações das empresas e representar parte do capital delas. Ao adquiri-las, as pessoas físicas ou jurídicas se tornam sócios da empresa, dividindo lucros ou prejuízos. Segundo Ratier *et al* (2009, p.2):

A primeira bolsa de valores do mundo provavelmente surgiu em 1487, em Bruges, na Bélgica, com a expansão comercial. Anos mais tardes por volta de 1531, seria criada mais uma bolsa de valores na cidade de Antuérpia, sendo reconhecida oficialmente como a primeira bolsa de valores do mundo.

De acordo com mais informações do site *How Stuff Works* (2020), as primeiras negociações como mercado de ações começaram por volta de 1602, na cidade de Amsterdã, nos Países Baixos, ou seja, com uma empresa holandesa. Anos depois, mais precisamente em Londres, capital do Reino Unido, em 1690, surgiu uma das mais importantes bolsas de valores no planeta.

O mercado de capitais é constituído por um grande conjunto de investidores, empresas e governo, as decisões individuais serão somadas no final do processo. De acordo com Assaf Neto (1999, p. 97):

O mercado de capitais assume papel dos mais relevantes no processo de desenvolvimento econômico. É o grande municiador de recursos permanentes para a economia, em virtude da ligação que efetua entre os que têm capacidade de poupança, ou seja, os investidores, e aqueles carentes de recursos de longo prazo, ou seja, que apresentam déficit de investimento.

Nem sempre os resultados podem ter um consenso ou desequilíbrio das expectativas que poderão favorecer a baixa ou a alta das ações no mercado onde elas estão inseridas e provocar em seguida, uma queda ou alta nos preços. “Mercado de capitais é um sistema de distribuição de valores mobiliários que proporciona liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabiliza o processo de capitalização” (B3, 2020). É constituído pelas bolsas de valores, sociedades corretoras e outras instituições financeiras autorizadas.

Se faz necessário alguns procedimentos administrativos e jurídicos para que uma empresa possa abrir seu capital no mercado, entre eles estão o registro na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), para se tornar uma companhia aberta.

Depois desse procedimento a CVM solicitará uma série de documentos societários e as demonstrações financeiras com o parecer do auditor independente entre outros que se faz necessários.

Definido e autorizado o registro como companhia aberta, a empresa já tem autorização de emitir títulos de seu capital, ações, notas comerciais e as debêntures. Dessa forma, as instituições são criadas a fim de oferecer maior liquidez, um sistema centralizado, seguro e regulado para que tais negociações sejam feitas.

2.3.2 B3 (Brasil, Bolsa, Balcão)

No estado de São Paulo é onde se encontra a maior bolsa de valores da América Latina, além de ser a décima oitava maior do mundo (PARMAIS, 2020), que presta serviços ao mercado financeiro e aquece a economia brasileira. A B3 é um ambiente onde são negociados títulos emitidos por empresas, onde os investidores compram e vendem esses ativos financeiros.

A B3 tem um papel fundamental no crescimento da economia do país, os ativos financeiros mais negociados são os de renda variável, mas especificamente ações. “Ações são valores mobiliários emitidos por sociedades anônimas representativas de uma parcela do seu capital social” (B3, 2020).

Além dos fundos de investimentos, “O Fundo de Investimento Imobiliário (FII) é uma comunhão de recursos destinados à aplicação em ativos relacionados ao mercado imobiliário” (B3, 2020).

Na B3 o investidor tem a opção de escolher entre ações PN (preferenciais) e ON (ordinárias). As preferenciais possuem um percentual fixo de lucro e da preferência de receber dividendos, enquanto, os detentores das ações ordinárias possuem direito a votos nas assembleias gerais, mas por outro lado os detentores das ON recebem uma parcela menor em relação aos dividendos proposto pela empresa na distribuição do lucro que for destinado pela assembleia geral dos acionistas.

2.4 IMPORTÂNCIA DO CONTADOR NA TOMADA DE DECISÃO

A contabilidade sempre esteve presente na vida do ser humano, inicialmente de uma forma mais rudimentar e com um simples mecanismo de contagem para poder manter o controle do seu patrimônio. De acordo com Marion (1995), a contabilidade foi utilizada no início basicamente para que o ser humano acompanhasse a evolução dos seus rebanhos e suas propriedades. Dessa forma, o homem começou a contar seus bens, seu patrimônio e as variações que ocorria nele, dessa forma a contabilidade evoluiu, criou forma e se tornou uma ciência social a qual conhecemos nos dias atuais.

O profissional contábil vem se destacando cada vez mais no mercado, o contador não se limita apenas ao campo da contabilidade, ele pode atuar em vários seguimentos: economia, administração, gestão empresarial, planejamento tributário

e no mercado financeiro, conforme Ludícibus (1999). Ele traz um conceito bastante interessante sobre a figura do contador no mercado para trazer informações tempestivas.

Conforme Ludícibus (1999, p.43), “Diante de um leque diversificado de atividades, podemos dizer que a tarefa básica do contador é produzir e/ou gerenciar informações úteis aos usuários da contabilidade para a tomada de decisões”.

Com a evolução da tecnologia o contador toma cada vez mais um papel de destaque, como uma poderosa ferramenta de trazer informações cada vez mais relevantes e tempestivas para ajudar nas decisões dos investidores. Conforme Nasi (1994, p.5):

O contador deve estar no centro e na liderança deste processo, pois, do contrário, seu lugar vai ser ocupado por outro profissional. O contador deve saber comunicar-se com as outras áreas da empresa para tanto, não pode ficar com os conhecimentos restritos aos temas contábeis e fiscais. O contador deve ter formação cultural acima da média, inteirando-se do que aconteceu ao seu redor, na sua comunidade, no seu estado, no país e no mundo. O contador deve participar de eventos destinados à sua permanente atualização profissional. O contador deve estar consciente de sua responsabilidade social e profissional.

Antigamente o contador se restringia, na maior parte do seu trabalho era fazer registro nos livros contábeis e era conhecido como “guarda livros”. Mas, as coisas mudaram juntamente com a tecnologia e hoje o papel do contador tem uma grande influência na tomada de uma decisão seja na forma patrimonial ou nos investimentos. O profissional contábil tem uma oportunidade para se destacar porque o mesmo tem habilidades em gerenciar o patrimônio das empresas e interpretar as informações que são geradas através das demonstrações contábeis.

No mundo dos investimentos o contador se torna uma peça muito importante, por ter habilidades em interpretar as informações contidas nas demonstrações financeiras das empresas listadas na B3 e assim auxiliar os investidores na hora de poder tomar uma decisão com mais segurança e tranquilidade.

3 METODOLOGIA

A metodologia é um método usado nos trabalhos acadêmicos que visa trazer de uma forma simples e clara quais as ferramentas foram utilizadas na condução da elaboração, investigação e qual objetivo deseja alcançar com a pesquisa.

A estrutura utilizada na metodologia se deu inicialmente de uma pesquisa bibliográfica que para Gressler (2008, p.71), “A pesquisa bibliográfica é conduzida, principalmente, pelo uso de materiais escritos e está associada com a procura de fatos significativos e interpretações do passado e com dados e informações estatísticas entre outras situações”.

Lakatos (1999, p.94) definiu o termo qualitativo como sendo “investigar o universo de significados, crenças, motivos, aspirações, valores e atitudes das relações e não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis de um determinado assunto”. No estudo foram analisados dados secundários que foram coletadas através de fontes nas plataformas digitais da B3 e Anbima.

Foram utilizadas tabelas, gráficos e quadros por meio da ferramenta da *Microsoft Excel* para melhor visualização dos dados coletados nas plataformas digitais citadas acima, e uma breve introdução dialogando sobre o surgimento das primeiras operações no mercado acionário e o seu desenvolvimento ao longo da história e uma fundamentação teórica partindo com um diálogo com autores que tem propriedade no tema abordado neste estudo, em seguida as considerações finais referente ao assunto.

4 CONTINGENTE DE INVESTIDORES EM AÇÕES NO BRASIL

4.1 INVESTIDORES PESSOAS FÍSICAS

No Brasil o caminho para o mundo dos investimentos em ações se torna cada vez mais acessível para as pessoas físicas, ou seja, aqueles investidores que possuem Cadastro de Pessoa Física (CPF) e cadastrados na base de dados na plataforma digital da B3, conforme dados da última atualização em 30 de setembro de 2020.

É notável o crescimento mesmo em meio à crise da COVID-19 o número de investidores, pois vem crescendo e podemos observar que de posse dessas informações existem algumas divisões por faixa etária e gênero desses investidores, foi observado que as pessoa com ate 15 anos de idade detêm a menor porcentagem em dinheiro investido na B3, Mas, foi notável o crescimento dessa faixa etária como iremos analisar no decorrer do presente estudo, a seguir iremos observar que os

investidores pessoas físicas com suas divisões em bilhões e porcentagem de participação de cada investidor conforme ilustra a seguir quadro 3

Investidores Pessoas Físicas							
Perfil PF por Faixa Etária	Contas			Valor (R\$ bilhões)			%
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
<i>Até 15 anos</i>	6.810	5.344	12.154	0,25	0,21	0,45	0,12%
<i>De 16 a 25 anos</i>	311.116	88.067	399.183	3,03	1,07	4,10	1,10%
<i>De 26 a 35 anos</i>	776.630	257.284	1.033.914	24,97	6,53	31,50	8,42%
<i>De 36 a 45 anos</i>	615.946	191.931	807.877	53,65	11,58	65,23	17,43%
<i>De 46 a 55 anos</i>	269.982	99.909	369.891	54,03	14,17	68,20	18,23%
<i>De 56 a 65 anos</i>	174.488	78.337	252.825	62,72	17,48	80,21	21,44%
<i>Maior de 66 anos</i>	131.425	58.506	189.931	96,17	28,30	124,47	33,27%
TOTAL	2.286.397	779.378	3.065.775	294,81	79,35	374,16	

Quadro 3. Investidores Pessoas Físicas.
Fonte: Adaptado da B3 (2020).

Observando os dados apresentados no Quadro 3, percebemos que a faixa etária até 15 anos possuem a menos quantidade de investidores por CPF e dinheiro aplicado no mercado financeiro, podemos perceber que o maior número de investidores estão entre 26 a 45 anos e detém 1.841.791, maior quantidade de CPF cadastrado na B3 em comparação com as outras faixas etárias.

Já os investidores com com idade de 46 a 65 anos tem 622.716 CPF computados e as pessoas com mais de 66 anos tem 189.931 CPF na base de dados e é onde concentra-se a maior parte do dinheiro investido no mercado de ações.

Neste estudo foi observado que a maior parte dos investidores são do gênero masculino com 2.286.397 de CPF cadastrados em comparação ao sexo feminino com 779.378, que somando totalizam 3.065.775 de investidores no mercado de renda variável voltado especificamente em ações.

As mulheres vem ganhando espaço e isso significa que o Brasil está indo bem no mercado acionário. A maior parte quem tem o maior número de ações são as pessoas do gênero masculino.

Com base nos dados apresentados podemos compreender que as pessoas do gênero masculino representam a maior quantidade de recursos aplicados na B3 com 294,81 bilhões de reais e que representa 78,79% do total investido, as mulheres detêm 79,35 bilhões e que em dados percentuais representa 21,21% do total de 374,16 bilhões de reais.

Um fato importante e que chama muito atenção é que as pessoas acima dos 66 anos de idade, possuem 33,27% e que representa R\$ 124,47 bilhões investidos no mercado de ações e 96,17 bilhões estão em poder do gênero masculino e as pessoas do gênero feminino possuem apenas R\$ 28,30 bilhões investidor e que a maior parte desses investidores são da região Sudeste, conforme iremos verificar a divisão desses investidores pelos estados e o Distrito Federal (DF).

4.1.1 Investidores Pessoa Física por Estado

O mercado de ações vem ganhando cada vez mais destaque e tomando uma grande proporção com várias oportunidades para os investidores nacionais, iremos observar a quantidade de investidores na B3 e suas divisões por estados e o DF e os seus valores como eles estão sendo distribuído conforme o Quadro 4.

Investidores Pessoas Físicas por Estado							
Estado	Gêneros			Valor (R\$ bilhões)			%
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
SP	870.960	312.882	1.183.842	139,84	40,71	180,55	48,26%
RJ	240.553	87.734	328.287	41,30	14,23	55,54	14,84%
MG	226.638	74.584	301.222	34,13	5,26	39,39	10,53%
RS	131.408	40.092	171.500	15,71	4,44	20,14	5,38%
SC	112.185	33.624	145.809	10,83	2,66	13,49	3,61%
PR	144.904	45.170	190.074	13,53	3,46	16,99	4,54%
BA	74.306	25.414	99.720	6,33	1,53	7,86	2,10%
DF	76.314	29.130	105.444	7,75	1,58	9,33	2,49%
ES	48.353	15.056	63.409	3,87	0,76	4,63	1,24%
PE	53.154	17.042	70.196	3,79	1,01	4,80	1,28%
CE	45.263	14.095	59.358	2,97	0,83	3,80	1,02%
GO	55.270	18.201	73.471	3,11	0,68	3,78	1,01%
PB	20.584	6.445	27.029	1,06	0,23	1,30	0,35%
MT	25.169	8.073	33.242	1,55	0,28	1,83	0,49%
MS	22.169	6.713	28.882	1,60	0,22	1,82	0,49%
PA	24.142	8.237	32.379	1,38	0,31	1,68	0,45%
RN	21.150	6.139	27.289	1,24	0,24	1,49	0,40%
AM	15.593	5.397	20.990	0,92	0,18	1,10	0,29%
MA	16.961	5.531	22.492	0,94	0,16	1,10	0,29%
AL	12.849	3.914	16.763	0,64	0,12	0,76	0,20%
SE	12.413	3.895	16.308	0,65	0,14	0,79	0,21%
PI	10.789	3.435	14.224	0,57	0,09	0,67	0,18%
RO	9.859	3.276	13.135	0,46	0,12	0,58	0,16%
AP	2.434	884	3.318	0,11	0,02	0,13	0,03%
AC	3.162	1.083	4.245	0,15	0,03	0,18	0,05%
RR	2.667	943	3.610	0,11	0,02	0,13	0,04%
TO	7.148	2.389	9.537	0,26	0,05	0,30	0,08%
Total	2.286.397	779.378	3.065.775	294,81	79,35	374,16	

Quadro 4. Investidores Pessoas Físicas por Estado.
Fonte: Adaptado da B3 (2020).

Conforme dados apresentados no Quadro 4, podemos visualizar que o maior número de investidores se encontra no estado de São Paulo (SP) com 1.183.842 e que representa 180,55 bilhões de reais, ou seja, 48,26 % do total de dinheiro aplicado. Em seguida, o Rio de Janeiro (RJ) que tem a segunda maior participação com 328.287 investidores e tem 55,54 bilhões de reais e que somados chega a 14,84% do total aplicado em ações no Brasil.

Diante dessas informações podemos perceber que os Estados da região Sudeste detém a maior quantidade dos investimentos, logo, não podemos deixar de lado o Estado de Minas Gerais (MG), que tem um índice de participação muito bom com 301.222 investidores e 39,39% de participação e que representa 10,50 bilhões reais investidos. Já com 63.409 CPF cadastrados vem o Espírito Santo (ES) com 4,63 bilhões, ou seja, 1,24% do total, sendo a região Sudeste a parte onde se encontra a maior quantidade de investidores em ações do Brasil.

Na região Sul é onde está localizada a segunda maior quantidade de investidores por região do País, no Estado do Rio Grande do Sul (RS) temos 171.500 investidores, 131.408 são do gênero masculino e 40.092 são mulheres e detêm 20,14 bilhões de reais aplicados apenas em ações e, em seguida, vem o Estado de Santa Catarina (SC) com 145.809, sendo que 112.185 são pessoas do sexo masculino e 33.624 mulheres e que somados chega a 13,49 bilhões de reais e por fim, o Estado do Paraná (PR) com a maior participação da região Sul com 190.074 mil CPF cadastrado na B3 que significa um percentual de 4,54% do total investido até 30 de setembro de 2020 e que representa 16,99 bilhões de reais.

Analisando também a região Nordeste podemos destacar o Estado da Bahia (BA) com 99.720 investidores que representa 7,86 bilhões de reais, em seguida, vem o Estado de Pernambuco (PE) com 70.196 investidores, sendo que o Ceará (CE) tem um número muito considerável com 59.358 CPF na base de cálculo da B3 que somando o Estado da Paraíba (PB) e o Rio Grande do Norte (RN) chega a 54.318 investidores, ou seja, o Estado do Ceará se torna maior do que os dois estados juntos. Podemos observar também que os dados de Pernambuco é maior que os Estados do Maranhão (MA), Alagoas (AL), Sergipe (SE) e Piauí (PI) e que somando esses 4 Estados chegaremos a 69.787 investidores, que somando chegar a 22,55 bilhões de reais concentrados na região Nordeste do País.

A região Centro-Oeste do Brasil é representada com os Estados do Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Goiás (GO) e o Distrito Federal (DF) que

têm 241.039 CPF na base de dados plataforma da B3, e somam 16,76 bilhões de reais, apenas 3 Estados e o DF, e ainda podemos perceber na pesquisa que em Brasília é onde localiza-se a maior quantidade de investidores da região com 105.444, seguido de Goiás com 73.471 investidores, já o Mato Grosso fica na terceira posição com 33.242, seguido do Mato Grosso do Sul e que tem 28.882, ou seja, a região Centro-Oeste tem uma posição de destaque nacional no mundo dos investidores brasileiros.

Temos a região Norte onde estão inseridos o Estado do Pará (PA), que detêm o maior número da região com 32.379 pessoas e que representa 1,68 bilhões de reais, em seguida, temos o estado do Amazonas (AM) com 20.990 CPF cadastrados na base de dados na plataforma digital da B3, esses são os dois Estados que detêm a maior quantidade de investidores da região.

Fazendo uma comparação entre o Estado do Pará com os Estados de Tocantins (TO), Roraima (RO), Acre (AC) e Rondônia (RO) que juntos somam 30.527 investidores em ações, ou seja, apenas uma diferença de 1.852 CPF e temos o menor percentual que se encontra no Amapá (AP) que tem apenas 3.318 investidores em ações no Brasil. A região Norte ao total possui 4,11 bilhões de reais investidos e representa o menor índice de investidores por região conforme o Gráfico 2.

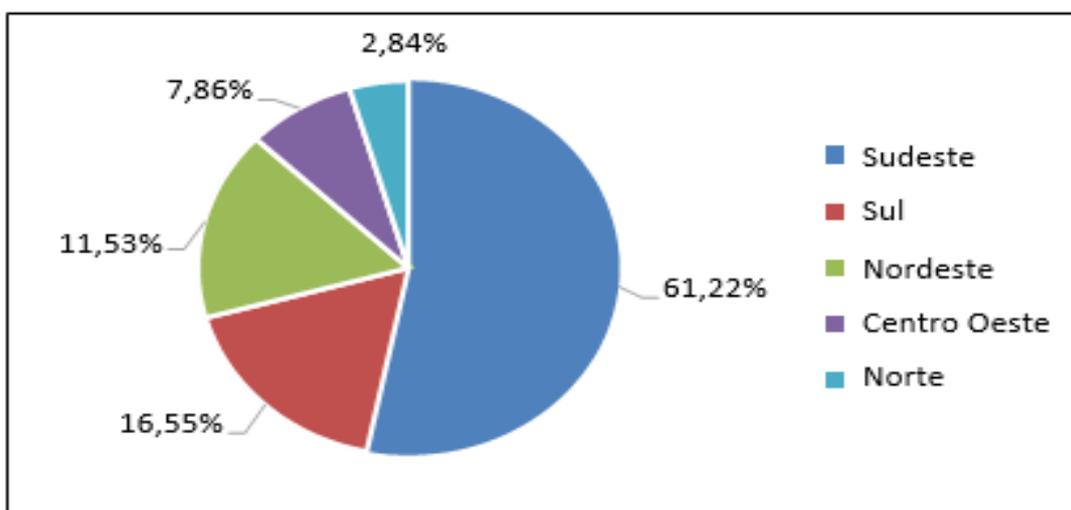


Gráfico 2. Investidores brasileiros por região.
Fonte: Adaptado da Anbima (2020).

Observando as informações do Gráfico 2, podemos compreender que existe uma divisão por quantidade de investidores brasileiros por região e são da seguinte

forma: A região Sudeste predomina com 61,22%, ou seja, 1.876.760 de investidores, seguido da região Sul com 16,55% que representa 507.383 pessoas e, posteriormente, temos a região Nordeste com 267.469 investidores, em seguida, temos a região Centro-Oeste com 241.039 investidores e que representa 7,86% do total e por fim, a região Norte com 87.214 e que tem 2,84% dos investidores brasileiros. Analisando os dados também podemos fazer uma separação em comparação do crescimento dos investidores pessoa física ao longo dos anos segundo dados da plataforma digital B3

4.1.2 Investidores Pessoa Física ao Longo do Tempo

Diante do que já foi observado podemos ver um crescimento considerável da quantidade de investidores pessoas físicas no Brasil, ao longo dos anos, segundo informações da B3 que começaram a partir do ano de 2002 até o ano de 2020 onde foram coletadas as informações sobre os investidores ao longo de todos esses períodos, diante do estudo em questão iremos verificar o aumento que houve no número de investidores no Brasil de 2015 a 30 de setembro de 2020. Conforme segue o Quadro 5.

Ano	Homens		Mulheres		Total PF
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd
2015	424.682	76,23%	132.427	23,77%	557.109
2016	433.759	76,90%	130.265	23,10%	564.024
2017	477.887	77,13%	141.738	22,87%	619.625
2018	633.899	77,94%	179.392	22,06%	813.291
2019	1.292.536	76,89%	388.497	23,11%	1.681.033
2020	2.286.397	74,58%	779.378	25,42%	3.065.775

Quadro 5. Investidores Pessoas Físicas ao Longo do Tempo.
Fonte: Adaptado da B3 (2020).

No decorrer do ano de 2015, o número de investidores era 557.109, essa quantidade é representada por 76,23% do gênero masculino que totaliza a maior parcela com 424.682, CPF cadastrados na plataforma digital da B3, em comparação as pessoas do sexo feminino que representa 23,77%, ou seja, 132.427 do total de investidores pessoas físicas do ano de 2015.

Em 2016 podemos constatar um aumento na quantidade, que somado chega a 1,24%, ou seja, 6.915. Já no ano de 2017 esse percentual vem ganhando cada

vez mais força e totaliza 11,22% em comparação ao ano de 2015, ou seja, um aumento de 62.516 novos investidores. Em 2018 esse número continuou crescendo e chegamos a 45,98% e que representa 256.182 novos membros da B3, aplicando seus recursos financeiros, entretanto durante o ano de 2019 em comparação ao ano de 2015.

Destacamos que houve um aumento de 201,74%, ou seja, 1.123.924 novos investidores, um aumento bastante significativo em relação aos outros anos listados acima, o percentual se manteve próximo dos anos anteriores, onde a maior parcela está nas mãos dos investidores do sexo masculino com 77,94% do total em comparação ao gênero feminino que detém 22,6% do total investido no Brasil.

Extraordinariamente no terceiro trimestre de 2020, onde foi elaborado o último levantamento da B3 em relação aos investidores pessoas físicas, temos um aumento alarmante em meio a uma crise sanitária oriunda da COVID-19, onde o número de investidores cresceu 450,30% em comparação ao ano de 2015, ou seja, 2.508.666, uma quantidade de investidores nunca vista durante toda recente história da B3.

Ainda temos uma pequena parcela das pessoas jurídicas no Brasil, o quinto maior país em extensão territorial do mundo, ou seja, as empresas brasileiras que investem parte de seus recursos financeiros na B3, localizada no mais rico e populoso Estado do País, São Paulo, e que representa 31.214 investidores, segundo os levantamentos oficiais referentes ao ano de 2020 da plataforma digital da B3 (2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do desenvolvimento do presente estudo, identificamos alguns resultados positivos diante da proposta que inicialmente foi posta no início desta pesquisa em relação a problemática que se refere ao perfil dos investidores brasileiro no mercado de capitais, como idade, região e o percentual de participação em ações no Brasil e foi observado que têm um percentual muito considerável de investidores pessoas físicas.

No decorrer da pesquisa foi observado que existe um questionário, Análise de Perfil do Investidor (API) para poder alinhar os produtos financeiros com o perfil de cada investidor e não ocasiona futuro prejuízo ou dados aos investidores. Foi

visto que existe três perfis para que tal situação não ocorra e tudo esteja no controle da situação de cada investidor.

Foi realizado um levantamento onde foi observado que em 2017, os brasileiros, ou seja, 89% da população tinha algum dinheiro investido na caderneta de poupança e que até o ano de 2020 teve uma queda para 84,20% e teve um aumento em outros produtos financeiros, em outras palavras, os investidores estão indo atrás de novas oportunidades.

Deste modo, o presente trabalho conseguiu alcançar resultados satisfatórios sobre a problemática e seus objetivos, trazendo uma visão mais clara sobre o perfil do investidor brasileiro, demonstrando a idade, gênero quantidade por Estados e citando as regiões onde se encontra a maior parte dos investidores que são da região Sudeste e foi levado em consideração cada Estado da federação, liderado pelo Estado de São Paulo.

Em suma, foi analisado neste estudo em plena pandemia da COVID-19, que existem poucos materiais acadêmicos que abordem este assunto tão relevante para a economia brasileira e que ainda falta muito a ser buscado através de pesquisas, ou seja, outros estudos acadêmicos que desenvolvam com mais propriedade sobre o tema com discussões, realização de palestras, encontros voltados aos assuntos abordados ou até mesmo disciplinas mais voltadas para o mundo dos investimentos.

REFERÊNCIAS

ANBIMA. **Relatório: Raio X do Investidor Brasileiro**. 3ª. ed. São Paulo: Anbima. 2020.

ANDREZO, Andrea F.; LIMA, Iran S. **Mercado Financeiro: aspectos conceituais e históricos**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ASSAF NETO, **Alexandre. Mercado financeiro**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

BÚSSOLA DO INVESTIDOR. **Análise de perfil do investidor**. Disponível em: <<https://www.bussoladoinvestidor.com.br/teste-perfil-de-investidor/>>. Acesso em: 09 set. 2020.

B3. **Produtos e Serviços negociação renda variável**. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/. Acesso em: 27 set. 2020.

B3. **Número de investidores na B3**. Disponível em: <<https://www.b3.com.br/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 3ª. ed. rev. Atual. São Paulo: Loyola, 2008.

HOW STUFF WORKS. **O que faz e como surgiu a bolsa de valores?** In.: Nova Escola (2009) Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/2388/o-que-faz-e-como-sergiu-a-bolsa-de-valores#_=_. Acesso em: 02 out. 2020.

IBGE. **População no Brasil**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20 set. 2020.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

NASI, Antônio Carlos. **A Contabilidade como Instrumento de Informações, Decisão e Controle da Gestão**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília. Ano 23 nº 77. Abril/Junho 1994.

PARMAIS, et al. **Principais bolsas de valores do mundo**. In.: parmais (2020). Disponível em: <https://www.parmais.com.br/blog/as-principais-bolsas-de-valores-do-mundo/>. Acesso em : 25 nov. 2020.

RAMBO, A. C. **O perfil do investidor e melhores investimentos: da teoria à prática do mercado brasileiro**. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

RATIER, Rodrigo et al. **O que faz e como surgiu a bolsa de valores?** In.: Nova Escola (2009) Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/2388/o-que-faz-e-como-sergiu-a-bolsa-de-valores#_=_. Acesso em: 20 set. 2020.

STUMPF, Kleber et al. **Imposto de Renda Come Cotas**. In.: Topinvest (2019). Disponível em: <https://www.topinvest.com.br/imposto-de-renda-come-cotas/>. Acesso em: 03 out. 2020.

SPED E SISTEMAS DE FISCALIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM TEMPORAL DA PERSPECTIVA A PARTIR DO OLHAR DOS CONTADORES

Flaviano Ferreira de Lima¹
Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante²

RESUMO:

O Sistema Público de Escrituração Digital – SPED é uma ferramenta criada pelo governo brasileiro, no âmbito do projeto denominado Programa de Aceleração do Crescimento, pelo Decreto-Lei nº 6.022/2007, tendo como objetivos unificar e tornar mais célere, simplificado e seguro o envio, recebimento e armazenamento de informações para os entes públicos de qualquer esfera (Municipal, Estadual e Federal). Este trabalho teve o objetivo de saber, na opinião dos contadores, principais profissionais envolvidos com o SPED, se os objetivos que justificaram a criação do sistema foram alcançados. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa, em que foi elaborado um levantamento através de um questionário organizado na forma de uma escala de *Likert*, composto de 15 perguntas objetivas divididas em duas seções. As perguntas foram direcionadas exclusivamente a contadores e foi disponibilizado via *WhatsApp* no período de 10 de Abril de 2020 a 16 de Maio de 2020. Como principal resultado da pesquisa realizada, ficou evidenciado que os contadores entendem que os objetivos propostos para o sistema SPED, estão sendo alcançados, sendo importante destacar que o sistema resultou em uma melhor comunicação entre o poder público, contribuintes e contadores e, portanto, um aprimoramento do fluxo de informações entre tais agentes.

Palavras-chaves: Órgãos públicos; SPED; Contabilidade.

ABSTRACT:

The Public Digital Bookkeeping System – SPED, a tool that was created by the Brazilian government within the framework of a project called the Program for Acceleration of Growth, and by Decree-Law no. 6.022/2007, with the purpose to unify and become a more effective, streamlined, and secure in the shipping, receiving, and storing of information to the public entities in any sphere (State, local, and Federal). In this work, our aim was to know the opinion of the accountant, the main staff involved with the SPED, the objectives that justified the creation of the system have been achieved. To this end, it was performed a descriptive, qualitative in nature, in which it has been drawn up for a survey through a questionnaire, organized in the form of a Likert scale, consisting of 15 closed questions, divided into two sections. The questions were directed solely to the accountants, and has been made available

¹ Graduando do Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário UNIESP. E-mail: flaviano-2022@hotmail.com.

² Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis, pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Mestrado e Doutorado em Contabilidade e controladoria pela Universidade de São Paulo – USP. Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIESP. E-mail: prncavalcante0907@gmail.com

to you via Chat in the time period from April 10, 2020 to May 16, 2020. As a main result of the research conducted, it became clear that the accountants understand that the goals of the system-SPED, is being made, and it is important to highlight the fact that the system has resulted in better communication between the public, the taxpayers, and accountants, and is, therefore, an improvement in the flow of information between these actors.

Keywords: Government agencies; SPED; Accounting.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é uma ferramenta criada pelo governo federal por meio do Decreto n.º 6.022, de 22 de janeiro de 2007, sendo adotado por estados e municípios. Entre os seus objetivos está a unificação das bases de informações utilizadas pelos entes federados (união, estados e municípios), com a proposta de tornar as informações mais acessíveis e possibilitar ao fisco de cada esfera, acompanhar com mais efetividade as operações dos contribuintes.

Com a edição do Decreto, a Receita Federal do Brasil (RFB), no âmbito da competência que lhe é própria, desburocratizou o sistema e simplificou o envio das informações de forma que a transmissão de informações para um dado ente federado, feita através de uma única plataforma, desobriga o envio daquela mesma informação para outro ente federado, evitando, assim, o envio em duplicidade de uma mesma informação, o que resulta, entre outros aspectos, em menor trabalho para os contribuintes.

Além da desburocratização comentada, o SPED, quando da sua criação, tinha outros objetivos estabelecidos como, por exemplo: (i) aumentar a velocidade e o tempo de transmissão de informações para os órgãos de fiscalização, permitindo que a sua verificação seja mais objetiva e precisa, evitando assim desperdício de tempo por parte do fisco; (ii) envio de informações por meio eletrônico através dos sistemas criados pela RFB e autenticados via assinatura digital, com o intuito de reduzir fraudes fiscais e diminuir as pilhas de livros impressos dos quais os contadores eram obrigados a imprimir, reduzindo também os custos com papéis. Cabe perceber que um dos reflexos esperados da ferramenta era a contribuição direta para a arrecadação de impostos, o que deveria ser revertido à população na forma de benefícios de maneira geral, inclusive da redução da carga tributária.

A compreensão ampla a respeito da possível utilidade e reflexos do SPED requer um olhar sobre a relação entre fisco (governo) e contribuintes tributários ao longo da história. Nesse sentido, sabe-se que desde antes de Cristo, a figura de cobradores de impostos (Fiscais) que, como o próprio nome já diz, fiscalizavam o povo com o intuito de arrecadar tributos para o imperador, já era conhecida.

É relevante perceber que o cerne da relação comentada diz respeito ao fornecimento de informações da parte dos contribuintes para o governo, de modo que este possa saber a possibilidade e, efetivamente, arrecadar tributos. Tal relação, com o passar do tempo e, conseqüentemente, com o avanço da tecnologia, foi sendo alterada e seus canais de comunicação foram sendo aprimorados. Por exemplo, a presença física do cobrador de impostos na terra do contribuinte, isto para averiguar aspectos como possibilidade e volume da produção, já que não havia meios de transmissão de informações, foi sendo substituída pelo fornecimento prévio de informações e, eventualmente, uma posterior fiscalização do contribuinte pelos fiscais do governo.

Hoje, com o funcionamento do SPED, as visitas dos fiscais dos órgãos fiscalizadores aos estabelecimentos dos contribuintes estão cada vez mais escassas e só acontecem em casos mais específicos que necessitem de uma intervenção. Tudo sendo realizado agora de forma eletrônica, mais rápida e mais segura. Entende-se, inclusive, que a redução da existência de uma relação direta entre órgão fiscalizador e contribuinte se constitui em um caminho para a redução de casos de corrupção.

Como é normal em situações que envolvem formas de como colocar em funcionamento sistemas como o SPED, desde a sua criação, há mais que uma década, muitas críticas foram feitas e muitas discussões foram mantidas acerca do tema, especialmente para que ficasse compreendida qual era a sua proposta inicial, o que aborda pontos como, por exemplo: quais procedimentos são necessários para operar o sistema, quais eram as obrigações para cada tipo de contribuinte, quais informações devem ser enviadas, quando as informações devem ser enviadas, possibilidades de retificação etc.

Nesse contexto, ganhou relevância o papel dos contadores, haja vista que são eles os profissionais responsáveis pela produção e disponibilização da maior parte das informações que ligam os contribuintes aos órgãos fiscalizadores, o que implica que para o SPED funcionar adequadamente e, assim, alcançar os seus

objetivos, se faz necessário a compreensão plena das funcionalidades e operacionalidade do sistema por parte dos profissionais da contabilidade.

Cabe ressaltar que o sistema SPED está em constante aperfeiçoamento e, portanto, atualização, inclusive porque surgiram erros do sistema que trouxeram preocupações da parte dos contadores. No mesmo sentido, a colocação do sistema em funcionamento obrigou os contadores a buscarem capacitação a fim de aprimorar seu conhecimento, tanto buscando informações mais precisas junto aos órgãos de fiscalização, como participando de palestras, congressos, fóruns etc., que tratavam mais profundamente sobre o assunto.

Em outros termos, com o diálogo entre o fisco e a classe de contadores, as complexidades do sistema foram sendo compreendidas, o que resultou, inclusive, no aperfeiçoamento do próprio sistema, reduzindo os erros e facilitando o envio das informações. Por isso o SPED vem se tornando cada vez mais presente em meio à sociedade no geral, visto que, com os avanços que o mesmo teve, alcançou também as pessoas físicas, as quais, em situações específicas, estão obrigadas a prestarem informações ao fisco.

Como vimos acima, o avanço da Tecnologia da Informação – TI mudou as relações entre os contribuintes e o fisco e, por reflexo, entre contadores e o fisco. Ao mesmo tempo, a nova situação alterou, também, a relação entre as empresas e o contador. Com as novas regras ditadas pela legislação imposta pelo governo, por meio da implantação do novo sistema SPED, houve um grande impacto nas empresas e nos profissionais da contabilidade, na forma de trabalhar, fazendo ambos trabalharem mais próximos na comunicação e nas novas maneiras de gerenciar o negócio, necessitando assim serem mais organizados com prazos, documentos e informações para atender as novas demandas exigidas.

Nesse contexto, a tecnologia passou a ser a principal forma de conexão entre o fisco, os contribuintes e o contador. Do ponto de vista do exercício da profissão contábil, surgiram novas exigências para o profissional, isto no que se refere a estar sempre buscando o conhecimento de informações atualizadas, principalmente na parte de legislação, onde há mudanças constantes. Com isso, viu-se a necessidade dos contadores a adaptarem-se às novas obrigações na nova era da tecnologia. Essa nova adaptação foi necessária também para que o profissional pudesse se manter no mercado de trabalho com responsabilidade e ética para com a profissão,

visando seguir as normas contábeis e com isso auxiliar as entidades num importante papel que é a tomada de decisões.

A despeito da evolução do SPED desde a sua criação, é necessário que a checagem a respeito do cumprimento dos seus objetivos, tantos os iniciais quanto outros que eventualmente tenham sido acrescentados àqueles, seja feita de forma sistemática, isto porque na ausência do alcance de tais objetivos o sistema perde o sentido de existir. Nesse sentido, ouvir a opinião dos contadores, profissionais que mais lidam com o SPED, se mostra um caminho adequado. Portanto, este trabalho traz a seguinte questão de pesquisa: **Em que medida, na opinião de contadores, o SPED tem cumprido os objetivos inicialmente colocados para o sistema?**

Para responder a questão de pesquisa formulada, o trabalho contempla objetivos de duas distintas naturezas, quais sejam: geral e específicos. Quanto ao objetivo geral do trabalho, tem-se: consultar contadores para conhecer, na opinião deles, em que medida o SPED tem alcançado os objetivos especificados para o sistema. No tocante aos objetivos específicos, tem-se: Averiguar elos da relação fisco – contribuintes; Discutir os objetivos iniciais e posteriores colocados para o sistema SPED; Estabelecer pontos para a checagem do alcance dos objetivos.

A partir da discussão mantida até este ponto, defende-se a relevância deste trabalho, tanto do ponto de vista prático, isto em virtude de o tema ser atual, estando presente no cotidiano de profissionais da contabilidade e dos auditores fiscais, quanto da perspectiva acadêmica, enquanto conhecimento, visto que ainda é encontrado um número relativamente pequeno de produção acadêmica sobre o sistema.

Caso seja levada em conta a obrigatoriedade de o governo arrecadar tributos para cumprir a sua função social, ficará mais evidente a relevância do SPED e, portanto, das discussões em torno do tema, o que pode ser feito via desenvolvimento de trabalhos científicos, como é o caso do presente trabalho.

Essa nova realidade vem mudando a forma de levar ao fisco as informações tributárias sobre as empresas, e assim, se faz necessário trazer aos contadores e afins, o conhecimento mais profundo sobre o assunto. Uma vez que o SPED representa no século XXI uma modernização necessária devido às inúmeras obrigações acessórias que tem os contadores, onde quase tudo passa por essa grande base de dados que a cada dia é aprimorada visando uma melhor relação entre as entidades, contadores e o fisco.

Além desta Introdução, o trabalho está organizado nos seguintes tópicos: **Fundamentação teórica**, que expõe os conceitos que dão sustentação a todo o desenvolvimento do trabalho, abordando, inclusive, a legislação pertinente ao tema e as plataformas digitais como SPED e CFC. **Metodologia**, que informa a respeito dos procedimentos seguidos para a elaboração do trabalho, especialmente no que diz respeito à coleta e ao tratamento dos dados que sustentam os achados do trabalho. **Apresentação dos resultados**, que coloca em evidência os achados do trabalho e, naturalmente, a solução da questão de pesquisa. **Considerações finais**, que expõe as interpretações do autor a respeito dos achados do trabalho e aponta caminhos para futuras pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 TRIBUTOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Como comentado anteriormente, para cumprir a sua função social, o governo consome recursos os quais são obtidos, normalmente, via o estabelecimento e a consequente cobrança de tributos. Contribuintes dos tributos são as pessoas, físicas ou jurídicas, as quais contribuem a partir de critérios como, receita ou renda auferida, lucro apurado, entre outros. A obrigatoriedade de pagar tributos faz surgir para os contribuintes as obrigações denominadas de “obrigações tributárias”.

As obrigações tributárias são divididas em duas classes, sendo elas: principal e acessória. Como obrigação principal, de acordo com o Código Tributário Nacional – CTN³, Lei 5.172/66, no Art. 113º, § 1, temos: “A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.”.

Ainda de acordo com a Lei 5.172/66, como conceito de tributo, temos no Art. 3º:

Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

No que se refere ao conceito de tributo no âmbito das entidades públicas, a Lei nº 4.320/1964, no seu artigo 9º, estabelece:

³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm Acesso em: 23 mar. 2020.

Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinado-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

Pela lógica tributária, ocorrido o fato gerador, o que implica no surgimento do tributo, a obrigação tributária consiste no recolhimento obrigatório e em moeda, de tributo vinculado proveniente de atividade legal exercida pela entidade.

Veja-se que para o contribuinte o tributo se constitui em uma “obrigação”, a qual deve ser cumprida coercitivamente, enquanto que para o governo o tributo se constitui em uma “receita”, destinando-se ao custeio das atividades da entidade pública. Tais considerações ganham maior sentido ao se levar em conta o propósito da existência do governo, qual seja, produzir benefícios para os cidadãos.

Considerando as funções cumpridas pela contabilidade no âmbito das empresas, é de se entender que o contador desempenha um papel fundamental no cumprimento dessas obrigações tributárias, notadamente da principal, o que está sintetizado na geração de determinado imposto através de uma guia de recolhimento para assim ser pago pela entidade que está obrigada a tal pagamento e com isso possam ser revertidos em benefícios para toda a sociedade de uma forma geral.

Relativamente às obrigações acessórias, na sua plataforma digital, ainda na Lei 5.172/66 do CTN no Art. 113º, § 2º: “A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas o interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos”. E complementa no seu § 3º: “A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária”.

Note-se, então, que os contribuintes estão sujeitos às obrigações acessórias (normalmente, prestação de informações), as quais têm a ver com o interesse do governo (fisco), no sentido de arrecadar ou fiscalizar a ocorrência, a constituição e a liquidação da obrigação principal, ou seja, o fato gerador é o pagamento do tributo.

Historicamente, o contador, enquanto responsável pelos registros das atividades mantidas pelos contribuintes, o que ocorria em “livros” de natureza contábil, era denominado simplesmente de “Guarda Livros”. Caso seja considerada a importância dos “livros guardados” para o funcionamento da sociedade, no sentido

da prestação de contas dos tributos devidos (da parte dos contribuintes) e dos tributos arrecadados (da parte do governo), esta já era uma denominação relevante.

Na atualidade, tendo em vista o sentido e o peso dos tributos no contexto de operação das empresas, o contador passou então a ter responsabilidades que vão além do intuito de prestação de contas relativas às obrigações tributárias, atuando como uma espécie de co-gestor das entidades no propósito de buscar o melhor caminho a ser traçado pelas mesmas. O que lhe transfigura em grande fornecedor de informações, seja para o fisco, via cumprimento de obrigações acessórias, seja para outros usuários de informações geradas pela contabilidade, gerando, demonstrando, declarando, registrando, importando, transmitindo e enviando várias informações a respeito da situação econômica, financeira e tributária das empresas.

No particular dos tributos, especificamente no que se refere à prestação de contas a eles relativa, a partir da contabilidade os órgãos de fiscalização dos entes federados têm as informações que precisam para poder mensurar, calcular e verificar se o recolhimento dos tributos está sendo feito em conformidade com a lei que rege aquele tributo. Nesse sentido, o contador passou, entre muitas outras responsabilidades, a ser um agente transmissor de informações ao fisco, de fatos já ocorridos realizados pelas empresas, o que pode ser traduzido como agente ativo do processo de prestação de contas relativas aos tributos.

Veja, então, que as obrigações acessórias estão ligadas com todo o contexto tributário e econômico de qualquer ente federado (união, estados e municípios), pois a essência daquelas obrigações diz respeito às informações necessárias para que o fisco, por um lado, verifique se os contribuintes estão cumprindo a sua parte no que diz respeito à apuração e ao recolhimento dos tributos devidos e, por outro lado, cumpra seu papel de arrecadar e fiscalizar.

Então, os tributos se constituem em um aspecto importante no contexto de qualquer sociedade, o que obriga a existência de um processo de prestação de contas adequado da parte dos contribuintes, para que o governo possa, ao mesmo tempo, cumprir o seu compromisso social, o que resulta no desenvolvimento de ferramentas como o SPED, o que atribui à contabilidade o desempenho de papel importante.

2.2 SISTEMA SPED

O Sistema Público de Escrituração digital – SPED⁴, foi criado em 22 de Janeiro de 2007, pelo Decreto-lei nº 6.022, em parceria com as três esferas governamentais (União, Estados e Municípios), órgãos públicos, conselho de classe, associações e entidades civis. E ainda teve o apoio de 27 empresas que firmaram contrato para formarem o projeto-piloto do sistema SPED.

Com a evolução do sistema, teve seu conceito alterado pelo Decreto-lei nº 7.979, de 08 de Abril de 2013, o qual dispõe no seu Art. 2º:

O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

Já na plataforma digital do SPED, informa que:

De modo geral, consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital.

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC⁵ também está em consonância, na sua plataforma digital, quando afirma o seguinte:

De forma objetiva, o Sped pode ser entendido como um software que será disponibilizado pela Receita Federal para todas as empresas a fim de que elas mantenham e enviem a este órgão informações de natureza fiscal e contábil (a partir da escrituração digital mantida nas empresas) e informações previdenciárias, bem como os Livros Fiscais, Comerciais e Contábeis gerados a partir da escrituração (já registrados nos órgãos do Comércio), além das Demonstrações Contábeis.

Diante dos conceitos acima e para que se concretizasse de maneira mais prática e efetiva, foram criadas inicialmente 03 plataformas eletrônicas de envio, recebimento e armazenamento de informações, como consta na plataforma digital do SPED, sendo elas:

- Escrituração Contábil Digital – ECD;
- Escrituração Fiscal Digital – EFD e
- Nota Fiscal Eletrônica Ambiente Nacional – NF-e

⁴ Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/> Acesso em: 24 mar.2020.

⁵ Disponível em <https://cfc.org.br/tecnica/areas-de-interesse/sped/> Acesso em: 25 mar.2020.

Escrituração Contábil Digital – ECD, segundo a plataforma digital do SPED:

A Escrituração Contábil Digital (ECD) é parte integrante do projeto SPED e tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, corresponde à obrigação de transmitir, em versão digital, os seguintes livros: (I) - Livro Diário e seus auxiliares, se houver; (II) - Livro Razão e seus auxiliares, se houver; (III) - Livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Conforme acima descrito na plataforma do SPED, a ECD teve como objetivo recepcionar eletronicamente os arquivos contábeis que antes eram feitos em forma de livro e autenticados nas juntas comerciais pelos contadores, que resultava num gasto considerável de papel e conseqüentemente na ocupação de espaço para a guarda de grandes livros aos quais as empresas e contadores eram obrigados a guardar como forma de comprovação do cumprimento da obrigação acessória.

Escrituração Fiscal Digital – EFD, segundo a plataforma digital do SPED:

A EFD-Contribuições trata de arquivo digital instituído no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, nos regimes de apuração não-cumulativo e/ou cumulativo, com base no conjunto de documentos e operações representativos das receitas auferidas, bem como dos custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos da não cumulatividade.

Já a EFD, foi criada como ferramenta de transmissão de informações para ser utilizada pelas entidades que optam pelo regime tributário cumulativo e não cumulativo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, bem como créditos de mesma natureza auferidos de outros fatos ocorridos no percurso normal de suas operações. Nesta, constitui-se assim uma nova obrigação acessória a ser tratada pelos contadores.

Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, segundo a plataforma digital do SPED.

O Projeto Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) foi desenvolvido, de forma integrada, pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e Receita Federal do Brasil, a partir da assinatura do Protocolo ENAT 03/2005, de 27/08/2005, que atribuiu ao Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT) a coordenação e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implantação do Projeto NF-e.

Com relação à nota fiscal eletrônica, o projeto teve o intuito de criar uma nova plataforma em que unificasse as bases de emissão de notas fiscais, de forma eletrônica, com autenticidade, segurança jurídica e validada pelo próprio órgão de fiscalização, para que permitisse ao mesmo o acompanhamento das operações de compra e venda.

2.3 OBJETIVOS DO SPED

Como ponto essencial na exposição deste trabalho é necessário apresentar os objetivos que se pretendia, ou se pretende, alcançar e que nortearam os criadores do sistema SPED. Assim sendo, mencionadas na sua plataforma digital, estão dispostas as suas premissas:

- Propiciar melhor ambiente de negócios para as empresas no País;
- Eliminar a concorrência desleal com o aumento da competitividade entre as empresas;
- O documento oficial é o documento eletrônico com validade jurídica para todos os fins;
- Utilizar a Certificação Digital padrão ICP Brasil;
- Promover o compartilhamento de informações;
- Criar na legislação comercial e fiscal a figura jurídica da Escrituração Digital e da Nota Fiscal Eletrônica;
- Manutenção da responsabilidade legal pela guarda dos arquivos eletrônicos da Escrituração Digital pelo contribuinte;
- Redução de custos para o contribuinte;
- Mínima interferência no ambiente do contribuinte;
- Disponibilizar aplicativos para emissão e transmissão da Escrituração Digital e da NF-e para uso opcional pelo contribuinte.

Ainda na mesma plataforma digital do SPED, entre outros objetivos, consta também:

- Promover a integração dos fiscos**, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais.
- Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes**, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores.
- Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários**, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

Diante do que foi dito acima, podemos compreender alguns objetivos que se queria alcançar: Unificar as bases de informação para a utilização dos órgãos de fiscalização; uniformizar a transmissão de informações visando eliminar sua duplicidade; eliminar a utilização excessiva de papéis no cumprimento das

obrigações acessórias; maior controle das operações por parte do fisco; tornar mais acessível para os usuários o acesso às notas fiscais eletrônicas; garantir maior confiabilidade, segurança e veracidade no envio e recepção das informações por meio do certificado digital; agilidade no processo de fiscalização e possibilidade de cruzamento de informações de forma mais precisa; e, por fim, aumentar a arrecadação de impostos e por consequência diminuir a sonegação do mesmo.

O SPED foi criado para ser uma moderna ferramenta de auxílio para o poder público no âmbito administrativo, fiscal e tributário. Dessa forma, entendemos que o sistema SPED foi criado para ser um diferencial no cumprimento das obrigações acessórias, na forma de gerar, armazenar e enviar informações econômicas e fiscais das entidades, para a RFB e o poder público de todas as esferas. Nesse contexto, o contador se torna peça chave de extrema importância, ao ser o responsável por levar tão valiosa informação aos agentes públicos que necessitam dela.

3 METODOLOGIA

Metodologia é o caminho a ser traçado, meios, instrumentos e técnicas utilizadas de forma ordenada por determinado autor, no qual tem o intuito de facilitar o entendimento das pesquisas realizadas para se chegar à resolução do problema, levantado no seu estudo científico (MARCONI E LAKATOS, 2017).

Ainda segundo Marconi e Lakatos (2017), conhecimento científico é o saber da ciência que estuda fatos verdadeiramente ocorridos em determinado espaço e tempo, onde por meio de experimentos realizados pretende se chegar a uma determinada resposta, para um dado questionamento no qual foi idealizado de forma organizada e ordenada.

Não tem a finalidade de seu resultado ser único, verdadeiro e absoluto, pois com o passar do tempo outros comportamentos podem ser observados e com isso novas técnicas são criadas para dar respaldo ao novo ambiente, retificando a tese já existente. Em virtude disso, o conhecimento científico que exista sobre algo é considerado como sendo o mais próximo da realidade naquele momento em que foram realizados os estudos e pesquisas, logo, aquela teoria que não tem comprovação científica (estudos sobre) não tem fundamentação, e por isso não é considerado ciência (MARCONI E LAKATOS, 2017).

A pesquisa desenvolvida pode ser classificada como descritiva que, conforme Marconi e Lakatos (2017) busca expor as propriedades de uma determinada população, seja por idade, classe social, renda, sexo, etc. Logo, uma vez identificada essa determinada amostra de população, foi aplicada como natureza da pesquisa a abordagem qualitativa a qual, ainda de acordo com Marconi e Lakatos (2017), a mesma busca identificar e compreender o comportamento de um dado contexto, frente às suas características específicas e demonstrar de forma aberta (não exata) os resultados de um determinado questionamento levantado, o qual se pretende responder.

Como técnica de pesquisa realizou-se um levantamento no qual “(...) objetivam descrever, explicar e explorar um fenômeno sob estudo” afirma, Marconi e Lakatos (2017), através do uso de um questionário (Apêndice A) “(...) objetivando obter informações que serão necessárias ao desenvolvimento da pesquisa” ainda conforme o autor acima citado.

Inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica e posteriormente documental, que faz referência a documentos escritos ou não, que constituem fontes primárias de pesquisas. (MARCONI E LAKATOS, 2019).

O questionário foi composto de 15 perguntas e dividido em duas partes, sendo a primeira parte de 05 perguntas de forma objetiva, as quais intentaram desenhar o perfil do respondente. A segunda parte foi organizada segundo a escala de *Likert* de cinco pontos, sendo os limites da escala a opinião de discordância e de concordância completa, opiniões com base nas quais será alcançada a resposta para a questão de pesquisa que orienta o trabalho.

O questionário foi elaborado na plataforma digital do *Google forms*, no período de 05 de Abril de 2020 a 10 de Abril de 2020, criando assim um *link* eletrônico que foi compartilhado na rede social do *Whats App*, dirigido a contadores e grupos que contém o perfil de pessoas aptas para responder o questionário. O período do recolhimento das respostas foi de 10 de Abril de 2020 a 16 de Maio 2020, para a área territorial de João Pessoa e região metropolitana, que compreende os municípios de Santa Rita, Bayeux, Cabedelo e Conde, totalizando assim um quantitativo de 54 respostas para o questionário.

Vale salientar que inicialmente o questionário não foi apenas pensado para ser aplicado de forma eletrônica como acima mencionado, mas impresso em papel e entregue aos contadores para o recolhimento dos dados. No entanto, devido à

pandemia do novo Corona vírus que atingiu o planeta, as autoridades de saúde do país junto com a Organização Mundial de Saúde (OMS), recomendaram o distanciamento social para conter a contaminação do vírus Covid-19.

Logo, o contato presencial com contadores ficou impossibilitado, sobretudo porque muitos escritórios de contabilidade tiveram que fechar suas portas temporariamente ou trabalhar no estilo *home office* (trabalho em casa).

Com relação à tratativa dos dados, o resultado da pesquisa foi transcrito para o próprio programa do *Word 2010* no qual foram inseridos os gráficos contendo a tabulação dos dados, demonstrando em percentual o quantitativo de pessoas que responderam tal afirmação concordando, discordando ou neutras, a respeito dos objetivos do SPED.

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Frente à apresentação dos dados do questionário, como amostra total da pesquisa foram colhidas as respostas de 54 indivíduos os quais se encaixam no perfil necessário, de forma que cada indivíduo respondeu a 15 questões, (visto que todas eram obrigatórias) totalizando 810 perguntas respondidas. O questionário foi dividido em duas partes, sendo a primeira parte de 05 perguntas para identificar o perfil do respondente, e a segunda parte de 10 questões direcionadas ao tema exposto. Tudo isso conforme apresentado no capítulo anterior deste trabalho.

A partir das respostas recebidas, percebeu-se uma falha na elaboração da questão 03, que trata de uma das características do perfil do respondente, sendo tal questão eliminada para efeitos da apuração do resultado da pesquisa. Em virtude disso, o quantitativo de perguntas e respostas foi modificado, estando agora distribuído da seguinte maneira: 54 indivíduos responderam a 14 questões cada um, totalizando 756 perguntas respondidas. De maneira que abaixo segue a exposição dos dados e a discussão do mesmo questão a questão.

A primeira indagação do questionário tinha a ver com o tempo durante o qual o respondente está envolvido no exercício profissional. Nesse sentido, 66,7% responderam que têm até 05 anos de profissão; seguido de 20,4% responderam que estão situados na faixa de 05 a 10 anos de profissão, como apresentado no gráfico 01:

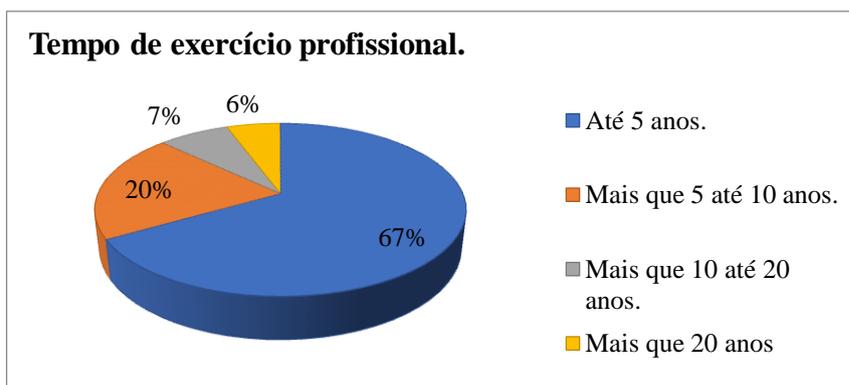


Gráfico 01 – Questionário SPED e sistemas de fiscalização.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Como pode ser visto no gráfico 01, a maioria dos respondentes é de profissionais jovens no mercado de trabalho, o que implica que já entraram no mercado com programas do sistema SPED em pleno funcionamento, vivenciando um novo momento de transmissão de informações contábeis.

Se, por um lado, a situação pode ser um indicativo de inexperiência dos profissionais, o que pode servir como obstáculo para a compreensão de aspectos que dizem respeito à relação do fisco com os contribuintes, por outro lado, pode se constituir em aspecto que permite uma melhor adaptação, haja vista que tais profissionais não carregam “vícios” do modelo de relação anterior.

Para a segunda questão, a pergunta foi direcionada ao tipo de ensino que teve o respondente na sua formação profissional. Nesse sentido 74,1% responderam que foi em escola pública e 25,9% responderam em escola privada, conforme evidenciado no gráfico 02.

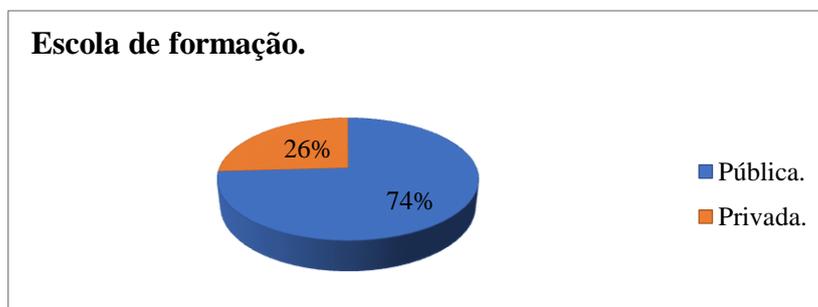


Gráfico 02 – Questionário SPED e sistemas de fiscalização.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Note-se a partir do gráfico 02 que a maioria dos indivíduos (quase 3/4) vem de escola pública. Vale considerar que o oferecimento de cursos de Ciências

Contábeis por parte de escolas privadas se constitui em um fenômeno mais recente, o que serve para justificar a preferência das pessoas pela escola pública.

A questão 04 teve como objeto o nível de conhecimento do respondente a respeito do sistema SPED. Observa-se que 64,8% conhecem e usam alguma plataforma do sistema SPED; seguido de 22,2% conhece, mas não usa o mesmo, conforme o gráfico 03.

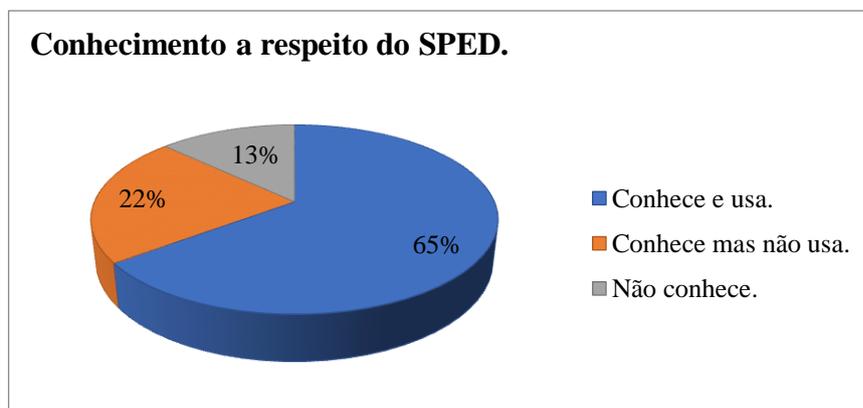


Gráfico 03 – Questionário SPED e sistemas de fiscalização.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Diante dos dados apresentados no gráfico 03, podemos concluir que o sistema SPED é atualmente utilizado pela maioria dos contadores, enquanto aqueles que mesmo que não o use, o conhece. Isto mostra a expansão e a forte atuação do sistema para várias atividades que a profissão atribui. Por outro lado, mostra um percentual de profissionais que certamente não estão inseridos no meio contábil, quando falamos daqueles que não conhecem o sistema.

E encerrando a parte do questionário que trata do perfil do respondente, a quinta questão teve foco no espaço em que o respondente buscou o conhecimento sobre o SPED. Observam-se os dados mais equilibrados dos aspectos relativos ao perfil dos respondentes, já que 33,3% procuram o site da RFB; seguido de 24,1% que buscam cursos presenciais de capacitação; seguido de 22,2% que fazem capacitação através de fóruns contábeis na internet e 20,4% que não faz nenhum tipo de capacitação. Conforme apresentado no gráfico 04.

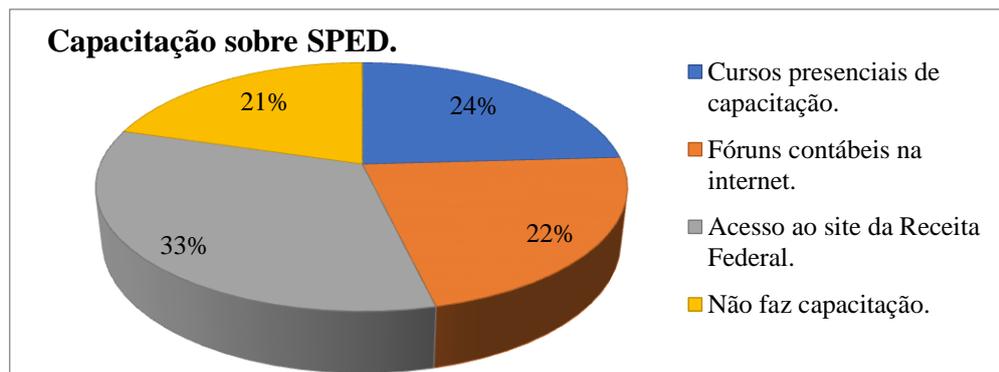


Gráfico 04 – Questionário SPED e sistemas de fiscalização.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Diante do gráfico 04, observa-se que são muitas as fontes para obtenção de informações a respeito do sistema SPED, o que se compreende como uma prova da disseminação do sistema e que os profissionais da contabilidade usam muitas dessas fontes. É relevante notar, também, o percentual de profissionais (79%) que buscam, em uma fonte ou em outra, informações sobre o SPED, o que se entende como uma prova da importância que os profissionais atribuem ao fato de estarem atualizados sobre as frequentes mudanças nas atualizações das plataformas já existentes, bem como na criação de novas plataformas, expandindo ainda mais o universo SPED.

O percentual de profissionais que não buscam capacitação sobre o SPED (21%) se constitui em aspecto digno de causar preocupação, isto se for levado em conta que quase a totalidade do fluxo de informações tributárias entre as empresas e o fisco segue via SPED.

A partir daqui serão as questões direcionadas ao tema no qual tem o intuito de demonstrar, na opinião dos contadores, se os objetivos inicialmente propostos para o SPED foram ou estão sendo alcançados.

A sexta questão está relacionada com a segurança das informações que viajam via SPED e colocou a seguinte afirmação para análise dos respondentes: “Na visão dos contadores, as informações transmitidas via SPED são mais seguras e confiáveis do que informações transmitidas por outra alternativa”. Nesse sentido, 63% dos profissionais responderam que concordam; seguido de 16,7% que responderam que não discorda, nem concorda. Conforme o gráfico 05 que segue:

Na visão dos contadores, as informações transmitidas via SPED são mais seguras e confiáveis do que informações transmitidas por outra alternativa.



Gráfico 05 – Questionário SPED e sistemas de fiscalização.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Conforme apresentado no gráfico 05, a despeito do percentual de profissionais que enxergam o sistema SPED como seguro (63%), não pode ser desconsiderado o percentual de profissionais que não concordam com a suposta segurança do sistema (37%). Vale lembrar que as informações que circulam no SPED são de natureza tributária, a respeito das quais existe, inclusive, garantia de sigilo fiscal. Nada obstante, considerando aqueles que enxergam o SPED como seguro, pode-se afirmar que tal compreensão demonstra a liberdade dos contadores em trabalhar no sistema SPED com garantia e a confiabilidade necessária devida para as informações contábeis.

A pergunta seguinte está relacionada com a redução/simplificação do trabalho dos contadores e pediu a opinião do respondente a respeito da seguinte afirmação: “A unificação de informações em uma única base através do sistema SPED, trouxe otimização do tempo e economia por parte dos contadores”. Nesse sentido, 70,4% responderam que concordam; seguido de 14,8% responderam que não discorda, nem concorda, como mostra no gráfico 06:

A unificação de informações em uma única base através do sistema SPED, trouxe otimização do tempo e economia por parte dos contadores.

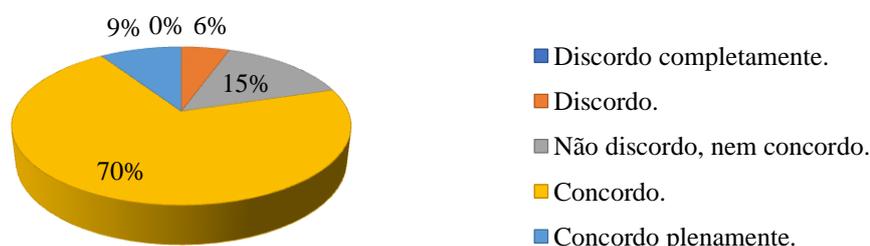


Gráfico 06 – Questionário SPED e sistemas de fiscalização.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Diante do gráfico 06 exposto, observamos que novamente mais de (3/4) dos contadores enxergam no SPED uma ferramenta que os auxilia como base central de informações, trazendo economia de tempo no cumprimento das obrigações acessórias, que reflete diretamente na atuação dos profissionais no tocante a estar mais presente no contato com as organizações que precisam de mais atenção por parte dos contadores.

A oitava questão está inserida na ideia da redução do uso de papel e submeteu à análise dos respondentes a seguinte afirmação: “O cumprimento de obrigações acessórias, após o SPED, basicamente eliminou o uso de papel”. Na opinião dos respondentes, 46,3% responderam que concordam; seguido de 22,2% responderam que nem discorda e nem concorda, como mostra o gráfico 07:

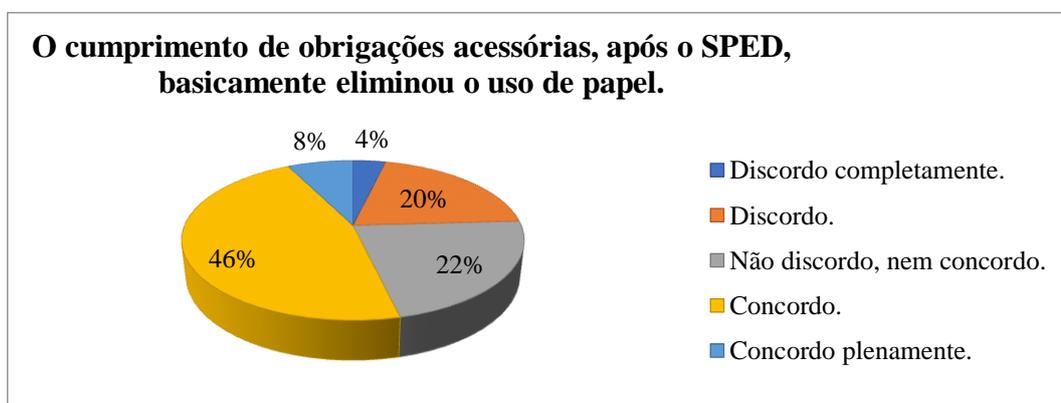


Gráfico 07 – Questionário SPED e sistemas de fiscalização.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Diante das informações apresentadas no gráfico 07, podemos verificar que a opinião dos contadores quanto à redução do uso de papel está quase que igualmente dividida: enquanto 52% concordam com a afirmação, 48% não concordam. Assim, mesmo que o sistema tenha, por exemplo, eliminado a necessidade da emissão de livros fiscais e contábeis em papel, muitos profissionais não veem isto como uma redução relevante do uso do papel. Vale notar que a eliminação do uso do papel, mais que uma economia financeira, se constitui na preservação da natureza, visto que a matéria prima do papel é a celulose que é extraída de árvores. Por isso, quanto menos papel utilizado, menos árvores derrubadas.

No que se refere à nona questão, ela tratou da comunicação entre fisco e contribuinte, afirmando: “A comunicação de informações entre o fisco, contribuintes e o contador ficou mais ágil e segura após o SPED”. Nesse sentido, observamos que 63% responderam que concordam; seguido de 22,1% que responderam que não discordam, nem concordam. Como demonstrado no gráfico 08:

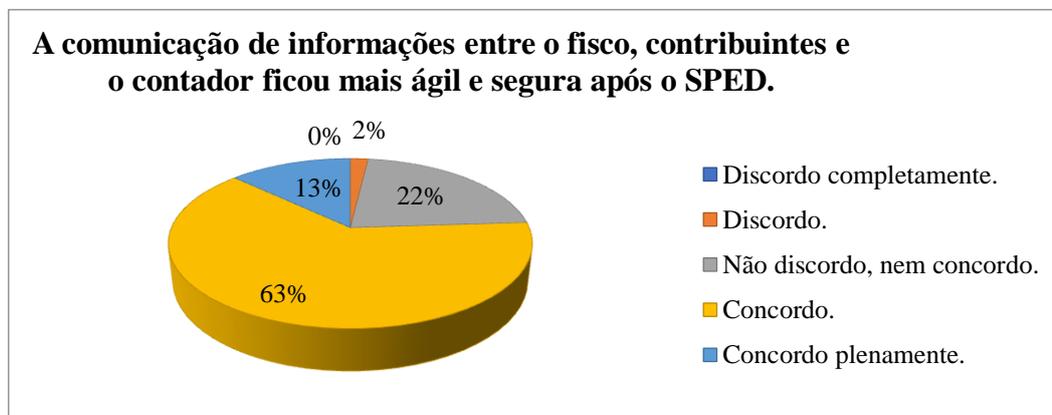


Gráfico 08 – Questionário SPED e sistemas de fiscalização.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

De acordo com o demonstrado no gráfico 08, podemos compreender que mais da metade dos respondentes são de opinião que houve uma melhoria na comunicação entre empresa, fisco e contadores após o sistema SPED, trazendo mais agilidade e a segurança para as informações. De maneira que, como as informações são mais rápidas e mais fáceis de encontrar por parte do fisco, essa relação se torna mais leve e certamente mais objetiva.

Na décima questão buscou-se opinião a respeito do acesso à mesma informação por parte dos diversos níveis de fiscalização, submetendo aos respondentes a afirmação: “Com base no SPED, os agentes fiscalizadores, independente no nível, se federal, estadual ou municipal, podem fazer um cruzamento de informação para assim ter uma melhor visão das transações das empresas”. Nesse sentido 66,7% responderam que concordam; seguido de 18,5% que responderam que concordam plenamente, conforme o gráfico 09:

Com base no SPED, os agentes fiscalizadores, independente no nível, se federal, estadual ou municipal, podem fazer um cruzamento de informação para assim ter uma melhor visão das transações das empresas.

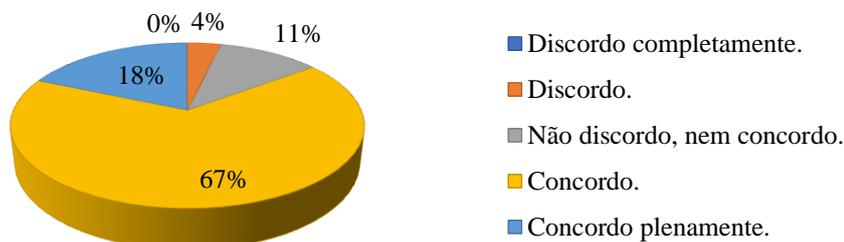


Gráfico 09 – Questionário SPED e sistemas de fiscalização.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Conforme os dados apresentados no gráfico 09, podemos identificar que aproximadamente 85% dos contadores veem que é possível, através do SPED, fazer o cruzamento de informações no intuito de verificar algum ilícito tributário por parte do contribuinte, mostrando assim a grande capacidade que tem o SPED de auxiliar os fiscais na execução das atividades de fiscalização.

A décima primeira está voltada ao alcance do SPED, isto no que se refere às operações nele tratadas, solicitando opinião sobre: “O SPED permite ao fisco um acompanhamento integral das operações realizadas pelos contribuintes”. Nesse sentido 64,8% responderam que concordam; seguido de 18,5% que responderam que não discordam, nem concordam. Conforme demonstrado no quadro 10:

O SPED permite ao fisco um acompanhamento integral das operações realizadas pelos contribuintes.

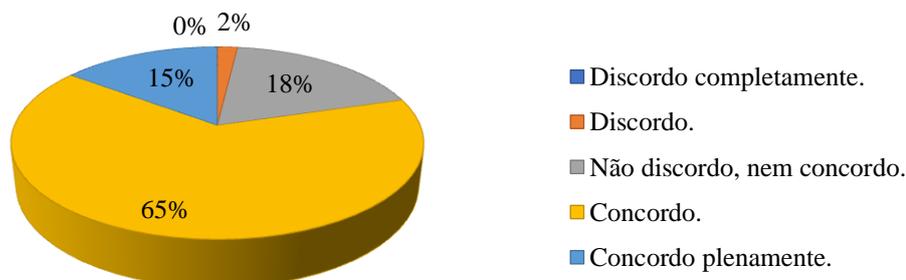


Gráfico 10 – Questionário SPED e sistemas de fiscalização.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Na exposição do gráfico 10, observamos novamente que mais de (3/4) dos contadores acreditam que, após a implantação do sistema SPED, os fiscais têm um acompanhamento mais abrangente das operações das empresas. O que implica dizer que os contribuintes precisam ter uma maior organização e atenção na emissão de documentos fiscais, evitando assim o desgaste de locomoção da parte do fisco.

A décima segunda questão tem a ver, ainda, com o alcance do SPED, mas, agora, no sentido da possibilidade de o fisco auditar um número maior de contribuintes, e afirmou para que os respondentes opinassem a respeito: “Com a implementação do SPED, os órgãos fiscalizadores podem auditar um número maior de empresas, isto em comparação à auditoria feita com base em informações em papéis”. Como resultado, 61,1% responderam que concordam; seguido de 16,7% que responderam que concordam plenamente com a afirmação, como demonstra o gráfico 11:

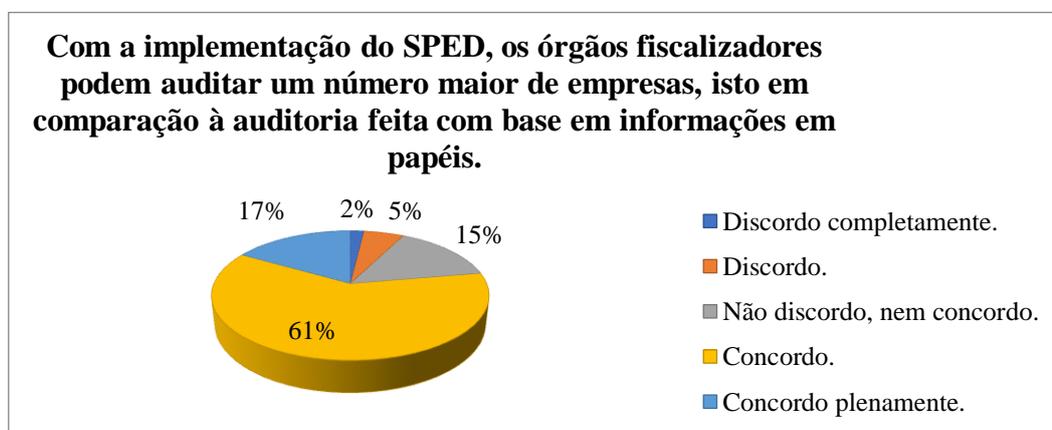


Gráfico 11 – Questionário SPED e sistemas de fiscalização.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Conforme demonstrado no gráfico 11, pode se observar que aproximadamente 78% dos contadores acreditam que os fiscais conseguem fiscalizar um maior número de empresas quando utiliza as informações contidas na base do SPED. Diante da facilidade que o próprio sistema SPED propicia aos fiscais, consequentemente o mesmo tem mais tempo para fiscalizar outras empresas.

A décima terceira questão teve preocupação com a adequação da apuração da obrigação principal, notadamente no que diz respeito à determinação do valor e pediu a opinião dos respondentes sobre a afirmação: “O SPED permite que os tributos das empresas (obrigação principal) sejam apurados com maior precisão e

segurança”. Para tanto 61,1% responderam que concordam; seguido de 22,2% que responderam não discordo nem concordo, como assim demonstrado no gráfico 12:

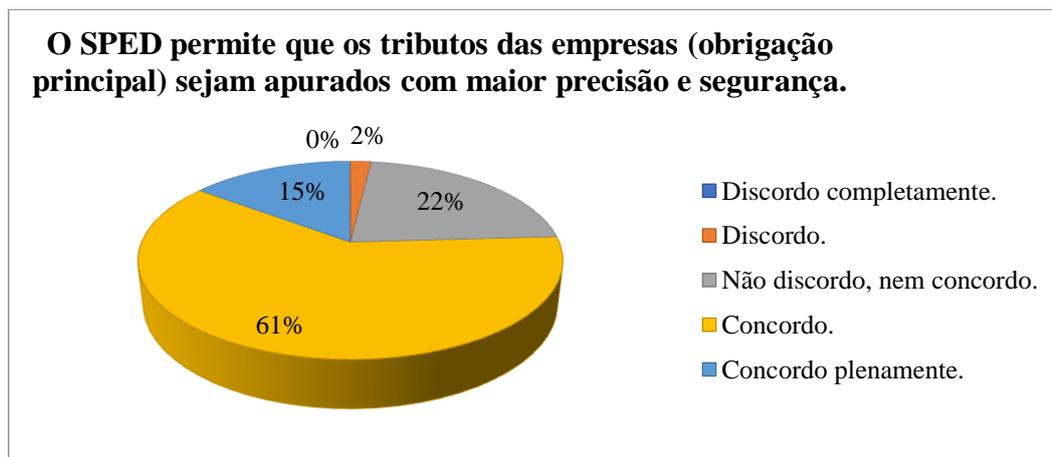


Gráfico 12 – Questionário SPED e sistemas de fiscalização.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Frente à exposição do gráfico 12, é notado que (3/4) dos respondentes concordam com a afirmação da pergunta quando diz que os impostos são apurados de forma mais segura e precisa. O que leva a crer que a apuração de impostos está sendo de forma mais coerente e justa para ambas as partes, trazendo mais segurança e confiabilidade por parte dos contadores na utilização do sistema SPED.

A décima quarta tem foco na possibilidade de aumento da arrecadação tributária, isto considerando que a implantação do SPED pode reduzir, por exemplo, o nível de sonegação por parte dos contribuintes e requereu a opinião sobre a afirmação: “A colocação do SPED em funcionamento permitiu o aumento da arrecadação de impostos em todos os níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal)”. Temos o resultado de 50% que responderam concordo; seguido de 31,5% que responderam não discordo, nem concordo, como apresentado no gráfico 13:

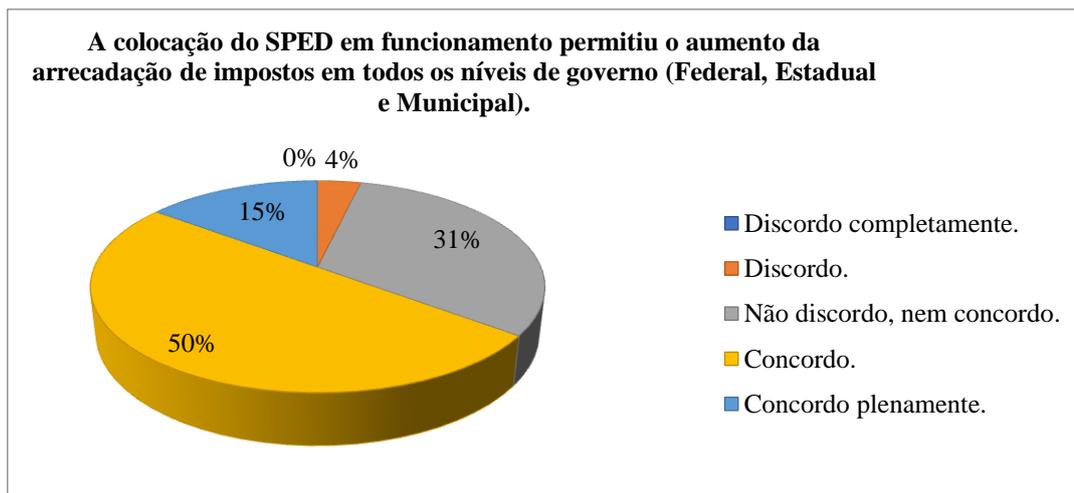


Gráfico 13 – Questionário SPED e sistemas de fiscalização.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Para a afirmação 14 desposta, no resultado examinado no gráfico 13 observamos que os respondentes acreditam que a arrecadação para os entes federados aumentou. Ainda é possível notar o percentual de respondentes que permanecem neutros a essa questão.

E, finalmente, a décima quinta indagou a respeito do distanciamento provocado pelo SPED entre o fiscal e o contribuinte, fator esse que poderá reduzir o nível de corrupção na esfera tributária, da seguinte forma: “Com o maior distanciamento provocado pelo SPED entre fisco e contribuintes, os casos de corrupção diminuirão”. Nesse entendimento 40,8% responderam concordo; seguido de 37% que responderam não discordo, nem concordo, conforme demonstrado no gráfico 14:

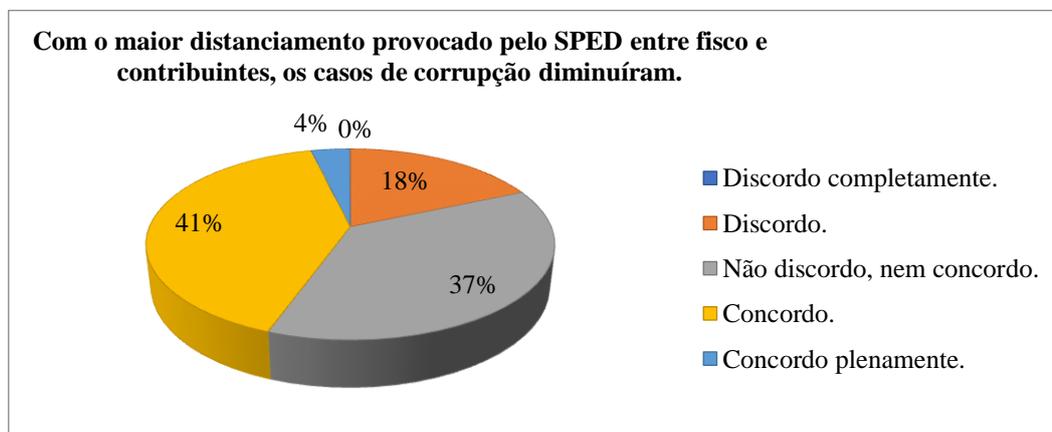


Gráfico 14 – Questionário SPED e sistemas de fiscalização.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Diante do resultado demonstrado no gráfico 14, podemos entender que 45% dos respondentes acreditam que após a implementação do SPED, os casos de

corrupção diminuíram, tendo em vista que como as informações tributárias são agora mais fáceis de buscar e de comunicar aos responsáveis quando ocorre alguma irregularidade, diminui então a presença dos fiscais nos estabelecimentos comerciais. O que implica dizer também que, com a redução do deslocamento de fiscais para os estabelecimentos, há uma economia considerável de tempo e combustível, quando se refere ao deslocamento para o local, bem como na economia de pessoal (fiscais), uma vez que como o trabalho foi simplificado e com a diminuição de deslocamento, o quantitativo de agentes necessários naturalmente diminui, acarretando redução de custo de folha para o erário público.

Tanto para a questão décima quinta, bem como para a questão anterior (décima quarta), observamos nos seus gráficos correspondentes o percentual relevante de indivíduos que optaram pela opção “não discordo, nem concordo” (37% e 31% respectivamente). Frente a esses dados, pode-se afirmar que o resultado tem respaldo evidenciado nos dados apresentados no gráfico 01, que trata do perfil do respondente. Onde demonstra que 78% dos profissionais têm até 10 anos de exercício na profissão. Em outras palavras, entende-se que, como o SPED tem pouco mais de 10 anos da sua criação, os respondentes não têm experiência de exercício profissional do período antes da implantação do sistema SPED e, por isso, estão inertes aos referentes questionamentos apresentados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi, a partir da aplicação de um questionário, analisar o grau de concordância ou discordância dos contadores a respeito da efetivação dos objetivos definidos para o sistema SPED, quando da sua criação.

As perguntas foram elaboradas de forma objetiva e direta, evidenciando os objetivos descritos no seu projeto inicial, conforme apresentado no corpo do trabalho. Como resultado da pesquisa, foi obtido como amostra um total de 54 respostas. Na tratativa dos dados voltados apenas às questões direcionadas aos objetivos do SPED, soma-se um total de 10 perguntas em que resulta num total de 540 respostas voltadas apenas a responder a problemática desse trabalho.

Frente a essas informações, como resultado do grau de concordância, discordância ou neutralidade da opinião dos contadores. Nesse contexto, 58,7% responderam concordo; seguido de 21,1% que responderam não discordo, nem

concordo, e ainda 12,7%, responderam concordo plenamente. Como observado no gráfico 15, que segue:

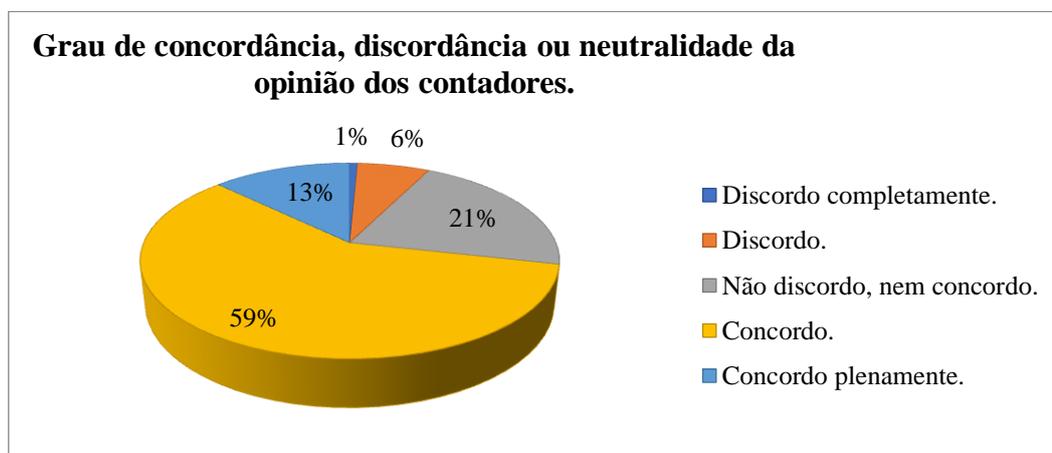


Gráfico 15 – Questionário SPED e sistemas de fiscalização.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Conforme demonstrado no gráfico 15, observamos que pelo menos 72% das repostas concordam com as afirmações voltadas aos objetivos do SPED. Isso implica dizer que, sim, o sistema SPED por meio das suas plataformas de transmissão de informações, atingiu os objetivos para o qual foi criado inicialmente.

Diante do resultado alcançado, o SPED demonstra seu potencial de relevância como ferramenta de auxílio para contadores, entidades, poder público, RFB e usuários de maneira geral, uma vez que sua proposta inicial era unificar, simplificar e facilitar o cumprimento das obrigações de cada indivíduo de acordo com sua função que está sujeito a suas atribuições, seja para transmissor, recebedor ou apenas consultor usuário de informações que necessitem de segurança eletrônica e confiabilidade.

Ainda é importante citar o percentual relevante de respostas no qual permanecem neutras às questões da pesquisa, que pode ser respaldado ainda pelos dados do questionário que trata do perfil do respondente, de forma que 22% dos respondentes conhecem o sistema SPED, mas não usam e ainda na mesma pergunta 13% dos respondentes não conhecem o sistema, conforme demonstrado no gráfico 03. O que implica dizer que pelo menos 35% das pessoas não usa de fato o sistema, logo, não têm experiência ou familiaridade com a ferramenta e, por isso, não sabem opinar sobre ela.

Em suma, pode-se afirmar que o estudo apresentado traz relevantes resultados para a área pesquisada, em virtude de seu tema ser sobre uma ferramenta utilizada constantemente nos dias atuais pelos profissionais da contabilidade. Vale frisar também que o sistema SPED vem de uma construção contínua e ele ainda permanece assim, com constantes atualizações que buscam melhorar as plataformas de envio de dados. E ainda ampliando seu alcance, com a criação de novos mecanismos de transmissão de informação que utilizam a base SPED.

Portanto, é pertinente que no futuro sejam desenvolvidas outras pesquisas a respeito do tema, até mesmo para o conhecimento dos criadores do sistema, que podem utilizar informações destas para formular melhorias, visando favorecer o meio público-social que abrange os usuários dessa ferramenta.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CTN – Código Tributário Nacional. **Lei n.º 5.172/1966**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172.htm Acesso em: 23 mar. 2020.

BRASIL. **Lei 7.979/2013**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7979.htm#art1 Acesso em: 24 mar. 2020.

BRASIL. **Lei de orçamento 4.320/1964**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm Acesso em: 23 mar. 2020.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **SPED**. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/areas-de-interesse/sped/> Acesso em: 25 mar. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2019.

SPED – Sistema Público de Escrituração Digital. **Apresentação**. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/> Acesso em: 24 mar. 2020.

AUDITORIA INTERNA: PREVENÇÃO DE PASSIVOS TRABALHISTAS EM COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LOCALIZADA EM JOÃO PESSOA

Letícia Xavier Barbosa Sampaio ¹
Rafael Batista Pereira de Oliveira ²

RESUMO:

A auditoria interna consiste em uma ferramenta para prevenção das incompatibilidades nos processos internos de uma organização, onde os processos são auditados com objetivo de certificar-se de que as informações prestadas são fidedignas e se encontram dentro da conformidade com os padrões contábeis e legislação vigente. O presente estudo tem por objetivo demonstrar procedimentos de auditoria interna nas rotinas trabalhistas em um comércio de materiais de construção localizada em João Pessoa. Este estudo classificou-se como qualitativo, devido a utilização de pesquisas bibliográficas e documentais, e buscou descrever a análise e os resultados obtidos. Foi utilizado o planejamento da auditoria interna, formulados procedimentos de auditoria a serem tomados, a definição de amostra e os papéis de trabalho. No decorrer da aplicação da auditoria, foram identificadas algumas inconformidades, como em relação a ausência de alguns documentos essenciais, a inexistência de acompanhamento de horas extras, falta de assinaturas em documentos importantes, erros de preenchimento, ausência de pagamento vale alimentação, dentre outros. Após isso orientou-se que fossem feitas as devidas correções. A pesquisa demonstra que a auditoria interna pode ajudar a prevenir e minimizar contingências, pois esboça um parecer sobre o que está ocorrendo na empresa, possibilitando a mesma confrontar com o que a legislação determina e buscar adequação.

Palavras-chaves: Auditoria trabalhista. Departamento de Pessoal. Legislação Trabalhista.

ABSTRACT:

Internal auditing is a tool of prevention of incompatibility in an organization's internal processes, where all processes are audited in order to make sure that the information provided is reliable and it is in compliance with the legislation. This study aim is to demonstrate internal auditing procedures in labor routines in a building materials trade located in João Pessoa. This study was classified as qualitative, due to the use of bibliographic and documentary research and sought to describe the analysis and the results obtained. Internal auditing planning, auditing procedures to be taken, sample definition and working papers were used. During the application of the audit, some incompatibility was identified, such as the absence of some essential

¹ Graduando do Curso de Ciências Contábeis pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP. E-mail: leticiaxavier0195@gmail.com.

² Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis, pela IESP, MBA em Auditoria, Perícia e Arbitragem pela ENP, MBA em Finanças pelo IBMEC (cursando), Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIESP. E-mail: rafaelbpoliveira@hotmail.com.

documents, the lack of monitoring overtime, lack of signatures on important documents, errors in filling in, absence of payment for food vouchers, among others. After that, it was advised that the necessary corrections were made. The research demonstrates that internal auditing can help prevent and minimize contingencies, as it outlines an opinion on what is happening in the company, allowing it to confront what the legislation determines and seek adaptation.

Keywords: Labor audit. Personal department. Labor legislation.

1 INTRODUÇÃO

Para as empresas se manterem no mercado e alcançando os lucros que almejam, faz-se necessário um padrão organizacional bem estruturado, com a finalidade de não se exceder nas despesas, bem como desembolsos imprevistos, garantindo que os processos internos tenham um bom desempenho e estejam em bom funcionamento. Desse modo, fará com que a entidade diminua riscos e obtenha informações fidedignas para tomada de decisões, bem como leva a necessidade de obter a auditoria interna.

A área trabalhista deve receber atenção especial, pois pode acarretar surpresas financeiras indesejáveis, podendo comprometer a saúde financeira da organização. Algumas atitudes como, a não observância das leis vigentes, o descumprimento de obrigações e a prática antiética de contratação podem gerar autuações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e processos trabalhistas, pondo em risco os bens patrimoniais para quitação dessas.

A auditoria interna, neste sentido, se apresenta como um instrumento de prevenção de riscos e minimização de gastos. O auditor atua analisando processos e certifica-se de que a organização consta em conformidade com normas regulamentadoras, sugerindo melhorias e possíveis correções mediante ao que foi analisado.

Neste contexto, este artigo se dispõe a responder a seguinte questão: como a Auditoria interna pode contribuir na redução de riscos e perdas relacionados ao setor de Departamento Pessoal?

Para responder a este questionamento, objetiva-se demonstrar como a auditoria interna pode contribuir para o bom desempenho da empresa, agregando ao processo de gestão empresarial na prevenção de passivos trabalhistas.

Para afirmar o alcance do objetivo geral é necessário planejar objetivos específicos, que são: avaliar os documentos e aplicar testes se utilizando papéis de

trabalho; observar os controles internos relacionados ao departamento de pessoal; e analisar os resultados levantados de métodos de auditoria para identificar sua contribuição na prevenção ou diminuição de passivos trabalhistas.

Portanto a pesquisa contribuirá para a organização através da avaliação da rotina trabalhista praticada pela empresa estudada, avaliando a eficiência e eficácia de seus controles em sua realização de forma adequada.

Tem como justificativa a contribuição e relevância que a auditoria interna é capaz de oferecer aos gestores da entidade proporcionando uma visão mais ampla de seus processos, possibilitando a revisão dos pontos que não se encontram em conformidade com a presente legislação e possibilitando a revisão das rotinas e implantação de boas práticas, que visem à minimização dos riscos, que tracem novos hábitos a serem evitados processos trabalhistas e autuações que possam prejudicar o desenvolvimento da organização.

Segundo a plataforma digital do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), até setembro de 2020, processos envolvendo horas extras ocuparam o quarto lugar no *ranking* dos assuntos mais recorridos, como na falta de organização relacionada a recolhimento de impostos (INSS, FGTS), registros de funcionários no tempo devido, descanso semanal remunerado, reajuste salarial na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), periculosidade, entre outras questões.

Ranking	Assuntos					Código do Assunto	Quantidade de Processos
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5		
1º	Direito Do Trabalho	Rescisão do Contrato de Trabalho	Verbas Rescisórias	Aviso Prévio		2641	112.981
2º	Direito Do Trabalho	Rescisão do Contrato de Trabalho	Verbas Rescisórias	Multa do Artigo 477 da CLT		2212	103.288
3º	Direito Do Trabalho	Rescisão do Contrato de Trabalho	Verbas Rescisórias	Multa de 40% do FGTS		1998	99.525
4º	Direito Do Trabalho	Duração do Trabalho	Horas Extras			2086	96.566
5º	Direito Do Trabalho	Rescisão do Contrato de Trabalho	Verbas Rescisórias	Multa do Artigo 467 da CLT		2210	85.462
6º	Direito Do Trabalho	Duração do Trabalho	Horas Extras	Reflexos		55097	77.730
7º	Direito Do Trabalho	Duração do Trabalho	Horas Extras	Adicional de Horas Extras		55365	77.402
8º	Direito Do Trabalho	Duração do Trabalho	Intervalo Intra jornada	Adicional de Hora Extra		55112	73.257
9º	Direito Do Trabalho	Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios	Adicional	Adicional de Insalubridade		1666	72.003
10º	Direito Do Trabalho	Rescisão do Contrato de Trabalho	Verbas Rescisórias	Férias Proporcionais		8821	68.386
11º	Direito Do Trabalho	Rescisão do Contrato de Trabalho	Verbas Rescisórias	Décimo Terceiro Salário Proporcional		8820	65.506
12º	Direito Do Trabalho	Duração do Trabalho	Intervalo Intra jornada			2140	63.231
13º	Direito Do Trabalho	Contrato Individual de Trabalho	FGTS	Depósito / Diferença de Recolhimento		2033	59.019
14º	Direito Do Trabalho	Rescisão do Contrato de Trabalho	Verbas Rescisórias			2546	53.289
15º	Direito Do Trabalho	Responsabilidade Civil do Empregador	Indenização por Dano Moral			1855	51.748
16º	Direito Do Trabalho	Férias	Indenização / Dobra / Terço Constitucional			2021	51.081

Quadro 01: Assuntos Mais Recorrentes nos TRTs – Até Setembro de 2020
Fonte: Tribunal Superior do Trabalho (2020, p.02).

O presente artigo apresentou para empresa como a auditoria interna é uma ferramenta importante de acompanhamento de controle no setor de gestão de pessoas, e, portanto, propõe-se uma cultura de prevenção contra contingências trabalhistas, algo que poderá ser apresentado tanto para acadêmicos quanto a sociedade em geral.

A metodologia deste artigo consiste em um levantamento de dados, além de estudo de caso em uma empresa industrial de pequeno porte na cidade de João Pessoa/PB. Como método de pesquisa qualitativa, o trabalho pretende identificar através da aplicação de procedimentos e auditoria através de papéis de trabalho, quais as práticas de auditoria interna e seus impactos na gestão da empresa.

A fundamentação teórica está baseada em autores como Attie (2011), Crepaldi (2016) que conceituam assuntos relevantes ao corpo do estudo, como também embasamento na legislação vigente.

Além da introdução, o artigo se divide na fundamentação teórica, em que descreve a os aspectos literários acerca do tema a importância da auditoria interna como ferramenta de análise de processos e de revisão de métodos preventivos na empresa, os procedimentos metodológicos adotados, através da entrevista e de documentos serão analisados os resultados e as discussões sobre a temática, por fim, as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico no qual se baseia o estudo foi conceituado conforme autores como *Crepaldi, Franco, Marra, Hoog, Attie*, entre outros. Assim como embasamento da legislação trabalhista brasileira e das principais rotinas da organização.

2.1 AUDITORIA

Auditoria interna atua em conjunto com o controle interno, voltada a analisar os processos da organização, e busca avaliar se os procedimentos estão conforme a legislação, e é definido como uma técnica da contabilidade que são baseados:

Crepaldi (2010, p.30), conceitua a “levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das

demonstrações financeiras de uma entidade”. E conforme com ideia anterior, é conceituado como:

A certificação dos elementos da contabilidade com o exercício da sociedade empresária, assegurando a credibilidade das informações das peças contábeis e a integridade do patrimônio, visando à minimização dos riscos operacionais, fiscais, societários, ambientais, trabalhistas, previdenciários, sistêmicos do mercado e outros, através de técnicas específicas. (HOOG; CARLIN, 2009, P.53).

Desta forma, podemos afirmar que a auditoria realiza a inspeção e analisa documentos e práticas presentes na entidade, baseando-se nas normas e técnicas conforme a legislação.

2.2 AUDITORIAS EXTERNA E INTERNA

A auditoria é uma técnica autônoma entre as técnicas da contabilidade, e se justifica pela necessidade da aplicação de trabalhos pelo o auditor.

Segundo Jund (2001), a auditoria externa é uma das técnicas utilizadas pela contabilidade, ou seja, aquela destinada a examinar a escrituração e demonstrações contábeis, com o intuito de confirmar sua adequação. Objetivamente a auditoria externa atua conferindo dados obtidos através da contabilidade, com a intenção de verificar a veracidade dos dados.

Crepaldi define o objetivo da auditoria externa:

É o de emitir uma opinião sobre as demonstrações contábeis da organização em relação aos Princípios de Contabilidade, Normas Brasileiras de Contabilidade e demais legislações aplicáveis no Brasil. (CREPALDI, 2016, P.31).

Diante disto, a auditoria externa define que o auditor seja um profissional independente, ou seja, sem vínculo com a empresa, uma vez que seu objetivo é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis, pelos seus usuários, através da emissão de opinião realizar um trabalho profissional, que sejam evitados fraudes, que transmita segurança aos interessados na organização, e que seja identificada a situação em que a mesma atualmente se encontra.

Já a auditoria interna é voltada para avaliação da eficiência e eficácia dos processos internos, destina-se ao controle gerencial realizado por profissional da

empresa, onde sua função é avaliar se os controles internos estão em conformidade e formulam sugestões de melhorias para as deficiências encontradas.

No que se refere a controle interno, Crepaldi (2016, p.31) é descrito como principal objetivo a emissão de relatórios que examinem a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade.

Crepaldi afirma:

É uma atividade de avaliação independente dentro da empresa, que se destina a revisar as operações, como um serviço prestado à administração. Constitui um controle gerencial que funciona por meio da análise e avaliação da eficiência de outros controles. É executada por um profissional ligado à empresa, ou por uma seção própria para tal fim, sempre em linha de dependência da direção empresarial. (CREPALDI, 2016, P.73).

Diante disso conclui-se que as práticas de auditoria se baseiam em verificação de fatos passados e análise de fatores, conforme apresentado por Crepaldi (2011), cabe evidenciar que o presente estudo será sobre auditoria interna, e terá como base o método de análise.

Segundo o quadro 02, apresenta diferenças entre a auditoria interna e a externa segundo Crepaldi (2016):

Elementos	Auditoria Externa	Auditoria Interna
Sujeito	Profissional independente	Auditor interno (funcionário da empresa)
Ação e objetivo	Exame das demonstrações financeiras	Exame dos controles operacionais
Finalidade	Opinar sobre as demonstrações financeiras	Promover melhorias nos controles operacionais
Relatório principal	Parecer	Recomendações de controle interno e eficiência administrativa
Grau de independência	Mais amplo	Menos amplo
Interessados no trabalho	A empresa e o público em geral	A empresa
Responsabilidade	Profissional, civil e criminal	Trabalhista
Número de áreas cobertas pelo exame durante um período	Maior	Menor
Intensidade dos trabalhos em cada área	Menor	Maior
Continuidade do trabalho	Periódico	Contínuo

Quadro 02: Diferenças entre auditoria externa e auditoria interna
Fonte: Crepaldi (2016, p.81).

2.3 AUDITORIA TRABALHISTA

Para aplicação da auditoria interna no setor de departamento de pessoal, faz-se necessário que seja um profissional vinculado a empresa, e que tenha a capacidade de se preocupar com as informações financeiras e contábeis tanto quanto a empresa.

Cabe à auditoria interna, desde este instante, convencer a alta administração e seus executivos de que pode auxiliá-los na melhoria dos seus negócios, identificando áreas problemáticas e sugerindo correção, para obter destes o apoio necessário ao desenvolvimento de prestação de serviço a toda empresa. (ATTIE, 1998, p. 26)

O objetivo dessa auditoria é prevenir e se sobrepor possíveis dificuldades dentro da organização. A auditoria trabalhista não visa apenas o lado da empresa, a mesma defende tanto empregador como empregado. Defendem direitos e é uma forma de evitar que o colaborador seja prejudicado por processos internos falhos. Já para o empregador tem um papel de grande relevância financeira, pois o mesmo identifica de forma preventiva o que pode gerar autuações fiscais ou, em casos mais graves, processos trabalhistas.

2.3.1 A legislação trabalhista

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é uma coleção de leis trabalhistas que foram elaboradas no governo do Presidente Getúlio Vargas e promulgada no Brasil em 1º de maio de 1943 por meio do Decreto-Lei n. 5243. Este documento legal reuniu normas de direito individual e coletivo de trabalho, de fiscalização e de direito processual do trabalho.

Nesse sentido, muitas leis foram surgindo após a CLT, recentemente foi modificada devido à lei 13.467/2017.

A Convenção coletiva de trabalho (CCT) é um importante instrumento para a gestão da organização, pois a CLT não abrange especificamente todas as particularidades do mercado. A CCT é prevista no Art. 611 da CLT, e sua funcionalidade é para que todos os sindicatos e trabalhadores tenham voz no que tange seus direitos diante de negociação. Tem como objetivo principal defender

interesse econômico, social e político, voltadas para melhoria salarial e condições trabalhistas.

E no ano de 2019 ocorreu a obrigatoriedade do e-Social, um projeto da Receita Federal (RFB), associado com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Caixa Econômica Federal e Ministério do Trabalho (MTB). O eSocial modernizou as relações de trabalho, pois tudo que envolve tais relações deverão ser registrado e controlado por meio dele, como informações a previdência e tributos recolhidos. Tem como objetivo garantir os direitos dos trabalhadores, e estabelecer de forma única as informações aos órgãos associados. Diante disso, a necessidade passa a ser ainda mais relevante no que tange a interpretação da legislação, no qual se faz necessários profissionais qualificados para executar as atividades do departamento de pessoal, com o intuito de prevenir os possíveis riscos trabalhistas.

2.3.2 Passivos e obrigações trabalhistas

O passivo trabalhista decorre da ausência do cumprimento da obrigação trabalhista do empregador, sendo pessoa física ou jurídica, ou quando não efetua o recolhimento correto dos encargos sociais ou de benefícios obrigatórios.

A NBC TG 25 conceitua o passivo, é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos (CFC, 2014).

3 METODOLOGIA

3.1 MÉTODO DE PESQUISA

O delineamento da pesquisa aplicável aos objetivos configura-se como descritiva, pois segundo Silva (2010), esse tipo de pesquisa busca descrever uma questão através de informações de pessoas e situações de vivência ao mesmo tempo em que mostrar aspectos característicos do fenômeno em estudo.

3.2 PROCEDIMENTO DE PESQUISA

Quanto aos procedimentos adotados neste artigo são de análises documentais e bibliográficas, com abordagem o estudo de caso.

No que se refere à abordagem do problema, a tipologia aplicável à pesquisa foi qualitativa, pois consiste na observação da relação da realidade junto ao objeto de estudo. Para Fachin (2017), o estudo de caso é caracterizado como um estudo intensivo onde todos os aspectos são averiguados, levando a compreensão do assunto investigado como um todo, podendo surgir relações que em outros métodos não seriam descobertos.

A coleta de dados referente ao estudo de caso se deu através de análise documental, em uma empresa de materiais de construção de pequeno porte localizada na cidade de João Pessoa/PB.

A fase inicial consistiu ao visitar a empresa objeto de estudo para solicitar os documentos, e levantamento de informações relevantes para realização do processo de auditoria.

Após análise de documentos e levantamento de dados, concluiu-se que seria aplicado o *checklist* da auditoria interna (apêndice A) para obter evidências e informações e atingir o objetivo do estudo definiu-se que seria utilizado a técnica por amostragem para realização dos devidos testes, e observados os procedimentos da empresa, quanto a verificação e conferência de documentos e cumprimento das normas trabalhistas.

Por meio da técnica de amostragem foi aplicado o teste no registro de 15 colaboradores contratados no decorrer de 2016 a 2019, para averiguar o quesito de documentação e dossiês. Em relação às folhas de pagamentos foram coletadas do período de janeiro a dezembro de 2019, durante o referido período não ocorreu nenhuma rescisão contratual. Além disso, empresa ficará no anonimato, mas autorizou e deu todo suporte para divulgar as informações obtidas através da análise da empresa. Contudo, a pesquisa atendeu a todos os critérios éticos em relação a não divulgação das informações da empresa, dos dados que caracterizem a empresa analisada.

4 ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO

Neste momento são abordados os dados coletados e o respectivo diagnóstico dos resultados, bem como o detalhamento dos processos do departamento pessoal para que se tornasse possível a elaboração dos programas de Auditoria.

4.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

O estudo de caso foi realizado em uma empresa do setor comercial, situada no município de João Pessoa. A empresa é familiar, sua natureza jurídica é Sociedade Empresária Limitada (Ltda), e é Empresa de Pequeno Porte (EPP).

A empresa iniciou suas atividades em julho de 2011, constituída por um capital social integralizado de R\$20.000,00 (Vinte mil reais). A instituição não possui auditoria interna, sua contabilidade é terceirizada. Faz parte do grupo três no cronograma de envio do eSocial, sendo assim encontra-se na segunda fase de envio.

Para esclarecer o enquadramento da implantação do eSocial na empresa, apresenta-se o cronograma na Figura 1:

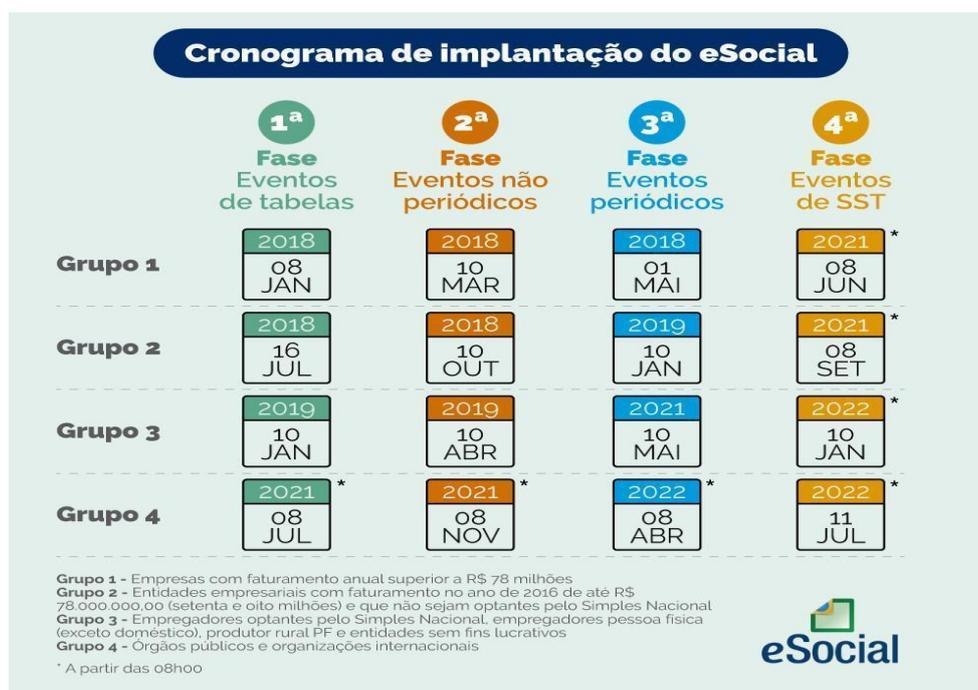


Figura 1: Cronograma de implantação do eSocial.

Fonte: Portaria Conjunta SERFB/SEPRT nº 76, de 22 de outubro de 2020.

No período de 2019 seu quadro de funcionários é composto por 10 colaboradores, dos quais 2 não se encontram registrados conforme CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), e sua convenção coletiva é estabelecida pelo Sindicato de Comércio de João Pessoa.

4.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.2.1 Documentação de funcionários

Ao verificar os dossiês dos funcionários, foi possível identificar que o estabelecimento habitualmente formaliza por escrito os acordos individuais de trabalho, porém em 26,67% da amostra, ou seja, 4 funcionários, não possuíam contratos ou não se encontrava assinado pelo colaborador.

Salientamos que, o contrato de trabalho é um instrumento acordado entre as partes que constam cláusulas, tais como, horário de trabalho, alteração na jornada trabalhada, compensação e prorrogação da mesma, autorização para descontos, dentre outras, que posteriormente o funcionário não poderá alegar que não estava ciente, e em uma eventual reclamatória trabalhista poderá fazer prova em prol da empresa, devido ao aceite do colaborador.

Uma vez que não existe o contrato entre as partes devidamente assinado, a Justiça do Trabalho considera tácito o contrato acordado verbalmente, o qual será regido pela CLT.

Ainda sobre os dossiês dos funcionários, das 15 pastas analisadas 60% dos funcionários receberam documento de entrega e devolução de CTPS por motivo de admissão e 100% não receberam por circunstância de atualização. Nesse sentido, conforme o Artigo 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, a Carteira de Trabalho será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo trabalhador ao empregador que o admitir, o qual terá validade de quarenta e oito horas para anotação.

No que se refere ao vale transporte, constatamos que 40% dos funcionários admitidos não preencheram a comprovante de opção ou não de recebimento de vale transporte.

Em relação às fichas e dos termos de salário-família foi constatado que para os colaboradores que tinham esse direito a instituição não se atentou ao preenchimento das mesmas e não coletou as assinaturas necessárias.

Segundo o art. 291, da INSS nº 45/10, para efeitos de concessão do salário-família torna-se obrigatória a formalização de tais documentos.

Para que o colaborador mantenha o pagamento de salário-família, faz-se necessário a atualização dos documentos tais como cartão de vacina de dependentes inferiores a 7 anos, e comprovante de matrícula de frequência escolar dos dependentes entre 7 a 14 anos.

Manter o pagamento desse benefício diante da omissão de tais documentos, pode expor a empresa a penalidade e ser sujeita a devolução dos valores deduzidos na GPS (Guia da Previdência Social) referentes a salário-família.

4.2.2 Controle expediente de trabalho

Com relação a controle de jornada, a organização não faz o registro de ponto seja ele manual, mecânico ou eletrônico, levando em consideração que a mesma fica desobrigada a não controlar jornada devido à quantidade de colaboradores registrados ativos serem inferiores a dez colaboradores.

Verificou-se que a instituição descumpre o horário que está estabelecido por escrito no contrato de trabalho, os funcionários realizam a carga horária de 48 horas semanais, e as horas excedentes não são pagas na folha de pagamento de horas extras. Os funcionários trabalham de segunda à sexta das 07:00hs às 17:30hs com duas horas para descanso, e aos sábados de 07:00hs as 14:00hs.

Recomenda-se controlar o expediente do pessoal, mesmo encontrando-se desobrigada, e reconhecer a realização das horas extras realizadas no decorrer da jornada, efetuando o pagamento destas em folha.

Constatou-se também que a entidade respeita o intervalo de 11 horas no mínimo, estabelecido pelo Art. 66 da CLT, e não existem jornadas diárias excedentes há 10 horas. Porém, em períodos sazonais ocorre laboração nos dias que são destinados a descanso, o domingo, entretanto é pago valor de R\$50,00(cinquenta reais) sem a concessão de folga.

Diante disso, o estabelecimento encontra-se em desacordo com a convenção coletiva de trabalho do comércio de João Pessoa, que estabelece:

Consoante aos fundamentos do art. 6º da Lei nº. 10.101/2000, Inciso I do art. 30 CF/88, e Decreto nº 9.127/2017, convencionam as partes que os empregados que trabalham nos dias de domingos e feriados, receberão a

título de indenização, a importância de R\$ 57,00 (cinquenta e sete reais), para cada dia trabalhado (domingo ou feriado), sem prejuízo das demais vantagens previstas nesta convenção, a qual deverá ser paga preferencialmente no final da jornada especial laborada ou até a data do pagamento do salário mensal.

b) convencionam as partes, que os empregados terão uma folga semanal (DSR), previamente estabelecida na escala de revezamento, e em caso de feriado, até 30 (trinta) dias, posterior ao dia trabalhado, nos termos da lei nº 605, de 05 de janeiro de 1949, por seu art. 1º; Lei nº 10.101/2000, art. 6º, Constituição Federal de 1988, art. 30, I; Decreto nº 9.127/2017. (SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE JOÃO PESSOA, 2019 p.14)

4.2.3 Saúde e segurança do trabalho

No que se refere aos exames médicos, da amostra analisada, 73,33% não constam exames médicos admissionais e 100% não constam exames médicos periódicos.

Com isso, verifica-se infração ao Artigo 168 da Consolidação das Leis do Trabalho, e Item 7.4.1 da Norma Regulamentadora Relativa à Segurança e Medicina no Trabalho NR 7 - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, haja vista sua exigência em relação à realização de exames médicos de admissão, demissão e periódicos nos seguintes intervalos:

- a) A cada ano ou em intervalos menores para trabalhadores expostos a ameaças;
- b) Anual, quando menores de dezoito anos e maiores de quarenta e cinco anos;
- c) A cada dois anos, para os trabalhadores entre dezoito anos e quarenta e cinco anos.

4.2.3 Folha de pagamento

Foram analisadas as folhas de pagamento do período de janeiro a dezembro de 2019, no que se refere a calculo trabalhista não foi constatado nenhuma divergência em valores, com exceção das horas extras que deveriam estar incluídas mensalmente nos pagamentos, conforme apontamento de horários realizados pelos funcionários.

Não se identificou pagamentos referentes a vale alimentação, tal conduta encontra-se irregular, pois, conforme convenção coletiva orienta:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VALE ALIMENTAÇÃO

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho fornecerão aos seus empregados - exceto aos contratados como jovens aprendiz e estagiários - a partir do dia 1º de julho do corrente ano, um auxílio alimentação por dia efetivamente trabalhado, no valor mínimo de R\$ 8,00 (oito reais) através de crédito em cartões eletrônicos ou Tickets. (SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE JOÃO PESSOA, 2019 p.5)

Não consta valor descontado de IRRF, conforme tabela do IRRF, as bases de cálculos não atingem o valor da alíquota. Não ocorreram descontos referentes a vale transporte devido a nenhum funcionário ter feito a opção do benefício.

Constatou-se que 100% dos holerites do período foram assinadas pelos empregados, porém em se tratando da colocação das datas todos os funcionários da amostra deixaram as em branco. A empresa efetua pagamento por quinzena, e respeita os devidos prazos para pagamento destes, através de conta salário.

No decorrer do mês de outubro, foram alterados os valores de salários e pagos as devidas diferenças salariais, considerando a data base da categoria 1º de julho conforme a convenção coletiva estabeleceu.

4.2.4 Obrigações Trabalhistas

No que tange às obrigações trabalhistas, todas as guias de FGTS e INSS foram devidamente pagas durante todo o período da amostra, com seus respectivos valores conferidos nas Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP). Após realização de conferências na GFIP, observou-se que todos os funcionários foram declarados, como também todos os valores conferidos com a folha de pagamento.

A empresa informou toda a movimentação conforme a lei exigia ao declarar ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) como também o envio da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), mediante verificação dos comprovantes de envio.

Dado o exposto concluiu-se que a empresa encontra-se em conformidade com as obrigações trabalhistas do período da amostragem, porém não vem arquivando organizadamente os documentos referentes a folha.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade a auditoria interna trabalhista, assumiu um papel de suma importância nas organizações, pois atua de forma preventiva, e objetiva a revisão de processos para garantir maior segurança às informações prestadas pela empresa. Proporcionando a gestão, melhor constatação e resolução de adversidades.

Além de revisar processos, contribui na detecção de erros e possíveis fraudes, prevenindo a empresa de autuações ou de futuras reclamações trabalhistas que podem ser evitadas mediante ajustes de processos internos.

O objetivo deste trabalho foi demonstrar como auditoria interna pode contribuir para o bom desempenho da empresa, agregando ao processo de gestão empresarial na prevenção de passivos trabalhistas, onde foram analisados os procedimentos e documentos pertinentes do período de janeiro a dezembro de 2019, foi utilizada a técnica de amostragem para analisar.

Foi utilizado o planejamento da auditoria interna, formulados procedimentos de auditoria a serem tomados, a definição de amostra e os papéis de trabalho para realização da análise, coletado os dados e informações relevantes, e assim a análise dos resultados obtidos.

Dado o exposto, houve apuração de algumas inconformidades, como em relação a ausência de alguns documentos essenciais, a inexistência de acompanhamento de horas extras, falta de assinaturas em documentos importantes, erros de preenchimento, ausência de pagamento vale alimentação, dentre outros.

Além das irregularidades, a empresa também apresentou procedimentos corretos, podendo ser citado o cumprimento de prazos e prorrogação do contrato de experiência, valores de INSS descontados e recolhidos corretamente.

Para as situações que estavam sendo praticadas de forma inadequada, foram feitas, recomendações e proposto ajustes e correções, com o intuito de que a empresa não corra o risco de ter que enfrentar processos judiciais e autuações, evitando-se dessa forma, gastos desnecessários.

O trabalho demonstrou que a auditoria pode ajudar a prevenir e minimizar contingências trabalhistas e contribuiu com a organização, para que a mesma revisse as práticas adotadas e alterasse aquelas que poderiam gerar riscos futuros, além de ser importante para o aprendizado e formação acadêmica, servindo de base para outros estudantes que queiram se aprofundar no assunto.

REFERÊNCIAS

- ATTIE, William. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 03 out. 2020.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 25**. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2014/NBCTG25\(R1\)](https://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2014/NBCTG25(R1)) Acesso em 04 out. 2020.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade**. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/> Acesso em 03 out. 2020.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil**: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ESOCIAL. **Comentários**. Disponível em: <https://blog.egestor.com.br/esocial/> Acesso em 03 out. 2020.
- E-SOCIAL. **Cronograma**. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/aceso-ao-sistema/cronograma-de-implantacao>. Acesso em 14 nov.2020.
- E-SOCIAL. **Legislação**. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br>. Acesso em 03 out.2020.
- FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**: Noções básicas em pesquisa científica. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- HOOG, Wilson Alberto Zappa; CARLIN, Everson Luiz Breda. **Manual de auditoria contábil**: teoria e prática. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2009.
- JUND, Sérgio. **Auditoria**: conceitos, normas, técnicas e procedimentos. Rio de Janeiro: Consulex, 2001.
- PORTAL DA AUDITORIA**. Disponível em: <https://portaldeauditoria.com.br/diferencas-basicas-entre-auditoria-interna-e-auditoria-externa/> Acesso em 03 out. 2020.
- SANTOS, J. L. **Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PORTAL DO TST. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/web/estatistica/trt/assuntos-mais-recorrentes>. Acesso em 16 dez. 2020.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA

Melise Souza dos Santos¹
Isabella Christina Dantas Valentim²

RESUMO

O presente artigo teve por objetivo elaborar uma análise acerca dos principais aspectos relacionados ao funcionamento do Orçamento Participativo (OP) na cidade de João Pessoa- PB. Buscou-se ainda apresentar a regulamentação e evolução deste instrumento de gestão no município paraibano, bem como descrever como se efetiva a participação da população no orçamento participativo. No tocante aos procedimentos metodológicos, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental para concretização do presente trabalho. Na cidade de João Pessoa, a participação popular no OP se concretiza por meio de etapas, que vão desde as reuniões preparatórias até a avaliação, de acordo com cada ciclo. Constatou-se que um aspecto que merece destaque é a escolha das prioridades a serem executadas no Orçamento Participativo, chama-se a atenção para a necessidade de uma maior participação dos cidadãos na formulação do OP. Esta constatação se deve ao fato de que a adesão e participação dos membros das comunidades poderia ser maior, se houvesse uma divulgação mais intensiva deste instrumento junto aos líderes comunitários e moradores. Em conclusão, destaca-se que o Orçamento Participativo é uma ferramenta efetiva de controle e participação popular nas demandas da cidade, no qual, através da atuação conjunta da comunidade e secretarias, podem ser alcançadas melhorias para cada bairro que compõe o município.

Palavras-chaves: Orçamento público. Orçamento participativo. Gestão Pública.

ABSTRACT

The purpose of this article was to prepare an analysis of the main aspects related to the functioning of the Participatory Budget (OP) in the city of João Pessoa-PB. We also sought to present the regulation and evolution of this management instrument in the municipality of Paraíba, as well as to describe how the participation of the population in the participatory budget is effective. Regarding the methodological procedures, we opted for bibliographic and documentary research to carry out the present work. In the city of João Pessoa, popular participation in the OP takes place through stages, ranging from preparatory meetings to evaluation, according to each cycle. It was found that an aspect that deserves to be highlighted is the choice of priorities to be implemented in the Participatory Budget, attention is drawn to the need for greater citizen participation in the formulation of the OP. This observation is due to the fact that the adherence and participation of the members of the communities could be greater, if there was a more intensive dissemination of this

¹ Graduanda do Curso de Ciências Contábeis do Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP. E-mail: melisesouza@gmail.com

² Professora Orientadora, Graduada em Ciências Contábeis, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Mestre em Ciências Contábeis, pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis e Gestão Financeira no UNIESP – Centro Universitário. E-mail: isabellavalentim.prof@gmail.com.

instrument among the community leaders and residents. In conclusion, it is highlighted that the Participatory Budget is an effective tool of control and popular participation in the demands of the city, in which, through the joint action of the community and secretariats, improvements can be achieved for each neighborhood that makes up the municipality.

Keywords: Public budget. Participatory budgeting. Public Management.

1 INTRODUÇÃO

O Orçamento Público engloba diversos aspectos, tais como: contábil, jurídico, econômico, político, financeiro e administrativo (GIACOMONI, 2015). A elaboração e execução do Orçamento Público devem obedecer a princípios orçamentários descritos na legislação, os quais são os seguintes: Unidade ou Totalidade, Universalidade, Anualidade ou Periodicidade, Exclusividade, Orçamento Bruto, Legalidade, Publicidade, Transparência e Não Vinculação de Receitas e Impostos (PIRES, 2016).

De acordo com Rosa (2018) o controle do Orçamento Público cresce intensivamente no Brasil, tendo por ferramentas para efetivação desse controle, a Lei n. 4.320 de 1964 e a Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as quais apontam para a realização de audiências públicas para aprovação do orçamento e também são utilizadas em alguns governos para aplicação do Orçamento Participativo, vale frisar que nem todos os gestores públicos municipais adotam esse instrumento, embora seja indiscutível sua importância.

O Orçamento Democrático é considerado como um instrumento de estímulo e incentivo a participação da sociedade em geral nos problemas relacionados à Gestão Pública Municipal (ROSA, 2018). Este mesmo autor assinala que a adoção e expansão de tal sistemática, cujo foco é o fomento à democracia, ganhou adesão em várias cidades do Brasil, tendo significativa abrangência a partir de 1980, embasada com a aplicação da Constituição Federal de 1988, uma vez que a Carta Magna estabelece, por meio do art. 29, que o planejamento municipal deve criar parcerias com associações representativas, com a finalidade de assegurar uma maior participação popular na projeção do orçamento público, objetivando ainda, modificar a sistemática orçamentária (BRASIL, 1988). Faz-se imperativo, portanto, ampliar a adesão a este instrumento democrático a todos os entes municipais do país.

Os orçamentos governamentais, em sua grande maioria, são desenvolvidos nos ambientes ligados aos entes governamentais, ou seja, nos gabinetes e repartições públicas, sabe-se que em muitos casos, esses instrumentos de transparência administrativa são elaborados a partir da contratação de serviços dos escritórios de contabilidade, essa prática acaba tornando este documento um simples acessório técnico, cuja função se limita a prever receitas e estabelecer despesas, sendo tal função embasada no exercício anterior (GIACOMONI, 2015).

Embora as entidades que são encarregadas pelo cumprimento e elaboração de instrumentos legais de planejamento inseridos na Constituição de 1988, como é o caso da Lei n. 4.320/1964, bem como do Orçamento Participativo, tenham intensificado a divulgação de tais ferramentas á sociedade, a evolução destes instrumentos de gestão pública, no que concerne ao processo de planejamento, desenvolvimento e monitoramento por parte da população, foi mínima, é o caso do Orçamento no Brasil (ROSA, 2018).

As modificações relacionadas à democratização do processo orçamentário têm trazido cada vez mais inovações acerca do modo como é realizado o planejamento, elaboração e monitoramento do orçamento público no país, o Orçamento Participativo é um dos maiores destaques (PIRES, 2016).

Acredita-se, com base nos estudos de Rosa (2018); Santos (2015); Silva (2017), dentre outros, que o Orçamento Participativo propicia um empoderamento social, fortalecendo o poder local, realizando o compartilhamento de poder entre gestão e população, que participa e fiscaliza as ações do governo, além de ajudar na elaboração e implementação das peças orçamentárias: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA) e Plano Plurianual (PPA).

Concernente à problemática deste trabalho foi elaborada a seguinte questão: **como funciona o Orçamento Participativo na cidade de João Pessoa?** Com base no exposto, o estudo em questão tem por objetivo elaborar uma análise acerca dos principais aspectos relacionados ao funcionamento do Orçamento Participativo (OP) na cidade de João Pessoa-PB.

Almeja-se ainda apresentar a regulamentação e evolução deste instrumento de gestão no município paraibano, bem como descrever como se efetiva a participação da população no orçamento participativo. Defende-se neste artigo que se trata de um programa de suma relevância que já vem se consolidando e se expandindo por demais municípios do país ao longo dos anos, oferecendo a

possibilidade de uma participação da sociedade na distribuição dos recursos públicos.

Tem-se por justificativa de estudo que o OP se constitui em referência para que outras Prefeituras do Estado também adotem a democracia participativa em suas gestões. Para que os próximos governos continuassem a prestar contas à sociedade sobre seus gastos e ações, conforme preza a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Além da presente seção introdutória, o artigo segue a seguinte estrutura no que concerne aos tópicos elaborados para sua concretização: Orçamento público e Orçamento participativo; Instrumentos de Planejamento (Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias, e Lei Orçamentária Anual), a Lei n. 4320/1964, a Lei Complementar n. 101/2000 e a Constituição Federal de 1988. Por fim, foi descrita a apresentação da metodologia utilizada na pesquisa, bem como a exposição dos resultados obtidos, com análises e discussões; e por fim, considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - INSTRUMENTO DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Lei de Responsabilidade Fiscal é um instrumento de controle da Administração Pública, de suma importância para a transparência do Estado, tendo em vista que essa Lei trouxe novos contornos legais para as finanças públicas. Genro e Souza (2012) apontam que a Lei de Responsabilidade Fiscal, n. 101, de 4/5/2000, destina-se a regulamentar a Constituição Federal, na parte da Tributação e do Orçamento (Título VI), cujo Capítulo II estabelece as normas gerais de finanças públicas a serem observadas pelos três níveis de governo: federal, estadual e municipal.

Para os autores acima, a LRF não substitui nem revoga a Lei n. 4.320/64, que normatiza as finanças públicas no País. Embora a Constituição Federal tenha determinado a edição de uma nova lei dispendo sobre esse assunto, tal providência ainda carece de conclusão. Já existem no Congresso Nacional alguns projetos de lei em discussão e cuja aprovação levará algum tempo, visto tratar-se de tema

complexo e que exige estudos aprofundados, além de vontade política para sua concretização.

De acordo com Rogers e Sena (2017) a Lei de Responsabilidade Fiscal faz uma exigência maior dos gestores com relação a aspectos como o cumprimento de metas, a obediência às condições, a geração e o cuidado das despesas no tocante à sociedade civil, a seguridade social, operações de créditos, antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Perez (2016) pontua que a Contabilidade Pública no Brasil é regida pela Lei 4.320, que é a lei disciplinadora do direito financeiro no setor público brasileiro. Segundo esses autores, ela é a carta magna da legislação financeira do país e estatui normas gerais do direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes federativos. Entretanto, com o tempo observou-se que tal Lei não estava sendo cumprida e seu conteúdo estava sendo cada vez mais esquecido pelos agentes públicos.

Desse modo, com a inobservância da Lei, o Governo Federal resolveu respeitar mais a administração do dinheiro público criando a LRF, que busca estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal e permite, dessa forma, um controle mais rígido e uma maior transparência nos relatórios (ROGERS; SENA, 2017). Para os autores supracitados, de forma resumida, a LRF:

[...] estabelece normas de finanças públicas para a responsabilidade na gestão fiscal, e planeja, de forma transparente e organizada, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Dentre os três níveis, o último (municípios) é que possui ligações mais diretas com o cidadão brasileiro, pois assume todas as responsabilidades na ordenação da cidade e na organização dos serviços públicos locais, sendo considerado uma rede de relações sociais, econômicas e políticas agindo em favor da população. Assim, torna-se imprescindível a conscientização da importância dos municípios e as consequências da LRF sobre eles (ROGERS; SENA, 2017, p. 100).

A LRF atende também ao artigo 169 da Carta Magna, que determina o estabelecimento de limites para as despesas com pessoal ativo e inativo da União a partir de Lei Complementar. Neste sentido, a LRF revoga a Lei Complementar n. 96, de 31 de maio de 1999, a chamada Lei Camata II (artigo 75 da LRF).

A LRF é considerada um marco em matéria de finanças públicas no Brasil, pois vem disciplinar a responsabilidade na gestão dos recursos públicos nos três

poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e em todas as esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal).

A LRF não apenas criou condições para a implantação de uma nova cultura gerencial na gestão dos recursos públicos, como também veio a incentivar o exercício pleno da cidadania, especialmente no que se refere à participação do contribuinte no processo de acompanhamento da aplicação dos recursos públicos e de avaliação dos seus resultados (MEIRELES, 2017).

O maior princípio da Lei Complementar 101/2000 é o equilíbrio fiscal. Tal princípio é amplo, e transcende o mero equilíbrio orçamentário. Neste contexto, Meireles (2017) define Equilíbrio fiscal como sendo a gestão eficiente do Estado no que tange a equidade entre receitas e despesas. Rogers e Sena (2017, p. 102, grifo nosso) avaliam que:

Dentre todas as questões contempladas pela Lei, os **limites de gastos com pessoal e endividamento** são os pontos que mais afetam o gasto público e atuam diretamente no sentido de conter déficits e acumulação de dívidas. A imposição de limites específicos para os gastos com pessoal está ligada ao fato de ser este o principal item de despesa corrente e apresentar um histórico elevado por um longo período. Gastos elevados com o funcionalismo público reduzem a receita disponível para fornecer serviços públicos básicos e para investir, em especial, em infra-estrutura. Com relação ao endividamento, os limites estabelecidos pelo Senado para a dívida consolidada devem atender aos seguintes critérios: não ultrapassar duas vezes a receita líquida corrente, no caso dos Estados e do Distrito Federal, e 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita líquida corrente no caso dos Municípios.

Para Faroni (2014, p. 06) “a importância desta Lei está no avanço da forma de administrar os recursos que os contribuintes põem à disposição dos governantes”. O autor afirma que quando o setor público gasta mais do que pode, surgem consequências como o risco de pressão inflacionária, a permanência de taxas de juros muito altas, o endividamento público e a carga tributária muito elevada.

Este autor entende ainda que a partir da entrada em vigor da LRF, todos os governantes, nas três esferas e nos três poderes, passarão a seguir regras e limites claros para conseguir administrar as finanças de maneira transparente e equilibrada. O descumprimento das normas estabelecidas pela LRF implica sanções tais como a proibição de receber transferências voluntárias, de obter garantias, de contratar operações de crédito e outras, conforme o tipo de desobediência as suas regras. “Os administradores públicos, dependendo das irregularidades eventualmente

praticadas, estarão sujeitos às punições previstas no Código Penal e demais normas pertinentes” (FARONI, 2014, p. 07).

Silva (2012) destaca que a LRF trouxe novas diretrizes também para a fiscalização e o controle dos recursos arrecadados, principalmente acerca da concessão ou ampliação de benefícios tributários que impliquem renúncia de receita, bem como eficiência da administração na cobrança da dívida ativa.

Na visão de Mauro *et al.* (2001 apud ROGERS; SENA, 2017) a previsão de receitas realistas é indispensável para que o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais exigidas pela LRF sejam alcançados; assim, se as previsões forem malfeitas, elas vão gerar receitas fictícias e, por consequência, metas fiscais fictícias. Os autores compreendem ainda que:

Com a LRF, pode-se observar uma mudança na lógica do processo orçamentário, pois, anterior à referida Lei, havia primeiro o “estabelecimento das despesas para depois prever receitas de modo a totalizar o valor necessário para dar cobertura aos programas apresentados (MAURO *et al.* 1991, p. 26 *apud* ROGERS; SENA, 2007).

Santos (2015) sublinha que antes da LRF não havia preocupações com o processo de previsão das receitas, sendo, portanto, a referida Lei determinante na mudança de procedimentos por parte das Administrações Públicas. Os autores relatam que para o cálculo dos limites da LRF torna-se necessário o entendimento do conceito de Receita Corrente Líquida (RCL), que é a soma de receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, de transferências correntes e outras receitas também correntes. Finalmente, a partir do seu artigo 68, a LRF vem atender à prescrição do artigo 250 da CF de 1988 que determina:

Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento dos benefícios concedidos pelo regime geral de previdência social, em adição aos recursos de sua arrecadação, a União poderá constituir fundo integrado por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei, que disporá sobre a natureza e administração desse fundo (BRASIL, 1988).

Contata-se, embasando-se no que foi exposto que “a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu, então, regras de controle de endividamento com o objetivo de limitar a ação estadual e municipal no campo fiscal” (ROGERS; SENA, 2017, p. 103). Sendo assim, sua implementação e efetivação foi alicerçada

sob a premissa de criar normas e regras estáveis de comportamento dos entes federativos e de oferecer previsibilidade ao movimento da situação fiscal.

2.2 ORÇAMENTO PÚBLICO: INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS

O Orçamento Público é de fundamental importância para que a gestão pública possa desempenhar suas funções, alocando recursos de maneira planejada e de forma, estando diretamente relacionado às funções da organização do Estado. Segundo Andrade (2012, p. 58) “o orçamento público é uma lei que, entre outros aspectos, exprime em termos financeiros a alocação dos recursos públicos”.

O referido autor aponta que se trata de um instrumento de planejamento que reflete as decisões políticas, estabelecendo as ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade, em face da escassez de recursos. Este, portanto, apresenta múltiplas funções (de planejamento, contábil, financeira e de controle).

Conforme Bastos (2012, p. 74) o objetivo precípua do orçamento é *de se tornar um instrumento de exercício da democracia pelo qual os particulares exercem o direito, por intermédio de seus mandatários, de só verem efetivadas as despesas e permitidas às arrecadações tributárias que estiverem autorizadas na lei orçamentária.*

Segundo Andrade (2012, p. 36) o orçamento público ou orçamento programa é uma das primeiras ferramentas de planejamento, sendo “o elo entre o planejamento e as funções executivas da organização”, e quando bem elaborado, transforma-se em instrumento de planejamento, deixando de ser apenas formalidade legal, permitindo que a execução orçamentária ocorra na mais perfeita ordem.

Para a gestão de recursos públicos, considerando as finalidades do Estado, é fundamental a existência de um estudo prévio consolidado sobre o montante da receita e o quantitativo de despesas necessários à execução do plano de ação governamental. Dessa necessidade surgiu o orçamento, cujo conceito prestar-se a espelhar a situação financeira de um país em determinado período de tempo.

Bastos (2012, p. 76) analisa que *o orçamento é uma peça jurídica, visto que aprovado pelo legislativo para vigorar como lei cujo objeto disponha sobre a atividade financeira do Estado, quer do ponto de vista das receitas, quer das despesas. O seu objeto, portanto, é financeiro.*

Andrade (2012, p. 55) conceitua o orçamento como: “[...] a função primordial da gestão pública de estimar as receitas e fixar as despesas”. Sendo, portanto, o momento em que se define legalmente, pelas dotações orçamentárias, a formalização de utilização dos recursos disponíveis nas instituições públicas.

A natureza do orçamento encontra fundamento constitucional nos arts. 165 a 169. Da análise dos citados dispositivos depreende-se a instituição de uma moderna estrutura, que abre amplas possibilidades de integração das esferas referentes ao planejamento e à questão orçamentária (está tomada numa acepção de instrumento de apoio à consecução dos respectivos programas de governo).

Silva (2012, p. 56) considera o orçamento “como um ato preventivo e autorizativo das despesas que o Estado deve efetuar em um exercício” sendo, “um instrumento da moderna administração pública”. Também considera que o orçamento “contribui para o planejamento governamental, pois é capaz de expressar com maior veracidade a responsabilidade do Governo para com a sociedade, dividindo-se em duas partes, as das receitas e as das despesas”.

Sendo assim, orçamento público é instrumento de planejamento das ações governamentais e dele constam todas as receitas passíveis de serem arrecadadas num determinado exercício e sua destinação, pelas ações explicitadas nos diversos projetos e atividades.

Há princípios básicos que devem ser seguidos para elaboração e controle do orçamento, que estão definidas na Constituição, na Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Sendo assim, a Lei n. 4.320/64 estabelece os fundamentos da transparência orçamentária (art. 2º) a Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecendo aos princípios da unidade, universalidade e anualidade (BRASIL, 1964).

Santos (2015) entende que o orçamento público é um documento de divulgação das ações do governo. Esta conceituação ressalta uma das principais obrigações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a da publicação periódica de dados sobre as receitas e as despesas do governo, para que o cidadão saiba o que está acontecendo, e possa exercer os seus direitos na fiscalização do que o governo faz. Assim, o Manual de Procedimentos das Receitas Públicas - STN - Secretaria do Tesouro Nacional destaca que:

É notável a relevância da Receita Pública no processo orçamentário, cuja previsão dimensiona a capacidade governamental em fixar a Despesa Pública e, no momento da sua arrecadação, torna-se instrumento condicionante da execução orçamentária da despesa (BRASIL, 2005, p.11).

Com base nas afirmações expostas anteriormente, fica evidente que o orçamento é uma ferramenta de suma importância para o planejamento contábil e financeiro de um município, estado ou nação, sobre o qual o Gestor depositará suas intenções buscando a realização das suas ações e programas de governo. E para a concretização dessas ações e programas faz-se necessário o profundo conhecimento das receitas que serão arrecadadas.

2.3 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – DEFINIÇÕES E CONTEXTO HISTÓRICO

O capítulo em questão visa discorrer sobre as definições e o contexto histórico no qual foi constituído o orçamento participativo no Brasil, relatando seu processo de formação. De acordo com Sánchez (2012) no século XXI, a prática do orçamento participativo, foi a primeira experiência da sociedade que conseguiu se consolidar no que concerne a influência do coletivo na gestão pública, sendo este resultado de lutas sociais e dos esforços dos membros do Partido dos Trabalhadores - PT, que criou este mecanismo de gestão democrática e participativa para deliberar sobre a alocação dos recursos.

Sob a ótica de Oliveira (2015) o orçamento participativo baseia-se no debate de prioridades e organização de recursos, para que sejam atingidas as metas eleitas pelos participantes do processo. Sendo assim, Orçamento Participativo (OP) pode ser compreendido como sendo uma ferramenta gerencial voltada para a administração pública, visando a ampliação da democracia participativa, a qual assegura a sociedade influenciar ou decidir acerca dos gastos e despesas públicas que envolvem os orçamentos dos municípios.

Azevedo (2013) entende que o Orçamento Participativo é um processo de cunho educativo, por meio do qual é possível, a partir de demandas particulares, embasado em uma sistemática voltada para estimular as negociações sucessivas e coletivas, debater questões abrangentes acerca dos problemas que envolvem a cidade.

Conforme o autor supracitado, inicialmente os participantes começam as reuniões tratando de assuntos relacionados a casa, a rua, ao bairro, demandando todas as necessidades básicas, posteriormente, com o desenrolar do processo, passa-se a ter uma visão mais ampla do município, focando mais aprofundadamente nos problemas urbanos, bem como nas restrições governamentais, em último estágio, os membros que participam de tal processo começam a desenvolver uma pauta viável. De forma resumida, surge um aprendizado da política com foco nas negociações, conflitos e barganhas.

Para Ananias (2018) o Orçamento Participativo pode ser definido como um instrumento que visa inibir a corrupção e o desperdício do dinheiro público. Por meio de sua adoção e ampliação, observou-se a diminuição significativa de obras faraônicas, inacabadas para atender interesses individuais, passando a ser realizadas obras necessárias que melhor atendem aos interesses da coletividade. Significa, portanto, a criação e ampliação dos espaços democráticos, do controle social sobre o Estado (ANANIAS, 2018).

Orçamento Participativo se trata de um modelo de gestão, implementado por diversas prefeituras brasileiras, cujo objetivo é garantir que a população faça parte das decisões de forma direta, interferindo nas escolhas das ações públicas (PIRES, 2016).

Para o referido autor, o processo de Orçamento Participativo se inicia com a fase de planejamento da proposta orçamentária, que ocorre geralmente no primeiro semestre do ano, onde o município realiza consultas públicas que autorizam representantes de bairros, associações de moradores, lideranças comunitárias e a qualquer cidadão a sugerir prioridades a serem postas em prática no ano seguinte.

Através do Orçamento Participativo a população pode deliberar sobre a construção de equipamentos públicos como: praças, postos de saúde, etc. No espaço em que ocorrem as reuniões, os representantes discutem também sobre os montantes que deverão ser alocados para por em prática essas prioridades deliberadas. Uma vez que os recursos públicos são tipicamente escassos, a decisão em favor de uma obra poderá refletir no adiamento de outras prioridades. Com efeito, o OP pode representar um compartilhamento de responsabilidades entre Governo e Comunidade.

Na visão de Sánchez (2012) o Orçamento Participativo é expressão do exercício da democracia, que historicamente foi objeto de intensas lutas sociais até

chegar à conotação de participação efetiva do cidadão no planejamento orçamentário estatal, tendo o cidadão um papel ativo no planejamento orçamentário democrático. O autor aponta ainda que:

O orçamento participativo aparece como uma proposta consistente de reorganização da sociedade e do Estado por meio da participação popular. Mais cedo do que tarde, perto de todos nós, o OP descortina um horizonte de possibilidades que está recolocando com a força de novos protagonistas sociais o desabrochar de uma nova onda democratizadora em nossas sociedades (SANCHÉZ, 2002, p. 113).

Pires (2000 apud CARVALHO, 2018) esclarece que as primeiras práticas de gestão pública participativa surgiram e se expandiram nos anos 70. As experiências mencionadas em grande parte das pesquisas sobre tal assunto, apontadas como sendo pioneiras no Brasil, ocorreram nas Prefeituras de Vila Velha – ES, e a de Lages - SC, onde os gestores municipais daquela década implementaram como estratégia para elaborar o relatório orçamentário, reuniões com a população nos bairros.

Em seu turno, Genro (2002 apud CALIFE, 2012) afirma que a partir da década de 80, época em que assumiu a presidência José Sarney, no ano de 1985, este sendo o primeiro presidente civil após o Golpe Militar de 1964, houve a convocação da "Constituinte", que, estabelecida posteriormente as eleições de 1986, inseriu ao regimento interno alguns mecanismos participativos para sanar as demandas dos cidadãos e levá-las ao conhecimento dos deputados.

Nesse cenário histórico, Carvalho (2018) salienta que a Constituição de 1988 pode ser vista como sendo um grande 'divisor de águas' na conjuntura política do país, uma vez que ampliou o pleno direito ao exercício da cidadania como um de suas bases, razão pela qual foi denominada por inúmeros pesquisadores por "Constituição Cidadã".

Pires (2016) observa que o Orçamento Participativo põe em foco o processo de participação popular no tocante à elaboração da proposta orçamentária. O autor aponta que se faz necessário compreender as causas resultantes desse modelo de exercício da cidadania no país, para que seja possível analisar os fatores institucionais e históricos que influenciaram a mesma.

Este autor denota que o início da prática do orçamento participativo não se atribuiu exclusivamente a uma ou outra organização política, e sim, como um

processo resultante de toda a história política e econômica brasileira nos últimos trinta anos. Segundo Pires (2000, p. 47) o contexto histórico-social que configura a formação do orçamento participativo organiza-se em três fases:

a) Aquele em que os elementos basilares, fundamentais para a estruturação de sua metodologia, possam estar presentes em algumas experiências precursoras, ou seja, começa-se a delinear os primeiros modelos de participação popular; b) O segundo momento surge após a conquista do PT (Partido dos Trabalhadores) de 36 (trinta e seis) prefeituras nas eleições de 1985, onde a sistemática e os objetivos desta metodologia conseguem ser levados à prática de forma deliberada; c) Um terceiro e último momento grava-se pela adoção da metodologia por diferentes grupos partidários e por organizações não governamentais.

Sendo assim, após estas fases passou-se a compreender o orçamento participativo efetivamente concreto, porém, um processo a ser delineado, avaliado e debatido. É importante mencionar, de acordo com Orsi (2001) que o objetivo do Orçamento Participativo é ser uma ferramenta de democratização, que busca garantir a participação da população no estabelecimento das ações prioritárias no que concerne aos investimentos públicos, visando quebrar o paradigma até então existente, de que somente os gestores estão aptos a tomar decisões, colocando à margem os interesses da coletividade, o autor aponta de forma resumida os objetivos pretendidos pelo Orçamento Participativo:

a) Com a participação direta da população, pretende-se melhor definir as prioridades essenciais para os investimentos públicos dos bairros; b) Aumentar a responsabilidade dos gestores públicos para com a população por ele administrada, de modo que corresponda aos anseios por ela avocados; c) Diminuir um pouco o poder de decisão de prefeitos e vereadores, e assim abrir espaço, para que a população também possa opinar sobre a aplicação das verbas públicas; d) Entre outros casos, o orçamento participativo, também teria o intuito de diminuir a corrupção que afeta os órgãos públicos em nosso país, já que a população passaria a fiscalizar a destinação dos recursos do município (ORSI, 2001, p. 87).

De acordo como Sánchez (2012, p. 44) o que caracteriza o perfil e a natureza do OP seria a concretização dos princípios:

Decisão e soberania popular, materializada na noção de deliberação pública, com o governo assessorando e promovendo de forma ativa a execução da política participativa; 2) a decisão sobre o conjunto do orçamento da prefeitura; 3) *accountability* ou de prestação de contas e transparência para a efetivação do controle social das decisões; e 4) delimitação de um processo de decisão, por parte da sociedade e do Estado, de um corpo de representantes especialmente eleitos para deliberar a alocação dos recursos públicos, que além de tudo, se auto-regulamenta.

Os princípios citados anteriormente estabeleceram condições muito favoráveis para que o reforço de uma bandeira como a do orçamento participativo, que tem entre suas características fortes, justamente a noção de participação cidadã na elaboração, no controle e na fiscalização da gestão orçamentária (SÁNCHEZ, 2012). Por fim, salienta-se a relevância do orçamento participativo no cenário nacional, sendo este um instrumento de fortalecimento da gestão pública, baseado no planejamento dos recursos a serem investidos em determinados setores.

3 METODOLOGIA

No tocante a metodologia, adotou-se a pesquisa de abordagem qualitativa, realizada através da pesquisa bibliográfica e documental sobre o orçamento participativo da capital paraibana. Para alcançar o objetivo proposto, foram analisados dados secundários disponibilizados no portal eletrônico da Secretaria Executiva do Orçamento Participativo no município de João Pessoa-PB.

Também se fez uso dados primários, com base na Lei Ordinária n. 12.539, de 12 de Março de 2013, a qual institucionalizou o Orçamento Participativo no âmbito do município de João Pessoa - PB. O período concernente aos dados coletados foi delimitado ao OP do exercício de 2019.

A técnica de coleta de dados foi composta por uma pesquisa documental, com vistas à legislação supracitada e ao uso do documento institucional denominado: “Regimento Geral do Orçamento Democrático de João Pessoa”, disponibilizado no portal eletrônico da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). A pesquisa utilizou fontes secundárias e primárias, com abordagem dedutiva. Os dados foram coletados nos meses de abril e maio de 2020.

De acordo com Gil (2018) uma fonte secundária é um documento que relaciona ou discute informações originalmente apresentadas em outros lugares, ou seja, é o resultado da análise de fontes originais. O conceito de fonte secundária é o oposto do de fonte primária, uma vez que está se trata da fonte original da informação a ser discutida, no caso do presente estudo, a Lei Ordinária n. 12.539 de 2013.

No site da Secretaria foram colhidas as principais informações relacionadas ao Orçamento Participativo (OP) de João Pessoa, dentre elas: divisão por bairros, comunidades e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS); descrição das fases das

reuniões do OP, requisitos para ser conselheiro regional; atribuições do Conselho do Orçamento Participativo; quantidade de participantes nas sessões do OP e processo de seleção das demandas junto à comunidade.

Frisa-se que o documento informativo disponibilizado pela PMJP intitulado: “Regimento Geral do Orçamento Democrático de João Pessoa”, publicado no ano de 2011, foi utilizado a fim de complementar as informações sobre o funcionamento e a estruturação do OP na cidade de João Pessoa.

Para análise de dados foi utilizada a técnica interpretativa, especificamente para apresentar as informações contidas na Lei Ordinária n. 12.539 de 2013 e no Regimento Geral do Orçamento Democrático de João Pessoa. Esta técnica, segundo Gil (2018), se constitui em um processo que estabelece as ligações entre resultados obtidos com aqueles já conhecidos nas teorias ou de estudos anteriormente aplicados. Portanto, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, compreende-se que esta é a técnica mais adequada para apresentar os dados do estudo.

O Orçamento Participativo foi delineado inicialmente no ano de 2005, através da Lei Municipal n. 10.429 (PMJP, 2005), a qual regulamentou a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). Contudo, o Sistema do Orçamento Democrático naquela época se restringiu a uma estrutura que contava com somente duas divisões: consultas, reclamações, sugestões e de pesquisa e divulgação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das informações disponibilizadas no portal da Secretaria Executiva do Orçamento Participativo no município de João Pessoa-PB, verificou-se que o Orçamento Participativo se apresenta como um instrumento de fomento à democracia participativa para a efetivação das Políticas Públicas. Tal constata-se é bastante positiva, uma vez que se evidencia uma efetiva participação popular nas decisões da cidade.

O OP (Orçamento Participativo) em João Pessoa viabiliza-se por meio da promoção do diálogo com a população visando auxiliar a tomada de decisão e escolha de prioridades, além de contribuir na construção das peças orçamentárias (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária

Anual - LOA), efetivando, por meio desse instrumento o controle social. Vale frisar que o OP encontra nuances e aspectos singulares em cada região no qual é aplicado, uma vez que as demandas dos municípios e de suas populações variam de uma localidade para outra.

O município de João Pessoa foi dividido em 14 regiões participativas, formadas por bairros, comunidades e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Em cada região, há um ou dois articuladores regionais do OP, os quais são responsáveis por contribuir no processo de organização, mobilização e participação da população nas etapas do Ciclo do OP. A Figura 01 ilustra a referida divisão:

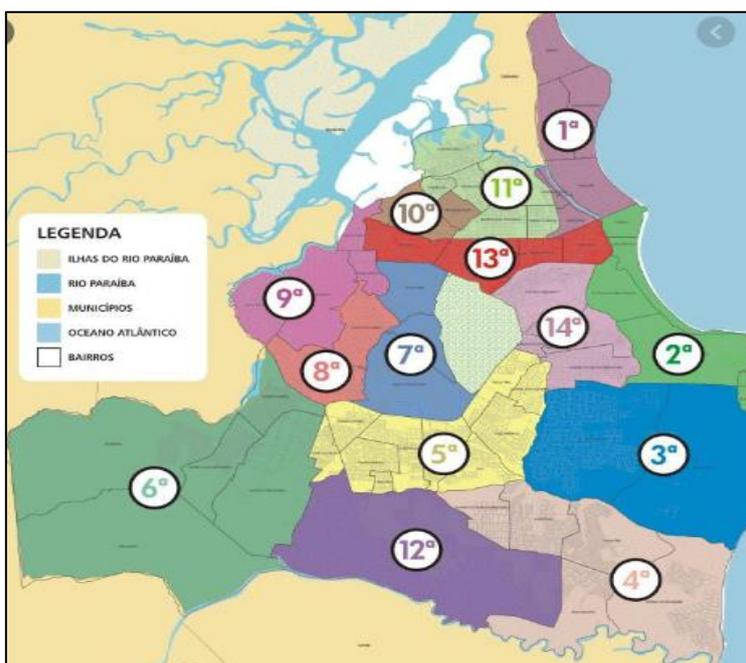


Figura 01: Mapa das 14 Regiões Participativas do OP.

Fonte: PMJP, 2011.

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) se configuram em um dispositivo normativo do espaço urbano relacionado à política urbana nacional, criado com vistas aos capítulos constitucionais que versam sobre reforma urbana por meio do Estatuto da Cidade, tendo por objetivo a melhoria das condições materiais e imateriais das populações residentes em espaços como favelas, loteamentos clandestinos, entre outros (BRASIL, 2001).

Esses dados são corroborados pelo estudo de Santos e Silveira (2006), no qual os autores enfatizam a importância da regionalização para dar maior efetividade aos instrumentos de participação popular, dentre eles, o OP. Sendo assim, a

regionalização tem por objetivo delimitar o espaço urbano, sendo utilizados os seguintes critérios: área total; características de saneamento básico; perfil demográfico e características culturais e socioeconômicas das populações.

A descrição das etapas que constituem e estruturam o OP na cidade de João Pessoa são descritas no Quadro 01 a seguir, conforme informações colhidas no documento informativo disponibilizado pela prefeitura intitulado: “Construindo Políticas Públicas com a Participação Popular” (PMJP, 2013):

ETAPAS DO OP	DESCRIÇÃO
Reuniões Preparatórias	Têm por objetivo esclarecer a comunidade sobre o funcionamento do Ciclo do Orçamento Participativo, mobilizando os variados atores da sociedade civil, organizada ou não, para que participem do Ciclo do Orçamento Participativo. São selecionadas as demandas apresentadas pela população.
Audiências Regionais	É o momento mais importante do ciclo do OP, pois nele a população se organiza para elencar suas demandas e estabelecer as prioridades que a PMJP deverá executar no orçamento do ano seguinte.
Assembleias Regionais	Representam à etapa do Ciclo do OP na qual a população elege os (as) Conselheiros (as) Regionais para o mandato de dois anos nas 14 regiões de participação popular.
Fóruns Temáticos	Tem por finalidade a formação e a discussão acerca da criação de políticas públicas municipais;
Planejamento Participativo	Etapa na qual as Secretarias municipais envolvidas apresentam aos bairros, comunidades ou ZEIS, a viabilidade técnica de execução ou não daquela ação;
Congresso Municipal de Participação	Sessão que almeja ampliar os debates acerca dos assuntos mais relevantes para direcionar a ação dos conselheiros do OP;
Caravanas de Prioridades	É a fase de acompanhamento das ações aprovadas pela população nas 14 regiões do município. Tem por objetivo maior fiscalizar a execução das deliberações realizadas nas plenárias, bem como a qualidade na realização dos serviços efetuados pelas empresas contratadas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP);
Avaliação	Fase em que são avaliadas as ações planejadas ao longo do

ano, debatendo sobre a formatação do OP, buscando ampliar o acesso da população às ações e serviços da prefeitura municipal de João Pessoa (PMJP).

Quadro 01 - Descrição das etapas do Orçamento Participativo de João Pessoa
Fonte: Adaptado do PMJP, 2011.

No que concerne ao método de seleção das demandas populares, são 10 (dez) demandas apresentadas por cada região de participação popular (14 no total). Essas demandas são escolhidas por meio de uma votação, onde a população recebe um formulário, contendo uma lista de políticas, programas, obras, ações e serviços que a Prefeitura disponibiliza nas audiências regionais, através deste instrumento, os cidadãos fazem suas escolhas.

A escolha e eleição dos Conselheiros são realizadas durante as Assembleias Regionais. Os participantes do OP elegem os (as) Conselheiros (as) Regionais para o mandato de dois anos nas 14 regiões de participação popular. A Assembleia Regional é realizada a cada dois anos e sua viabilização compete à Secretaria Executiva do Orçamento Participativo.

A eleição dos Conselheiros Regionais acontece da seguinte maneira: ao atingir o número de 300 participantes é eleito um conselheiro para cada 10 desses participantes, por sua vez, quando o número de participantes excede passa de 300, além dos 30 conselheiros eleitos, haverá mais um conselheiro para cada 20 participantes da sessão (PMJP, 2011). Em continuidade a apresentação dos resultados, conforme preconiza a Lei n. 12.539 de 2013, são estabelecidas as seguintes atribuições dos Conselheiros do Orçamento Participativo, conforme ilustrado no Quadro 02:

FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS REGIONAIS

Organizar e coordenar as reuniões com Secretários e Técnicos da Gestão Municipal para planejar as Leis Orçamentárias

Estabelecer as prioridades e demandas eleitas no ciclo do Orçamento Participativo

Acompanhar a execução orçamentária, no que se refere às prioridades de demandas de cada Região Orçamentária

Fiscalizar a execução orçamentária

Quadro 02 - Atribuições dos Conselheiros (as) do Orçamento Participativo

Fonte: Adaptado da Lei Ordinária n. 12.539/2013.

Conforme as informações disponibilizadas no site institucional da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), para candidatar-se à condição de Conselheiro Regional do Orçamento Participativo faz-se necessário preencher determinados critérios, os quais foram apresentados no Quadro 03 abaixo:

REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA CANDIDARTA-SE COMO CONSELHEIRO REGIONAL

Possuir idade igual ou acima de 18 anos

Residir na comunidade ou bairro a que se candidatará na assembleia regional

Não ser detentor de mandato eletivo nos poderes Legislativos e Executivos

Não ser servidor

Fornecedor ou prestador de serviço da Prefeitura Municipal de João Pessoa

Não ter sido excluído do Conselho por infringir qualquer norma do regimento

Quadro 03 - Critérios para candidatura

Fonte: PMJP, 2011.

No momento da eleição, o candidato a conselheiro deve assinar um termo em que atesta estar apto a participar do pleito. Além de exercerem trabalho voluntário, os conselheiros devem contribuir com a mobilização popular da sua região para que os cidadãos participem e contribuam para o desenvolvimento da sua comunidade em que estão inseridos (PMJP, 2011).

Os conselheiros devem estar atentos às cobranças da população no que tange as melhorias dos serviços públicos, objetivando a concretização das demandas, o que requer um diálogo constante com a comunidade, colocando o interesse coletivo acima do interesse próprio.

O Orçamento Participativo traz inúmeras contribuições para os municípios, dentre elas, empoderamento do cidadão, devido a participação nas decisões sobre o direcionamento os orçamentos públicos, maior economia, uso racional dos recursos públicos, maior controle e supervisão devido a participação ativa da comunidade

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim do presente estudo, afirma-se que este alcançou seu objetivo maior, uma vez que elaborou uma breve análise acerca dos principais aspectos relacionados ao funcionamento do Orçamento Participativo (OP) na cidade de João Pessoa- PB. Na capital paraibana, a participação popular no OP se concretiza por meio das etapas descritas ao longo da pesquisa, que vão desde as reuniões preparatórias até a avaliação, de acordo com cada ciclo, conforme exposto ao longo desta seção do estudo, sempre primando pela participação da comunidade local.

Frisa-se um aspecto que merece maior destaque, qual seja: a escolha das prioridades a serem executadas no Orçamento Participativo. Chama-se a atenção para a necessidade de intensificar uma maior participação dos cidadãos, sendo importante que a Prefeitura Municipal de João Pessoa divulga o OP junto às comunidades a fim de ampliar a participação popular na construção e formulação das demandas que compõe este instrumento democrático. Esta constatação se deve ao fato de que a adesão e participação dos membros das comunidades poderia ser maior, se houvesse uma divulgação mais intensiva deste instrumento junto aos líderes comunitários e moradores.

Em conclusão, destaca-se que o Orçamento Participativo é uma ferramenta efetiva de controle e participação popular nas demandas da cidade, no qual, através da atuação conjunta da comunidade e secretarias, podem ser alcançadas melhorias para cada bairro que compõe o município.

Para pesquisas futuras, sugere-se a elaboração de uma pesquisa de campo a fim de obter informações mais aprofundadas acerca do funcionamento do OP junto aos Conselheiros Regionais das catorze regiões de João Pessoa, bem como buscar compreender a perspectiva dos cidadãos que participam das sessões do OP sobre a importância deste instrumento de controle e participação democrática popular.

REFERÊNCIAS

ANANIAS, Patrus. Orçamento Participativo – Por que o implantamos em Belo Horizonte? In: AZEVEDO, Sergio de. NABUCO, Ana Luiza (Orgs.). **Democracia participativa: a experiência de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Leitura, 2018.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal: Novos Métodos após a LC nº 101/2000 e as classificações contábeis advindas da SOF e STN.** São Paulo: Atlas, 2012.

AZEVEDO, S. **Considerações sobre a experiência brasileira do orçamento participativo:** potencialidades e constrangimentos. Trabalho apresentado no Seminário Cidade, Democracia e Justiça Social: os desafios para o exercício da cidadania política nas sociedades modernas. Promoção FASE/Observatório (IPPUR/UFRJ) e Fundação Rosa Luxemburg, Rio de Janeiro, 27-28 nov. 2013.

BASTOS, Celso Ribeiro - **Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário.** 2. Ed. São Paulo: Saraiva: 2012.

BRASIL. **Lei Complementar n. 101**, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 04 de maio de 2000.

BRASIL. Estatuto da Cidade. **Lei nº 10.257**, de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. 2001.

BRASIL. **Lei n. 4320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 17 de março de 1964.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Receita pública:** Manual de procedimentos: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. Brasília, DF, 2005. 177 p.

BRASIL. **Lei Ordinária n. 12.539**, de 12 de Março de 2013. Institucionaliza o Orçamento Participativo no âmbito do município de João Pessoa - PB, alterando dispositivos da Lei nº 11.903, de 29 de março de 2010. João Pessoa, março de 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Programa Nacional de Treinamento:** Manual Básico para Municípios. 2. ed. Brasília: MP, BNDES, CEF, 2002.

CALIFE, Flavio Estévez. **A Teoria Política do Orçamento Participativo.** Rio Grande do Sul: Cladea 2012.

CARVALHO, Ana Maria. **O Orçamento Participativo como instrumento de gestão que favorece a efetivação da cidadania em sua plenitude.** 2018.

Disponível em >: http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/op_como_instrumento_de_gestao_e_cidadania_0.pdf
f. Acesso em: mar. 2020.

FARONI, W. A influência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) na Tomada de Decisão pelos Gestores Públicos Municipais. In: XI Congresso Brasileiro de Custos, Porto Seguro, 2004, **Anais...**, Visconde de Cairú: 2014.

GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan de. **Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Participação e aprendizado político no orçamento participativo: estudo de caso em um município catarinense. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 513-532, junho, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302012000200010&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 10 de março de 2020.

OLIVEIRA, F.. M. de. **Orçamento Participativo com Instrumento de Democratização da Gestão Pública**. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2015.

ORSI, F. C. **Orçamento Participativo: Uma Metodologia em Ascensão**. Porto Alegre: Manole, 2001.

PEREZ, Marcos Augusto. **A administração pública democrática: institutos de participação popular na administração pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

PIRES, Valdemir. **Orçamento Participativo: O que é, para que serve, como se faz**. São Paulo, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-PMJP. **Lei n. 10.429**, de 14 de fevereiro de 2005. Estrutura Administrativa da Prefeitura do Município de João Pessoa, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-PMJP. Secretaria da Transparência Pública. Coordenadoria do Orçamento Democrático **Regimento Geral do Orçamento Democrático de João Pessoa**, 2011. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wpcontent/uploads/2012/03/regimento_OD_2010.pdf> Acesso e: 15 mai. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-PMJP. **Orçamento Participativo**. 2020. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/op/regioes-de-participacao-popular/>> Acesso em: maio de 2020.

ROGERS, Pablo; SENA, Ludiany. **Análise Agregada dos Municípios Mineiros de Grande Porte Quanto à Adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal**. In: Revista Contemporânea de Contabilidade, 2017.

ROSA, Nelson Henrique Quevedo. Percepção dos participantes do orçamento participativo em relação à implementação das demandas da população: estudo de

caso no município de Santana do Livramento/RS. **Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional**, v. 14, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/search/authors/view?firstName=Nelson%20Henrique%20Quevedo&middleName=&lastName=Rosa&affiliation=&country=?firstName=Nelson%20Henrique%20Quevedo&middleName=&lastName=Rosa&affiliation=&country=>> Acesso em: 10 de março de 2020.

SANCHÉZ, Feliz. **Orçamento Participativo**: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Ângela Andréa Schauri dos. **Orçamento participativo**: estudo de caso no município de Canoas/RS. Monografia de especialização, Universidade Aberta do Brasil, Santa Maria: 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15606/TCCE_GPM_EaD_2015_SANTOS_ANGELA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 10 de março de 2020.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Franklin Augusto Soares da. **A gestão municipal e seus impactos sobre a política participativa**: um estudo de caso sobre o Orçamento Participativo de Fortaleza/CE em uma perspectiva comparada, Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2017. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle>>. Acesso em: 10 de março de 2020.

SILVA, Lino Martins. **Contabilidade governamental**: Um Enfoque Administrativo. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PERCEPÇÃO DA PESQUISA BRASILEIRA SOBRE LUCRO PRESUMIDO

Natália de Moura Ferreira da Silva¹
Isabella Christina Dantas Valentim²

RESUMO:

O estudo é justificado pela importância das pequenas e médias empresas no cenário brasileiro e poderá contribuir como base e estudo para estudantes do ensino superior de Contabilidade, e demonstrar as experiências de quem fez estudos e análises com o Lucro Presumido. O mesmo tem por objetivo analisar o impacto das pesquisas sobre o regime tributário do Presumido no Brasil, nos últimos 6 anos. De forma mais específica: serão analisadas as publicações acerca do tema dentro do período de 2014 a 2019 nos periódicos de Contabilidade no Brasil e trabalhos de conclusão de curso. Dessa forma, por meio de um levantamento bibliográfico foram analisados 12 estudos envolvendo três categorias de análise, tais como: comparações com os outros regimes, estudos de caso e vantagens e desvantagens. Diante dos resultados obtidos foi possível a constatação que as pesquisas apresentadas comportam-se acompanhando as vantagens, desvantagens, comparações com outros regimes e suas perspectivas para a tomada de decisão acerca desse regime tributário. Os trabalhos analisados trazem as principais vantagens e desvantagens em optar pelo regime tributário Presumido sendo elas: a forma simplificada de apuração dos impostos, as menores alíquotas do PIS e COFINS, o baixo custo nas saídas de mercadorias, o fato de o IRPJ e CSLL ser calculado em cima do faturamento, o que pode ser positivo ou negativo a depender da situação, menor carga tributária dependendo da realidade da empresa analisada e beneficiar as entidades que possuam despesas dedutíveis pouco significativas, mostrando que o planejamento tributário vem aumentando a cada ano.

Palavras-chaves: Planejamento Tributário. Lucro Presumido. Tributação. Análise Comparativa.

ABSTRACT:

The study is justified by the importance of small and medium-sized companies in the Brazilian scenario and can contribute as a base and study for students of higher education in Accounting, and demonstrate the experiences of those who did studies and analyzes with the Presumed Profit. The same aims to analyze the impact of research on the tax system of the Presumed in Brazil, in the last 6 years. More specifically: publications on the topic from 2014 to 2019 in Accounting journals in Brazil and course completion works will be analyzed. Thus, through a bibliographic survey, 12 studies were analyzed involving three categories of analysis, such as: comparisons with other regimes, case studies and advantages and disadvantages. In view of the results obtained, it was possible to verify that the presented researches behave following the advantages, disadvantages, comparisons with other regimes

¹ Graduanda do Curso de Ciências Contábeis, E-mail: nataliaferreira_9@hotmail.com

² Professor Orientador, Professora de Ciências Contábeis e Gestão Financeira - UNIESP Centro Universitário. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - PPGContábeis/UFPE. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN E-mail: isabella.cdantas@iesp.edu.br

and their perspectives for decision-making about this tax regime. The analyzed works bring the main advantages and disadvantages in opting for the Presumed tax regime, which are: the simplified way of calculating taxes, the lowest rates of PIS and COFINS, the low cost of outgoing goods, the fact that the IRPJ and CSLL are calculated on top of invoicing, which can be positive or negative depending on the situation, less tax burden depending on the reality of the analyzed company and benefit entities that have insignificant deductible expenses, showing that tax planning has been increasing every year.

Keywords: Tax Planning. Presumed Profit. Tax Collection. Comparative Analysis.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Tributário Brasileiro tem ficado cada vez mais complexo para as pequenas e médias empresas por conta do alto nível de tributação que recai sobre elas, o que requer uma acertada escolha do regime tributário, que deve ser feita de maneira detalhada e cuidadosa, já que uma vez escolhido o regime de tributação, o mesmo só poderá ser alterado no próximo ano-calendário (LOPES; SOUZA FILHO; SILVA; SANTOS.2017).

A legislação tributária segundo Silva (2019) nos diz que o Lucro Presumido tem uma forma de apuração simplificada para o IRPJ e CSLL nas empresas optantes pelo mesmo, que não sejam obrigadas ao Lucro Real no ano-calendário vigente.

Assim sendo, este artigo aborda os estudos relacionados ao Lucro Presumido, demonstrando a percepção de alguns autores com relação às vantagens e desvantagens referentes à adoção deste regime. Dessa forma o estudo pode incorrer no seguinte problema de pesquisa: **Qual o comportamento das pesquisas brasileiras sobre o Lucro Presumido nos últimos 6 anos?**

O objetivo geral deste trabalho é analisar o impacto das pesquisas sobre o regime tributário do Lucro Presumido no Brasil, nos últimos 6 anos. De forma específica: serão analisadas as publicações acerca do tema dentro do período de 2014 a 2019 nos periódicos de Contabilidade no Brasil e trabalhos de conclusão de curso disponibilizados pela ferramenta de pesquisa *Google Acadêmico*. As pequenas e médias empresas são bastante representativas no cenário nacional, pois são elas que movimentam uma significativa parte da nossa economia e contribuem para a geração de empregos. Tendo também o devido destaque no quesito de inovações tecnológicas, já que as mesmas apresentam mais

desenvolvimento em tecnologia em comparação com outras organizações, e também se mostram flexíveis em relação as mudanças e inovações nessa área, um exemplo bem recente disso, é a adaptação desse grupo de empresas em relação ao e-commerce por conta da pandemia do COVID 19, empresas que não cogitavam em vender de forma online, adotaram esse método para manter seu faturamento (LIMA, 2019).

Dessa forma, o estudo a ser discorrido é justificado pela importância das pequenas e médias empresas no cenário brasileiro e pelo fato de que poderá contribuir como base e estudo para estudantes do ensino superior de Contabilidade, e demonstrar as experiências de quem fez estudos e análises com o Lucro Presumido, ou seja, a percepção de quem fez o comparativo da carga tributária entre o Presumido e outro regime de tributação na prática e quais foram os resultados.

A pesquisa é bibliográfica por ser realizada de forma indireta, utilizando fontes secundárias, como livros, revistas e artigos científicos. É qualitativa pelas análises das publicações em periódicos, e é descritiva por avaliar e descrever sobre comportamentos e opiniões acerca dos estudos sobre o Lucro Presumido.

A estrutura deste estudo se organiza em Introdução, Fundamentação teórica, Procedimentos Metodológicos, Estudo de caso e Considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

De acordo com Pêgas (2017), a Contabilidade Tributária surgiu da relação do Direito Tributário com a Ciência Contábil, e representa o ramo da contabilidade que tem por objetivo integrar os conceitos contábeis com a legislação tributária, ou seja, para o cálculo de cada tributo, existe uma legislação que o rege, que nos mostra todas as suas regras e exceções.

Dessa forma, inferimos que o objeto da contabilidade tributária é apurar com êxito o resultado econômico da entidade, pois só com todos os tributos apurados corretamente é que teremos informação completa, neutra e livre de erros que nos auxiliará na tomada de decisão. Esse quesito é extremamente importante, por exemplo, na hora de se fazer um planejamento tributário, já que o mesmo irar influir

na escolha do regime de tributação e refletirá diretamente na saúde financeira da empresa (LOPES ET AL., 2017).

A Contabilidade Tributária dedica-se a estudar, mensurar, reconhecer e evidenciar as mudanças sobre o patrimônio em decorrência da aplicação da legislação tributária, o que nos leva a pensar sobre suas atividades, que são a apuração dos impostos a serem recolhidos aos órgãos competentes, planejamento tributário, escrituração dos livros fiscais e elaborar as declarações exigidas pelas esferas municipais, estaduais e federais (SILVA.2019).

Para melhor enquadrar cada tipo de organização, Lopes et al. (2017) descreve que pode-se contar com os regimes tributários do Lucro Real, Lucro Arbitrado, Lucro Presumido, Simples Nacional e Microempreendedor Individual (MEI), mas, no geral, os mais utilizados pelas mesmas são Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional, que são os que se enquadram melhor para as pequenas e médias empresas no Brasil.

2.2 FORMAS DE TRIBUTAÇÃO

2.2.1 Lucro Real

O Lucro Real é a única forma de tributação na qual é exigida pelo FISCO a apuração do resultado decorrente do confronto entre receitas e despesas, pois dessa forma a base de cálculo para o IRPJ e CSLL será o lucro efetivo auferido pela entidade ajustado pelas devidas adições e exclusões naquele determinado período. As pessoas jurídicas enquadradas nesse regime podem optar por uma das duas formas de enquadramento, sendo elas, Lucro Real Trimestral ou Lucro Real Anual com Antecipações Mensais em Bases Estimadas (PÊGAS.2017).

No enquadramento do Lucro Real Trimestral, que é indicado para organizações que possuam faturamento linear, como o próprio nome já diz é apurado com base no lucro obtido em cada trimestre, podendo ser pago em três quotas iguais nos meses subsequentes à apuração, sendo uma a cada mês (SILVA, 2019).

No Lucro Real Anual, Silva (2019) indica que para as organizações que possuem faturamento sazonal, pode escolher por apurar o IRPJ e a CSLL por meio de estimativas mensais baseado no faturamento mensal, e depois demonstrar por

meio dos relatórios contábeis balancetes e balanços mensais que os valores recolhidos são superiores ao imposto devido, podendo vir a não efetuar o pagamento, no caso de o que já foi pago ser maior do que é devido, ou pagar só a diferença.

Dessa forma, o Lucro Real é uma boa opção para empresas que possuam valores significativos de compras e despesas dedutíveis, já que isso influenciará diretamente no resultado da entidade, porém temos que nos atentar aos outros impostos, pois dependendo do caso diminuimos um e aumentamos outro, e assim a carga tributária continua a mesma ou ainda maior.

2.2.2 Lucro Presumido

O Lucro Presumido é uma forma de tributação considerada simplificada por como se chega ao resultado tributável para o cálculo do IRPJ e CSLL, já que para isso só precisamos da receita da empresa e daí aplicamos a presunção de acordo com a atividade, que está prevista em lei (LOPES ET AL., 2017).

Mas especificamente as condições para a adesão pelo Lucro Presumido estão descritas no art. 13 da Lei nº 9.718/98:

Art. 13. A pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido (Redação dada pela Lei nº 12.814, de 2013). § 1º A opção pela tributação com base no lucro presumido será definitiva em relação ao todo o ano-calendário. § 2º Relativamente aos limites estabelecidos neste artigo, a receita bruta auferida no ano anterior será considerada segundo o regime de competência ou caixa, observado o critério adotado pela pessoa jurídica, caso tenha, naquele ano, optado pela tributação com base no lucro presumido.

De acordo com Pêgas (2017, p. 771), as empresas que não podem aderir a esse regime são:

- a. cuja receita total, no ano-calendário anterior, seja superior a R\$ 78 milhões ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 meses;
- b. instituições financeiras e equiparadas, inclusive empresas de seguros privados, capitalização, factoring e entidades de previdência privada aberta;
- c. que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

- d. que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam benefícios fiscais relativos à isenção ou redução de imposto; ou
- e. que no decorrer do ano-calendário tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, inclusive mediante balanço ou balancete de suspensão ou redução.

Assim sendo, o Lucro presumido é vantajoso para empresas que tenham muitas compras e poucas despesas, e também para aquelas auferirem lucro superior ao da presunção, também é visto pelos empresários como um regime mais simples para apuração do IRPJ e CSLL, já que não é necessário o detalhamento das receitas e despesas como no Lucro Real.

2.2.3 Simples Nacional

O Simples Nacional é um regime tributário no qual a arrecadação dos impostos das esferas municipais, estaduais e federais são feitas de forma diferenciada. O IRPJ, a CSLL, IPI, PIS, COFINS, INSS, ICMS e ISS, são arrecadados por meio de uma única guia denominada (DAS) Documento de Arrecadação do Simples Nacional (LIMA.2019).

De acordo com Pêgas (2017), a legislação do SN teve um grande diferencial pelo fato de incluir na guia de arrecadação do mesmo junto com os outros impostos o INSS, o que leva à redução da carga tributária, contribuindo assim para a diminuição dos custos em relação a contratação de funcionários, gerando assim mais emprego e renda.

A pessoa jurídica que pode aderir pelo Simples Nacional é aquela que atenda aos requisitos previstos na Lei 123/2006 e que possam se enquadrar nesse regime. O valor a ser recolhido terá como base os anexos de acordo com a atividade exercida pela empresa e a sua receita bruta acumulada nos últimos 12 meses. No geral as empresas acham que o SN é o regime tributário mais vantajoso, mas a depender da situação das mesmas, o Lucro Presumido ou o Lucro Real podem ser uma melhor opção, como por exemplo, uma empresa na qual as despesas com salários totalizem menos de 40% do faturamento, não é uma acertada decisão optar pelo Simples Nacional (SILVA, 2019).

Portanto, o Simples Nacional tem o intuito de incentivar a formalização dos pequenos empresários, por ser o regime com menos burocracia e menor carga tributária no geral, e desse modo aumentar o número de empresas no Brasil. Mas,

as organizações enquadradas nesse regime devem ficar atentas às regras e exceções do mesmo, pois a depender da sua receita a mesma terá que apurar alguns de seus impostos como uma empresa tributada pelo Lucro Real ou Presumido, como por exemplo o ICMS, ou até mesmo poderá ser desenquadrada do SN.

2.3 ESTUDOS ANTECEDENTES

De acordo com os estudos apresentados por Barroso (2019), as empresas optantes pelo lucro presumido são responsáveis por empregar um significativo número de pessoas, mas que vem enfrentando grandes dificuldades, dentre elas entraves legais que deixam o planejamento tributário menos flexível.

Silva (2019), ao realizar um estudo de caso o ano de 2018 em uma drogaria localizada em Minas Gerais, obteve uma análise positiva com a tributação pelo Lucro Presumido em relação ao Lucro Real e Simples Nacional, já que a carga tributada auferida foi inferior e mais vantajosa para a empresa objeto de estudo (SILVA, 2019). Um ponto importante nessa análise é que o SN, apesar de ser visto de maneira geral como o regime tributário menos oneroso, a depender do caso ele pode ter a carga tributária superior aos demais regimes.

Em 2017, os autores Lopes, Filho, Silva e Santos (2017), realizaram um estudo em uma empresa do ramo do comércio fazendo a comparação entre os regimes Presumido e Real referente ao ano de 2016, e também chegaram a um resultado positivo com relação ao Lucro Presumido devido à baixa carga tributária sobre a saída de mercadorias, mesmo sem a utilização dos créditos no PIS e COFINS, que é permitido no Lucro Real.

Costa (2019), visando fazer um comparativo entre os valores de IRPJ e CSLL a serem recolhidos nos regimes de tributação Presumido e Real em empresas do ramo do comércio varejista de combustíveis, apresentou um estudo de caso para explicar essa comparação. Ele analisou duas empresas localizadas em Brasília-DF nos períodos de 2016 e 2017, e constatou que o regime mais vantajoso para ambas é o Lucro Presumido, e o fator de grande relevância nessa análise foi o fato das empresas não possuírem despesas operacionais relevantes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 INSTRUMENTO DE PESQUISA

O estudo tem por objetivo analisar o impacto das pesquisas brasileiras sobre o regime tributário do Lucro Presumido através das publicações acerca do tema no período de 2014 a 2019 nos periódicos de Contabilidade no Brasil e trabalhos de conclusão de curso. O mesmo pode ser classificado como bibliográfico por ser realizado de forma indireta; qualitativo pelas análises das publicações em periódicos; e descritivo por analisar e descrever sobre comportamentos e opiniões dos estudos sobre o Lucro Presumido.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa é bibliográfica quando engloba toda a bibliografia tornada pública acerca do tema de estudo, tanto publicações avulsas como livros, revistas e artigos científicos, quanto meios de comunicação orais: rádio, televisão, gravações e filmes, dentre outros. E tem por finalidade colocar o pesquisador diretamente em contato com tudo o que já foi dito, filmado ou escrito sobre determinado assunto.

O presente estudo é qualitativo, pois segundo Tozoni-Reis (2009), a pesquisa qualitativa é aquela onde a compreensão dos conteúdos tem mais importância que sua descrição ou explicação. O que implica dizer que interessa muito mais descobrir os significados profundos do observado do que o imediato aparente. Nessa linha de raciocínio, o pesquisador é mais que o simples observador dos fenômenos, é o principal instrumento nessa modalidade de pesquisa.

A pesquisa descritiva é aquela na qual o pesquisador desenvolve e discorre fatos notados sem fazer neles interferência alguma. Objetiva demonstrar as características dos assuntos ou situações abordados. A mesma utiliza-se de técnicas padronizadas para a coleta de dados, sendo elas questionário e observação sistemática, desse modo, assume a forma de levantamento (PRODANOV; FREITAS, 2013).

3.2 PROCEDIMENTOS

Os procedimentos metodológicos adotados estão relacionados a revisão bibliográfica acerca do tema, por meio destes, analisou-se os estudos apresentados

para avaliar as vantagens, dificuldades e perspectivas acerca da tributação no regime do Lucro Presumido. As palavras chaves utilizadas na pesquisa foram: Planejamento Tributário, Lucro Presumido, Arrecadação de impostos, Análise Comparativa e Vantagens e Desvantagens.

Os estudos abordados foram coletados no período de 2014 a 2019 pela busca das palavras chaves na ferramenta de pesquisa *Google Acadêmico*, para a consulta dos mesmos em publicações em periódicos de contabilidade e trabalhos de conclusão de curso. A linha temporal utilizada se deve ao fato de dentro desse período está os últimos cinco anos, que é o tempo de prescrever no âmbito contábil, o ano de 2014 foi incluso a fim de angariar mais trabalhos. A amostra é composta por 12 pesquisas que tratam assuntos relacionados ao Lucro Presumido, envolvendo planejamento tributário por meio de estudos de casos e revisão bibliográfica.

As pesquisas demonstram a melhor escolha do regime tributário por meio da comparação com outros regimes de acordo com o ramo de atividade das empresas analisadas com a finalidade de eleger a forma menos onerosa para a entidade. Nos estudos de caso, houve a comparação entre a tributação escolhida pela empresa em relação as demais com o objetivo de saber se esta, traz ou não vantagens para a mesma mostrando os pontos positivos e negativos da escolha.

O tratamento dos dados será feito pelo *Microsoft Word* por meio da sua ferramenta de tabelas, com base no trabalho desenvolvido por Lima (2019).

4 ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO

A amostra é composta por 12 estudos, sendo 6 relacionados a trabalhos de conclusão de curso e 6 publicações em periódicos nas seguintes revistas: Revista Liceu On-line, Revista Global Manager Acadêmica, Revista do Departamento de Ensino a Distância, CONAC – Congresso Nacional de Conhecimento, Revista Científica Faculdade de Balsas e Revista de Trabalhos Acadêmicos – Campus Niterói. Para melhor entendimento, o quadro 1 mostra os trabalhos analisados com seus respectivos autores e anos de publicação.

Trabalhos Analisados	Autores	Ano de Publicação
-----------------------------	----------------	--------------------------

Lucro Presumido X Lucro Real: um estudo sobre os efeitos tributários em uma empresa de construção civil	Iris Dal Piaz Jaconi	2014
Planejamento Tributário – Lucro Presumido X Lucro Real	Everton Domingues Paiva Silva, Hariane Lorrany Soares dos Santos, André Costa Dias, Tatiana Regal Dutra Diesel e Alan Kardec de Oliveira Nóbrega	2016
Estratégia de Opção Fiscal em Planejamento Tributário: um estudo de caso nas empresas Ômega e Zêta sobre Lucro Real e Presumido	Fanny de Melo Silva	2016
Planejamento Tributário: comparativo dos principais impostos federais com base no Lucro Real, Presumido e Simples Nacional em uma empresa do ramo de comércio varejista	Kaique Fabricio Santos Rodrigues, Antônio Luis Zenkner Roggia, Rodrigo Denardi e Diego Nestor Soardi Andrada	2017
Planejamento Tributário: um estudo de caso sobre Lucro Presumido e Lucro Real	Caroline Lopes, Laerte Amaral de Souza Filho, Renato Anastácio da Silva e Fernando de Almeida Santos	2017
Planejamento Tributário: Lucro Presumido X Lucro Real em uma empresa do comércio de Caxias do Sul	Luís Antônio Pires	2018
Análise Comparativa entre os regimes de tributação: Lucro Presumido e Lucro Real	Leonardo Soares Francisco de Almeida, Adalton Ferre Martins, Dário Bezerra de Andrade, Mariana Carvalhal de Almeida, Tiago Cesar Guimarães dos Santos	2018
Comparativo entre Lucro Real e Lucro Presumido em empresas revendedoras varejistas de derivados de petróleo: estudo de caso de A.A.M. Comércio de Varejista de Petróleo LTDA	Francisco Tiago da Cunha Silva	2018
Lucro Real ou Lucro Presumido: o que implica cada uma das formas de tributação	Vítor Fernando Murça Barroso	2019
Planejamento Tributário com base em uma análise comparativa entre os regimes tributários Simples Nacional e Lucro Presumido	Rodrigo Dall'Onder Spaniol, Eraldo Cesar Kindziera e Silvano Luiz da Silva	2019

Planejamento Tributário, Lucro Real X Lucro Presumido: Estudo de Caso realizado em empresas que atuam no ramo de comércio varejista de combustíveis	Leonardo de Sousa Costa	2019
Planejamento Tributário – Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional: um estudo de caso em uma drogaria	Guilherme Ferreira da Silva	2019

Quadro 1 Trabalhos Analisados, Autores e Ano de Publicação
Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Nessa perspectiva, os estudos analisados neste trabalho, abordam vários enfoques referente ao Lucro Presumido, dentre eles vantagens, desvantagens, dificuldades, perspectivas, comparações com outros regimes e estudos de caso. Os artigos analisados, foram enquadrados em 5 comparações com outros regimes, 6 estudos de casos e 1 tratando especificamente das vantagens e desvantagens.

O quadro 2 traz a apresentação dos principais assuntos abordados por área temática, com enfoque nos aspectos mais relevantes estudados nas pesquisas relacionados a percepção das empresas brasileiras sobre o Lucro Presumido.

Quantidade de trabalhos	Área Temática	Principais Questionamentos
5	Comparações com Outros Regimes	Análises comparativas entre os regimes de tributação Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real buscando verificar qual a carga tributária menos onerosa de acordo com a atividade da empresa.
6	Estudos de Caso	Avaliar qual o regime tributário melhor se enquadra para diferentes ramos de atividades empresariais, dentre eles, drogarias, comércios varejistas e construção civil, ressaltando que as empresas analisadas nesses estudos são de pequeno e médio porte, havendo também a comparação entre os três regimes tributários.
1	Vantagens e Desvantagens	Demonstrar os aspectos positivos e negativos da adesão ao Lucro Presumido de acordo com a realidade de cada empresa analisada.

Quadro 2 Classificação da Pesquisa Tributária
Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Nos estudos que demonstram análises comparativas com os outros regimes tributários, a maioria mostra resultado positivo em relação a adoção ao Lucro

Presumido nas pequenas e médias empresas brasileiras, como por exemplo nos comércios varejistas de combustíveis.

Os estudos de caso mostram de acordo com a atividade e contexto da empresa por meio da avaliação em cada regime tributário abordado no estudo, qual o regime mais vantajoso e menos oneroso para a entidade. Eles trazem análises em diferentes ramos de atividades, o que mostra que Lucro Presumido pode ser utilizado nas mais diversas áreas empresariais.

As pesquisas que têm o enfoque sobre a área temática vantagens e desvantagens mostram os aspectos positivos e negativos em aderir o regime tributário do Lucro Presumido, como por exemplo, o IRPJ e a CSLL serão pagos independente da empresa auferir lucro ou não, já que a base de cálculo é o faturamento, diferentemente do lucro real que só haverá pagamento de impostos se houver lucro de acordo com o resultado contábil.

O quadro 3 apresenta quais as abordagens acerca do Lucro Presumido em cada ano da linha temporal analisada.

Quantidade	Ano	Área Temática
1	2014	Estudo de caso.
2	2016	Vantagens e desvantagens e estudo de caso.
2	2017	Comparações com outros regimes e estudo de caso.
3	2018	Comparações com outros regimes e estudo de caso.
4	2019	Comparações com outros regimes e estudo de caso.

Quadro 3 Classificação por ano e área temática
Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

O estudo analisado do ano de 2014, refere-se a pesquisa desenvolvida por Jaconi (2014), onde é abordado o efeito fiscal também entre o Presumido e o Real em uma empresa do ramo de construção civil, com ênfase no cálculo dos impostos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL), onde também o Presumido é a escolha mais acertada mesmo a empresa podendo optar por qualquer um dos dois regimes, pois foi gerada uma economia significativa em relação ao Lucro Real (JACONI, 2014).

O primeiro trabalho de 2016 a ser analisado, foi o de Silva et al. (2016) que trata das vantagens e desvantagens entre o Lucro Presumido e o Lucro Real, no qual a empresa é analisada pelos dois regimes, e, é eleito como a melhor escolha

para a mesma o Presumido, pois ela possui poucas despesas, e dessa forma o Lucro Real seria mais oneroso. O segundo estudo analisado do ano 2016, foi desenvolvido por Silva (2016), que nos traz um estudo de caso em duas empresas de um escritório de contabilidade, analisando se os regimes nos quais as mesmas estavam enquadradas eram a melhor opção para ambas. O resultado dessa análise foi positivo para o Lucro Presumido só em uma das empresas, a outra estava enquadrada no Lucro Real e continuou no mesmo, já que ela possuía muitas despesas dedutíveis. O estudo realizado também chama atenção para o fato de que o planejamento tributário deve ser feito frequentemente, pois a tributação escolhida em um ano-calendário, pode não ser a mais favorável no próximo (SILVA ET AL., 2016; SILVA, 2016).

Em 2017, foram analisadas duas publicações em periódicos, uma da Revista Científica Faculdade Balsas, a qual traz um comparativo entre os regimes de tributação Simples Nacional, Lucro Presumido e Real, e o da Revista Liceu On-line, que mostra um estudo de caso sobre o Presumido e o Real. A análise comparativa tem o foco nos impostos federais em uma empresa do ramo de atacado e varejo de peças de acessórios a fim de escolher o regime que possa reduzir o ônus tributário, e nessa análise o Lucro Presumido foi tido como ponto negativo, porque a empresa em questão no Presumido e no Simples Nacional teriam ônus tributário mesmo obtendo prejuízo, diferentemente do Lucro Real, que no caso de prejuízo não calculam o IRPJ e a CSLL, e também acumulam esse prejuízo que poderá ser utilizado para abater do imposto a recolher posteriormente, coisa que não acontece no Lucro Presumido. No estudo de caso publicado na Revista Liceu On-line, foi analisada um empresa do ramo do comércio de produtos diversos para verificar o que melhor se adapta a ela, dessa forma foram feitos os cálculos pelos regimes Presumido e Real, concluindo-se que a escolha mais vantajosa é o Presumido devido a menor carga tributária na saída de mercadorias, mesmo sem a possibilidade de utilização de crédito no PIS e COFINS (RODRIGUES; REGGIA; DENARDI; ANDRADA, 2017) e (LOPES; SOUZA FILHO; SILVA; SANTOS, 2017).

No ano de 2018 analisou-se três trabalhos, sendo eles: duas análises comparativas e um estudo de caso. A primeira análise foi publicada na Revista do Departamento de Ensino a Distância, comparando o Lucro Presumido e Real também em uma empresa do ramo comercial, onde chegou-se à conclusão de que o Presumido é a melhor escolha, pelo fato das menores alíquotas do PIS e COFINS, e

também porque a mesma tem um baixo custo e não contribuiria de forma satisfatória para a redução do resultado contábil, além de suas despesas não terem valores significativos, por isso a não opção pelo Lucro Real. Já a segunda análise foi feita em uma empresa varejista revendedora de derivados de petróleo, também comparando Real e Presumido. Nesse caso, novamente o melhor enquadramento é o Presumido, pois o resultado contábil da entidade é superior a presunção do Fisco, e dessa forma seria desvantagem pra ela optar pelo Lucro Real, a não ser que a mesma obtivesse prejuízo contábil, onde não haveria pagamento de tributos, diferente do Lucro Presumido em que a base de cálculo é faturamento da empresa. O estudo de caso retirado da Revista Global Manager Acadêmica, nos traz um planejamento tributário em uma empresa do ramo do comércio de Caxias do Sul, o qual entre o Presumido e o Real, opta por este último pelo fato de a empresa está em evolução e obter um lucro líquido relativamente baixo, mesmo tendo a complexidade de fazer apuração pelo Lucro Real (PIRES.2018), (ALMEIDA; MARTINS; ANDRADE; ALMEIDA; SANTOS, 2018) e (SILVA, 2018).

Já em 2019, foi analisado duas comparações com outros regimes e dois estudos de caso. Na primeira comparação, desenvolvida por Barroso (2019), é trazido o questionamento do que implica cada uma das formas de tributação abordadas, que foi novamente o Presumido e o Real, através da análise tributária em um *Shopping Center* e em uma Fábrica de Talheres, onde na primeira a melhor opção foi o Lucro Real e na segunda o Lucro Presumido, enfatizando que não podemos afirmar que sempre um ou outro regime será sempre a opção mais vantajosa para a empresa, tudo dependerá do contexto da entidade, do enquadramento, do faturamento e dos resultados auferidos pela mesma. A segunda comparação refere-se ao estudo desenvolvido por Spaniol et al. (2019) que foi publicada no CONAC – Congresso Nacional de Conhecimento, onde traz a comparabilidade entre o Simples Nacional e o Lucro Presumido em uma empresa do comércio varejista de móveis na cidade de Ponta Grossa do estado do Paraná, no qual o regime mais vantajoso para ela foi o Simples Nacional, vale ressaltar que empresas optantes por este regime devem sempre está fazendo o planejamento tributário, pois dependendo da faixa na qual a empresa se enquadre o Simples Nacional pode chegar a ser mais oneroso que o Lucro Presumido.

O primeiro estudo de caso se refere a pesquisa de Costa (2019), a qual analisa duas empresas do ramo do comércio varejista de combustíveis, comparando

os valores a recolher do IRPJ e CSLL nos regimes do Lucro Presumido e Real, como as empresas não possuíam despesas operacionais relevantes a base de cálculo no Lucro Real ficou elevada, optando-se assim pelo Lucro Presumido. Já no trabalho de Silva (2019) é retratado um estudo em uma drogaria, onde analisa-se os três regimes, Presumido, Real e Simples Nacional, a fim de escolher a forma tributária mais adequada para a empresa em questão. O regime que obteve menor incidência de impostos foi o Lucro Presumido, pelo fato de nos doze meses analisados ter apresentado a carga tributária menos onerosa (BARROSO, 2019; SPANIOL; KINDZIERA; SILVA, 2019; COSTA, 2019; SILVA, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve por objetivo, analisar o comportamento das pesquisas brasileiras sobre o Lucro Presumido. Mais especificamente, analisar as publicações acerca da temática no período de 2014 a 2019. Diante disso, é possível constatar que os estudos apresentados se comportam fazendo-se um comparativo entre as vantagens, desvantagens, dificuldades, perspectivas, comparações com outros regimes e estudos de caso, a fim de auxiliar a tomada de decisão quanto a adoção desse regime tributário.

As análises atenderam ao objetivo da pesquisa mostrando a importância do planejamento tributário com ênfase nos estudos sobre o Lucro Presumido, e em como as empresas passam a valorizá-lo com o passar dos anos. O que é visto na linha temporal de 2014 a 2019, em que o número de pesquisas só aumenta.

Detalhando os resultados, o trabalho de Jaconi (2014), mostra economia no cálculo dos impostos federais no Lucro Presumido em relação ao Lucro Real, o que configura uma vantagem desse regime, e por isso a empresa optou por ele.

No ano de 2015, não foi encontrado nenhum trabalho que atendesse a perspectiva da pesquisa, desse modo não foi analisado nenhum estudo desse ano.

Os estudos do ano de 2016 de Silva et al. (2016) e Silva (2016), seguem na linha de vantagens e desvantagens do Presumido, os dois demonstram que o fato de possuir poucas despesas dedutíveis, pode fazer desse regime tributário uma acertada escolha, pois sem as deduções das despesas o Lucro Real pode ter uma carga tributária bastante elevada.

Em 2017, a pesquisa publicada na Revista Científica da Faculdade Balsas novamente traz um planejamento tributário com ênfase nos impostos federais, e trouxe uma desvantagem do Lucro Presumido, que é o fato de pagar IRPJ e CSLL mesmo obtendo prejuízo, diferentemente do Lucro Real, que foi a opção feita pela empresa objeto de estudo. Já o estudo de caso publicado na Revista Linceu On-Line, a empresa analisada opta pelo Presumido pela vantagem da menor carga tributária na saída de mercadorias, mesmo sem a utilização de crédito nos impostos PIS e COFINS.

No ano de 2018, o primeiro estudo analisado de Pires (2018), publicado na Revista do Departamento de Ensino a Distância, tem o Presumido por melhor escolha pelas menores alíquotas do PIS e COFINS e pela empresa obter um baixo custo, o que não contribuiria para a redução do resultado e contábil e consequentemente na apuração pelo regime do Lucro Real. O segundo de Almeida et.al (2018), tem por escolha vantajosa o Lucro Presumido pelo fato de o resultado contábil da entidade em estudo ser superior a presunção do Fisco, e desse modo seria desvantagem a mesma optar pelo enquadramento no Lucro Real. O estudo de caso de Silva (2018), publicado na Revista Global Manager Acadêmica, mostrou o Presumido de forma negativa, pois pela entidade possuir lucro líquido relativamente baixo, seria mais vantagem para ela optar pelo Lucro Real, que foi a decisão tomada por ela.

Em 2019, o trabalho desenvolvido por Barroso (2019) analisou duas empresas nas quais apenas uma optou pelo Lucro Presumido e a outra pelo Lucro Real por ser menos oneroso para ambas. O segundo refere-se ao estudo de Spaniol et al. (2019) publicado no CONAC – Congresso Nacional de Conhecimento, onde mostra o Presumido como desvantagem pelo fato de a empresa analisada ter obtido menor carga tributária no regime do Simples Nacional. O terceiro se refere ao estudo de caso de Costa (2019), no qual analisa duas empresas do ramo de combustíveis enfatizando os impostos federais IRPJ e CSLL, pelas empresas não obterem despesas operacionais relevantes, optaram pelo Presumido. E por fim, o quarto trabalho de Silva (2019), que retrata novamente um estudo de caso, onde o Presumido foi mais vantajoso pela menor incidência de impostos nos doze meses analisados.

As pesquisas brasileiras se comportam a averiguar qual o regime tributário menos oneroso para as entidades em estudo, mostrando seus aspectos positivos e

negativos, o qual vai pesar mais no contexto dela, trazendo as perspectivas que elas têm ao aderir ou não o regime tributário do Lucro Presumido.

Os resultados dessa pesquisa demonstram a relevância em estudar sobre o regime tributário do Lucro Presumido, devido a representatividade das pequenas e médias empresas no atual contexto econômico em que vivemos, tendo em vista que uma parte considerável delas são optantes desse regime e contribuem diretamente para a geração de empregos e arrecadação de impostos.

Dessa forma, podem ser desenvolvidos estudos que explorem mais sobre a temática, principalmente dentro do âmbito acadêmico. O estudo por ser bibliográfico possui limitação com relação a utilização de dados secundários, pelo fato dele está fundamentado em trabalhos que já foram publicados. Como sugestão de futuras pesquisas, pode-se replicar esse estudo enfatizando outra temática acerca do Lucro Presumido ou ainda com empresas atuais de um determinado ramo de atividade e com outras modalidades tributárias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leonardo Soares Francisco de et al. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS REGIMES DE TRIBUTAÇÃO: LUCRO PRESUMIDO E LUCRO REAL. **PESQUISA & EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**, n. 11, 2018.

BARROSO, Vítor Fernando Murça. **Lucro Real ou Lucro Presumido: O que implica cada uma das formas de tributação**. Brasília – Distrito Federal, 2019.

BRASIL. **Lei Nº 9.718, de 27 de Novembro de 1998**. Altera dispositivos da Legislação Tributária Federal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9718.htm>. Acesso em 04 out.2020.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 123, de 14 de Dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 01 dez.2020.

COSTA, Leonardo de Sousa. **Planejamento Tributário, Lucro Real X Lucro Presumido: Estudo de caso realizado em empresas que atuam no ramo de comércio varejista de combustíveis**. Brasília – DF, 2019.

DIAS, André Costa et al. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO-LUCRO PRESUMIDO VERSUS LUCRO REAL. **REVISTA DE TRABALHOS ACADÊMICOS-CAMPUS NITERÓI**, 2016.

JACONI, Iris Dal Piaç. **Lucro Presumido X Lucro Real: Um estudo sobre os efeitos tributários em uma empresa de construção civil**. Caxias do Sul – RS, 2014.

LIMA, Jessica Aparecida Cardoso. **O Perfil das Pesquisas sobre o Simples Nacional: uma revisão bibliográfica das produções nacionais**. Uberlândia – Minas Gerais, 2019.

LOPES, Caroline; SOUZA FILHO, Laerte Amaral de; DA SILVA, Renato Anastácio; SANTOS, Fernando de Almeida. Planejamento tributário: estudo de caso sobre lucro presumido e lucro real. **Revista Linceu Online**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 06-27, jan./jun. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica / Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos. 5. ed.** – São Paulo: Atlas, 2003.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de Contabilidade Tributária / Paulo Henrique Pêgas. – 9. ed.** – São Paulo: Atlas, 2017.

PIRES, Luís Antônio. Planejamento Tributário: Lucro Presumido X Lucro Real em uma empresa do comércio de Caxias do Sul. **Revista Global Manager Acadêmica**, Caxias do Sul – RS, V. 6, N. 2 (2017) / 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do Trabalho Científico: **Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov e Ernani Cesar de Freitas. 2.ed.** – Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

RODRIGUES, Kaique Fabricio Santos. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: Comparativo dos principais impostos federais com base no lucro real, presumido e simples nacional em uma empresa do ramo de comércio varejista. **REVISTA CIENTÍFICA UNIBALSAS**, v. 8, n. 1, 2017.

SILVA, Guilherme Ferreira. **Planejamento Tributário – Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional: um estudo de caso em uma drogaria**. Luz - Minas Gerais, 2019.

SILVA, Fanny de Melo. **Estratégia de Opção Fiscal em Planejamento Tributário: Um estudo de caso nas empresas Ômega e Zêta sobre Lucro Real e Presumido**. Brasília – DF, 2016.

SILVA, Francisco Thiago da Cunha. **Comparativo entre Lucro Real e Lucro Presumido em empresas revendedoras varejistas de derivados de petróleo: AAM Comércio Varejista de Petróleo LTDA**. Amazonas – MA, 2018.

SPANIOL, Rodrigo Dall'Onder; KINDZIERA, Eraldo Cesar; DA SILVA, Silvano Luiz. Planejamento Tributário com base em uma análise comparativa entre os regimes tributários Simples Nacional e Lucro Presumido. **CONAC – Congresso Nacional de Conhecimento** – ISSN 2359-4403. Porto Seguro – BA, 2019.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa. 2. ed.** – Curitiba: IESD, 2009.

DECISÕES ORGANIZACIONAIS RELATIVAS A TRIBUTOS: INVESTIGAÇÃO SOBRE CRITÉRIOS DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Sandra Beatriz Budke¹
Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante²

RESUMO:

Em virtude do atual cenário econômico e a exorbitante carga tributária brasileira, é necessário que os gestores busquem maneiras de amenizar seus custos, principalmente os tributários. É nesse contexto que surge o planejamento tributário, sendo concebido como a forma lícita de se obter a almejada economia fiscal. Dada a relevância da matéria em debate, o presente trabalho teve como objetivo investigar os critérios utilizados no processo decisório relativo aos tributos, mesmo na ausência de um planejamento formal. Para tanto, efetuou-se pesquisa bibliográfica qualitativa para aprofundar os conhecimentos sobre o tema em questão. Assim, esse estudo abordou as organizações, no sentido de evidenciar a necessidade de os gestores tomarem as decisões certas com relação ao campo tributário para otimizar a rentabilidade em seus negócios. Nesse intuito, tratou-se do fator tributos, sua complexidade e alcance. Posteriormente, definiu-se o planejamento tributário abrangendo conceitos, finalidades, a elisão, evasão e as estratégias utilizadas pelos gestores durante o processo decisório nas organizações que têm o lucro como fim. Por fim, concluímos ao longo da elaboração deste artigo que existem vários meios legais para reduzir o ônus tributário.

Palavras-chave: Planejamento Tributário. Critérios. Processo Decisório.

ABSTRACT:

In view of the current economic scenario and the exorbitant Brazilian tax burden, it is necessary for managers to seek ways to mitigate their costs, especially the tax related ones. It is in this context that tax planning emerges, being conceived as the lawful way of obtaining the desired tax economy. Given the relevance of the matter under debate, the present study aimed to investigate the criteria used in the decision-making process related to taxes, even in the absence of a formal planning. For that, qualitative bibliographic research was carried out to deepen the knowledge on the subject in question. Then, this study approached organizations, in order to highlight the need for managers to make the right decisions in relation to the tax field to optimize profitability in their businesses. For this purpose the tax factor, its complexity and scope were addressed. Posteriorly, the tax planning was defined covering concepts, purposes, avoidance, evasion and the strategies used by managers during

¹ Graduanda do Curso de Ciências Contábeis, pelo Centro Universitário – UNIESP. sandra-budke@hotmail.com

² Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis, pela Universidade Federal da Paraíba, Doutorado em Controladoria e Contabilidade, Mestrado em Controladoria e Contabilidade, Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis da disciplina de Planejamento e Contabilidade Tributária. prncavalcante0907@gmail.com

the decision-making process in organizations that have profit as an end. Finally, we concluded throughout the preparation of this article that there are several legal means to reduce the tax burden.

Keywords: Tax Planning. Criteria. Decision-making Process.

1 INTRODUÇÃO

É princípio fundamental da gestão empresarial, notadamente nas organizações que têm o lucro como fim, que a concepção decisória seja focada na rentabilidade do negócio. Esta visão permeia todas as deliberações relacionadas com os processos realizados no cotidiano das organizações, tais como a contratação de funcionários, escolha de fornecedores, a compra ou venda de produtos ou serviços. Tal direcionamento em priorizar a lucratividade da empresa se deve obviamente à necessidade de se assegurar a continuidade de suas atividades, ou seja, sua sobrevivência.

Sabe-se extensivamente que, dentre as várias formas de potencializar os lucros corporativos uma é a atuação dos gestores na redução de custos e despesas, seja operacionais ou financeiros.

Nesse sentido, a base legal tributária brasileira, por sua extensão e alcance, gera obrigações que afetam diretamente os resultados financeiros das empresas. O rol de espécies tributárias e, principalmente, das regulações pertinentes, é numeroso e intrincado, sendo que essas últimas apresentam frequentes atualizações, o que demanda uma atenção constante por parte da gestão para o devido cumprimento de obrigações principais e acessórias.

Atualmente, a complexidade e a amplitude das obrigações tributárias que, segundo o Tesouro Nacional, em 2019 atingiu 33,17% do PIB brasileiro, geram uma grande preocupação e fazem com que os gestores se empenhem na busca por meios legais para a redução desses encargos. Com o mercado extremamente competitivo, no qual a diminuição dos custos é fundamental para garantir a sustentabilidade, assim como a viabilidade econômica da empresa, cabe ao administrador planejar os tributos no intuito de se ter uma otimização da situação econômico-financeira da organização. Alves (2017) afirma que todo administrador deve minimizar perdas e maximizar lucros.

Assim sendo, torna-se vantajosa para os empreendimentos a implementação de um planejamento tributário que, baseado em critérios comuns aos processos decisórios, visa principalmente diminuir os custos gerais, propondo evitar a incidência, reduzir o montante ou simplesmente retardar o pagamento dos tributos. Portanto, pela relevância do fator tributação, faz-se necessário que as organizações se utilizem desses procedimentos, mesmo na inexistência de um planejamento formalizado, como meio legal para redução do efeito do tributo sobre o resultado final. No entanto, percebe-se que essa prática seria realizada com maior frequência pelas grandes corporações e que se torna necessária, também pelas razões acima, sua efetivação nos estabelecimentos de pequeno porte.

Segundo Zanluca (2014), “o planejamento tributário é a metodologia para se obter um menor ônus fiscal sobre operações ou produtos, utilizando-se meios legais”. Logo, espera-se que o planejamento tributário provoque um determinado efeito na rentabilidade da organização, mas não é certo que tal efeito ocorrerá em todas elas.

Assim, é melhor afirmar que esse instrumento pode melhorar a rentabilidade das atividades da empresa e que é um grande aliado do empresário, pois proporciona segurança e previsibilidade das obrigações futuras, exercendo um papel primordial na criação das estratégias utilizadas no intento de lograr benefícios tributários, como na elisão fiscal, ou seja, constitui uma forma lícita de obter a maior economia ou eficiência fiscal possível. Em resumo, com essa ferramenta, a empresa dispõe das informações necessárias à correta tomada de decisões em relação à forma de tributação, a fim de diminuir os valores com ela despendidos. Aqui é oportuno enfatizar que devemos distinguir elisão de evasão fiscal, sendo que essa se utiliza de meios ilícitos, isto é, a sonegação dos tributos.

Nesse âmbito, o presente estudo partiu da seguinte questão: **Quais critérios de planejamento tributário podem ser usados, mesmo na ausência de um planejamento formal, por empresas que têm o lucro como fim?**

Essa problemática foi levantada no intuito de se verificar as estratégias organizacionais usadas pelos gestores e dirigentes na realização do *compliance* tributário, em primeiro lugar, para assegurar o correto cumprimento das suas obrigações fiscais e, por último, para amenizar os custos de forma a não prejudicar a lucratividade do negócio.

Com intuito de responder à questão de pesquisa formalizada, este trabalho tem como o objetivo geral: investigar os critérios de planejamento tributário que são usados pelos gestores de empresas que têm o lucro como fim, mesmo sem um processo formalizado.

Diante do exposto, este estudo justifica-se em face da magnitude da questão tributária, fato esse que obriga que a academia esteja constantemente estudando todos os seus aspectos. Conseqüentemente, deve-se investigar se as empresas usam critérios de planejamento tributário, mesmo que não disponham de um processo formal e completo para tal.

A despeito das abordagens encontradas na literatura que trata do assunto, essa ferramenta se constitui, cada vez mais, em uma atividade fundamental para as empresas assegurarem a rentabilidade e se manterem atuantes no mercado mesmo diante de um sistema altamente complexo e burocrático. Como já ressaltado, os tributos influenciam diretamente os resultados econômicos, independentemente do segmento ou do porte da entidade. Portanto, convém obviamente a realização de um planejamento tributário com escopo de direcionar as decisões organizacionais relativas aos tributos.

O tema discorrido assume destaque no debate atual, uma vez que não apenas empresas, mas o meio acadêmico têm se debruçado no estudo dessa matéria com vistas ao desenvolvimento científico da área contábil.

Para chegar a uma conclusão mais adequada, iniciou-se um estudo com base em dados bibliográficos e doutrinários, tanto na área contábil como na área tributária englobando pesquisas efetuadas em periódicos, na legislação vigente e artigos em geral.

A pesquisa é bibliográfica e os procedimentos metodológicos envolvidos para o desenvolvimento deste estudo foram métodos qualitativos, visto que na fundamentação teórica será realizada uma investigação para identificar as estratégias que as empresas utilizam para reduzir os impostos e maximizar os lucros. Isso permitiu promover a revisão da bibliografia acerca do tema, realizar as análises pertinentes e as discussões necessárias para a apresentação dos resultados.

Primeiramente, explanamos sobre as organizações no contexto do processo gerencial. Em seguida, contextualizamos os tributos, mostrando o seu reflexo na rentabilidade. Posteriormente, detalhamos o planejamento tributário no tocante à

definição, conceitos, legalidade e sua finalidade. Por fim, apresentamos os critérios de planejamento tributário com o intuito da redução da carga fiscal.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ORGANIZAÇÕES

As organizações estão sofrendo fortes pressões competitivas no novo milênio, o que as obriga a um contínuo processo de alerta, adaptação e ajustamento às mutáveis condições ambientais caso queiram manter sua sobrevivência. (CHIAVENATO, 2009).

É imprescindível salientar que devido à globalização, a economia tornou-se extremamente competitiva, o que demanda uma atenção constante por parte das organizações fazendo com que empreendam novas técnicas e modelos de gestão voltados para a “era da informação”, com um planejamento adequado para que se mantenham atuantes no mercado.

Nesse mesmo contexto, Cordeiro (2002, p. 1) relata.

[...] o grande desafio desta última década vem sendo a capacidade e a competência diária que as organizações enfrentam para se adaptarem e levarem a todos os seus níveis hierárquicos e funcionais, da alta gerência ao piso de fábrica, a incorporação de novos modelos, métodos, técnicas, instrumentos, atitudes e comportamentos necessários a mudanças, inovações e à sobrevivência sadia e competitiva no mercado (CORDEIRO, 2002, p. 1).

Sendo assim, percebe-se a necessidade de os gestores planejarem as ações, no intuito de fortalecer a posição e a permanência no mundo dos negócios. Para tanto, é fundamental estabelecer estratégias com a perspectiva de captar novas oportunidades e defender-se das ameaças externas.

De acordo com Bangs Jr. (1999, p. 190), “O planejamento é um importante componente da vida organizacional, capaz de dar-lhe condições de rumo e continuidade em sua trajetória rumo ao sucesso”. Deste modo, as organizações devem traçar suas metas, estabelecer os seus objetivos e, por fim, definir os recursos e as ações necessárias para alcançá-los. É a partir disso que as empresas serão capazes de obter vantagens e reagir às condições mutáveis do mercado.

Em tempos de grandes transformações no cenário econômico, o qual gera cada vez mais preocupação para os empresários, a busca por estratégias tem se tornado uma característica fundamental para as organizações. Diante de inúmeros fatores, ressalta-se a obrigação da empresa em manter em seu sistema administrativo e operacional profissionais com habilidades específicas para buscar meios de crescimento das operações, elaborando e executando os processos para se obter os melhores resultados no que tange à rentabilidade.

Sobre o âmbito empresarial, Nascimento e Reginato (2010, p. 5) afirmam que “é complexo, dinâmico e guarda incertezas. As variáveis que o compõem nem sempre permitem às empresas a manutenção de um equilíbrio, ou estado firme, tornando-as sucessíveis às turbulências inerentes [...]”. Nesse sentido, concebe-se o mercado como sendo um ambiente altamente competitivo e instável, o qual é alvo de constantes mudanças.

Drucker (2004) descreve que “as empresas sofrem em se manter no mercado altamente competitivo justamente pelo fato de não desenvolverem um planejamento na administração”. Portanto, faz-se necessário que implementem um eficiente sistema de gestão organizacional, no qual as ações dos gestores devem ser bem orientadas para que se consiga atingir os objetivos almejados.

A gestão empresarial é um processo contínuo, que possui o papel de organizar e controlar os procedimentos internos, visando estabelecer uma posição sustentável contra a concorrência e conduzindo os negócios aos melhores resultados. Quando executada com eficiência, contribui para a funcionalidade da organização, além de evitar gastos indevidos, que conseqüentemente diminuem os lucros do empreendimento.

Portanto, cabe aos gestores tomarem uma série de decisões, que visam objetivos distintos, tendo sempre como pano de fundo a rentabilidade e a liquidez do negócio. Nesse intuito, vale ressaltar que o valor despendido com impostos é altíssimo e reflete negativamente nos lucros. Logo, é preciso ferramentas de gestão confiáveis para diminuir esse custo e maximizar os rendimentos do negócio. É nesse cenário que o planejamento tributário se faz necessário para as empresas, principalmente para as que vislumbram um futuro próspero.

O planejamento deve ser estruturado com base em uma análise criteriosa dos componentes da organização, tendo em vista produzir informações fidedignas para orientar o caminho certo a seguir. Desta forma, resultará em uma ampla vantagem

para a empresa em relação àquelas que não planejam. Além disso, esse poderoso instrumento está diretamente relacionado à geração de caixa, já que possibilita a redução dos custos gerais e tributários por meio de suas ações.

A partir dessa perspectiva, pode-se dizer que os tributos afetam diretamente o resultado financeiro, pois dependendo da sua incidência sobre o faturamento e, a partir do contexto no qual a atividade é desempenhada, o planejamento tributário será fundamental para demonstrar o real impacto desse ônus no desenvolvimento empresarial, além de promover o adequado recolhimento dos encargos fiscais.

Nesse aspecto, os custos e despesas tributárias são parcelas significativas na formação dos preços dos produtos e serviços. Portanto, a sobrevivência das empresas que têm o lucro como fim depende também de decisões acertadas a respeito da questão fiscal.

2.2 TRIBUTOS

Os tributos hodiernamente constituem-se como a principal fonte de receita do Estado para promover o oferecimento dos serviços públicos e a sua existência remete-se à Antiguidade. Mesmo que não houvesse legislação própria, a cobrança dos mesmos foi característica presente em todas as sociedades, sendo considerada uma obrigação a contribuição de todos os indivíduos.

Segundo o CTN, em seu artigo 3º, “tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato lícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”, ou seja, é a parcela que os contribuintes pagam para o estado, a qual é cobrada pela administração pública.

Portanto, tal obrigação constituirá um ônus financeiro às entidades. No entanto, destaca-se ainda que o tributo é apenas um dentre os vários custos de uma empresa, e estrategicamente deve ser reconhecido como um dos mais importantes por seu grande impacto no caixa da organização, podendo ser influenciado de acordo com o planejamento tributário proposto.

Essa é uma questão que gera preocupação aos empresários, haja vista que a dimensão fiscal envolve o processo de formação de receitas e isso pode afetar não apenas a participação da empresa no mercado (*market share*), mas até sua própria sobrevivência.

Devido à complexidade da legislação tributária em nosso país, a qual passa por constantes mudanças, os empreendedores encontram-se diante de um emaranhado de informações fiscais aplicáveis ou não à sua organização. Nessa perspectiva, Crepaldi (2018, p. 2) relata que “com a expansão dos negócios e a necessidade de se adaptar e usar as constantes mudanças da legislação a seu favor, muitas empresas estão reforçando suas áreas tributárias, tornando-as menos operacionais e mais estratégicas”. Em síntese, os gestores precisam, não somente se manterem atualizados, mas também contar com a ajuda de profissionais especializados para interpretar a legislação e direcionar suas ações.

Diante disso, é fundamental que os empreendedores sejam estrategistas com foco nos objetivos a alcançar e nos resultados a oferecer no curto, médio e longo prazo, tendo em vista a legislação e suas eventuais modificações. Em suma, as empresas devem dispor de profissionais contábeis e advogados tributaristas para auxiliar na interpretação normativa, facilitando o entendimento sobre o rol de espécies tributárias.

Nesse contexto, a contabilidade é uma ferramenta indispensável no âmbito econômico-financeiro das organizações, pois dispõe de informações cruciais para o processo de tomada de decisão, atendendo a aspectos legais e fiscais. Ela é o elo entre o fisco e os contribuintes e desempenha importante função na gestão de resultados tanto para as entidades quanto para o governo, tornando-se uma balança que equilibra os interesses dos dois lados. Deve ser utilizada para assegurar o devido cumprimento das obrigações principal e acessórias, visando sempre ações preventivas e corretivas, que inibam possíveis erros e fraudes.

Ademais, Oliveira (2009, p. 202) discorre que “O principal objetivo do planejamento tributário é a redução ou transmissão do ônus dos tributos, podendo ocorrer casos em que o ônus não decorre da obrigação tributária principal, mas das obrigações acessórias”.

Nesse sentido, entende-se por obrigações acessórias o dever de gerenciar e demonstrar o cumprimento da obrigação tributária principal que se refere ao pagamento dos tributos, bem como as eventuais penalidades, fornecendo aos órgãos fiscalizadores essas referidas informações para a confirmação de suas atividades e a obediência à legislação vigente. Como exemplo disso, tem-se a emissão das notas fiscais que comprovam as transações de compra e venda de produtos ou execução de serviços pela entidade. Desse modo, o planejamento

tributário também inclui a satisfação dessa atividade, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações na seara fiscal pela empresa.

Portanto, pode-se acentuar a importância desse procedimento de interpretação do sistema tributário, ressaltando conforme preceitua Young (2011, p. 17) que “o planejamento tributário compreende os aspectos fiscais, contábeis, financeiros, trabalhistas, societários e jurídicos”. Sendo assim, envolve toda a sistemática da empresa e, por isso, o seu aproveitamento como redução econômica é percebido e bem-vindo.

2.3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

No âmbito das organizações, o planejamento tributário surge como uma ferramenta legal de gestão e foi no século XXI que esse fenômeno ganhou força e alcançou um maior nível de relevância, tornando-se um dos principais aliados dos empresários na busca da maximização dos lucros. Hoje está pacificado o entendimento de que toda empresa necessita do uso desse instrumento independentemente do seu porte, visando a redução do ônus tributário.

Concebe-se que esse instrumento compreende a adoção de estratégias pelo contribuinte, na busca por uma menor oneração fiscal. Constatase, assim, que é uma tentativa de controlar as variáveis exógenas provenientes das mudanças legais das normas, que acabam atingindo a empresa e acarretando mudanças na organização financeira da mesma.

Segundo Crepaldi (2018).

O planejamento tributário, também conhecido como elisão fiscal, é um ato preventivo que, dentro da estrita observação da legislação brasileira vigente, visa encontrar mecanismos que permitam diminuir o desembolso financeiro com pagamento de tributos, tornando-se algo latente nas administrações empresariais. Sua finalidade tem como base evitar a incidência tributária, com o intuito de prevenir a ocorrência do fato gerador do tributo, minimizando, assim, seu montante, no sentido de reduzir a alíquota ou a base de cálculo (CREPALDI, 2018, p. 03).

Portanto, ressalta-se importância desse procedimento para obter legalmente uma menor carga tributária que conseqüentemente, resulte na maior economia fiscal possível.

De acordo com Domingues (2000).

O conceito de planejamento tributário pode ser entendido como sendo ações que culminem na economia legal de tributos, as quais podem formar uma verdadeira engenharia tributária, enriquecida por projetos de elevada complexidade, abarcando perspectivas fiscais, contábeis, financeiras, societárias e jurídicas. Assim, é possível defini-lo como sendo um conjunto de medidas contínuas que visam à economia de tributos, de forma legal, levando-se em conta as possíveis mudanças com eficiência e eficácia (DOMINGUES, 2000).

Todo tipo de organização para ter êxito precisa ter a elaboração de um bom planejamento, para que assim, tome decisões acertadas no presente e consiga vislumbrar um futuro promissor. Logo, sendo o pagamento de impostos uma despesa considerável para a empresa, esse instrumento surge como meio facilitador para a organização no que se refere às obrigações fiscais. Entretanto, nem todas as empresas constituem um planejamento tributário formal, mas considerando a relevância do fator tributos, é sabido que no processo decisório, os gestores utilizam-se de estratégias que são comuns a esse processo.

Sobre o planejamento tributário Crepaldi (2017), afirma:

Um dos fatores essenciais dentro das estratégias de competitividade das empresas é o planejamento tributário. A perfeita gestão fiscal alcança a redução de custos, ocasionando reflexos positivos na situação financeira e econômica da empresa. É sabido que a tributação (impostos, taxas e contribuições) é um dos principais itens na composição do preço final de qualquer produto. A sobrevivência do negócio requer o reconhecimento, por parte do empresário, dos tributos incidentes sobre sua atividade, buscando soluções seguras e legais para a diminuição da carga tributária, além de assegurar o correto cumprimento das obrigações fiscais, evitando multas e contingências fiscais. Aspectos como a forma de constituição do empreendimento e utilização de recursos de terceiros (empréstimos, financiamentos etc.) também compõem um planejamento adequado (CREPALDI, 2017, p.5).

No tocante ao conceito, Fabretti (2006, p. 28) disciplina que o planejamento tributário “é o estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas”. Dessa forma, constitui-se como uma medida de tratar a alocação dos recursos empresariais de forma eficiente.

Na mesma toada, Oliveira, (2004) dispõe que:

O planejamento tributário estratégico tem como objetivo fundamental a economia tributária de impostos, procurando atender as possíveis formas de legislação fiscal, evitando perdas desnecessárias para a organização. Para poder usufruir em toda a sua plenitude de todas as formas legais de

planejamento tributário, é necessário que o contribuinte esteja bem assessorado por uma equipe especializada que saiba realizar o planejamento de tributos sem distorcer, alterar ou esconder as obrigações quando do fato gerador (OLIVEIRA, 2004, p.41).

Deste modo, há grande serventia nesse procedimento por permitir a redução, adiamento, ou até mesmo exclusão do ônus fiscal com respaldo da lei, considerando a ideia de que o planejamento tributário sofre modificações, de acordo com o contexto histórico, político, social, econômico e jurídico do momento.

Ainda se pode dividir o planejamento tributário em duas categorias, a saber, a operacional e a estratégica. A primeira está inserida no estabelecimento de procedimentos necessários para a obediência das normas legais no prazo correto, estruturando a rotina da empresa para o cumprimento desse objetivo. Enquanto na espécie estratégica, há um estudo inicial acerca do regime tributário mais adequado para aquela determinada empresa e, após essa análise, procede-se aos mecanismos de planejamento envolvendo a equipe pessoal para a realização das atividades pertinentes ao desafio de manter tudo em ordem com relação ao Fisco.

2.3.1 Elisão e Evasão Fiscal

Elisão fiscal é a maneira segura e legítima de minimizar o ônus tributário das empresas. Ela utiliza-se de alternativas previstas em lei e nas suas lacunas. São medidas tomadas como forma de reduzir, postergar ou até mesmo eliminar a tributação antes da ocorrência do fato gerador. Moraes Júnior (2015) afirma que “a Elisão fiscal ou o planejamento fiscal consiste na utilização de métodos legais para diminuir em uma entidade empresarial o sufocante peso da carga tributária, desde que respeitado o ordenamento jurídico”. No mesmo sentido, Mazza (2019, p. 872) define elisão como sendo a “utilização de práticas lícitas realizadas pelo sujeito passivo, normalmente antes da ocorrência do fato gerador, com o objetivo de economizar no pagamento do tributo”.

Moraes Júnior (2015) relata que “é o uso de métodos ilegais para evitar o pagamento dos tributos, são estes meios utilizados para evadir às obrigações: omissão de dados, falsas declarações, informações distorcidas, etc.”. Por sua vez, Mazza (2019, p. 873) diz que “a evasão, fraude fiscal ou sonegação fiscal consiste na prática de uma conduta ilícita pelo sujeito passivo, normalmente após a ocorrência do fato gerador, visando frustrar intencionalmente o recolhimento do

tributo”. Em síntese, a evasão fiscal vale-se de artifícios ilícitos para evitar ou retardar o pagamento dos tributos total ou parcialmente. Essa prática é ilegal e passível de sanção penal.

Segundo Fabretti (2009, p. 8):

O estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais onerosas denomina-se Planejamento Tributário. Assim sendo, o planejamento tributário é um recurso disponível para as empresas que procuram reduzir a carga fiscal de forma lícita. A maneira legal chama-se elisão fiscal e a forma ilegal denomina-se evasão ilícita ou sonegação fiscal, trata-se, portanto, do estudo prévio à concretização dos fatos administrativos, dos efeitos jurídicos e econômicos de determinada decisão gerencial, com o objetivo de encontrar a alternativa legal menos onerosa para o contribuinte (FABRETTI, 2009, p. 8).

Oliveira (2008, p. 185) complementa ainda que “o divisor de águas entre a economia legítima de tributos e a evasão fiscal encontra-se na licitude dos meios utilizados pelo contribuinte para evitar o pagamento de tributos”. Diante disso, é muito importante não confundir os dois conceitos, optando sempre pelo que é legal e que não venha a resultar em multas e outras penalidades para o empreendimento.

Finalmente, aclarados os conceitos de elisão e evasão, podemos dizer que existem dois tipos de elisão fiscal: aquelas que são decorrentes da lei e as que são resultado das lacunas encontradas nela. Neste último caso, buscam-se elementos que possam evitar a geração de tributos, mas tudo dentro das regras previstas.

2.3.2 Finalidades do Planejamento Tributário

As técnicas utilizadas no planejamento tributário devem se destinar à redução da carga dos tributos para a empresa. Logo, devem-se empreender medidas que reduzam de forma lícita essa obrigação, a iniciar pela análise da hipótese de incidência descrita em lei que enseja a materialização da obrigação tributária, correspondente ao fato gerador do tributo.

Dessa forma, a primeira finalidade é a busca de meios legais que possibilitem a não ocorrência do fato gerador do tributo nas atividades exercidas pela empresa.

No caso de não haver possibilidade para evitar a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, deve-se alternar para a redução da alíquota, montante ou

base de cálculo do tributo, o que constitui a segunda finalidade do planejamento tributário.

E por fim, a terceira finalidade se situa em postergar o recolhimento do tributo, no intuito de que se adie a data do pagamento, sem incidência de multa, destinando ao contribuinte somente a obrigação que lhe for realmente devida. Isso pode ser feito através da transferência do faturamento de uma empresa para o primeiro dia do mês subsequente, conseguindo um prazo de trinta dias adicionais para os pagamentos de determinados tributos.

Latorraca (2000, p.58) define o objetivo do Planejamento Tributário da seguinte maneira: “O objeto do planejamento tributário é, em última análise, a economia tributária. Cotejando as várias opções legais, o administrador procura orientar os seus passos de forma a evitar, sempre que possível, o procedimento mais oneroso do ponto de vista fiscal”. Nota-se que esse conjunto de alternativas possibilitará uma economia significativa, sem o desrespeito à legislação vigente. Ressalta-se a importância de se ter uma boa assessoria, ou seja, uma equipe com as habilidades específicas para executar o planejamento tributário de forma responsável.

Nessa perspectiva, Young afirma que:

O planejamento tributário, portanto, é um conjunto de prerrogativas legais que visam mitigar a geração de tributos, cabendo ao gestor tributário da empresa conhecer a legislação vigente e buscar brechas e oportunidades que lhes permita reduzir ao máximo o peso fiscal imposto pelo ente tributante (YOUNG, 2011, p.99).

Outrossim, podemos dizer que a finalidade do planejamento tributário está interligada aos aspectos de isonomia e concorrência, pois a primeira se remete à observação se há cobrança de tributos de quem não deveria ser cobrado. Então, percebe-se que é essencial para a atividade empresarial, uma vez que, por meio de estudos e análises comparativas de tributação, é possível entender e regular o recolhimento dos impostos.

O responsável pelo planejamento tributário deve atentar-se para a lisura de suas ações, agindo preventivamente para que não se incorra em fraude fiscal, que corresponde a “toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar total, ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o

montante do imposto devido, a evitar ou diferir o seu pagamento” (BRASIL, 2011, art. 72).

2.3.3 Critérios de Planejamento Tributário

Devido às constantes mudanças das normas tributárias, as quais resultam em complexidades, as decisões internas das empresas, relacionadas com tributos, requerem planejamento para que logrem alcançar os objetivos da entidade, o que normalmente ocorre com as empresas preparadas, ou seja, apenas essas terão êxito na geração de lucros e conseqüentemente, na sua sobrevivência. Dessa maneira, os empreendimentos utilizam-se dos critérios comuns ao processo decisório mesmo na ausência de um planejamento tributário formalizado.

Nesse contexto, independentemente das características da empresa, como segmento, porte ou faturamento, os gestores têm como preocupação a demanda tributária. E isso tem fundamento no fato de os tributos afetarem a rentabilidade, de forma direta ou indireta. Desse modo, os gestores tomam decisões norteadas e com intuito de reduzir o efeito do tributo sobre a lucratividade. Tais deliberações compreendem desde os elementos mais básicos do processo de gestão até os mais complexos. Assim, o processo de planejamento tributário compreende um conjunto de muitos critérios, os quais vão desde evitar a ocorrência do fato gerador, até encontrar espaços nos quais são oferecidos benefícios fiscais pelos governantes em troca do compromisso das empresas como, por exemplo, na geração de empregos.

Convém perceber que, para reduzir o efeito dos tributos sobre a rentabilidade das empresas, ainda que seja desejável, não é obrigatório que exista um planejamento tributário estruturado, sendo possível alcançar aquele intento a partir da opção por critérios isolados desse processo.

É provável que todas as empresas optem por algum critério de planejamento tributário no contexto das decisões dos seus gestores, sem que seja dada àquela decisão a importância devida, percebendo-se, por exemplo, que outros critérios poderiam ser aplicados.

Decisões que abordam o regime de tributação pelo qual a empresa faz opção; um planejamento das vendas, com a respectiva emissão das notas fiscais; local para funcionamento do estabelecimento; etc., servem todos como exemplos de critérios

de planejamento tributário, os quais podem ser aplicados isolada ou independentemente, ou seja, sem a existência de um planejamento tributário estruturado.

3 METODOLOGIA

Para desenvolvimento deste trabalho, enquanto procedimento metodológico, o estudo foi efetuado a partir de análise bibliográfica, onde se utilizou o método qualitativo para aprofundar os conhecimentos relativos à matéria em questão. Para tanto, utilizaram-se livros, artigos científicos e legislação específica sobre a temática apresentada, com o objetivo de conceituar e exemplificar o tema abordado.

Nessa seara, observa-se que:

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas (SILVA e MENEZES, 2001, p.20).

Desta forma, com a finalidade de caracterizá-la cientificamente, esta pesquisa foi desenvolvida seguindo algumas etapas. Dentre elas, a definição do objeto de estudo, que neste caso, são os critérios comuns aos processos decisórios utilizados pelos gestores com o propósito de estabelecer o planejamento tributário como uma ferramenta legal no intento de reduzir a carga dos tributos.

A questão da pesquisa será resolvida pela lógica dedutiva e a partir da compreensão dos conteúdos existentes na literatura. Para a explanação dos conceitos se fez necessário o embasamento teórico em estudos já existentes de diversos autores da matéria contábil e tributária, assim como da legislação vigente.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Nota-se que o planejamento tributário abarca um conjunto de medidas estratégicas e contínuas visando lograr benefícios fiscais. Desse modo, as empresas se valem de alguns mecanismos para alcançar a pretendida economia. As organizações funcionam como reflexo das decisões que são tomadas, diariamente,

pelos gestores, sendo que tais medidas buscam, por uma questão lógica, assegurar a continuidade das atividades desenvolvidas. Portanto, isso só será alcançado na medida em que a tomada de decisão enfatize a rentabilidade e liquidez.

Diante disso, os administradores precisam tomar decisões acertadas na perspectiva de reduzir, postergar ou até mesmo eliminar a tributação e isso ocorre mesmo sem ter um processo de planejamento tributário formal. Para tanto, eles se utilizam de meios legais e das brechas na legislação. A rigor, esses procedimentos têm a ver com a ocorrência do fato gerador do tributo, com as alíquotas incidentes e privilégios fiscais.

Muitos contribuintes pagam mais impostos do que deveriam simplesmente por não ter uma gestão interna e contábil eficiente, que forneça informações exatas sobre o faturamento e que permita uma análise mais adequada acerca do melhor regime tributário a ser adotado. É crucial para a empresa ser enquadrada no regime no qual ela venha a recolher o menor valor possível.

Hoje em dia, uma das estratégias mais utilizadas pelos gestores e contadores é a certificação quanto à forma de tributação aplicada à empresa. Portanto, é fundamental entender que a escolha do regime tributário não tem uma aplicação igual em todas as entidades, pois cada uma tem uma realidade e objetivos diferentes. A definição da melhor alternativa não é fácil e requer muito estudo tanto pelos empresários, quanto pelos contadores e advogados.

Via de regra, no Brasil, os regimes de tributação mais utilizados pelas empresas são o Simples Nacional, Lucro Presumido, e Lucro Real. Cada um tem características próprias e específicas, nas quais se determina o enquadramento mais apropriado e vantajoso para o estabelecimento. A opção da forma de tributação tem como parâmetro principal o faturamento da empresa, sendo estabelecida no mês de janeiro de cada ano. Os regimes tributários se diferenciam, principalmente, sobre a base de cálculo.

O Simples Nacional está direcionado para micro e pequenas empresas e é um regime especial simplificado e unificado de arrecadação, fiscalização e cobrança. Ressalta-se que é ideal para os empresários com altas ou médias margens de lucro, despesas baixas e que possuem o consumidor como alvo final. Apesar de não ser o único regime capaz de atender as pequenas e médias empresas, considera-se que, na maioria das vezes, é o melhor modelo devido à sua menor burocracia e alíquotas. O valor devido mensalmente pela empresa optante dessa modalidade será

determinado mediante a aplicação das alíquotas efetivas, calculadas a partir das alíquotas nominais constantes nos anexos da Lei Complementar nº 155 de 2016, sobre a receita bruta.

O Lucro Presumido é um modelo de tributação que presume que parte da receita é lucro, sendo esta parte tributada, independentemente do efetivo resultado da entidade. Esse regime calcula o lucro da empresa a partir de sua receita bruta e outras receitas sujeitas à tributação. Essa modalidade é a mais recomendável às empresas que possuem as margens reduzidas de lucro, folha salarial de valor baixo e menores despesas operacionais. A apuração ocorre trimestralmente para as empresas que não tenham a obrigatoriedade de apuração pelo Lucro Real.

Já no Lucro Real, considera-se o lucro líquido que engloba o período, com ajuste de exclusões, adições, além de compensações descritas ou com a autorização da legislação fiscal. É o sistema de tributação considerado o mais econômico e também o mais complexo, com incidência “não cumulativa”, ou seja, permite que sejam aproveitados os créditos apurados, despesas e encargos da entidade. Desta forma, podemos afirmar que o lucro real é obtido com base na apuração dos seguintes elementos: lucro ou prejuízo econômico do período base, bem como exclusões e compensações de valores prescritos ou autorizados por lei. Esse modelo é obrigatório para as empresas cujo faturamento seja acima de R\$ 78 milhões por ano e para as instituições financeiras.

Por todos esses aspectos, é necessário realizar uma simulação, ou seja, calcular minuciosamente os impostos que o contribuinte irá pagar em cada um dos regimes de tributação existentes, com base em suas atividades e seu faturamento para assim, definir qual trará os resultados mais benéficos possíveis.

Outro critério bastante utilizado é a reorganização societária, dividindo a empresa em operações ou mesmo juntando com outra. É a possibilidade de corrigir erros estruturais, mudar ou se atualizar, de acordo com as suas necessidades e dentro de sua realidade. Rever as estratégias de acordo com as mudanças percebidas no mercado é fundamental para que a empresa continue a prosperar.

A essência é que o novo formato aprimore a empresa de acordo com as suas características e segmento, possibilitando a redução da carga tributária e surgimento de novos investidores, pela conseqüente maximização do resultado financeiro. O tipo de reorganização a ser implementada, portanto, vai variar de acordo com a necessidade e com os interesses de cada sociedade. Trata-se de uma análise

direcionada e que, por isso, exige o acompanhamento de um profissional qualificado para que seja bem conduzida e, conseqüentemente, para que os objetivos almejados sejam alcançados.

Além disso, não podemos nos esquecer dos incentivos fiscais, que são benefícios concedidos pela administração pública para as empresas solicitantes, no intento de reduzir o ônus tributário. Pode ocorrer tanto na esfera federal, optando entre Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real, quanto na esfera estadual, na escolha dos produtos com tributação normal ou por substituição tributária.

Essa ferramenta é utilizada para impulsionar o desenvolvimento de um setor específico ou da atividade econômica, seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Os incentivos são concedidos por meio da isenção, diminuição do percentual das alíquotas, dedução, eliminação, compensação, entre outros.

Os mecanismos de incentivo fiscal têm potencial de fazer toda a diferença na vida financeira de um estabelecimento. Além da redução dos tributos, possibilitam a geração de empregos e a criação de programas sociais. Quando uma empresa é contemplada por algum desses benefícios, ela precisa destinar uma parte dos impostos que seriam pagos ao governo a algum projeto de cunho social. Para os abatimentos oferecidos na esfera federal, é obrigatório que a empresa seja optante pelo lucro real e deverá ser tributada com base nesse valor. Aquelas que optam pelo lucro presumido ou arbitrado não podem usufruir dos incentivos federais.

De acordo com a legislação vigente, essas vantagens fiscais abrangem, nas três esferas de governo, alguns tributos. Dentre eles, destacam-se: o Imposto de Renda (IR), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

Entretanto, as empresas que não possuem um planejamento tributário estruturado valem-se de atos lícitos para diminuir os valores dispendidos, como evitar a ocorrência do fato gerador, o que visa a impedir o nascimento da obrigação tributária. Podem ser exemplos disso, definir o momento da emissão da nota fiscal ou em qual ocasião a venda ou a compra deveriam ser efetuadas, ou seja, fazer um planejamento das vendas para retardar o lançamento de notas fiscais, passando a emissão de um período de apuração para o período seguinte.

Outra forma é a escolha da localização dos fornecedores e clientes, em virtude de as alíquotas do ICMS, embutidas nas operações, sofrerem variações conforme a área geográfica. Vale salientar que os diferenciais de ICMS aplicados, conforme cada estado, influenciam as estratégias de muitas empresas.

Em consequência disso, alguns empreendimentos mudam a localização de suas instalações para lograr benefícios tributários e procuram se instalar em locais que ofereçam mais vantagens, uma vez que os incentivos podem variar de acordo com o Município ou Estado no qual a empresa está localizada. Os Estados, bem como os Municípios com maior liberdade para instituir e isentar impostos, acabaram levando ao conflito federativo popularmente chamado de Guerra Fiscal. Essa prática se dá via concessões de benefícios fiscais, financeiros e de infraestrutura para as empresas interessadas em investir ou se transferir para o ente concessor do benefício.

Outras optam por não contratar serviços de pessoas físicas para assim, diminuir o recolhimento dos impostos. Por fim, ainda temos aquelas que priorizam operar com produtos isentos.

Em virtude do que foi mencionado e, considerando que o planejamento tributário faz-se cada vez mais necessário para manter a viabilidade econômica das empresas, os gestores se utilizam dessas alternativas legais para obter a redução da carga tributária. Contudo, isso requer que os administradores estabeleçam as estratégias a serem utilizadas, em conjunto com profissionais especializados como contadores para fazer a apuração e a divulgação das informações contábeis e advogados para orientar sobre a legislação em vigor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intrincada carga tributária brasileira tornou-se um elemento preocupante e oneroso para as organizações, levando-as a buscar cada vez mais técnicas para melhorar a administração da questão fiscal.

Em face da atual realidade, a gestão dos tributos tornou-se um fator de sobrevivência empresarial. Por isso, o planejamento tributário concebeu-se como um importante instrumento na composição do processo decisório, visando o que toda organização tem como objetivo principal, aumentar a rentabilidade. Além disso, esse

procedimento possui caráter preventivo e busca meios legais para a redução da tributação à qual a empresa está sujeita.

Portanto, é fundamental que, no decorrer do processo de planejamento, sejam concebidas ações capazes de reduzir o impacto gerado pelo recolhimento tributário sobre o resultado final. Ações essas, que irão refletir nos resultados da empresa. Sendo assim, os administradores contam com a contribuição da contabilidade no fornecimento de informações confiáveis para auxiliar na tomada de decisões. Para isso, é necessário também se estudar a legislação tributária e extrair dela todas as possibilidades de minimizar os impactos do fator tributo.

Assim, dentro da proposta deste estudo, o principal objetivo foi apresentar os critérios de planejamento tributário utilizados no processo decisório dentro âmbito organizacional, mesmo não havendo um planejamento formalizado, neste caso mostrando as estratégias empregadas pelos empreendedores no sentido de alcançar a viabilidade econômico-financeira dos seus negócios.

No decorrer do presente trabalho, explanamos as organizações do ponto de vista da eficiência operacional, colocando em destaque a necessidade de os gestores tomarem medidas norteadas para alcançar a rentabilidade, com o propósito de assegurar a sua continuidade no mercado. Logo após, abordamos os tributos, evidenciamos sua complexidade e o seu reflexo no resultado financeiro, o que se constitui, então, em um fator crítico na gestão empresarial. Em seguida, demonstramos o que é um planejamento tributário, apresentamos os conceitos, as finalidades e diferenciamos a elisão de evasão. Então, detalhamos as estratégias utilizadas pelos gestores, mesmo sem ter um processo de gestão de tributos completo, com intento de reduzir o desembolso tributário.

Por fim, conclui-se que o planejamento tributário atua como um eficiente mecanismo estratégico, proporciona vantagens para o negócio e torna-o mais competitivo e sustentável. É o responsável por definir questões importantes relacionadas ao processo decisório, a partir do qual os gestores terão a possibilidade de desempenhar ações vislumbrando um futuro empresarial próspero.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luiz. **Planejamento Tributário: Conceitos de Práticas**. Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro. (Orgs). Rio de Janeiro. 2017.

BANGS Jr. David H. **Guia prático de planejamento de negócios**. São Paulo. Nobel, 1999, p. 190.

BRASIL. [LEI Nº 4.502, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4502.htm). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4502.htm>. Acesso em 13 set. 2020.

BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm>. Acesso em 20 nov. 2020.

CORDEIRO, José Vicente B. de Mello. RIBEIRO, Renato Vieira. **Gestão Empresarial**. Curitiba: FAE/GAZETE DO POVO, 2002, p. 1.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico**. 2º Ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009.

CREPALDI Silvio Aparecido. **Planejamento Tributário - Teoria e Prática**. 2º Ed. São Paulo. Saraiva. 2017, p. 5.

CREPALDI Silvio Aparecido. **Planejamento Tributário - Teoria e Prática**. 3º Ed. São Paulo. Saraiva. 2018, p. 2-3.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor. Prática e princípios**. 3º Ed. Pioneira, São Paulo, 2004.

DOMINGUES, N. M. R. **Os Reflexos do Planejamento Tributário na Contabilidade**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, XVI, 2000, Goiânia: Conselho Federal de Contabilidade, Tema 8: A contabilidade e a tributação. FABRETTI, Lúdio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 10º Ed. São Paulo. Atlas, 2006, p. 28.

FABRETTI Lúdio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 11º Ed. São Paulo. Atlas, 2009, p. 8.

LATORRACA, Nilton. **Direito tributário: impostos de renda das empresas**. 15º Ed. São Paulo. Atlas, 2000, p. 58.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Tributário**. 5º Ed. São Paulo. Saraiva, 2019, p. 872-873.

MORAIS, Junior. **Planejamento Tributário como Ferramenta Lícita para Economia de Tributos: o caso da indústria de panificação**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual da Paraíba Campus I. (p. 26). 2015. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/10359>>. Acesso em 15 nov. 2020.

NASCIMENTO, Auster Moreira, REGINATO Luciane. **Controladoria – Instrumento de Apoio ao Processo Decisório**. São Paulo. Atlas, 2010, p. 5.

OLIVEIRA, Martins de Oliveira. **Manual de contabilidade tributária**. 3º Ed. São Paulo. Atlas, 2004, p. 41.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária**. 2º Ed. revisada e ampliada. São Paulo. Saraiva, 2008, p. 185.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro. **Contabilidade tributária**. 2º Ed. São Paulo. Saraiva, 2009, p. 202.

PORTAL TRIBUTÁRIO. Planejamento Tributário. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/planejamento.htm>>. Acesso: 06 nov. 2020.

SILVA, Edna Lúcia da; Menezes, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3º Ed. Revisada e atualizada. Florianópolis. Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001, p. 4.

TESOURO NACIONAL. Estimativa da Carga Tributária Bruta no Brasil – 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br>>. Acesso em 10 set. 2020.

ZANLUCA, Júlio César. **GESTÃO DO DEPARTAMENTO FISCAL**. Disponível em: <<http://www.valortributario.com.br/gestao-tributaria.asp>>. Acesso: 23 nov. 2020.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Planejamento tributário**. 7º Ed. Curitiba. Juruá, 201, p. 17-99.

A PERÍCIA CONTÁBIL COMO FERRAMENTA NA PRODUÇÃO DE PROVA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Wellington Costa da Silva¹
Isabella Christina Dantas Valentim²

RESUMO:

Os dias atuais trazem à tona a importância da Perícia Contábil como principal ferramenta na produção de provas de caráter financeiro ante imbróglio com um resultado final e justo para as ambas. Buscou através da pesquisa responder à questão principal. Como a perícia contábil auxilia na construção de prova ou esclarecimento mediante soluções de litígios através de laudos periciais? O processo metodológico foi organizado sistematicamente buscando revisar trabalhos anteriores que fizeram estudos sobre a perícia contábil, usando palavras-chave "Perícia contábil", "prova pericial", "parecer", "laudo", "magistrado" foi feita a leitura de diversos trabalhos para basear a pesquisa bibliográfica realizada com o objetivo de elencar o entendimento dos usuários no que diz respeito dos laudos periciais. Os trabalhos analisados se mostraram quase que semelhante sobre a visão dos juízes a respeito das provas periciais. Se denota a contribuição dos laudos e pareceres contábeis como provas, e auxiliando a solução dos litígios, a escassez de profissionais que atuam como peritos, em outros faz o trabalho de mais uma prova esclarecedora. Porém faz um alerta para instituições de ensino não terem interesse em por essa matéria em sua grade curricular incentivar seus alunos em atuarem na mesma. Portanto, o resultado pretendido foi alcançado parcialmente, pois o assunto em questão é muito vasto e necessita de mais estudos para dá uma visão cada vez melhor sobre perícia contábil.

Palavras-chaves: Perícia contábil. Prova pericial. Parecer. Laudo. Magistrado.

ABSTRACT:

The present days bring to light the importance of Accounting Expertise as the main tool in the production of financial evidence in the face of a discussion between two parties before a trial, which is conducted by a judge or an arbitrator who may through the reports or accounting opinions, may reach a final verdict in the imbroglia to which it is being submitted for discussion seeking a final and fair result for the parties. He sought through research to answer the main question. How does the accounting expertise help in the construction of evidence or clarification through solutions of disputes through expert reports? The methodological process was organized systematically seeking to review previous works that made studies on the accounting expertise, using keywords "Accounting expertise", "expert evidence", "opinion", "report", "magistrate" and "patrimony" was made the reading of several works to base

¹ Graduando do Curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário - UNIESP. E-mail: wellingtonc493@gmail.com

² Professora Orientadora, Graduada em Ciências Contábeis, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Mestre em Ciências Contábeis, pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis e Gestão Financeira no UNIESP – Centro Universitário. E-mail: isabellavalentim.prof@gmail.com.

the exploratory research carried out with the objective of listing the users' understanding regarding the expert reports. The works analyzed proved almost similar regarding the judges' view of expert evidence. They were satisfied with the papers presented by the experts, pointing out that in many cases they become the main piece to reach a decision; in others, they do the work of one more clarifying evidence. However, he noticed during all the research that some judges have difficulty reading the reports because of the excessive technical language used by the experts. Therefore, the intended result has been partially achieved, because the subject matter is very vast and needs more studies to give an increasingly better view on accounting expertise.

Keywords: Accounting Expertise. Forensic Report. Accountant Expert. Magistrate.

1 INTRODUÇÃO

A perícia contábil é uma vertente da Contabilidade com a qual o profissional tem como objetivo a produção provas mediante a criação de laudos ou pareceres que serão utilizados, deve estar habilitado e munido com o seu registro em dia junto ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e cadastrado no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) que é junto ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC), auxiliando os magistrados no contexto em que o assunto do julgamento que possui o patrimônio como principal matéria da discussão, no âmbito judicial, podendo esse solicitar uma perícia recrutando o especialista.

Perícia Contábil segundo Sá (2011, p. 3) “é a verificação de fatos ligados ao patrimônio individualizados visando oferecer opinião, mediante questão proposta, realizando todo e qualquer procedimento necessário a opinião”.

Para Müller, Timi e Marcon (2017) a perícia contábil pode ser dividida em três principais ramificações, como: Judicial, Extrajudicial e Arbitral, dos quais serão descritos na fundamentação teórica deste trabalho.

Por conseguinte, a perícia contábil se baseia em vários procedimentos técnicos e científicos visando o levantamento de informações tornando-as provas capazes de auxiliar um juiz a tomar uma decisão justa durante o litígio, obedecendo o regramento jurídico, sendo o perito ser responsável por seu modo de agir, que deve ser com moral e ética. (SÁ, 2019, p.3).

Dessa forma, uma perícia quando é executada deve levar em consideração todas as partes envolvidas no processo, sendo, o profissional que a realizará, fica obrigado de fazer os procedimentos com a maior ética possível que não venha a

prejudicar uma das partes envolvidas, com a decisão tomada pelo juiz, por isso deve ser feita com honestidade.

Na realização da perícia, o profissional deve estar abastecido de conhecimento em diversas áreas, além de um profissionalismo baseado na ética. E de acordo com Leitão Júnior, Smolski e Peleias (2010) juízes preferem peritos conhecidos por causa da responsabilidade de escrever a peça que deverá de forma clara e de fácil interpretação por outrem o qual será direcionado por causa do impacto que poderá surtir na decisão judicial. Endossada por Mendes (2019) em sua palestra realizada.

Nesta mesma linha de raciocínio, alguns trabalhos anteriores como o de Andrade e Santos (2016) dos quais retrataram o laudo pericial como relevante, por servir de prova para a tomada de decisão dos magistrados, podendo ser assim de grande valia na resolução de um imbróglio. Além dele, outros estudos como o de Rosa (2016) afirmou o laudo pericial se torna uma prova imprescindível na comprovação de crime financeiro observando o papel de todos os envolvidos. Nessa perspectiva, a busca por uma confiabilidade em contadores na função pericial se deve a ele está sempre atualizado ao órgão regulador. Segundo Ferreira, Miranda, Meira e Santos (2012) os juízes esclarecem a grande contribuição dos laudos em suas decisões nos processos em que são direcionados por eles.

Neste sentido, surge o seguinte questionamento: **Como a Perícia Contábil auxilia na construção de provas ou esclarecer litígios através de laudos periciais?**

Assim, o objetivo deste trabalho será analisar por meio de uma revisão bibliográfica, como a Perícia Contábil tem auxiliado por meio dos levantamentos de provas e/ou esclarecimentos, através de laudos e pareceres contábeis auxiliando a solução dos litígios de caráter financeiro venham acontecer.

A Contabilidade sendo uma ciência social utiliza-se de variados mecanismos e técnicas para o auxílio do profissional formado nela. O presente trabalho aborda com maior aprofundamento a perícia contábil, o profissional especializado necessita estar atualizado em vários tipos de assuntos e vasto conhecimento sobre eles, além de possuir seu registro junto ao órgão regulador do seu domicílio. O profissional que deseja ser perito deve possuir um caráter ilibado, pois deve ser ético e sempre atuar com imparcialidade perante as partes e o juízo.

Com este trabalho, pretende-se contribuir para futuras pesquisas acerca deste assunto, por estudantes do curso de Ciências Contábeis da instituição podendo vir a ajudá-los com o presente trabalho científico em sua busca por conhecimento esclarecendo um pouco mais sobre a temática da perícia. Busca-se chamar a atenção da importância da perícia como profissão de novos formandos ou recém-formados no curso de Ciências Contábeis pois essa área é pouco explorada ainda mesmo dependendo de pessoas que queiram seguir carreira neste ambiente.

Esse trabalho será desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, por meio de leitura das normas e outros trabalhos já produzidos e livros sobre o assunto depois será feito um levantamento dos para realização do estudo, com intuito de elencar as técnicas, para extração de dados para montagem deste artigo relacionando qual o grau de confiança dos mesmos em laudos e pareceres e laudos contábeis.

A estrutura deste artigo compreende: esta introdução, a fundamentação teórica, metodologia, discussão e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir da pesquisa elaborada tendo como base outros trabalhos que foram escritos por autores que abordaram tema em questão discutindo e explanado profundamente abordando, aprofundando o conceito da palavra perícia, sua origem, a profissão de perito e onde está regulamentado na lei a perícia contábil, sendo sua maior contribuição é a construção laudo pericial ou parecer pericial contábil.

2.1 SIGNIFICADO DA PALAVRA PERÍCIA E SUA ORIGEM

Conforme está dissertado “a palavra perícia vem do latim: *peritia* e significa conhecimento adquirido pela experiência [...]. A tecnologia é a que enseja Opinião sobre Verificação feita, [...] a pedido de alguém” (SÁ,2019, p.3), este tipo de trabalho só pode ser realizado por um profissional habilitado que seja especialista no assunto de modo a desenvolvê-lo com o máximo de precisão (MÜLLER ET. AL., 2017).

O Código de Processo Civil (CPC) de 2015 – disserta que perícia consiste em exame, vistoria ou avaliação de documentos, edificações e bens incorpóreos para elaboração de prova para aferição. (CPC,2015, art 464, §1º). Já Neves Júnior

e Cerqueira, Gottardo e Barreto (2014, p. 4) afirma que “[...] a perícia é o testemunho de uma ou mais testemunhas do juiz em que o caso está tutelado”. A perícia também pode ser enfatizada como o relato de mais de uma pessoa ou mesmo de uma única que possua o conhecimento técnico capaz de elencar todos os vestígios. Para Magalhães (2017) a perícia tem o objetivo de promover justiça e os laudos os devem levar em consideração seus efeitos na sociedade que ventura venham a se tornarem elementos de contundentes e assim tornando-os em prova para o juízo. D’Áuria (1953, p. 134) afirma que “conforme mais pessoas técnicas, no sentido de fazer conhecer um fato cuja existência não pode ser acertada ou juridicamente apreciada, senão apoiada em conhecimentos científicos ou técnicos”.

Sá (2019) a vistoria de qualquer evidência deve ser catalogada com o maior zelo possível, pois possui uma tendência de se tornar em prova para a resolução através do laudo.

2.2 A PERÍCIA NA CONTABILIDADE

Conforme Sá (2011) no Brasil tendo início de década de 1924 no I Congresso Brasileiro de Contabilidade, com discussões referentes ao tema e quem poderia exercer a função de perito, ficando embasado a separação das algumas atribuições como: contador, guarda livros e perito.

A Contabilidade tem a função de fornecer informações capazes de auxiliar a tomada de decisão pelos seus usuários e com isso podendo se usufruir da própria técnica investigativa que é a técnica pericial (NBC TP 2015). No mesmo congresso ficou também definida a criação da profissão do perito contábil que determinou que seria de responsabilidade somente aos contadores exercerem a perícia como profissão (MÜLLER ET AL., 2017).

A afirmação de D’ÁURIA (1962 apud MAGALHÃES, 2007 p. 7) “perícia é aquela em que uma pessoa conhecedora e experiente em matérias específicas examina registros e documentos que dão origem a fatos, reportando sua autenticidade e opinando sobre suas causas, essência e efeitos na coisa em lide”. Magalhães (2007) a sua aplicação fica a cargo dos interessados a um especialista para que opine ou examine um caso predeterminado.

Perícia Contábil é a verificação de fatos ligados ao patrimônio individualizado visando oferecer opinião, mediante questão proposta. Para tal opinião realizam-se exames, vistorias, indagações, investigações, avaliações, arbitramentos, em suma todo e qualquer procedimento necessário à opinião. (SÁ, 2011, p. 3)

2.2.1 PROFISSÃO DE PERITO

Com a criação do Conselho Federal de Contabilidade – CFC pelo Decreto – Lei 9.295/46, onde determinou as regras para o profissional contábil já que a atividade de perito é de atribuição deste profissional (SÁ, 2011). Marques, Peluco e Carizio (2018), afirmam além de ser uma especialização da contabilidade o mercado de trabalho na área pericial é considerado muito promissor.

Sá (2011) também afirma que o “perito possui como base para aplicar as técnicas de modo a realizar um trabalho de qualidade”, por meio normas criadas pelo CFC para nortear o profissional, nas adversidades que possam aparecer no decorrer do tempo. Grifo nosso! Segundo Magalhães (2017) o perito deve ser um conhecedor de diversas legislações com competência para poder interpretá-las com clareza a fim poder preparar com maior efetividade.

Para Magalhães (2017) o profissional deve estar preparado para lide perante os desafios, que tal área ao qual foi designado a gerar sua compreensão da matéria discutida no júri. As normas criadas pelo CFC para auxiliar os peritos, guiando o seu comportamento e como se agir perante toda a sociedade.

As normas que auxiliam os contadores no exercício da atividade pericial são, conforme o quadro 01 abaixo:

Norma	Descrição
NBC PP 01	que aborda o comportamento que o mesmo deve ter junto a realização do trabalho e sua postura de forma ética
NBC PP 02	Esta por sua vez aborda o exame ao qual o profissional deve se submeter para poder obter o registro deixando apto exercer a função.
NBC TP 01	Traz a luz como procede o profissional na elaboração do laudo e como deve ser conduzido o trabalho junto aos seus parceiros de trabalho.

Quadro 01 – Normas Brasileiras de Contabilidade de Perícia
Fonte: Elaboração própria (2020)

Para Müller, Timi e Marcon (2017) a perícia contábil pode ser destrinchada em três principais vertentes, como mostra o quadro 2 a seguir:

	Descrição
Judicial	é a qual o perito é escolhido por um juiz para realizar o trabalho técnico;
Extrajudicial	duas pessoas jurídicas ou pessoa física - pessoa jurídica ou ainda pessoa física - pessoa física não consegue decidir entre si o melhor acordo preferindo contratar um perito para mediar o litígio sem ir para o âmbito jurídico;
Arbitral	essa o perito tem como finalidade arbitrar o conflito entre as partes envolvidas com uma discussão referentes a matéria do patrimônio.

Quadro 02 – Tipos de Perícia

Fonte: Adaptado de Müller, Timi e Marcon (2017)

Como método de explanação foi citado todo o rito que um profissional de contabilidade na função de perito tem que seguir para realizar suas tarefas no cumprimento do dever a ele confiado e é de sua responsabilidade apresentar diante a corte ou aos seus contratantes, o laudo em conformidade com a legislação vigente e com clareza, para não gerar dúvida no ato de leitura do mesmo. Assim elevando a confiabilidade dos magistrados nos peritos como aliados.

Para finalizar é de suma importância para os profissionais que escolheram como profissão a perícia, buscarem sempre o conhecimento constante e se manterem atualizados de todos os acontecimentos dentro e fora do ambiente em que estão habituados.

A NBC PP 01- aborda que pode se denominar 4 (quatro) tipos de peritos atuantes no mercado:

- 1. Perito do juízo** – é aquele contador que foi nomeado pelo poder judiciário para exercer a função, ficando responsável para entregar o laudo oficial do processo.
- 2. Perito arbitral** – é o que foi escolhido para realizar a perícia contábil por meio de arbitramento, esse no exercício da função tem o poder de juízo não podendo ser revogada a sua decisão, podendo ser responsabilizado por qualquer erro que venha ser descoberto em sua decisão em determinado fato, “o perito deve conhecer as responsabilidades sociais, éticas, profissionais e legais às quais está sujeito no momento em que aceita o

encargo para a execução de perícias contábeis judiciais e extrajudiciais, inclusive arbitral”.

3. Perito oficial – se denomina oficial porque está sob a tutela do Estado ou órgão oficial ao qual presta serviço e;

4. Perito assistente – é o contador que em detrimento da discordância ou necessidade das partes serem assistidas por um perito ou técnico evitando uma frustração do seu cliente durante o processo em questão (NBC TP 01 2019 - R1-, p 2).

2.3 LAUDO PERICIAL

O laudo é a peça a qual o contador foi contratado para elaborar com maestria criando uma prova muito consistente, pois é através do laudo que um perito faz com que os fatos cheguem ao juiz elucidando o que de fato tenha acontecido. Grifo nosso! Müller et al. (2017) afirma que o laudo não era reportado na Lei até a vigência do novo Código de Processo Civil no de 2015, obrigando o perito itens necessários para construção do documento pericial que também consta regramento contábil.

Conforme está escrito na NBC TP 01, documento escrito, que deve registrar, de forma abrangente, o conteúdo da perícia e particularizar os aspectos e as minudências que envolvam o seu objeto e as buscas de elementos de prova necessários para a conclusão do seu trabalho. O mesmo também pode ser elaborado somente por contador ou pessoa jurídica, se a lei assim permitir, que estejam devidamente registrados e habilitados. A habilitação é comprovada por intermédio da Certidão de Regularidade Profissional emitida por Conselho Regional de Contabilidade ou do Cadastro Nacional de Peritos Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade. (NBC TP 01, 2015, p. 2)

Conforme Sá (2019) “o laudo pericial é como um diagnóstico apresentado depois de realizados todos os exames circunstanciais ao magistrado, visando auxiliá-lo a está convicto de sua decisão”, e ainda afirma que o Sá (2011, p. 6) “perito tem por obrigação justificar suas respostas que estão contidas na peça documental e salientando que o mesmo deve usar a doutrina e não dá opinião própria apenas indagar os fatos que lhes foram apresentados”.

Esse deve expor os seguintes tópicos: “número do processo, nome da vara em que transitam os autos, nome das partes e suas representações, apresentação do perito, sumário, objetivo do laudo, metodologia adotada, respostas aos pontos controversos apontados pelo juiz” (NBC TP 01 – R1, 2020. p.7). De acordo com o CPC (2015) caso venha a ser convocado o perito deverá ser informado 10 (dez) dias

antes do seu comparecimento para responder e esclarecer as respostas que produziu ao juiz.

A linguagem adotada pelo perito deve ser clara, concisa, evitando o prolixo e a tergiversação, possibilitando aos julgadores e às partes o devido conhecimento da prova técnica e interpretação dos resultados obtidos. As respostas aos quesitos devem ser objetivas, completas e não lacônicas. Os termos técnicos devem ser inseridos no laudo e no parecer, de modo a se obter uma redação que qualifique o trabalho pericial, respeitadas as Normas Brasileiras de Contabilidade. O perito deve elaborar o laudo e o parecer, utilizando-se do vernáculo, sendo admitidas apenas palavras ou expressões idiomáticas de outras línguas de uso comum nos tribunais judiciais ou extrajudiciais”. (NBC TP 01- R1, 2020, p. 6).

Segundo Magalhães (2017) o laudo deve em sua apresentação ser primordial, porque se mesmo tendo feito um trabalho primoroso investigando tecnicamente e cientificamente, se não for apresentado adequadamente e com boa estética, sem erros ou rasurado, pode não ter uma receptividade pelo juiz e as partes comprometendo o trabalho.

O quadro 3 abaixo demonstra o que se difere em um laudo pericial segundo o Código de Processo Civil do que conta na NBC TP 01.

Estrutura do Laudo – Doutrina	Estrutura do laudo – normas do CFC
<p>1.forma de apresentação</p> <ul style="list-style-type: none"> ● petição de encaminhamento ● margens adequadas ● tamanho da fonte adequada ● espaço entre linhas adequado <p>2.considerações preliminares</p> <ul style="list-style-type: none"> ● termo de diligência ● síntese do objeto da perícia ● especificações dos procedimentos técnicos adotados ● especificações das diligências realizadas ● menção ao limite da responsabilidade funcional <p>3.quesitos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● transcrição na ordem ● respostas na ordem de sequência de juntada ● respostas em páginas específicas 	<p>1.forma de apresentação</p> <ul style="list-style-type: none"> ● petição de encaminhamento <p>2.estrutura do laudo</p> <ul style="list-style-type: none"> ● identificação do processo e partes ● síntese do objeto da perícia ● especificação da metodologia adotada ● especificações dos estudos e observações realizadas ● termo de diligência ● identificação das diligências realizadas ● transcrição dos quesitos na ordem ● respostas na ordem de sequência de juntada ● respostas circunstanciadas ● respostas objetivas ● respostas concisas

<ul style="list-style-type: none"> ● respostas circunstanciadas ● respostas objetivas ● respostas concisas ● respondidos com clareza <p>4. considerações finais</p> <ul style="list-style-type: none"> ● conclusões ● comentários técnicos adicionais <p>5. encerramento</p> <ul style="list-style-type: none"> ● menção ao número de folhas ● datado ● rubricado todas as folhas ● demonstrativos/documentos anexos ● menção ao número de documentos anexados ● demonstrativos / documentos anexados e rubricados ● demonstrativos / documentos anexados e numerados 	<ul style="list-style-type: none"> ● respondidos com clareza ● resultados fundamentados ● conclusões ● comentários técnicos adicionais <p>3. encerramento</p> <ul style="list-style-type: none"> ● datado ● rubricado todas as folhas ● assinado ● consta ● consta CRC ● demonstrativos / documentos anexos ● menção ao número de documentos anexos ● demonstrativos anexados rubricados ● demonstrativos anexados e identificados
--	--

Quadro 3 Diferenças nas estruturas dos laudos normas do CFC e o CPC

Fonte: Cestare, Peleias e Ornelas (2007, p. 9)

Ao perceber que não tem capacidade para preparar um laudo em detrimento do conteúdo e não possuir conhecimentos técnicos o profissional tem a obrigação de rejeitar e se declarar inapto para o trabalho por meio de documento escrito e assinado ao contratante, apresentando os motivos de sua recusa.

Ciente do livre exercício profissional, deve o perito nomeado, sempre que possível e não houver prejuízo aos seus compromissos profissionais e às suas finanças pessoais, em colaboração com o Poder Judiciário, aceitar o encargo confiado ou escusar-se do encargo, no prazo legal, apresentando suas razões. (NBC PP 01 – (R1), 2020, p. 3).

Caso identifique que tem alguma proximidade com uma das partes ou que agiu como consultor a uma delas o perito deve comunicar que está em situação duvidosa em relação a ação que está em discussão no júri, declarando-se suspeito ou impedido, podendo vir a interferir de modo pessoal na resolução da sentença. Como o principal receptor o julgador necessita de ter informações que não foram postas de primeira mão porque pretenderam ocultar ou mascararam buscando um

meio de ludibriar o júri com argumentos forjados visando garantir uma sentença favorável a si.

2.4 TRABALHOS ANTERIORES

Após a observação e análise de trabalhos anteriores que abordam o mesmo tema para enfatizar os resultados obtidos na visão de cada um deles. Assim escolheu-se dois artigos.

A pesquisa realizada para construção do artigo para o X Seminário de Contabilidade da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) por Andrade e Santos (2016) salienta a importância do laudo pericial na tomada de decisão por parte dos juízes, porém chama a atenção dos termos utilizados para elaborar as provas que possuem termos técnicos que em vez de dá clareza dificultam a interpretação dos magistrados e pouca interação do perito junto aos magistrados essa pesquisa foi realizada na cidade do Recife-PE.

No estudo realizado para a produção do artigo publicado por Ferreira, Miranda, Meira e Santos (2012) para a tomada de decisão no processo judicial, mas chama a atenção a falta de observância na norma, no que diz respeito a elaboração do laudo por parte dos peritos, criando maior complicação para os magistrados em sua decisão. Vendo que nem todos conseguem fazer uma leitura técnica de uma prova por causa de muitas expressões técnicas postas por seus autores, o que mostra a falta de sensibilidade do perito em deixar o seu trabalho mais simplificado para seus usuários.

O estudo elaborado por Neves Júnior, Cerqueira, Gottardo e Barreto (2014) destacam que os laudos preparados pelos peritos atendem todas as necessidades que são abordados pela NBC TP 01, sendo claros e de fácil interpretação por pessoas que não possuem conhecimentos técnicos para interpretar os papéis dos autos de cunho econômico financeiros em contraponto aos trabalhos supracitados pois ele elenca a boa elaboração de um laudo pericial para resolução de um caso, assessorando ao juiz deliberar de modo justo em sua sentença.

O trabalho realizado por Leitão Júnior, Slomski, Peleias e Mendonça (2010), afirma que os juízes preferem chamar peritos que já possuem um certo conhecimento do seu trabalho, pois como sabia a qualidade do trabalho. Também

afirmado por Mendes (2019) em sua palestra, que nas varas os peritos, amigos dos juízes tem a preferência nos casos que necessários a intervenção de uma perícia.

Esses estudos vêm ressaltar a preocupação de muitos os receptores dos laudos, principal criação de um perito contábil, com estudos continuados dos atuantes dessa área das Ciências Contábeis, também na hora de repassar as informações por parte dos interlocutores.

3 METODOLOGIA

Define-se a metodologia, conforme os objetivos pretendidos, como sendo de natureza exploratória, pois, conforme Lakatos e Marconi (2003), trata-se de uma pesquisa empírica cujo objetivo é formar conceito e se familiarizar com o objeto estudado, onde são coletadas informações por meio de processos sistemáticos e analisar os dados, que podem ser considerados qualitativos.

3.1 MÉTODO

Para Lakatos e Marconi (2017. p. 32) “método” é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia permite alcançar o objetivo. Segundo Rosa (2016, p.25.) “é um caminho a seguir que permita um tratamento adequado ao volume de conhecimento pesquisado para que o produto intelectual atenda aos objetivos propostos”. Desta forma, este estudo possui característica explicativa, pois procura descrever como de fato ocorre os fenômenos que são necessários para gerar os fatos necessários para construção do laudo, segundo Lakatos e Marconi (2017).

3.2 PESQUISA

O conhecimento é a busca constante que o ser humano necessita para viver. Por isso constantemente a procura de respostas e para isso se utiliza de pesquisa. “Pesquisa é um procedimento formal, com método reflexivo, que requer um tratamento científico, e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou descobrir verdades parciais” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 155). Já “pesquisa” segundo a compreensão de Tozoni-Reis (2007) é todo procedimento investigativo

detalhado e organizado de conhecimentos que ajudam a entender o sentido da realidade em que se vive, e também para Santos e Parra (2011) é todo trabalho que busca solucionar os problemas vividos pela sociedade. Pode-se descrever como o caminho que o homem percorre durante sua existência. O trabalho possui características qualitativas e explicativas utilizadas em seu método.

Esta também se configura como pesquisa exploratória que segundo Lakatos e Marconi (2017) a base exploratória de uma pesquisa como essa é de suma importância por abranger todo o escopo do assunto de modo direto sem levantamento de dados apenas os quesitos teóricos sobre o conteúdo estudado o que é necessário para criar uma teoria sobre o tema estudado.

Conforme Lozada (2018. p.133) “a pesquisa qualitativa é um tipo de investigação voltado para as características qualitativas do fenômeno estudado, considerando a parte subjetiva do problema”. Esta pesquisa é também descritiva do ponto de vista aos procedimentos técnicos utilizados, pois foram colhidas as informações de outros estudos que abordaram o mesmo tema semelhante conforme Lozada (2018).

Existem vários tipos de técnicas pesquisa e será posto em destaque a pesquisa documental que pode ser, direta ou indireta, no quadro 4 abaixo

DESCRIÇÃO	ESCRITOS	OUTROS
CONTEMPORÂNEO	SECUNDÁRIOS Exemplos: Relatórios de pesquisa baseados em trabalho de campo de auxiliares Estudo histórico com apoio em documentos originais Pesquisa estatística baseada em dados do recenseamento Pesquisa usando a correspondência de outras pessoas	SECUNDÁRIOS Exemplos Material cartográfico Filmes comerciais Rádio Cinema Televisão Internet
RETROSPECTIVOS	Transcritos de fontes primárias retrospectivas Exemplos Pesquisa apoiada em diários ou autobiografias	Feitos por outros Exemplos Filmes comerciais Rádio Cinema Televisão

Quadro 4 - Demonstra os tipos de técnicas de pesquisa

Fonte: Lakatos e Marconi (2017, p. 190)

O trabalho foi escrito por meio de revisão bibliográfica, se utilizando de método qualitativo e de pesquisa descritiva, fundamentada em artigos já escritos

sobre o assunto que foram encontrados na internet por meio de sites de buscas, enfatizando revistas e congressos de Contabilidade, em novembro de 2020, visando obter maior conhecimento o assunto para discussão acerca do problema.

Buscou por meio de um esquema sistemático a obtenção dos artigos e livros que serviram de base para a pesquisa através de site de busca e a biblioteca virtual da instituição de ensino com o uso de palavras chaves onde foram destacados oito textos entre artigos e monografias para a obtenção da análise. Fazendo leitura preliminar sobre o tema e escolha dos trabalhos que serviram de alicerce a discussão do objeto de pesquisa.

Para a realização do estudo bibliográfico foi feito o levantamento de 30 trabalhos entre artigos científicos, monografias, todos eles retirados do site de busca Google Acadêmico entre os anos de 2012 a 2020, dentre todos os trabalhos analisados foram escolhidos apenas 8 (oito) para uma análise mais aprofundada, pois abrangiam mais profundamente o tema escolhido. Com o uso das palavras-chaves que são “Perícia Contábil”, “Parecer Pericial”, “Prova Pericial”, “Laudo Pericial”, “Magistrado” e “Patrimônio” usufruindo de normas regulamentares específicas e livros visando deixar a abordagem mais clara sobre o assunto. O trabalho foi escrito com respeito aos princípios éticos, dando o devido crédito aos autores de textos base contidos no mesmo. Foi procurado também fazer o levantamento dos dados e a discussão dos mesmos através do aplicativo Word do Microsoft Office 2016, em diversos estudos na busca de evidenciar a importância do laudo pericial como prova para auxiliar a tomada de decisão de um juiz em um litígio.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS TRABALHOS

Após avaliar os trabalhos que possuíam relação com laudo pericial e a perícia contábil como ferramenta auxiliar na tomada de decisão segundo os magistrados foram escolhidos os que apresentaram relação direta com o assunto abordado. Estão relacionados 8 trabalhos a seguir, resumindo os objetivos de pesquisa e os resultados obtidos sintetizados.

a) NEVES Júnior, Idalberto José das, CERQUEIRA, João Guilherme Moreira de, GOTTARDO, Michele dos Santos Povoas e BARRETO, Marcelo Daia. Revista Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v 16, n. 59, p. 49 – 57, jan/abr 2014.

Em seu trabalho Neves Júnior, Cerqueira, Gottardo e Daia, foram apontados a clara evidencia que os magistrados consideram os laudos periciais satisfatórios no que diz respeito a relevância e são apreciados no momento do veredito. Levantam também o grau de satisfação dos juízes quanto a clareza dos fatos descritos na prova pericial deixando explicito o percentual de 47% (quarenta e sete por cento) se dizem satisfeitos, 33 (trinta e três) razoavelmente e outros 20 (vinte) declararam estarem muito satisfeitos. Mesmo com um nível considerado muito bom, pois não teve na visão dos magistrados algo que considerassem obsoletos os laudos periciais, encontrou pontos de observação quanto ao modo de elaboração dos mesmos.

A crítica sobre os pontos negativos, apresentada é a falta de diálogo dos peritos junto aos juízes e as partes. Outro ponto de crítica é a falta de conhecimento da matéria processual a fundo e aprimoramento técnico contábil. Embora não apresente nenhum ponto de irrelevância nos laudos elaborados, fica evidente que os peritos necessitam de maior conhecimento no que diz respeito do universo da linguagem jurídica e falta de debate entre todos os envolvidos no julgamento.

b) JÚNIOR, Idalberto das; MOREIRA, Evandro Marcos de Souza. Perícia Contábil: uma Ferramenta conta o crime organizado - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Distrito Federal, v 5, Ed Especial, art 6, p. 126 – 153, nov 2011.

Para Neves Júnior, Idalberto e Moreira, Evandro Marcos de Souza, a Contabilidade pericial criminal tem o grande papel de auxiliar no combate ao crime organizado, o perito contábil criminal pela sua desenvoltura e habilidades de encontrar os rastros deixados pelos criminosos quase são imperceptíveis para pessoas que não possuem um olhar clínico sobre a questão patrimonial acabam que passando despercebido uma fraude ou desvio de quantias exorbitantes através de lavagem de dinheiro.

No estudo de caso realizado pelos autores, foi dado o maior apreço aos laudos elaborados pelos peritos contábeis criminais e salienta a necessidade de formação de mais peritos, devido ao crescente números de crimes financeiros ocorrido nos últimos tempos podendo assim servir de auxiliares dos promotores e magistrados em suas sentenças. Nesse sentido ressalta a valorização desses profissionais e sua contribuição de combate ao crime junto à sociedade, salientando a necessidade dos meios acadêmicos de apresentarem em suas ementas, disciplina

voltada a Perícia Criminal Contábil, por meio de acréscimo de carga horária para desenvolvimento da mesma. Chamando a atenção para o aprimoramento das organizações criminosas que desejam ocultar seus passos faz com que a perícia criminal ferramenta indispensável para combater esse tipo de criminalidade. Fica destacado no resultado obtido o grau de relevância nos laudos periciais para o combate ao crime organizado no âmbito federal.

c) LEITÃO JÚNIOR, Luiz Roberto Duran; SLOMSKI, Vilma Geni; PELEIAS, Ivan Ricardo; MENDONÇA, Janete de Fátima, IV ANPCONT, v 6, nº 2, p. 21 – 39, jan/abr 2012.

Neste artigo, os autores abordaram como objeto de estudo a partir da visão de um juiz por meio de entrevista, aponta que os magistrados têm uma visão boa dos laudos, sendo um ponto de observação que os mesmos recorrem aos peritos contadores que já tenham trabalhado anteriormente ou caso não conheçam o profissional pedem indicação de outros magistrados para escolher um perito, para realizar a perícia. Questionado sobre a relevância dos laudos, o magistrado se posicionou de forma positiva, para ele, demonstram os fatos com clareza durante a sua confecção sendo de grande ajuda na hora da decisão sentencial. O entrevistado, revela que contadores se apresentam a ele, faz uma seleção dando perícias pequenas para ver a qualidade das peças apresentadas pelos candidatos e só assim nomeia alguns como peritos, pois prefere ter a sua disposição mais que um perito. Salaria também que os mesmos têm dificuldade na apresentação dos laudos, quanto aos termos jurídicos utilizados quando apontados a eles e faz uma alerta sobre o fato de contadores fazerem curso de aperfeiçoamento jurídico.

Faz boa referência sobre a contribuição dos laudos que auxiliam no esclarecimento dos fatos que o juiz não possui conhecimento do assunto durante o processo, atestando que se faz necessária a contribuição dos profissionais peritos em muitos casos que exigem conhecimento técnico. Aponta também que na condição de auxiliares os bons peritos, apresentam os fatos e respondem as perguntas do magistrado, quando perguntado, para tirar as dúvidas que porventura surgem durante a leitura da prova pelo requerente esse é o papel dos técnicos elaborar os laudos concisos e com clareza.

d) ANDRADE, Dayane Monalise de, SANTOS, Rafael Bendito dos – A relevância do laudo pericial contábil na perspectiva dos magistrados. X Seminário de Ciências Contábeis, 2016.

Nesse estudo Andrade e Santos buscou-se fazer uma visão geral dos magistrados sobre os laudos periciais e nessa pesquisa teve como resposta bem-sucedida ao pretendido. Durante a pesquisa, por meio de quesitos, os autores nortearam os estudos onde conseguiram tirar as conclusões necessárias do pensamento dos receptores do laudo pericial e a observação mais preponderante sobre a questão foi o fato de nos laudos sempre aparecer palavras que deixam as repostas com sentido duvidoso o que acarreta um pedido de esclarecimento por parte dos receptores, ao perito ou a elaboração de uma nova perícia para chegar a uma clareza sobre os fatos controvertidos. Se entende que falta uma observação especial por parte dos peritos na hora de preparar a prova pericial, e não observância da característica de melhoria da Contabilidade que é o da compreensibilidade. Nesse sentido pode-se afirmar que o objetivo pretendido foi respondido, mas com ressalva porque os usuários da informação que no caso são os magistrados entre outros necessitam sempre de uma explicação dos quesitos ou pedir que lhes sejam apresentados outro laudo para poder chegar a um posicionamento e assim chegar a um veredito e por fim terminar o litígio.

e) FERREIRA, Taciana Borges, MIRANDA, Luiz Carlos, MEIRA, Juliana matos de, SANTOS, Aldemar de Araújo. ReCont: Registro Contábil vol – 3, nº 3. Nov. 2012.

Para Ferreira, Miranda, Meira e Santos fala que sobre a objetividade dos laudos apresentados aos magistrados, afirma que na maioria das vezes eles são objetivos, mas destaca sobre o excesso de termos técnicos apenas para dá um corpo volumoso a peça pericial dificultando a assertividade da leitura. Portanto foi no estudo atual que nem sempre o laudo se torna peça chave para a sentença judicial, pois quando apresentada as partes já decidiram por um acordo, descartando o laudo. Os magistrados salientam sobre a dificuldade que peritos contadores de passarem uma informação com clareza tornando-a mais relevante, outro ponto obtido pelo estudo foi o prazo de entrega das provas periciais, muitos peritos pedem para serem estendidos os prazos para concluírem os laudos e entrega-los com pontualidade as provas, causando atraso ao veredito. Os objetivos pretendidos foram parcialmente atingidos seguindo o planejamento inicial da pesquisa mesmo

com muitos pontos contra a apresentação dos laudos porquê necessita de informações claras, por isso é nítido a maior observação dos peritos em melhorarem seus métodos de escrita dos laudos.

f) Marques, Rodolfo Detomini; Peluco, Felipe Aparecido; Carizio, Sérgio Luis Brambilla – Perícia Contábil e a importância dos laudos periciais – Revista Executive On-Line, Bebedouro, SP, v 3. Art nº 1, p 164 – 178, 2018.

Para Marques, Peluco e Carizio os magistrados preferem trabalhar com peritos conhecidos, esses profissionais são convocados para a maioria dos processos por terem trabalhado anteriormente realizando outras perícias. Na mesma palestra faz um alerta da falta de informações por parte dos peritos com experiência na área que um bacharel em Ciências Contábeis pode se tornar um perito. Essa responsabilidade aponta também aos órgãos reguladores passam as afirmações com clareza.

Mendes dá informações sobre de como se tornar um profissional dessa área, um perito deve passar confiança para os seus clientes para isso deve se manter sempre atualizado e ter a noção de quanto mais retratar nos laudos informações claras fará com que sejam convocados mais e mais. O perito é o auxiliar direto de um juiz em matéria que seja exigida a máxima expertise sobre o assunto objeto do tramite jurídico, também como os autores anteriores discutidos destaca o déficit de conhecimento jurídico dos profissionais da área contábil. Ele salienta que o profissional contábil deve ser um interprete de o processo jurídico para melhor escrever o laudo pericial e apresentar as melhores informações. Na mesma palestra ele afirma que de 500.000 contadores registrados até 2019 apenas 5000 atuam como peritos o que corresponde a 1% do total, assim demonstrando ser uma área de atuação promissora para quem desejar seguir carreira profissional, os contadores estão deixando o espaço aberto para profissionais de outras áreas.

g) ROSA, Pedro Paulo Garcia da. A produtividade brasileira em Perícia Contábil: Uma análise sob a ótica da Lei de Lotka. Monografia. Universidade de Brasília -UnB, 2016.

Para Rosa a produção de artigos sobre a Perícia Contábil é quase sempre dos mesmos autores, afirmando que pouco se aborda o tema, abordando sobre o déficit de informações que venham a contribuir com um bacharel que opte por

exercer a função de perito. Esse pensamento abordado acerca dos autores de obras que sirvam para lastrear os alicerces teóricos, segundo o levantamento do estudo são poucos os escritores que abordam o tema da perícia contábil com maior frequência em periódicos enquanto a grande maioria quase não faz menção neste assunto tão pertinente na atualidade, o que deixa nitidamente a falta de interesse da maioria dos estudiosos em abordar em seus escritos a Perícia como tema central. Os objetivos pretendidos no estudo foram atendidos e respondidos na percepção do autor, seguindo uma linha de pensamento, buscando deixar de forma aberta a falta abordagem de outros cientistas a respeito desse assunto. No que se refere as situações que necessitam de peritos e principalmente em assuntos de crimes financeiros não se fala muito em periódicos deixando um espaço vago, pois apenas uns poucos se preocupam em falar ou escrever em revistas.

h) CESTARE, Terezinha Balestrin, PELEIAS, Ivan Ricardo e ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. O Laudo pericial contábil e sua adequação às normas do conselho federal de contabilidade e à doutrina. Revista de Contabilidade da UERJ. V. 12. P. 1, Rio Janeiro. 2007.

Nesta pesquisa, os autores visam analisar as diferenças entre o Código do Processo Civil (CPC) e as do Conselho Federal de Contabilidade, a observação desse artigo foi interessante, pois destaca a preparação de um laudo pericial sobre dois pontos de vista distintos, um sob a ótica do CPC que possui uma linguagem rebuscada e própria dos tribunais que é a do Direito e outro lado rege a norma do CFC que mesmo que simplifique sua forma de preparo da prova pericial encontra dificuldade no âmbito jurídico por não está em constante contato como o meio jurídico o que faz com que aumente esse embate junto com a doutrina jurídica. Segundo o levantamento informa a falta de preocupação por parte dos peritos sobre delimitação das páginas e sem precauções a peça está livre de rasuras.

No entendimento está faltando o detalhamento da escrita correta de laudo por parte dos peritos acarreta uma dificuldade maior dos magistrados no momento de interpretar a prova produzida, fazendo com que o perito seja visto no meio jurídico um profissional que tem pouco a contribuir em um processo litigante por causa do desinteresse em analisar e preparar um laudo conforme as entrelinhas listadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) gerando desconforto na classe o que faz com que magistrados escolham trabalhar com profissionais já conhecidos e assim

diminuindo a oportunidade de outros profissionais contábeis se empenharem na busca de seu espaço como perito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou enfatizar a importância dos laudos periciais como ferramenta para obter informações sobre os assuntos que envolvam a contabilidade nos autos, podendo ter o protagonismo no momento em que, o magistrado ou um arbitro, chegue a uma conclusão em um processo. No poder judiciário, a perícia contábil é tida como importante aliada quando esse tem a necessidade de esclarecimento em controvérsias e fatos de natureza contábil. A perícia contábil se torna importante ao poder judiciário sempre que é necessário durante o julgamento em que se faz presente matéria de conhecimento técnico-científico em Contabilidade.

Ao analisar os trabalhos que fazem menção ao assunto, neste artigo foram colhidas informações muito pertinentes, sobre a qualidade dos laudos periciais contábeis, todos obtiveram respostas positivas, mas alguns trouxeram fatos, que se faz necessário serem observados e merecem uma atenção especial.

Os laudos periciais contábeis são considerados, pelos os juízes, como importante ferramenta hora de tomar uma decisão judicial, pois traz em si, pontos técnicos que são esclarecedores aos juízes, porquê estes não possuem conhecimentos técnicos necessários para julgar uma lide que envolva como matéria principal a Contabilidade. Trazendo à tona da escassez desses profissionais no mercado nos dias atuais. Abrindo oportunidade para profissionais de outras áreas. Não priorizando uma função com tendência de crescimento a cada ano que se passa.

Ao estudar a perícia contábil, foi considerado apenas um pequeno percentual do universo imenso que é o do crime financeiro, brigas patrimoniais e questões trabalhistas, onde se faz necessário o uso de técnicas que os peritos contadores possuem. Sendo assim pode-se avaliar a importância desses profissionais para toda a comunidade, por causa da contribuição no combate às fraudes que por ventura venham ocorrer, contra aqueles que não possuem conhecimento ou percepção de que estejam sendo enganados por malfeitores ou aproveitadores. Por falta de incentivo muitos concluintes do curso de Ciências Contábeis não buscam esse

ramo, que vem se tornando a cada dia mais e mais necessário devido ao aumento de muitos crimes que vem acontecendo nos últimos tempos.

O presente trabalho não se conclui, pois, a abordagem do tema é muito vasta e indica-se para maior aprofundamento essas possibilidades: 1) qual a visão dos concluintes do curso de Ciências Contábeis sobre a perspectiva do mercado de trabalho como peritos contábeis b) a falta de interesse dos cursos de Ciências Contábeis ter em quadro interdisciplinar a Perícia criminal contábil incentivar os estudantes concluintes em atuar nessa área.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Dayane Monalise de, SANTOS, Rafael Bendito dos. **A relevância do laudo pericial contábil na perspectiva dos magistrados**. Artigo publicado no X Seminário de Ciências Contábeis, 2016.

CESTARE, Terezinha Balestrin, PELEIAS, Ivan Ricardo e ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. **O Laudo pericial contábil e sua adequação às normas do conselho federal de contabilidade e à doutrina**. Revista de Contabilidade da UERJ. V. 12. Rio Janeiro, 2007.

CROSSWEL. **Revista de Ciências Contábeis**. UFRJ. 2007

D'ÁURIA, Francisco. **Revisão e Perícia contábil**. 3. Ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1963.

LOGAZA, Gisele, **Metodologia Científica**. 1. Ed. Sagah Educação S.A. 2018.

MAGALHÃES, Antônio de Deus Farias. **Perícia Contábil**. 8. Ed. Editora Atlas S.A. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. Editora Atlas S.A. 2003.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Ed. Editora Atlas S.A. 2010.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. Ed. Editora Atlas S.A. 2017.

Marques, Rodolfo Detomini; Peluco, Felipe Aparecido; Carizio, Sérgio Luis Brambilla. **Perícia Contábil e a importância dos laudos periciais** – Revista Executive On-Line, Bebedouro, SP 2018.

MENDES, Gilberto – Palestra: **O que nunca te contaram sobre a Perícia Contábil**. Realizada em 20 de dezembro de 2019. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=J6cQlqiztBI>>. Acesso em: 12 de setembro de 2020.

MÜLLER, Aderbal Nicolas, TIMI, Sonia Regina Ribas; MARCON, Vanya Trevisan Heimoski. **Perícia Contábil**. 1. Ed. São Paulo. Atlas. 2017.

NEVES Júnior, Idalberto das; MOREIRA, Evandro Marcos de Souza. **Perícia Contábil: uma Ferramenta conta o crime organizado**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Distrito Federal. 2011

NEVES Júnior, Idalberto José das, CERQUEIRA, João Guilherme Moreira de, GOTTARDO, Michele dos Santos Povoas e BARRETO, Marcelo Daia. Revista Pensar Contábil, Rio de Janeiro. 2014.

Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TP 01, de 27 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTP01.pdf>>. Acesso em: 15 de março 2020.

Norma Brasileira de Contabilidade – BBC PP 01 (R1), 19 de março de 2020. Disponível em: www.cfc.org.br.

ROSA, Pedro Paulo Garcia da. **A produtividade brasileira em Perícia Contábil: Uma análise sob a ótica da Lei de Lotka**, 2016, UnB

SÁ, Antônio Lopes de. **Perícia Contábil**. 11. Ed. São Paulo. Atlas. 2019.

SÁ, Antônio Lopes de. **Perícia Contábil**. 10. Ed. São Paulo. Atlas. 2011.

SANTOS, João Almeida dos, PARRA Filho, Domingos. **Metodologia Científica**. 2. Ed. São Paulo. Cengage Learning. 2011.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa Científica**. 2. Ed. Curitiba. IESDE Brasil S.A. 2007

DESAFIOS NA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL DA CIDADE DE JOÃO PESSOA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Flávio José da Costa¹
Tatiana Falcão de Souza Fernandes²

RESUMO:

Vivemos numa era de profundas mudanças ocorridas no âmbito, social, político, tecnológico e econômico, mas nunca comparadas às que estamos vivenciando nos dias atuais, proporcionadas pela pandemia do Coronavírus, o denominado Covid-19. O momento atual é apresentado com inúmeros desafios para a humanidade e para as organizações tanto públicas quanto privadas, sobretudo por conta das incertezas da situação atual. O estudo apresenta a seguinte questão de pesquisa: Quais os desafios encontrados pelo profissional da contabilidade na cidade de João Pessoa em tempos de Pandemia? Para responder à questão de pesquisa, delimitou-se como objetivo geral: Descrever os desafios encontrados pelo profissional da contabilidade na cidade de João Pessoa em tempos de Pandemia. A metodologia utilizada no estudo foi uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa do tipo de estudo de caso. Os resultados encontrados demonstram que os desafios na atuação do profissional contábil foram: Adaptar-se a nova forma de vida; interpretação de várias medidas provisórias tem tão pouco tempo, isto é para 43,3% dos entrevistados afirmaram que não houve tempo hábil para análise e interpretação e execução das medidas provisórias; manter a qualidade do trabalho e produtividade mesmo com todas as reduções; Acompanhar as diversas mudanças na área pessoal e trabalhista; recebimentos dos honorários e renegociação; inadimplência; se reinventar. De acordo com dados obtidos no estudo, concluímos que os profissionais contábeis atuaram de forma árdua e intensa na interpretação de diversas medidas provisórias em tempo recorde, solucionando as mais diversas demandas dos clientes principalmente na área trabalhista, fiscal e tributária.

Palavras-chaves: Profissional Contábil. Isolamento Social, Tempos de Pandemia

ABSTRACT:

We live in an era of profound changes that occurred in the social, political, technological and economic, but never compared to what we are experiencing today, brought about by the Coronavirus pandemic, the so-called Covid-19. The present moment is presented with countless challenges for humanity and for both public and private organizations, mainly due to the uncertainties of the current situation. The study presents the following research question: What are the challenges faced by the accounting professional in the city of João Pessoa in a time of Pandemic? To answer the research question, the general objective was delimited: To describe the challenges faced by the accounting professional in the city of João Pessoa in

¹ Graduando do Curso de Ciências Contábeis Flávio José da Costa E mail:flaviojcosta@msn.com

² Professor Orientador Tatiana Falcão de Souza Fernandes, mestre em Ciência da Informação pela UFPB, docente dos cursos de Ciências Contábeis e Gestão Financeira do UNIESP. E-mail: tatianafalc@iesp.edu.br

Pandemic times. The methodology used in the study was a qualitative descriptive research of the type of case study. The results found demonstrate the challenges in the performance of the accounting professional were: Adapting to the new way of life; interpretation of several provisional measures in record time; maintain work quality and productivity even with all reductions; Monitor the various changes in the personal and labor area; receipt of fees and renegotiation; default; reinvent yourself. According to data obtained in the study, we concluded that the accounting professionals acted in an arduous and intense way in the interpretation of several provisional measures in record time, solving the most diverse demands of clients, mainly in the labor, fiscal and tax areas.

Keywords: Accounting Professional. Social Isolation. Times of Pandemic.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos numa era de profundas mudanças ocorridas no âmbito, social, político, econômico, e tecnológico, mas nunca comparadas às que estamos vivenciando nos dias atuais, proporcionadas pela pandemia do Coronavírus, o denominado Covid-19. O momento atual é apresentado com inúmeros desafios para a humanidade e para as organizações tanto públicas quanto privadas, sobretudo por conta das incertezas da situação atual.

Rapidamente tudo mudou, o que estava ocorrendo em alguns países e era divulgado nos noticiários em tempo real, não era esperado, mas, nos atingiu e tudo que era normal deixou de ser, sobretudo, as saudáveis relações humanas, essas se tornaram um problema de saúde, pois, a pandemia passou a ser uma realidade mundial, provocada por um vírus, que assim como numa guerra, possui a capacidade de ceifar a vida de muitas pessoas em escala mundial. Diante disso, foi necessário o afastamento social para não aumentar ainda mais a transmissão e o contágio. Corroborando com essa afirmação, a matéria publicada no site: El País Brasil, destaca que em pesquisa realizada pelo IBGE: “716.000 empresas fecharam as portas desde o início da pandemia no Brasil”. Percebemos com isso, que os acontecimentos no âmbito social, político, econômico, internacional possui um reflexo significativo no cenário nacional.

A Evolução Tecnológica era um dos assuntos mais discutidos pelos profissionais contábeis, especialmente porque essa, mudou substancialmente a forma de fazer a contabilidade. No cenário atual, o que vem à tona é a retomada da economia, essa que sofreu fortes impactos na pandemia, decorrente do isolamento social, pois a economia é dinâmica e é ativada com o movimento dos mercados.

Quando tudo parou, surgiu um cenário nebuloso para empresários, colaboradores e para toda sociedade, exigindo sobretudo, das empresas um alto nível de competitividade, na proteção não apenas do seu caixa, mas também na proteção a vida das pessoas. Sendo necessário para isso, a determinação do fechamento da maioria das atividades econômicas, gerando o desemprego em grandes proporções. Para sanar esse problema, houve uma antecipação de férias dos funcionários, conforme cita a pesquisa do IBGE, “20,1% das empresas em funcionamento, anteciparam as férias dos funcionários na 2ª quinzena de agosto de 2020. Outro dado informado foi que no Brasil, 7,8 milhões de postos de trabalhos destruídos em 3 meses, trazendo reflexos diretos para a economia do nosso país.

O novo cenário trouxe a exigência de novos valores agregados a preocupação com o próximo, a competência, novos desafios, e conseqüente, o aumento da responsabilidade, tanto para as organizações como individualmente para cada pessoa e para as mais diversas profissões, sobretudo, para a profissão contábil, na criação e inovação de procedimentos, principalmente aqueles relativos aos controles patrimoniais, gerenciais e financeiros com o objetivo de acompanhar as demandas dos clientes, que buscavam e ainda buscam respostas urgentes para todas as incertezas provocadas pela pandemia. Os usuários da contabilidade cada vez mais exigentes quanto aos resultados e ao desempenho das organizações exigindo dos profissionais não só um perfil técnico, mas, um perfil dinâmico e de assessoria para atender as demandas mais urgentes provocadas pela pandemia do Covid-19.

À medida que o tempo passa, a sociedade muda e conseqüentemente, as profissões vão se adaptando a tais mudanças, é necessário que essas ocorram tempos em tempos, ocasionando verdadeiras revoluções na forma de pensar e agir, mas diante desse novo mundo, nem sempre sabemos a hora e o momento mais propício para nos sentirmos seguros.

No que refere ao exercício profissional, esse precisa ser realizado de forma segura, consciente e com a capacidade técnica necessária à resolução dos problemas.

De acordo com que aponta Moura e Filho (2018, p.388) os profissionais que tenham o interesse na área contábil terão formação superior e continuada, com isso terá o reflexo o nível de qualificação profissional que pretende exercer que é o requisito indispensável para o ingresso e permanência do profissional no mercado de trabalho.

Diante disso, surge o seguinte questionamento: Quais os desafios encontrados pelo profissional da contabilidade na cidade de João Pessoa em tempo de Pandemia? Para responder à questão de pesquisa, delimitou-se como objetivo geral: **Descrever os desafios encontrados pelo profissional da contabilidade na cidade de João Pessoa em tempo de Pandemia.** Tal estudo é justificável, pelo fato de que a profissão contábil é relevante e pode contribuir de forma significativa para as empresas nesse novo mundo, outro aspecto que justifica o estudo é o registro de memória dos desafios enfrentados pelos contadores nesse momento de ruptura, na forma de agir, pensar e viver em sociedade.

O artigo inicia com a Introdução, fundamentando as discussões apresentando o Recorte histórico do surgimento da pandemia educação continuada, normas internacionais de contabilidade e os seus reflexos para profissão contábil, e por fim as obrigações acessórias e os reflexos da Covid-19, Legislação aplicada à Contabilidade em tempos de Pandemia e os desafios da atuação do profissional contábil em tempos de Pandemia. Em seguida, apresenta a metodologia, os resultados e as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICA

2.1 RECORTE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA PANDEMIA E OS SEUS REFLEXOS PARA PROFISSÃO CONTÁBIL

A pandemia do Coronavírus teve seu primeiro registro no ano de 2019, de acordo com algumas matérias veiculadas nos portais de notícias, mencionam que o governo chinês apresentou seu primeiro alerta em 31 de dezembro de 2019, após 3 meses já se registrava mais de 190 mil pessoas infectadas em todos os continentes - com exceção da Antártida. No Brasil, as primeiras ações relacionadas à Covid-19 iniciaram com a repatriação dos brasileiros que vieram da cidade de Wuhan, cidade da China onde surgiu a infecção, no 15º dia, o Brasil registrou sua primeira contaminação. Nessa data a Europa já registrava inúmeros casos de mortes, decorrentes dessa doença.

De repente o mundo parou em alerta em relação a esse vírus, a economia parou, restando apenas os serviços essenciais para a população. E em consequência disso, as consequências foram imediatas e a profissão contábil

passou a exercer um papel de consultoria, embora, não tenha sido definida como serviços essenciais. O profissional de contabilidade foi colocado a prova, quer seja, na exigência de conhecimentos técnicos e de legislação, quer seja no impedimento provocado pelo isolamento social, situações de muita tensão, diante das obrigações e responsabilidades diárias atribuídas a profissão.

Sá (1999, p.42) afirma que: “A contabilidade vai estudar, analisar os fenômenos patrimoniais preocupando-se com a realidade, para que possa evidenciar o comportamento dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais”. Hoje em plena era da pandemia inúmeros são os desafios a serem enfrentados. Dentre esses, Krueger (2020, p.1) destaca-se que:

Diariamente estão sendo publicadas novas legislações relacionadas a pandemia, com normatizações nas relações de trabalho, prorrogação dos recolhimentos de alguns impostos, normatização das atividades consideradas essenciais, concessões de créditos, entre outras.

A autora ainda sugere que o contador além de estar antenado com as normas que são publicadas, precisa ter dedicação em estudar, interpretar e orientar os seus clientes, sobre a possibilidade ou não dos procedimentos a serem realizados. Conforme

Nesse contexto, surge a necessidade alinhada ao projeto do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) O programa de Educação Continuada, com o objetivo de ofertar para a sociedade, profissionais cada vez mais preparados e para atingir essa premissa, foi necessário ofertar treinamentos de qualificação profissional por meio de um programa de Educação Continuada.

2.1.1 Educação Continuada

Conforme o entendimento de Silva (2003) no XIV Encontro Nacional dos Cursos de Graduação de Administração em Foz do Iguaçu a globalização e as mudanças provocam uma reestruturação produtiva e com isso a educação continuada é imperativo para a sobrevivência do profissional.

Em momentos de pandemia é de suma importância que o profissional contábil esteja devidamente qualificado e preparado para os desafios diários. Por essa razão destacamos o programa de Educação Profissional Continuada criado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visa:

Atualizar e expandir os conhecimentos e competências técnicas e profissionais, as habilidades multidisciplinares e a elevação do comportamento social, moral e ético dos profissionais da contabilidade que atuam no mercado de trabalho como Auditores Independentes, responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis, ou que exerçam funções de gerência/chefia na área contábil das empresas reguladas e/ou supervisionadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central do Brasil (BCB), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) ou consideradas de grande porte nos termos da Lei n.º 11.638/07, e também as entidades sem finalidade de lucros que se enquadrarem nos limites monetários da citada lei. (CFC- Conselho Federal de Contabilidade, 2020)

O profissional contábil ao longo dos anos tem enfrentado inúmeros desafios em sua profissão, dentre esses, destaca-se a adequação da legislação profissional vigente no Brasil, (definidas nas normas brasileiras de contabilidade) aos padrões internacionais, motivo pelo qual modificou substancialmente a forma de fazer a contabilidade, entender e praticar as orientações relativas a essas normas.

2.1.2 Normas Internacionais de Contabilidade e os reflexos da COVID– 19;

Com a globalização dos mercados a contabilidade no Brasil, aderiu aos padrões e normas internacionais, Segundo CARDOSO et al (2011), ela foi submetida a uma série de alterações iniciando-se em 2005 com a constituição do Comitê de Pronunciamentos Contábeis , com o objetivo de centralizar o processo de emissão de normas contábeis no país e aprovação dos pronunciamentos da IASB em 05/11/2010 e divulgação em 02/12/2010, junto ao CPC 37 tratou da adoção dos padrões de contabilidade internacional pelas organizações brasileiras.

Em se tratando dos reflexos da COVID em tempos de pandemia, assegura o representante do órgão que escreve as IFRS diz que elas foram elaboradas para funcionar inclusive nas crises.

A pandemia de covid-19 não fará o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (Iasb, na sigla em inglês), organismo responsável pela elaboração dos padrões contábeis IFRS, criar normas, ou realizar mudanças significativas nas que estão em vigência (Cendón, 2020).

O membro do conselho da entidade, menciona que as normas definidas pelo IASB, são definidas com base nos princípios, motivo pelo qual, tem a capacidade de serem aplicadas em todos os momentos. Disse Cendón, em seminário virtual

organizado pelo do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon). No que se refere ao momento atual. Cendón, 2020 apud, Ryngelblum, aponta que:

A única ação tomada pelo IASB nas normas devido à covid-19 foi a edição de uma emenda temporária ao IFRS 16, que trata da contabilização de arrendamentos. De 1º de junho deste ano a 30 de junho de 2021, as empresas estarão isentas de levantar contratos individuais para determinar se as concessões dadas ou recebidas em arrendamentos por conta da pandemia representam mudanças nos contratos, permitindo que as concessões não sejam consideradas alterações significativas.

O profissional contábil em meio a tudo isso, continuou sendo peça fundamental de ligação entre a EMPRESA e o FISCO. Segundo a publicação postada pela FENACON. (Blog Fatos Contabilidade/Jornal Contábil 2018). Mesmo estando em estado de isolamento social as empresas continuaram sendo obrigadas a divulgar e prestar as devidas informações para os entes públicos mediante as obrigações acessórias.

2.1.3 Obrigações Acessórias

As obrigações acessórias têm como objetivo principal o controle das ações dos contribuintes tanto pessoas físicas como jurídicas, conforme o cumprimento tributário.

ANDRADE et al (2013, p. 6), definem as obrigações acessórias: são declarações e demonstrativos exigidos pelos órgãos fiscalizadores com a finalidade de conferir, analisar e confrontar as informações prestadas pelos contribuintes, sejam elas pessoas físicas ou jurídicas.

Em relação às empresas jurídicas, as obrigações acessórias variam conforme o seu regime tributário. No Brasil, há 3 tipos de regimes tributários, a saber: Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional. O tipo de regime pode ser alterado a cada novo ano. Nesse sentido, descreve ROCHA (2009, p.113), as obrigações acessórias ou os deveres instrumentais enquanto obrigações de fazer, não-fazer ou tolerar algo estão intimamente relacionados ao cumprimento das normas jurídicas de tributação.

2.1.3.1 Obrigações acessórias do Lucro Real

As obrigações acessórias para as empresas permaneceram definidas da mesma forma no período de pandemia, porém, foram acrescidas as resoluções e medidas provisórias anteriormente citadas, cabe destacar tais obrigações, para apresentarmos uma visão sistêmica das atribuições do profissional contábil no que se refere as obrigações acessórias presente no exercício da sua profissão conforme apresentado nos quadros de 1 a 3:

EMPRESA LUCRO REAL - OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS MENSAIS:	
DES	(Declaração Eletrônica de Serviços)
CAGED	(Cadastro Geral de Empregados e Desempregados)
GIA	(Guia de Informação e Apuração do ICMS)
SINTEGRA	(Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços)
SEFIP/GEFIP	(Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social)
EFD ICMS/IPI	(Escrituração Fiscal Digital ICMS/IPI)
A DCTF	(Declaração de Débitos Tributários Federais)
EFD Contribuições	(Escrituração Fiscal Digital Contribuições)

Quadro 1: Obrigações Acessórias Mensais – Empresa Lucro Real

Fonte: Adaptado pelo autor a partir dos Livros Comerciais e Fiscais – Lucro Real (2020)

Além das obrigações acessórias mensais, temos também algumas obrigações acessórias anuais, conforme destacadas no quadro a seguir:

EMPRESA LUCRO REAL - OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS ANUAIS	
ECD	(Escrituração Contábil Digital)
ECF	(Escrituração Contábil Fiscal)
DIRF	(Declaração do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte)
RAIS	(Relação Anual de Informações Sociais)
DIRPF	(Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física)

Quadro 2: Obrigações Acessórias Anuais – Empresa Lucro Real

Fonte: Adaptado pelo autor a partir dos Livros Comerciais e Fiscais – Lucro Real (2020)

Além das obrigações acessórias mensais e anuais, destacam-se também os livros comerciais e fiscais exigidos para elaboração no Lucro Real, destacadas no quadro a seguir:

LIVROS COMERCIAIS E FISCAIS – LUCRO REAL
Livro Diário;
Livro Razão;
Livro Caixa;
Livro de Registro de Duplicatas;
Livro Registro de Entradas;
Livro Registro de Inventário;
Livro para Registro Permanente de Estoques;
Livro de Movimentação de Combustíveis;
Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR).

Quadro 3: Obrigações Acessórias Anuais – Empresa Lucro Real

Fonte: Adaptado pelo autor a partir dos Livros Comerciais e Fiscais – Lucro Real (2020)

Conforme informações demonstradas nos quadros, observa-se a demanda de responsabilidade que a profissão contábil requer, do profissional contábil, pois, ele exerce um importante papel de fornecer informações úteis aos seus usuários, diante de tantas obrigações, a intensificação da pandemia aumentou ainda mais.

2.1.3.2 Obrigações acessórias do Lucro Presumido e do Simples Nacional

As empresas tributadas pelo Lucro Presumido possuem as mesmas obrigações acessórias mensais e anuais das empresas do Lucro Real, menos o LALUR.

“A Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Diferenciação (DEsTDA) é relativa ao ICMS, está sendo obrigatória para as empresas tributadas pelo Simples Nacional a partir de 2016”. (FENACOM, 2018).

Com intuito de amenizar os efeitos provocados pela pandemia do COVID-19 os gestores públicos (FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL) vinham a público através de leis e diversos atos normativos, decretos praticamente de forma diária. Com essas medidas os entes procuraram evitar um colapso econômico devido à redução e obtenção de receita, que poderia provocar um fechamento em massa dos empreendimentos e com isso a redução e fechamento de milhares de postos de

trabalho. Nesse contexto, percebe-se que o profissional contábil está desenvolvendo seu trabalho de forma ainda mais intensa, em termos de análise e estudos diários do conjunto de medidas para orientar (de forma consultiva) os empreendedores na gestão de suas empresas e colaboradores, conforme destacado pelo artigo do site Consultor Jurídico. “A fim de evitar que a situação econômico-financeira adentre este nível, muitas empresas para controlar suas despesas, priorizando o pagamento de funcionários e preterindo o cumprimento de obrigações tributárias” (BRIANTE,2020).

O problema é que o reiterado inadimplemento tributário e descumprimento de obrigações acessórias causa um efeito "bola de neve", tendo em vista que piora o problema de escassez de dinheiro do contribuinte, fazendo com que seu passivo aumente, considerando, especialmente, a elevação nas multas impostas pelo Fisco.

Com a finalidade minimizar os efeitos da diminuição na circulação de dinheiro no país, as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) adotaram diversas medidas concernentes a diferimento do pagamento de tributos, prorrogação do prazo para cumprimento de obrigações acessórias, redução de alíquotas, suspensão de cobrança, entre eles o protesto de Certidões de Dívida Ativa, entre outras.

Tendo isso em vista, e considerando a aprovação diária de novas normas que preveem benefícios fiscais neste momento de crise, cabe, portanto, aos contribuintes o filtro e a análise da imprescindibilidade e pertinência de adoção das referidas medidas, levando em conta o caixa da empresa, a possibilidade de sobrevivência até que a vida retorne à normalidade — na medida do possível — e sem esquecer de que pode estar diante de um fôlego momentâneo, mas daqui a alguns meses a conta chegará e os tributos adiados precisarão ser quitados em conjunto com aqueles cujos vencimentos normalmente se darão naquele período.

Nesse sentido, é importante fazer uma análise e planejamento dos tributos a serem pagos, diante das perspectivas legais.

2.1.4 LEGISLAÇÃO APLICADA À CONTABILIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA

2.1.4.1 *Decisões de Âmbito Federal*

Trabalhista: Para garantir os postos de trabalho e amenizar o momento pandêmico o governo federal publicou diversas MPs de cunho trabalhista entre elas

podemos fazer o destaque das MP 927/2020, MP 936 MP 936 de 1º de abril de 2020 depois convertida para a Lei 14.020, de 6 de julho de 2020, cabendo ao contador a devida interpretação e adequação a realidade de cada cliente (BRASIL,2020,p.1).

Medida Provisória nº 927, de 2020: Medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Covid-19. Durante o estado de calamidade pública a que se refere o art. 1º, o empregado e o empregador poderão celebrar acordo individual escrito, a fim de garantir a permanência do vínculo empregatício, que terá preponderância sobre os demais instrumentos normativos, legais e negociais, respeitados os limites estabelecidos na Constituição. Art.3º Para enfrentamento dos efeitos econômicos decorrentes do estado de calamidade pública e para preservação do emprego e da renda, poderão ser adotadas pelos empregadores, dentre outras, as seguintes medidas:

- I -o teletrabalho;
- II -a antecipação de férias individuais;
- III -a concessão de férias coletivas;
- IV -o aproveitamento e a antecipação de feriados;
- V -o banco de horas;
- VI -a suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho;
- VII -o direcionamento do trabalhador para qualificação;
- VIII -o diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -FGTS
- I - O Teletrabalho

Art. 4º Durante o estado de calamidade pública a que se refere o art. 1º, o empregador poderá, a seu critério, alterar o regime de trabalho presencial para o teletrabalho, o trabalho remoto ou outro tipo de trabalho a distância e determinar o retorno ao regime de trabalho presencial, independentemente da existência de acordos individuais ou coletivos, dispensado o registro prévio da alteração no contrato individual de trabalho.

Conforme citado no artigo 4º já prevê a definição do trabalho remoto prazo de ciência e as necessidades para cumprir esta forma de trabalho:

§ 1º Para fins do disposto nesta Medida Provisória, considera-se teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância a prestação de serviços preponderante ou totalmente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação que, por sua natureza, não configurem trabalho externo, aplicável o disposto no inciso III do caput do art. 62 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

§ 2º A alteração de que trata o caput será notificada ao empregado com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas, por escrito ou por meio eletrônico.

§ 3º As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, pela manutenção ou pelo fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância e ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado serão previstas em contrato escrito, firmado previamente ou no prazo de trinta dias, contado da data da mudança do regime de trabalho.

§ 4º Na hipótese de o empregado não possuir os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessária e adequada à prestação do teletrabalho, do trabalho remoto ou do trabalho a distância:

I -o empregador poderá fornecer os equipamentos em regime de comodato e pagar por serviços de infraestrutura, que não caracterizarão verba de natureza salarial; ou

II -na impossibilidade do oferecimento do regime de comodato de que trata o inciso I, o período da jornada normal de trabalho será computado como tempo de trabalho à disposição do empregador.

DATA	DECRETOS E PORTARIAS	DESCRIÇÃO
20/03/2020	Decreto 10.282	Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
20/03/ 2020	Decreto legislativo nº 6,	Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.
01/04/2020	Medida Provisória nº 936	Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública
03/04/2020	Portaria nº 139,	Do Ministério da Economia, prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus.
03/04/2020	Decreto 944, de 3 de abril de 2020	Institui o programa emergencial de suporte a empregos
14/04/2020	Lei nº 13.988	Estabelece os requisitos e as condições para que a União, as suas autarquias e fundações, e os devedores ou as partes adversas realizem transação resolutiva de litígio relativo à cobrança de créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária.

Quadro 4: Decretos e Portarias relacionadas ao período de Pandemia

Fonte: Adaptado pelo autor (2020)

2.1.4.2 Medidas Econômicas

DATA	MEDIDAS GOVERNO FEDERAL	
18/03/2020	Resolução nº 152, de 18 de março de 2020	Secretaria Especial da Fazenda), prorroga o prazo para pagamento dos tributos federais no âmbito do Simples Nacional .
01/04/2020	Medidas governo federal: programa emergencial de manutenção do emprego e da renda – 01/04/2020 Circular 893, de 24 de março de 2020	Ministério da Economia/Caixa Econômica Federal), dispõe sobre a suspensão da exigibilidade do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS referente às competências março, abril e maio de 2020, diferimento dos respectivos valores sem incidência de multa e encargos, regularidade do empregador junto ao FGTS e dá outras providências.

Quadro 5: Decretos e Portarias relacionadas ao período de Pandemia

Fonte: Adaptado pelo autor, 2020

2.2 DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL EM TEMPOS DE PANDEMIA

O período de pandemia trouxe o impedimento de muitos profissionais em exercer suas atividades na forma tradicional, sobretudo os contadores, esses mesmos impedidos de abrir os seus escritórios (por não ter sido de início reconhecidos como atividade essencial), na cidade de João Pessoa, esses tiveram que entrar com pedidos judiciais, representados por entidades sindicais entre eles a (SESCON/PB) que impetrou um MANDADO DE SEGURANÇA de Nº. 0803489-23.2020.8.15.0000.

“A entidade alegou que os contadores não podiam ser impedidos de abrir os estabelecimentos, por prestar um serviço essencial à sociedade”. Em 15/04/2020 Teve o seu reconhecimento pelo Juiz Convocado de acordo com a matéria do site (Click PB 2020).

Posteriormente a decisão foi revogada pelo desembargador do Tribunal de Justiça da Paraíba da 4º Vara da Fazenda pública conforme publicação no site. (PORTAL CORREIO 2020). Mesmo com essa decisão os profissionais não deixaram de

exercer o seu papel tão importante e fundamental para a sociedade. Diante desse contexto, tiveram que se reinventar, adequando seus trabalhos a um formato remoto, o chamado home office, vídeos conferência com os seus clientes que nesse momento tão desesperador não poderiam ficar órfão das informações essenciais para a manutenção e retomada dos negócios.

3 METODOLOGIA

Esse capítulo descreve os métodos utilizados para o alcance dos objetivos. Para Demo (2000, p. 20) “Pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação do conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento.”

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa em relação ao objetivo é classificada como descritiva, pois, procura descrever os desafios na atuação dos profissionais contábeis na cidade de João Pessoa. No que se refere a natureza das informações é classificada como qualitativa, retratando os resultados obtidos por meio das respostas ao questionário.

3.2 UNIVERSO DA PESQUISA E AMOSTRA

O universo da pesquisa traduz a quantidade de pessoas existente em um determinado grupo. E a amostra a quantidade de pessoas entrevistadas desse respectivo grupo.

O universo é composto de 100 contadores, os questionários foram direcionados para todos os participantes do grupo.

3.3 SUJEITO DA PESQUISA

Diante dos inúmeros desafios da profissão contábil, e o avanço das Redes Sociais, surgiram a criação de vários grupos de watzapp, com o objetivo de promover a ajuda mútua no dia a dia de suas atribuições, diante do atual momento

de isolamento social e as limitações encontradas no momento atual, foi definido como sujeitos da pesquisa, os profissionais contábeis na cidade de João Pessoa que fazem parte do referido grupo. Nesse sentido os sujeitos da pesquisa foram, 31 profissionais, que acessaram e 30 responderam ao questionário, (Apêndice 01) e sua aplicação foi em mais de um dia para conseguir a quantidade de respostas desejada para a validação.

3.4 COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados foi realizado um questionário estruturado, composto por 14 questões objetivas e 1 subjetiva, as quais visaram obter a opinião da atuação de trabalho dos entrevistados em tempos de pandemia. Na realização da pesquisa, foi utilizada a plataforma eletrônica Google Forms, para coleta dos dados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise de resultado partiu do estudo dos dados coletados na pesquisa e posteriormente foram elaborados os gráficos correspondentes. Cada gráfico elaborado e apresentado a seguir corresponde aos questionamentos apresentados aos profissionais contábeis na cidade de João Pessoa em tempos de pandemia.

As primeiras perguntas realizadas foram referentes ao perfil do entrevistado (1-5), as perguntas seguintes (6-15) fazem referências aos desafios na atuação dos profissionais contábeis na cidade de João Pessoa em tempo de pandemia provocada pelo vírus Covid-19. A fim de identificar o perfil dos entrevistados quanto ao sexo, foram obtidas as seguintes respostas.

Conforme observado no gráfico 1, que dos entrevistados, cerca de 56,7% consideram do sexo feminino e 43,3% é do sexo masculino.

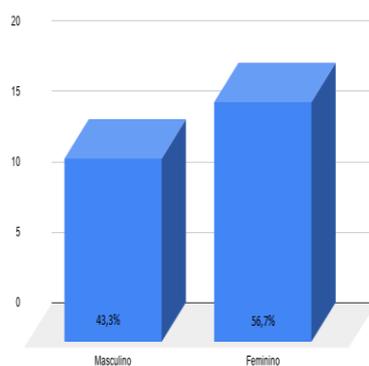


Gráfico 1- Sexo do entrevistado

Fonte: Adaptado pelo autor (2020)

No que se refere ao perfil dos entrevistados, buscou-se identificar sua idade, as respostas obtidas estão descritas no gráfico 2.

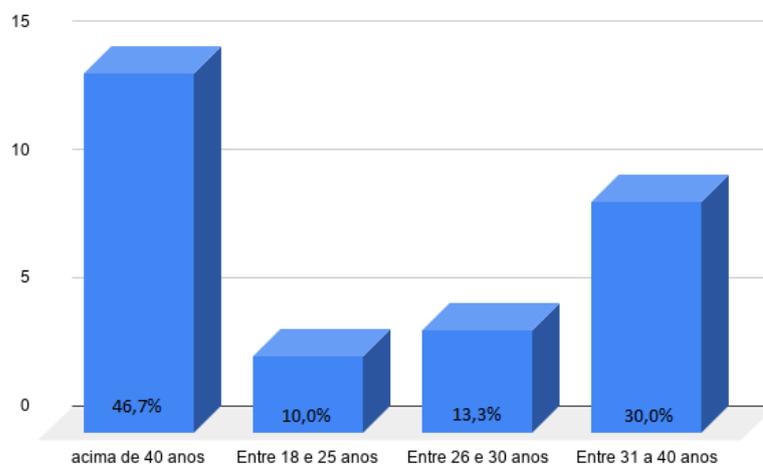


Gráfico 2- Faixa etária

Fonte: Adaptado pelo autor (2020)

Os resultados obtidos no gráfico 2, indicam que 76,70% do universo da pesquisa (46,7% dos entrevistados possuem idade superior de 40 anos e 30% acima dos 31 anos) nos revela certo grau de maturidade dos entrevistados com acesso as redes sociais, no dia a dia do exercício da profissão contábil.

A fim de obter informações em relação ao perfil dos entrevistados em relação ao seu estado civil, o gráfico 3 apresenta os resultados obtidos e revelam que, cerca de 56,7%, ou seja, a maioria declarou casados/união estável e uma pequena minoria declararam está na condição de separado (a) ou divorciado(a).

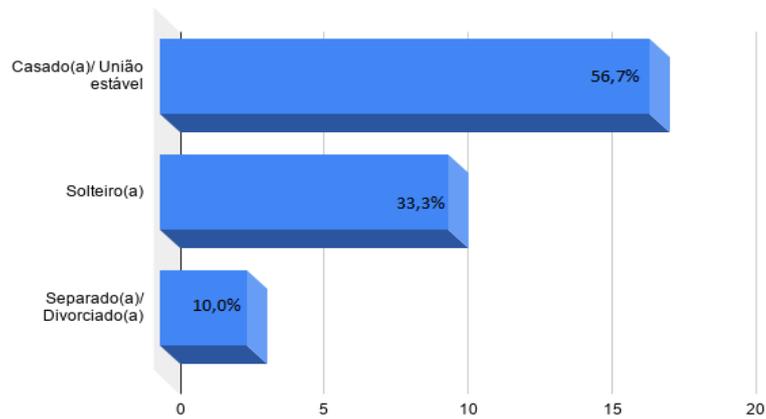


Gráfico 3- Estado civil dos entrevistados

Fonte: Adaptado pelo autor (2020)

Os resultados obtidos no gráfico 4, demonstram que 73,3% dos entrevistados atua ou atuaram no setor contábil um número bem expressivo em relação ao setor fiscal que foi de apenas 6,7%, conseguimos ver uma homogeneidade entre os setores pessoal e outras áreas da contabilidade não mencionados na pesquisa.

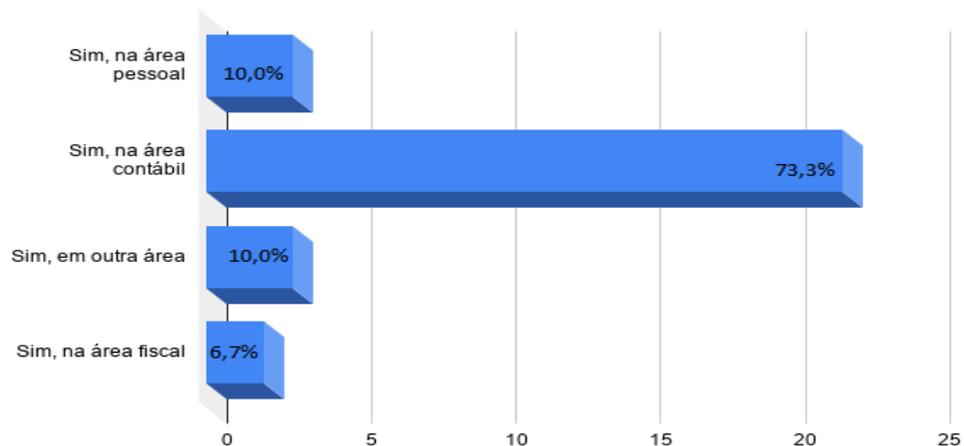


Gráfico 4- Área de atuação do entrevistado

Fonte: Adaptado pelo autor, 2020

A fim de compreender a quantidade de funcionários e ou colaboradores existentes nos escritórios de atuação do entrevistado, questionou-se a partir das categorias indicadas no gráfico 5.

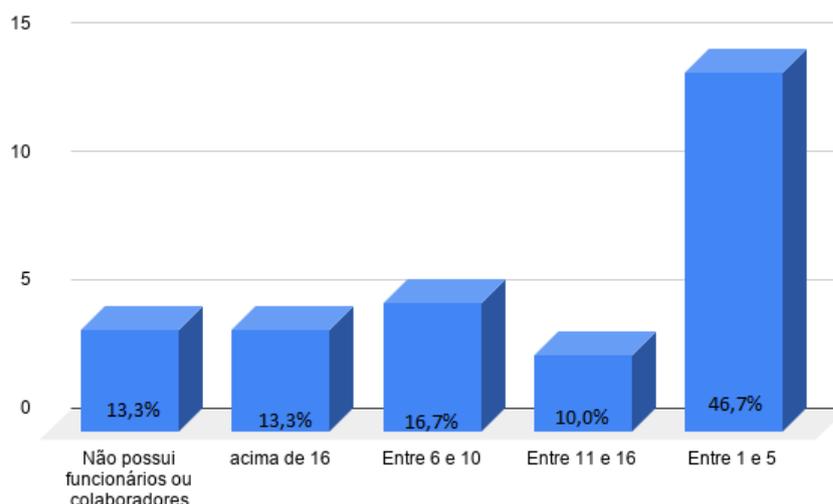


Gráfico 5- Quantidade de funcionários ou colaboradores junto aos escritórios
 Fonte: Adaptado pelo autor (2020)

Podemos perceber que 46,7% dos entrevistados atuam em escritório pequenos porte com uma quantidade entre 1 a 5 colaboradores uma relação bem expressiva relação aos grandes escritórios 10% que pode variar entre 11 a 16 colaboradores conforme dados do gráfico 5.

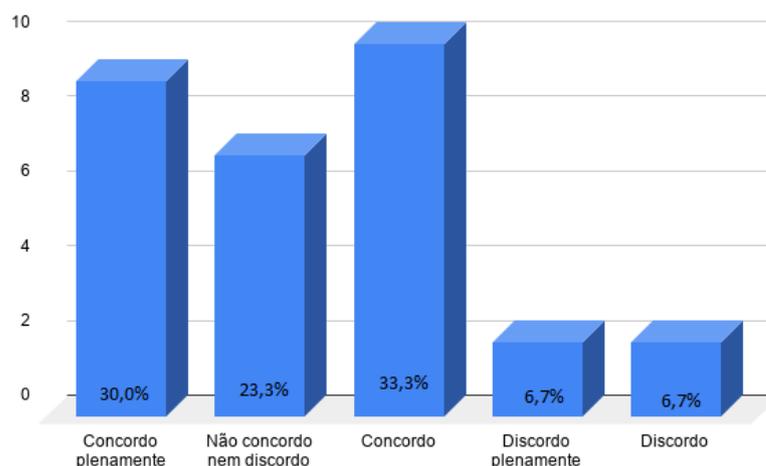


Gráfico 6- Por não ter sido dado o nível de importância as atividades contábeis como um serviço essencial a sociedade dificultou a atuação dos escritórios contábeis
 Fonte: Adaptado pelo autor (2020)

Ao questionar sobre as dificuldades encontradas 63,3% dos profissionais contábeis entrevistados (33,3% concordaram e 30% concordaram plenamente) tiveram dificuldades para exercer as suas atividades, e com isso ocasionando um problema social devido a relevância e importância do seu trabalho não apenas para

as empresas, mas para sociedade paraibana em meio a pandemia provocada do Covid-19.

Mesmo diante das dificuldades encontradas para exercer as atribuições profissionais 90% dos entrevistados declararam que não deixaram de prestar serviços aos seus clientes em meio a pandemia do Covid-19, ressaltando o compromisso da contabilidade com o social conforme destacado no gráfico 7.

Para saber sobre a prestação de serviço do profissional contábil no tempo de pandemia, foi realizado seguinte questionamento constante no gráfico 7.

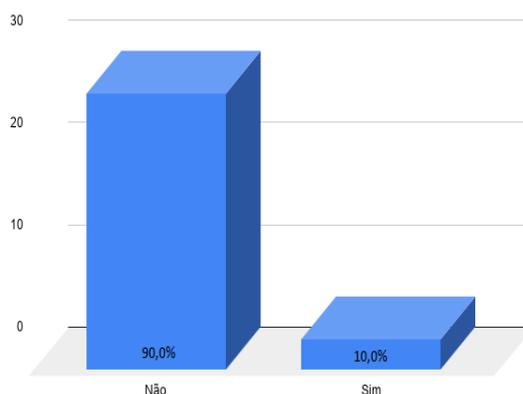


Gráfico 7- Em meio a pandemia você ou seu escritório deixou de prestar os serviços aos clientes?

Adaptado pelo autor (2020)

Ao questionar os entrevistados sobre o tempo de divulgação, análise e interpretação e execução das MPs divulgadas pelos entes públicos em meio a pandemia do Covid-19, tivemos os seguintes dados:

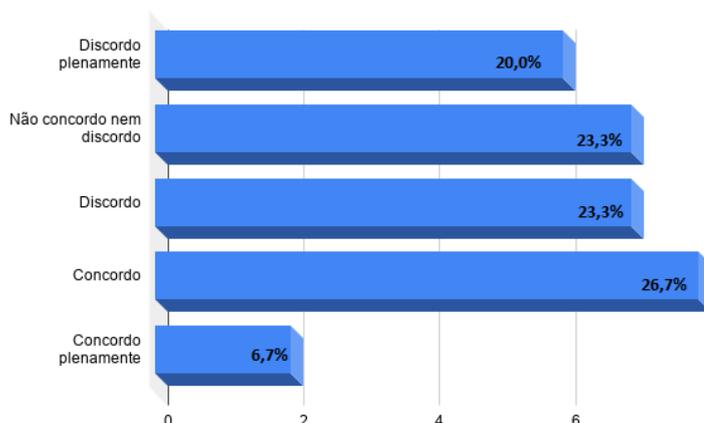


Gráfico 8 - Tempo hábil entre as divulgações das MPs para devida análise e interpretação e execução

Fonte: Adaptado pelo autor (2020)

De acordo com os dados apresentados no gráfico 8. Observou-se que 26,7% concordaram e 6,7% concordaram plenamente que tempo fornecido foi o suficiente, mais para a maioria dos entrevistados, 23,3% discordaram e 20% discordaram plenamente, conforme os resultados obtidos, verifica-se que não houve tempo hábil para análise e interpretação e execução da MPs, para 23,3% mostraram neutralidade, isto é não concordaram e nem discordaram.

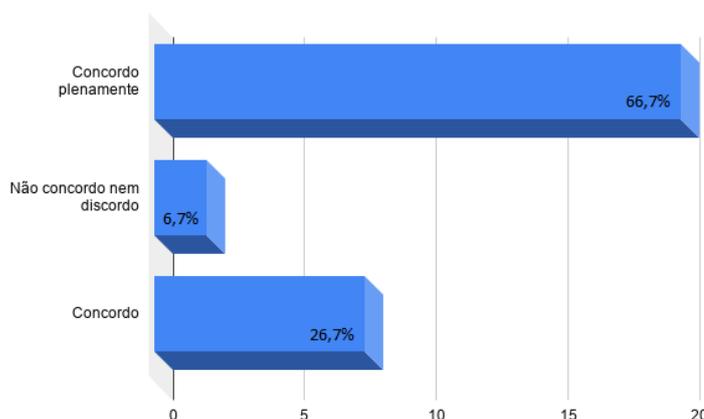


Gráfico 9 - Investimentos em melhorias (internet, notebooks, sistemas, etc.) para execução dos trabalhos

Fonte: Adaptado pelo autor (2020)

No gráfico 9 podemos perceber que do total da concordância cerca de 93,4% (66,7% concordaram plenamente, 26,7% concordaram) dos entrevistados tiveram que investir em melhorias para os escritórios em meio a pandemia para que pudessem exercer suas atribuições.

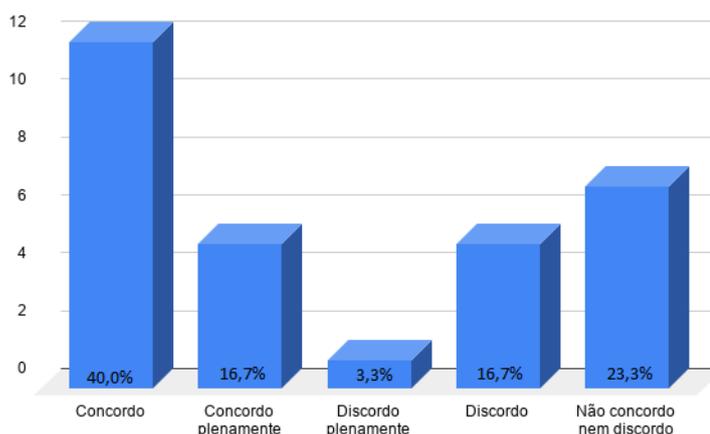


Gráfico 10- A mudança de ambiente de trabalho o HOME OFFICE

Fonte: Adaptado pelo autor (2020)

Ao questionar sobre a nível de produtividade de trabalho através do HOME OFFICE, obtivemos as seguintes informações, conforme gráfico 10: Para 40% dos entrevistados concordaram, 16,7% concordaram plenamente, isto é para 56,7% dos entrevistados o trabalho em HOME OFFICE é uma modalidade de trabalho produtivo e para 16,7% não concordaram, 3,3% discordaram de forma plena, totalizando o índice de rejeição de 20% enquanto 23,3% afirmaram não concordar e nem discordar se mantiveram imparciais ao nível de produtividade do HOME OFFICE.

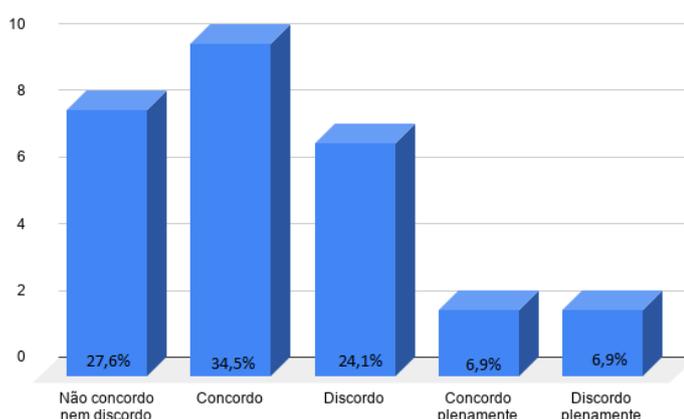


Gráfico 11 - Continuidade do HOME OFFICE ao fim da pandemia

Fonte: Adaptado pelo autor (2020)

Ainda em relação ao trabalho em HOME OFFICE foi perguntado aos entrevistados se adotariam essa metodologia de trabalho de forma contínua ao fim da pandemia do Covid-19, conforme destacado no gráfico 11. Os resultados obtidos foram: 34,5% concordaram que iriam continuar, 6,9% concordaram plenamente totalizando 41,4% dos entrevistados que iriam continuar com o trabalho em HOME OFFICE ao fim da pandemia do Covid-19, para 24,1% discordaram e 6,9% discordaram plenamente, percebe-se que 31% dos entrevistados não iriam continuar com HOME OFFICE ao fim da pandemia, enquanto 27,6% se mantiveram imparciais.

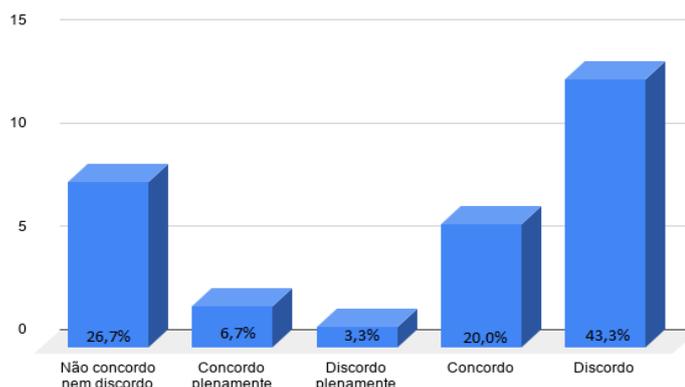


Gráfico 12- Comparativo de produtividade de trabalho HOME OFFICE x TRABALHO PRESENCIAL

Fonte: Adaptado pelo autor (2020)

Ao perguntar aos entrevistados se trabalho HOME OFFICE é mais produtivo que o PRESENCIAL tivemos as seguintes informações de acordo com o gráfico 12 : 43,3% dos entrevistados alegaram discordar, 3,3% discordaram plenamente, totalizando 46,6% discordam com essa afirmação que HOME OFFICE é mais produtivo que o PRESENCIAL. Para 20% concordam, 6,7% concordam plenamente, totalizando 26,7% concordam com afirmação que HOME OFFICE é mais produtivo que o PRESENCIAL. Os resultados obtidos dos que se mantiveram imparciais sobre a afirmação foi de 26,7%.

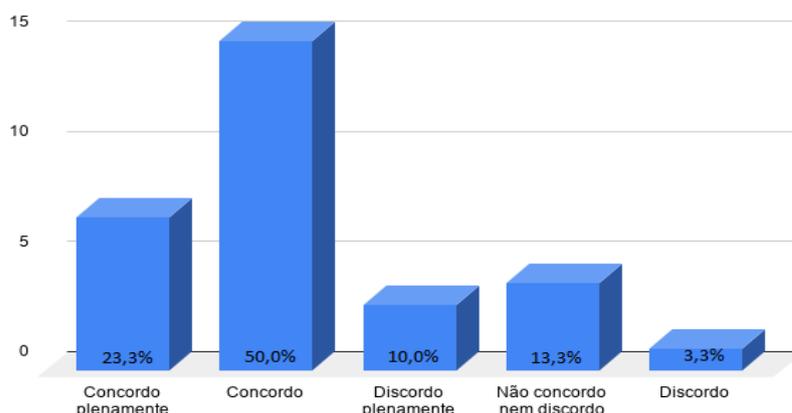


Gráfico 13- Valorização do profissional contábil através das orientações prestadas aos clientes através da interpretação e execução das MPs (Medidas Provisórias).

Fonte: Adaptado pelo autor (2020)

Ao questionar os profissionais contábeis entrevistados sobre a valorização profissional nas orientações, análise e interpretação e execução das MPs (Medidas Provisórias), tivemos os seguintes dados conforme o gráfico 13: 73,3% (50%

concordaram e 23,3% concordaram plenamente) que houve valorização do profissional junto aos clientes. Para entrevistados 13,4% (3,4% discordaram e 10% discordaram plenamente) discordaram com a afirmação. 13,3% dos entrevistados se mostraram neutralidade, isto é não concordaram e nem discordaram.

Sobre aumento de demanda de trabalho para sanar dúvidas em meio a pandemia qual o setor foi mais exigido, conforme dados obtidos no gráfico 14 temos as seguintes afirmações: 76,7% departamento pessoal (DP); 6,6% setor financeiro; 0% alegaram que não houve aumento isolado nos setores contábil e fiscal; 16,7% dos entrevistados informaram que houve um aumento em todos os setores.

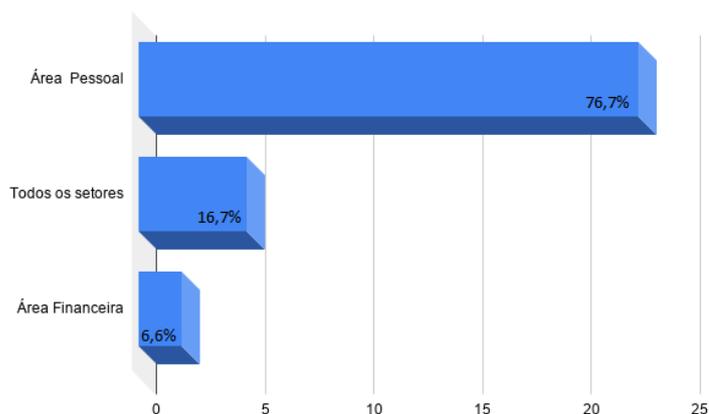


Gráfico 14- Aumento de demanda por setor.

Fonte: Adaptado pelo autor (2020)

Foi perguntado de forma subjetiva aos entrevistados qual o maior desafio enfrentado em tempos de pandemia destacamos as seguintes respostas: Adaptar-se a nova forma de vida interpretação de várias medidas provisórias em tempo recorde; manter a qualidade do trabalho e produtividade mesmo com todas as reduções; Acompanhar as diversas mudanças na área pessoal e trabalhista; recebimentos dos honorários e renegociação; inadimplência; se reinventar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral: Descrever os desafios encontrados pelo profissional da contabilidade na cidade de João Pessoa em tempos de Pandemia. A análise dos dados apresentou resultados satisfatórios em relação às opiniões dos profissionais contábeis atuantes em João Pessoa sobre o tema abordado, sendo assim, o objetivo do trabalho foi alcançado.

Ao identificar o perfil dos profissionais, foi observado predominância de um profissional mais maduro, isto é 46,7% na faixa etária acima dos 40 anos, a maioria do sexo feminino, dos quais declararam casados/união estável. A maior parte exerce atividade profissional em outras áreas da contabilidade como, por exemplo, área fiscal, pessoal, constatou que 46,7% desses profissionais exercem suas atividades em escritórios de pequeno porte, no máximo de 1 a 5 colaboradores.

Observou-se a percepção dos profissionais quanto às dificuldades encontradas pela falta de reconhecimento das atividades contábeis como um serviço essencial a sociedade em tempos de pandemia, conforme dados encontrados no estudo, 63,3% dos profissionais entrevistados tiveram dificuldades em exercer as suas atribuições e mesmo com as dificuldades encontradas, não deixaram de prestar os serviços aos clientes.

Foi verificado que a maioria dos entrevistados não absorveram as informações relativas as medidas provisórias, tal fato justifica-se porque tais medidas eram emitidas e modificadas de forma repetitiva, o que trouxe aos profissionais da contabilidade, certo desconforto em relação ao retrabalho a ser desenvolvido e inúmeras dúvidas provocadas nos clientes.

Foi analisado que 93,4% dos profissionais tiveram que investir em melhorias (internet, notebooks, sistemas etc.), para execução dos trabalhos devido a mudança de ambiente de trabalho o HOME OFFICE, declaram ainda que essa é uma modalidade de trabalho produtiva, que mesmo após a pandemia do Covid-19, 34,5% dos profissionais irão continuar utilizando.

Observou-se que a maior parte dos entrevistados 76,7% informaram que o setor pessoal foi o mais exigido, para 73,3% alegaram que houve sim valorização do profissional.

De forma subjetiva foi perguntado aos profissionais qual o maior desafio enfrentado em tempos de pandemia? Tivemos inúmeras respostas, mais a que mais se repetiram foram: Adaptar-se a nova forma de vida; interpretação de várias medidas provisórias em tempo recorde; manter a qualidade do trabalho e produtividade mesmo com todas as reduções; acompanhar as diversas mudanças na área pessoal e trabalhista; recebimentos dos honorários e renegociação; inadimplência; se reinventar.

De acordo com dados obtidos no estudo, concluímos que os profissionais contábeis atuaram de forma árdua e intensa na interpretação de diversas medidas

provisórias em tempo recorde, solucionando as mais diversas demandas dos clientes principalmente na área trabalhista, fiscal e tributária.

As limitações encontradas no estudo foram: o acesso aos profissionais da contabilidade, mesmo utilizando a rede social *whatsapp*, mas a obtenção de respostas foi pequena, tendo que solicitar por inúmeras vezes que os profissionais participassem da pesquisa, o próprio momento atual se torna foi um fator limitante para o estudo.

Como sugestão para pesquisas futuras, fazer um comparativo dos resultados obtidos nesse estudo com o de outro momento pós-pandemia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Euridice S. Mamede de; LINS, Luiz dos Santos; BOGES, Viviane Lima. **Contabilidade Tributária: um enfoque prático nas áreas federal, estadual e municipal**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2013.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA. **Agora é Lei: empresas que elevarem preços de produtos e serviços de combate à Covid-19 serão penalizadas**; Publicado em 26 de junho de 2020, Disponível em [;http://www.al.pb.leg.br/36777/agora-e-lei-empresas-que-abusarem-nos-precos-de-produtos-e-servicos-de-combate-a-covid-19-serao-penalizadas.html](http://www.al.pb.leg.br/36777/agora-e-lei-empresas-que-abusarem-nos-precos-de-produtos-e-servicos-de-combate-a-covid-19-serao-penalizadas.html). Acesso em: 30 Set. 2020

BRASIL. MP n.927, de 22 de Março de 2020. **Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências**; Diário Oficial da União, Brasília, DF, Edição 55-L, Seção: 1 - Extra p. 1

BRASIL. Portaria n.139, de 3 de Abril de 2020. **Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus**; Diário Oficial da União, Brasília, DF, Edição 65-A, Seção 1 p. 1

CARDOSO, Ricardo Lopes; SZUSTER, Fernanda Rechtman; SZUTER, Flávia Rechtman; SZUSTER, Fortunée Rechtman; ZUTER, Natan. **Contabilidade Geral: Introdução à contabilidade societária**. 3. ed. São P aulo: Editora Atlas S.A, 2011

CLICKPB. **Contadores da Paraíba voltam a trabalhar em escritórios, mas com restrições em meio a quarentena do coronavírus: Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/paraiba/contadores-voltam-trabalhar-mas-com-restricoes-em-meio-quarentena-do-coronavirus-282202.html>** Acesso em: 03 Out.2020

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Educação Profissional Continuada**: Disponível em ; <https://cfc.org.br/desenvolvimento-profissional-e-institucional/educacao-profissional-continuada/> .Acesso em: 28 Set. 2020

CONSULTOR JURÍDICO. **Parcelamento de tributos vencidos durante isolamento social seria de grande valia**: Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mai-23/ana-luiza-briante-obrigacoes-tributarias-tempos-pandemia>: Acesso em 03 Out.2020

CORREIA, João Henrique Bueno. **O Exame de Suficiência Contábil**: Sua finalidade e breve histórico. Publicado em 10/08/2011 Por : cienciascontabeis Disponível em ; <http://www.cienciascontabeis.com.br/exame-suficiencia-contabil-sua-finalidade-breve-historico>. Acesso em: 28 Set. 2020

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FENACOM. **Obrigações acessórias: o que são e qual a importância?**: Postado em 11/04/2018, Disponível em ; <http://fenacon.org.br/noticias/obrigacoes-acessorias-o-que-sao-e-qual-a-importancia-3184>.Acesso em: 28 Set. 2020

GOMES, Niedja Marinho. A percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal da Paraíba: Um estudo sobre as deficiências no ensino e sua relação com a preparação profissional para o mercado de trabalho.**Dissertação da UFPB**. João Pessoa, 2020

KRUEGER, Noeli. Coronavírus: **O papel do contador e os efeitos da pandemia na sua empresa**. Disponível em; <https://www.prontasc.com.br/coronavirus-o-papel-do-contador/>. Acesso em: 05 Out. 2020.

MOURA, Mônica Maria Sales Gameiro de; LIMA FILHO, Raimundo Nonato. A percepção dos alunos do curso de ciências contábeis quanto a sua formação acadêmica em relação ao mercado de trabalho. **Brazilian Journal of Development. Curitiba. v. 5, n. 1, p. 386-415, jan. 2019.**

OLIVEIRA, Joana. **716.000 empresas fecharam as portas desde o início da pandemia no Brasil, segundo o IBGE**. El País Brasil. Disponível em; <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-19/716000-empresas-fecharam-as-portas-desde-o-inicio-da-pandemia-no-brasil-segundo-o-ibge.html> Acesso em: 28 Set. 2020

PORTALCORREIO. **TJPB suspende abertura dos escritórios de contabilidade**. Disponível em; <https://portalcorreio.com.br/tjpb-suspende-determinacao-de-abertura-dos-escritorios-de-contabilidade/> Acesso em: 03 Out.2020

ROCHA, Julia Ferreira Pinto. **As Obrigações Acessórias e as Sanções Políticas**. Paraná, v.2, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/args/cp114110.pdf> Acessado em: 29 Set. 2020.

RYNGELBLUM, Ivan. **Normas contábeis não serão alteradas para acomodar 'efeito covid-19'** Valor Investe. Disponível em:

<https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/noticia/2020/06/12/normas-contabeis-nao-serao-alteradas-para-acomodar-efeito-covid-19.ghtml> Acessado em: 29 Set. 2020.

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, C. M.; SILVA, L. F.; DRUMOND, F. M. P. Obrigações acessórias: o papel do profissional Contábil na Implantação do SPED Fiscal em um Grupo de empresa do setor siderúrgico. **RIC -Revista de Informação Contábil** -ISSN 1982-3967 -Vol. 9, no4, p. 42-60, Out-Dez/2016

A AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS CONTÁBEIS COMO FONTE DE REDUÇÃO DE CUSTOS: UMA ANÁLISE NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DE JOÃO PESSOA - PB

Jefferson Felipe Barbosa Dos Santos¹
Ricardo da Silva Pereira²

RESUMO:

A automação abrange a substituição dos processos manuais, por sistemas automatizados que proporciona uma melhor integração dos serviços e informações, potencializando assim, a produtividade e redução dos custos do negócio. Diante disto, a presente pesquisa buscou avaliar como a automação dos processos pode contribuir com a redução dos custos nos escritórios de contabilidade em João Pessoa – PB. Trata-se de uma pesquisa de campo do tipo descritiva com abordagem quantitativa. Foi aplicado um questionário em uma amostra de 40 escritórios de contabilidade, selecionados por conveniência. Os dados coletados foram avaliados com técnicas de estatísticas simples e organizados em gráficos através da ferramenta *Excel* 2010. Segundo os resultados obtidos, observou-se que na maioria dos escritórios contábeis algumas atividades ainda são realizadas de forma manual. Em contrapartida todos os escritórios possuem alguma ferramenta de automação sendo utilizada nos seus processos, assim como todos da amostra consideram que a automação dos processos contábeis proporciona a redução do tempo operacional, fornece um acesso fácil e rápido as informações, reduzem o índice de retrabalho e contribuem com a redução de custos na maioria dos escritórios contábeis. Considera-se que a utilização da automação nos processos contábeis irá impactar positivamente em diversas áreas operacionais do escritório, comportando-se como uma fonte de redução de custo para os escritórios de contabilidade.

PALAVRAS-CHAVES: Automação, Escritório contábil, Redução de Custo.

ABSTRACT:

Automation involves replacing manual processes with automated systems that provide a better integration of services and information, thus enhancing productivity and reducing business costs. Given this, the present research sought to evaluate how the automation of processes can contribute to the reduction of costs in accounting offices in João Pessoa - PB. It is a descriptive field research with a quantitative approach. A questionnaire was applied to a sample of 40 accounting offices, selected for convenience. The collected data were evaluated using simple statistical techniques and organized in graphs using the Excel 2010 tool. According

¹ Graduando do Curso de Ciências Contábeis oferecido pela UNIESP Centro Universitário, E-mail: jefersoonfelipe@hotmail.com

² Professor Orientador Ricardo da Silva Pereira, Graduado em Administração e Ciências Contábeis, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Especialização em Contabilidade pela UFPB. Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis e Gestão Financeira da UNIESP. E-mail: ricardo.pereira.jp4@gmail.com

to the results obtained, it was observed that in most accounting offices some activities are still carried out manually. In contrast, all offices have some automation tool being used in their processes, as well as everyone in the sample considers that the automation of accounting processes reduces operational time, provides easy and fast access to information, reduces the rework rate and contribute to cost savings in most offices. It is considered that the use of automation in the accounting processes will positively impact in several operational areas of the office, behaving as a source of cost reduction for the accounting offices.

KEY WORDS: Automation. Accounting Office. Cost Reduction.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Ribeiro (2011), evidências indicam que o surgimento dos registros contábeis ocorrera em 6.000 a.C., porém, com ausência de padronização no processo, sistematização, operacionalmente com aspecto empírico e com aplicabilidade direcionada pelo julgamento individual. No entanto, após mudanças desencadeadas pela revolução industrial, se deu o exercício profissional, ou seja, o ofício da prática contábil, o qual se pode observar por meio dos conceitos até então admitidos pelas entidades.

Com o passar do tempo, as formas de execução dos processos contábeis, foram sofrendo constantes transformações, tendo seu início no processo de escrituração totalmente manual, em seguida para um processo mecanizado e após alguns anos de forma mais automatizada com a utilização de programas de computadores. As diversas áreas que compõe uma empresa, passaram por um processo de mudança, do manual para o mecânico e logo após para os computadores, com intermédio dos sistemas informatizados, que agilizam os processos contábeis e proporcionaram a facilidade de elaboração dos diferentes tipos de relatórios contábeis. Com o avanço da tecnologia, ocorreu uma melhoria nos processos contábeis que passaram por transformações na sua execução, proporcionando para os profissionais da área um novo mercado, devido a diversos softwares disponibilizados voltados para apoiar as atividades contábeis, estabelecendo mais segurança, velocidade e eficácia na geração de informações, reduzindo falhas no processo. Indo mais além do que o acúmulo de cálculos na elaboração de um balanço, de um registro automático em uma ou mais operações com efeitos impositivos, ou seja, uma rotina pode ser melhor desenvolvida com software adequado para ela. (SASSO; ROSA, 2011; MARION, 2003).

A modernização está em todo o momento presente nas atividades empresariais e os donos dos escritórios contábeis precisam buscar o conhecimento para o acompanhamento desse constante crescimento, visando garantir a expansão do seu negócio de maneira mais perspicaz, através da utilização dos diversos recursos tecnológicos para automação dos seus processos, onde o recurso dessa automação abrange a substituição de processos manuais por sistemas automatizados, proporcionando uma união de serviços e informações, potencializando a produtividade de toda a equipe contábil, viabilizando a conciliação bancária, tornando mais prático a elaboração do plano de contas, importando automaticamente arquivos, impostos e faturas, além de contribuir nos cálculos contábeis e na redução de custos do negócio (Como Montar Um Escritório de Contabilidade, SEBRAE, 2019).

Diante do exposto, este estudo científico busca responder ao seguinte questionamento: **Como a automação dos processos contábeis pode contribuir com a redução dos custos dos escritórios de contabilidade localizados em João Pessoa - PB?**

Com o intuito de responder o problema citado acima, o presente estudo tem como objetivo principal identificar como a automação dos processos contábeis pode contribuir com a redução dos custos dos escritórios de contabilidade localizados em João Pessoa - PB. Assim sendo de forma específica, identificar se os escritórios de contabilidade já possuem algum processo automatizado; descrever quais as principais contribuições que o processo de automação trouxe para redução dos custos dos escritórios em estudo; relacionar quais os processos que os escritórios gostariam de automatizar que podem contribuir com a redução dos custos.

Diante do exposto, este estudo justifica-se, por identificar como a automação nos processos contábeis pode ser uma relevante solução capaz de proporcionar reduções dos custos pertinentes às atividades nos escritórios de contabilidade, onde percebe-se que por intermédio da evolução tecnológica dos últimos anos, a busca por resultados e melhoria contínua em seus diversos processos contribuem diretamente com a qualidade da prestação dos serviços aos clientes e consequentemente melhoria do resultado para empresa,

A fundamentação teórica aborda a história da contabilidade no Brasil, os escritórios de contabilidade, os processos contábeis, automação, a contabilidade de custos e custos da automação, tecnologia da informação e a tecnologia da

informação na contabilidade, foi utilizado com base os autores BACCI (2002), ROVEDA, VINICIUS (2018), CONSENZA e ROCCHI (2014), BORNIA (2002 e 2010), MARTINS (2018), dentre outros.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo que foi realizada através da aplicação de um questionário direcionado aos principais gestores dos escritórios de contabilidade localizados em João Pessoa – PB, visando identificar em quais situações a automação dos processos contábeis contribuíram com a redução dos seus custos, na produtividade e na melhoria contínua dos resultados em seu negócio.

Desta forma o presente estudo se estrutura em cinco etapas, iniciando com a introdução, seguindo da fundamentação teórica, esquema metodológico, coleta e análises dos resultados obtidos e por fim as considerações finais, elencando logo em seguida as referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE NO BRASIL

No Brasil, no ano de 1500 juntamente com a descoberta do País, já se tinham os primeiros passos da história da contabilidade, mas apenas no século XVIII, no ano de 1770, foi elaborada a primeira regulamentação da profissão contábil expedida pelo Dom José, rei de Portugal à época, onde originou-se o profissional contábil como guarda-livros, termo utilizado até grande parte do século XX. Após a chegada da família real no País, no ano de 1808, ocorreu um avanço nacionalmente na contabilidade, com mais relevância após o aumento significativo das receitas das províncias e dos gastos públicos, tendo que ser acompanhado fiscalmente de perto. Criando-se assim a Real Junta de Comércio, Navegação, Agricultura e Fábricas, focando na gestão dos acervos da família real portuguesa (BACCI, 2002).

De acordo com o Portal da Educação, em 1870 com o Decreto Imperial nº 4.475, a profissão de Guarda-Livros tornou-se a primeira profissão liberal regulamentada no Brasil (PORTAL EDUCAÇÃO, 2014).

Muitos profissionais da época dos guarda-livros iniciaram seus trabalhos com fichas tríplexes, com cópias de diários em gelatina, com sistemas *Ruff e Front Feed* que são um rol de documentos físicos empilhados que as empresas de pequeno e

médio porte possuíam neste período. Um dos indícios que a área daria os primeiros passos para suas devidas mudanças se deu no ano de 1970, onde a expressão de guarda-livros estava se extinguindo, dando indícios da revolução da área contábil. E na década seguinte, aparecem os primeiros microcomputadores e sistemas com troca de informação, gerando mais velocidade e perfeição em números, mas a partir de 1990 ocorreu um grande fator de relevância nos processos dos escritórios contábeis, com o surgimento dos sistemas de gestão da empresa, nomeados como Enterprise Resource Planning - ERP, contribuindo estrategicamente e proporcionando um papel mais efetivo da contabilidade no dia a dia de qualquer entidade (ROVEDA, 2018).

Diante desta evolução descrita anteriormente, o mercado de prestação de serviços contábeis ficou altamente concorrido. Com isso, manter a qualidade em seus serviços e relacionamento, tornou-se um diferencial em relação à concorrência. O profissional contábil passou a elaborar um diagnóstico coerente da situação real do negócio, estabelecendo estratégias direcionadas para o cliente buscar e concretizar seus objetivos e respectivas metas (Escritório de contabilidade – Análise de Negócio. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, PORTAL DE CONTABILIDADE, 2019).

2.2 ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE

A contabilidade é uma atividade bastante minuciosa, pois requer uma criteriosa análise das áreas trabalhistas, fiscais e tributárias de empresas, instituições ou entidades governamentais ou não governamentais. Na maioria dos casos, por ter elevados custos financeiros em manter uma estrutura contábil em suas instalações, tendo em alguns casos passar por diversas auditorias. Diante disto, as empresas buscam a prestação dos serviços dos escritórios de contabilidade, pois as responsabilidades de elaboração de balanço sejam contábeis ou financeiras, as apurações e pagamentos dos tributos, tratativas trabalhistas, dentre outros assuntos relativos à sua contabilidade empresarial, serão do escritório contratado (Escritório de contabilidade – Análise de Negócio. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, PORTAL DE CONTABILIDADE, 2019).

Dentre os diversos serviços prestados pelos escritórios de contabilidade, o gerenciamento das finanças, folha de pagamentos, registros das contas, o mapeamento dos ativos, obrigações, despesas, receitas e o controle dos documentos fiscais, são as de maiores relevância para seus clientes, visto que, através das informações geradas através desses processos, os seus clientes terão de forma estruturada esses processos pertinentes ao seu negócio e como está o progresso de sua atividade, proporcionando uma melhor base para sua tomada de decisão (Gestão – Objetivo e funções de um escritório de contabilidade – MARCOLINO, CONTÁBEIS, 2020).

Em razão aos diversos processos complexos inerentes as atividades operacionais dos escritórios de contabilidade, é necessário um tempo maior para elaborar, e concluir as análises dos dados gerados. Como há prazos com multas e necessidades de seus clientes para a tomada de decisão em tempo hábil, para atender a demanda no período correto os colaboradores desses escritórios acabam ficando sobrecarregados. Fazendo com que em uma possível expansão da carteira de clientes do escritório, o problema se agrave, pois o gestor do escritório, busca constantemente por uma competitividade em seus custos inerentes ao negócio, buscando melhores resultados financeiros. Neste caso é necessário o estudo de técnicas que proporcione uma padronização de seus processos, mapear seus processos, com intuito de produzir continuamente eliminando desperdícios, aperfeiçoar a comunicação interna e externa, para que a aplicabilidade dessas técnicas, proporcionem uma melhor prestação de serviço para seus clientes (Escritório de contabilidade: Saiba como organizar os seus processos – JORNALCONTÁBIL, 2019).

2.3 PROCESSOS CONTÁBEIS

Na antiguidade, os lançamentos dos fatos contábeis não tinham o auxílio da informática, máquinas ou equipamentos na realização das tarefas, sendo esses processos realizados de forma manual, gerando desgastes por parte do guarda livros e tornando a conclusão dos processos, uma atividade mais demorada.

Com a vinda da escrituração prensada, método conhecido como contabilidade por decalque, criado pelo W. Bach, diretor da Escola de comércio Banmeister Hintzen, na Alemanha, em 1904, e com característica de realizar o registro no livro

Diário e no mesmo momento nas contas singulares, houve uma busca por identificar formas de otimizar processos nas escriturações contábeis. Logo, no ano de 1916, houve uma mudança na sequência do registro, onde passou de iniciar pelo livro Razão em vez de realizar pelo Diário como até então era realizado (COSENZA E ROCCHI, 2014).

Segundo Cosenza e Rocchi (2014) O método de contabilidade por decalque, mesmo sendo operacionalizado de forma manual, proporciona que os registros contábeis fossem executados com várias peças no mesmo momento, com a integração da utilização do carbono e combinações de formulários. Economizando um pouco mais de tempo de operação e podendo reduzir a probabilidade de erros de registro de cifras e contas, ato bem comum por se tratar de processos manuais.

Os registros eram realizados através de fitas copiativas ou sistema de carbonos copiativos, sendo no processo final, transferidas para as placas (ou rolos) gelatinosos, em seguida, passados para o livro definitivo e registrados em branco ainda, na junta comercial com horários especiais de abertura e fechamento. Ainda para realizar a escrituração contábil, era remetida a ficha do livro razão de inserção frontal, que são as máquinas de escrever com pequena adaptação no carro de escrever (NARDON FILHO; ROGOWSKI, 2010).

A operação de lançamento contábil era rotineiramente com o carbono copiativo, que representava o livro Diário, e as fichas que eram incluídas frontalmente. Sendo que os registros datilografados iriam diretamente para as fichas de Razão, depois a um sistema de carbono, eram gravados automaticamente no diário como forma de lançamento. Eram usadas duas fichas por lançamento, sendo cada uma delas para crédito e débito. Os saldos do Razão seriam calculados com a máquina de somar que era parte do processo (NARDON FILHO; ROGOWSKI, 2010).

O surgimento da máquina de escrever, em 1868 (modelo *Sholes e Gidden*), e a busca constante da otimização das operações contábeis, impulsionam o desenvolvimento de máquinas de datilografia aperfeiçoadas com tecnologia de execução decalcada, especificamente para os serviços contábeis. Os modelos com resultados positivos para o serviço contábil foram os *Remington, Elliot Fisher, Continent e Underwood*. Além das *Mercedes, Olivetti e Smith Premier*. Todas as máquinas criadas em busca da automação contábil, proporcionou economia de livros contábeis, padronização da escrita, divisão operacional das tarefas, velocidade

no registro e minimizar erros nos registros contábeis (NUNES, 1950; COSENZA, 1999; VALVERDE, 1929;).

Criados pelos brasileiros Silvino Barbosa e Edmundo Mário Cavallari, a “Contabilidade Maquinizada – Sistema de Ficha Tríplice”, foi desenvolvida para a automação do processo de registro contábil, sendo empregado máquinas de datilografia, sendo bastante generalizada e difundida no Brasil até a chegada da informática nos processos contábeis.

2.4 AUTOMAÇÃO

Define-se como automação qualquer sistema, que possa substituir a intervenção do ser humano, contribuindo em prol da segurança de pessoas, gerando velocidade em produção, mantendo a qualidade nos itens produzidos, desde as formas simples até os de alta complexidade, tanto nos processos industriais como os de serviço, executando e auxiliando funções através dos dispositivos elétricos e mecânicos, muitos deles com tecnologias de alto nível que são desenvolvidas a cada ano, em busca da eficiência, otimização das tarefas com segurança operacional, que podem impactar positivamente em seus custos e reduzir os diversos desperdícios da operação (MARAFON, 2018; MARCAL, GUIMARAES E RESENDE, 2013).

Américo, Azevedo, Souza (2011), entendem que a automação, que é derivada do latim *Automatus*, onde significa auto movimento, é uma técnica com a aplicação tecnológica de softwares, máquinas e equipamentos específicos, que substituem a intervenção humana em seus processos, maximizando a produção com reduções nos consumos de material e energia, a fim de proporcionar condições favoráveis de segurança operacional e aumentar sua eficiência.

A automação também foi interpretada como conjunto de tecnologias que através da combinação de um programa de instrução onde tenha a definição do processo, energia para realizar e concluir processos e um sistema operacional que possa controlar e executar as instruções, reduzem a intervenção humana automatizando grande parte das atividades (GROOVER, 2011).

2.5 CONTABILIDADE DE CUSTOS

No final do século XVIII, conforme Garner, (1947), surgiu a contabilidade de custos com a revolução industrial, na Inglaterra, juntamente com surgimento do processo produtivo. Com o objetivo de calcular os custos fabricados das fábricas que surgiram durante a revolução (BORNIA, 2002).

Em primeira instância a contabilidade de custos se reservou em apurar os lucros e controlar os estoques das entidades. Entretanto, com a evolução e crescimento econômico das empresas, a contabilidade dos custos foi elevando seu grau de relevância tendo reconhecimento entre os proprietários, gestores e administradores, como uma ferramenta de gestão dos negócios (BORNIA, 2010; MARTINS, 2018).

Com as mudanças nos processos produtivos ocorridos, houve uma necessidade do sistema de contabilidade passar por um processo de atualização, pois era primordial que a gestão dos custos de cada processo fossem mensurados, de acordo com sua com seu período, para gerar assim valores para a comercialização (STARK, 2007).

2.5.1 Custos da Automação

Segundo Assaf Neto (2007) o combate ao desperdício com a melhor transformação dos recursos e baixos custos, tende a elevar a produtividade da entidade. Os investimentos com maiores relevâncias são capazes de remunerar e até mesmo cobrir o capital aplicado. Sendo assim, o administrador para formação do seu preço no mercado, precisa verificar qual o custo inerente por terem significativa relevância na sua tomada de decisão, além de conhecer também os valores ofertados pela concorrência, para trabalhar com competitividade e por consequência ter maiores retornos, seja para qualquer área de atuação (PISSAIA, 2017).

Segundo Antunes (2016), a gestão dos custos gerados pela fabricação ou aquisição de um produto e prestação de serviço, é indispensável para as entidades devido a necessidade de obter-se resultados mais expressivos, ingressar em novas tendências no mercado, inovar produtos, manter e expandir o negócio.

Contudo, atualmente existe um mercado que impõe a melhoria contínua nos processos e prestação dos serviços, fazendo com que as empresas obtenham

ferramentas que auxiliam e contribuem na melhor tomada de decisão. A análise de custos é um relevante indicador quando bem elaborado por ter uma contribuição essencial nos processos, identificando eficiência, lucros ou prejuízos. Com isso entende-se o motivo pelo qual está presente em qualquer atividade (GUIMARÃES NETO, 2012).

2.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Segundo Keen (1993), conceitualmente a tecnologia da informação (TI) tem mais abrangência com relação ao processamento de dados, sistemas de informação, engenharia de *software*, informática ou o conjunto de *hardware* e *software*, devido o envolvimento nos aspectos humanos, administrativos e organizacionais. Contudo, há uma distinção, de acordo com LAURINDO (2001), sobre a TI com o sistema de informação, sendo a primeira considerada apenas com o aspecto técnico e a segunda relacionada ao fluxo de pessoas, trabalho e informações envolvidas.

Após a década de 90, a sociedade vem passando por algumas transformações, sendo consideradas como a terceira revolução técnico-científica na visão de Schaff (1993). Já o Drucker (1994) declara que a sociedade está mudando do capitalismo para uma sociedade do conhecimento, tendo como principal recurso o conhecimento, sendo este o novo fator de produção.

Como grande fator de competitividade, a TI deve fazer parte de um nível estratégico relevante nas organizações, pois a informação não deve se restringir a gestão dos recursos internos e sim integrar de forma sistemática com clientes e fornecedores. Desta forma, para manter uma vantagem competitiva, ela deve ser usada de forma continuada, pois a aplicação da TI de forma isolada, mesmo as mais modernas, dificilmente conseguem manter vantagem competitiva (PADOVEZE, 2004; LAURINDO, SHIMIZU, CARVALHO, RABECHINI JR, 2001).

2.6.1 Tecnologia Na Contabilidade

Em 1960, o processamento de dados era o termo da tecnologia que rodeava as organizações. Neste período, grande parte das entidades tinham investimentos direcionados para o processamento centralizado de dados nos chamados

mainframes (grandes computadores) e nos sistemas de controle operacionais da contabilidade, folha de pagamento, estoque, faturamento e finanças (RESENDE, 2002).

Uma série de mudanças na contabilidade vem ocorrendo ao longo dos anos. E com o surgimento da tecnologia, seus métodos de trabalho têm sido beneficiados com diversas ferramentas, que proporcionam segundo Favero, Lonardoní e Souza (2000), a realização de um dos objetivos da contabilidade, que é de atender as pretensões da sociedade, fornecendo informações úteis para tomada de decisão.

O ingresso atual de novas tecnologias da informação proporcionou nos processos contábeis, novas formas de buscar os seus objetivos, diferentemente da realização de décadas passadas. No passado, os livros que eram utilizados para registrar os fatos contábeis, tornaram atualmente arquivos que reúnem os demonstrativos que foram registrados no computador (PAIVA, 2002; SÁ, 2017).

As inovações tecnológicas vêm impactando diretamente nos serviços contábeis, visto que, a internet proporcionou aos contadores uma comunicação de forma virtual com clientes, órgãos públicos, profissionais e entidades, transformando a comunicação mundial como um todo. Por conseguinte, essa nova tecnologia contribuiu para que o profissional contábil tenha uma comunicação que proporciona enviar informações e relatórios seja para o governo, clientes ou profissionais, de maneira online culminando em economia de tempo (PAIVA, 2002).

3 METODOLOGIA

Em seu estudo Andrade (2005), diz que os procedimentos metodológicos, são conjuntos de procedimentos aplicados de forma sistêmica, baseado em raciocínio lógico, utilizando métodos científicos, com objetivo de identificar soluções para problemas propostos. O presente estudo trata de uma pesquisa de campo, com abordagem do tipo quantitativa que segundo Richardson (1989), este tipo de pesquisa tem a característica o emprego da quantificação, seja na aplicação de técnicas estatísticas simples e nas mais complexas como em diversas modalidades nas coletas das informações, buscando identificar relevantes variáveis no momento de elaboração da pesquisa, obtendo informações que podem elucidar características simples e complexas de um determinado problema.

Tratando-se dos objetivos, a presente pesquisa está enquadrada em modo descritivo, pois conforme Cervo, Bervian e Silva (2007) relatam, a pesquisa descritiva analisa, observa, registra e relaciona fatos e suas variáveis sem qualquer tipo de manipulação deles, além de buscar a frequência de ocorrência, a correlação com outros acontecimentos, suas características e seu surgimento, ocorrências na vida econômica, política, social, de forma individual ou em grupo. Tendo como objetivo principal realizar o levantamento de atitudes e opinião de uma população referente a um fenômeno relevante nas atividades da população pesquisada.

Para atingir os objetivos da análise, foi aplicado como instrumento de coleta de dados o questionário que segundo Marconi e Lakatos (2017) é constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador. Tendo em sua estrutura quinze questões de múltipla escolha, sendo elaborado para alcançar os objetivos e responder a temática da pesquisa.

Os espaços do objeto de estudo da presente pesquisa foram os escritórios de contabilidade localizados em João Pessoa - PB, cujo os termos de abordagem da pesquisa, buscou identificar a opinião dos contadores atuantes em escritórios de contabilidade no município, referente a utilização da automação em seus processos e se a mesma é uma fonte de redução de custo.

O público-alvo da pesquisa foram os escritórios de João Pessoa – PB. Após a solicitação realizada ao Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba - CRC/PB, a capital conta com setecentos e sessenta e oito escritórios de contabilidade oficialmente registrados. Deste total, o questionário alcançou cinquenta escritórios que se dispuseram a participar da pesquisa, sendo que dez escritórios foram desconsiderados, pois não se enquadraram nos critérios de inclusão da pesquisa, que era está atuando em escritório contábil em João Pessoa - PB, com isso, totalizou uma amostra de quarenta escritórios considerados no estudo, representando uma amostra de 5,21% em relação à população. O questionário foi aplicado no período de 28 de outubro a 15 de novembro de 2020 através de *e-mails* e contato direto via redes sociais.

Não foi feita nenhuma pergunta que pudesse identificar os participantes da presente pesquisa. Com os resultados obtidos, foi elaborado gráficos utilizando o Microsoft Excel 2010 para explanar os resultados obtidos de acordo com cada quesito, buscando objetividade e fácil interpretação.

Seguindo com base na Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016 que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, pela presente pesquisa ser de opinião pública com participantes não identificados e que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito, conforme a resolução, não serão submetidas pelo comitê de ética em pesquisa CEP/CONEP.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O gráfico 1 apresenta a quantidade de escritórios participantes e os que não se enquadram na pesquisa. Com o foco da pesquisa direcionado aos escritórios contabilidade apenas do município de João Pessoa - PB, buscou restringir a coleta de dados apenas para aqueles que estivessem atuando nos escritórios da localidade, aqueles que não se enquadraram com esta condição, não tinham acesso aos dados da pesquisa, sendo assim, desconsiderados delas.

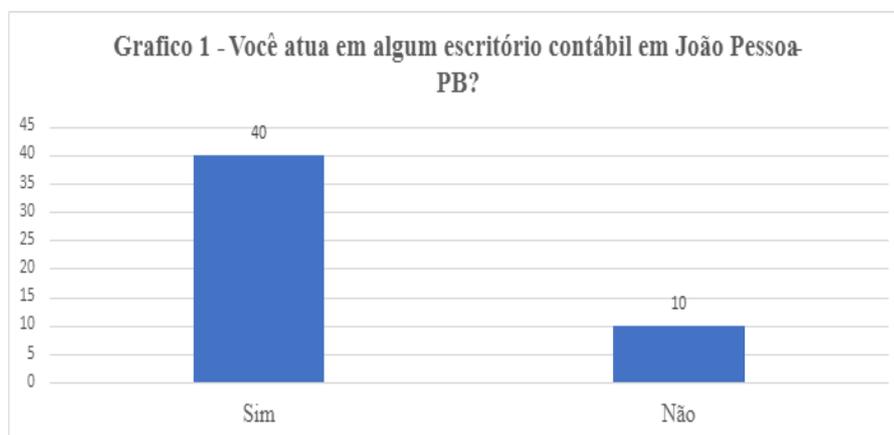


Gráfico 1 – Você atua em algum escritório contábil em João Pessoa – PB?

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

No gráfico 1, mostra que a pesquisa teve um alcance de cinquenta escritórios, onde dez deles, que equivale a 20% do total, não participaram dos demais quesitos, tendo o questionário finalizado em seguida. Com isso, quarenta atenderam o critério estabelecido equivalente a 80% do total coletado.

No gráfico 2, pode-se observar a hierarquia do profissional atuante dentro do escritório, tendo como objetivo, alcançar por escritório diferentes níveis de atuação do negócio, com intuito de obter resultados desde níveis operacionais até os de tomada de decisão. Dentre os quarenta escritórios, o resultado obtido foi que em 14 deles são gestores, 10 são analistas, 9 deles são assistentes e outros 7 demais cargos. Com isso, identificamos uma diversidade nos níveis de atuação dos entrevistados, tendo assim vários pontos de vista sobre o quesito levantado pela pesquisa, que irão nos fornecer respostas de vários níveis referentes à utilização da automação e da percepção de redução de custos inerentes para realização da sua atividade.

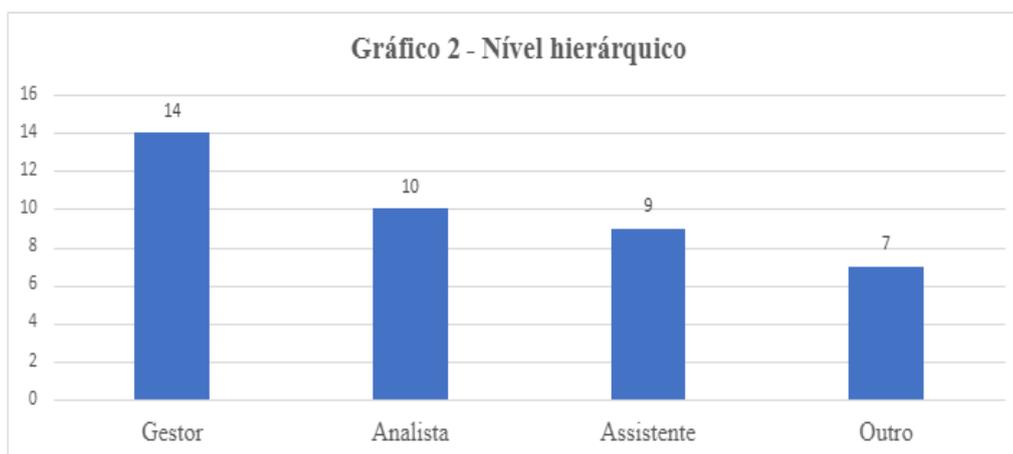


Gráfico 2 – Nível Hierárquico.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O gráfico 3 refere-se ao nível acadêmico dos entrevistados, onde a maioria dos participantes informaram possuir nível superior completo representando 26 do total, em seguida 10 deles com pós-graduação, outros 3 com superior incompleto e por fim 1 deles com mestrado. Não foi alcançado nenhum entrevistado com doutorado nesta pesquisa. Com este resultado obtido, é constatado que 92,5% do total dos respondentes da presente pesquisa tem formação de nível superior. Em razão disto, observa-se que foi alcançada uma diversidade de opiniões e níveis de conhecimentos, gerando diferentes pontos de vista para esta pesquisa.

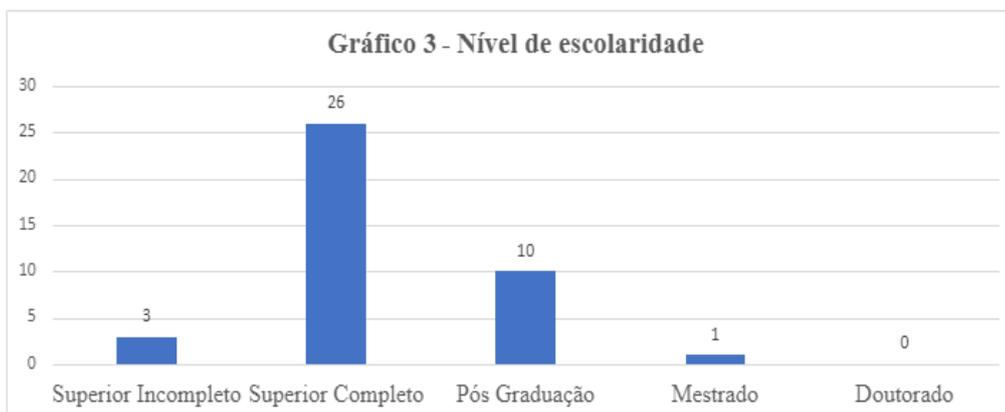


Gráfico 3 – Nível de escolaridade.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Conforme demonstra no gráfico 4, podemos observar que a maioria dos participantes possuíam a faixa etária entre 26 e 35 anos com 24 entrevistados, com segunda maior relevância estavam entre 36 e 45 anos representados por 9 deles, o público mais jovem com até 25 anos representou 6 do total, os com idade entre 46 e 55 anos foram apenas 1 coletado e por fim não houve nenhum entrevistado acima de 56 anos. Referente à variável em questão, percebe-se que a maior parte do público é representado por adultos entre 26 a 45 anos representando 82,5% do total de respostas coletadas.

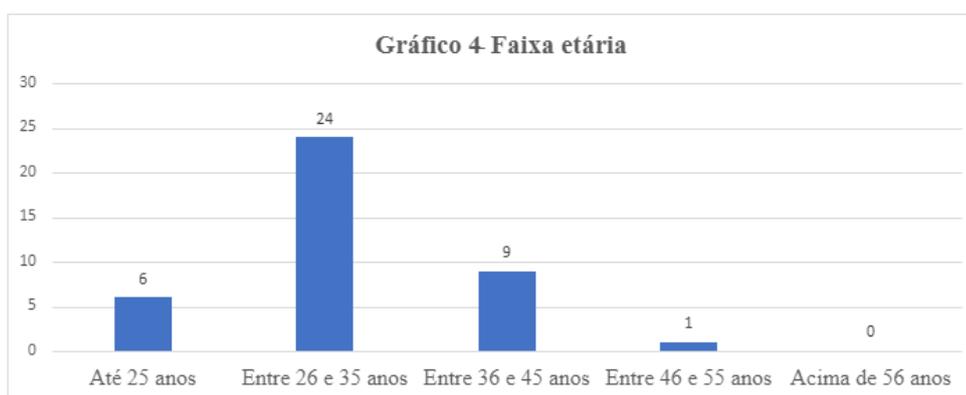


Gráfico 4 – Faixa etária.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Podemos observar no gráfico 5, que os respondentes entre 3 e 5 anos de experiência tiveram maior expressividade nesta pesquisa com 14 amostras, em contrapartida, 13 deles têm até 2 anos de experiência, aqueles entre 6 e 8 anos representam 9 entrevistados, já os acima de 12 anos são 4 deles e por fim entre 9 e 11 anos com 2 amostras. Apesar de observar dados diversificados, a maioria dos

respondentes possuem até 5 anos de experiência, representando 62,5% do total, ou seja, aqueles que ingressaram a pouco tempo nas atividades do escritório contábil. O que pode ser um indicador de crescimento da atuação contábil na região nos últimos anos.

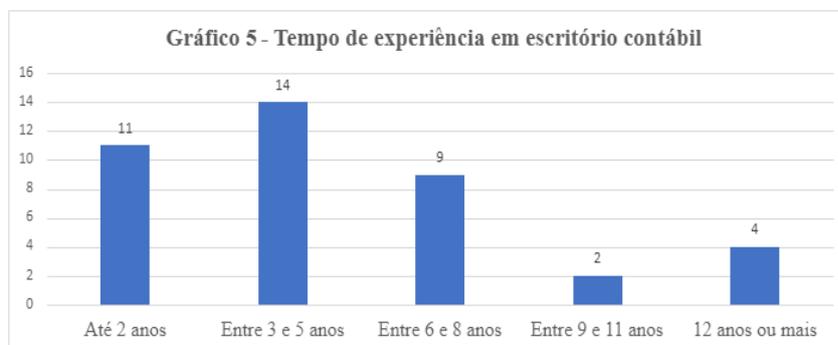


Gráfico 5 – Tempo de experiência em escritório contábil.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Após obter os perfis dos participantes da pesquisa, neste tópico buscou identificar dos entrevistados se os escritórios de contabilidade já possuem algum processo automatizado e quais formas de execução de algumas atividades operacionais, tendo como foco em qual tipo de inovação tecnológica utilizada, a porcentagem tanto dos processos que ainda são executados de forma manual como da presença da automação na elaboração dos processos contábeis e também para redução de tempo das atividades operacionais.

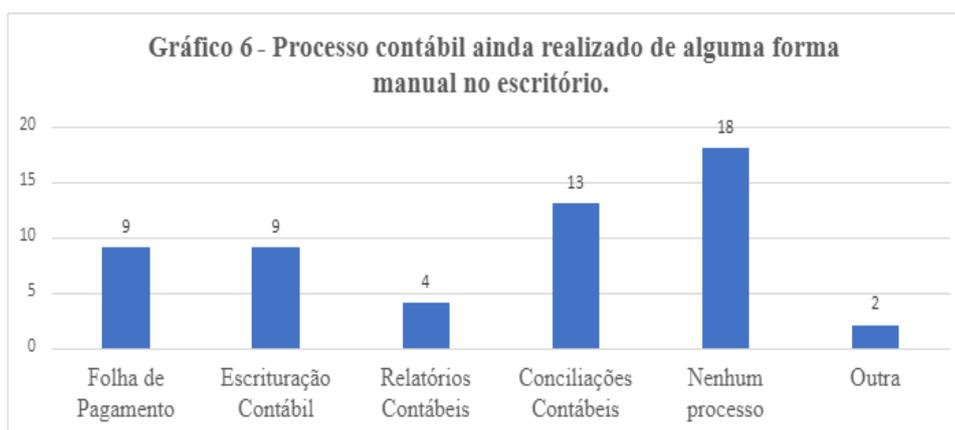


Gráfico 6 – Processo contábil ainda realizado de alguma forma manual no escritório.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O gráfico 6 aponta que do total de entrevistados, em 18 deles nenhum processo é executado de forma manual em seu escritório, o que pode caracterizar uma relevante tendência de automação das atividades nos escritórios de

contabilidade, enquanto que 13 deles informaram que apenas o processo de conciliação contábil é de alguma forma ainda é realizada de forma manual; já 9 deles informaram que a folha de pagamento e escrituração contábil, são em algum momento do processo elaboradas manualmente, e em uma participação menor, 4 deles elaboram alguns dos relatórios contábeis de forma manual e 2 escritórios afirmaram realizar de forma manual outros processos em suas atividades. Com análise dos dados coletados pode-se observar que a maioria dos escritórios contabilidade de João Pessoa - PB desta pesquisa, utilizam de alguma forma a automação em seus processos, muito embora observou-se também que uma boa parte deles ainda realizam algum processo de forma manual o que pode abrir possibilidades para testes de novas inovações tecnológicas voltadas para automação das atividades que segundo o estudo de MARAFON (2018), a implantação da automação de fato contribui para a substituição da intervenção manual no processo.

Conforme demonstra o gráfico 7, pode-se identificar que em 27 escritórios os profissionais utilizam *softwares* específicos para cada tipo de processo, 11 deles usam o sistema ERP e em 2 escritórios utiliza-se o pacote *office* como fonte de automação para realização dos processos no escritório de contabilidade. Sendo assim, os softwares com especialidade em cada processo, está sendo uma das alternativas de inovação tecnológica mais utilizada nos processos automatizados dentre os escritórios desta pesquisa. De acordo com o dado coletado, também pode-se constatar que nenhum escritório em sua totalidade realiza os seus processos de forma manual, pois todos eles utilizam de algum recurso tecnológico para auxiliar nas atividades do profissional contábil no escritório de contabilidade, porém conforme visto no gráfico 6, em algum momento na realização das atividades citadas nele, ainda necessitam de intervenção manual em seu processo de elaboração, onde em outras pesquisas podem ser elencados de forma qualitativa esses momentos. Mas pode-se afirmar que o resultado obtido é condizente com o estudo de Paiva (2002), onde ele relata que o ingresso de novas tecnologias no processo contábil, abriria novas possibilidades de alcançar os objetivos contábeis.

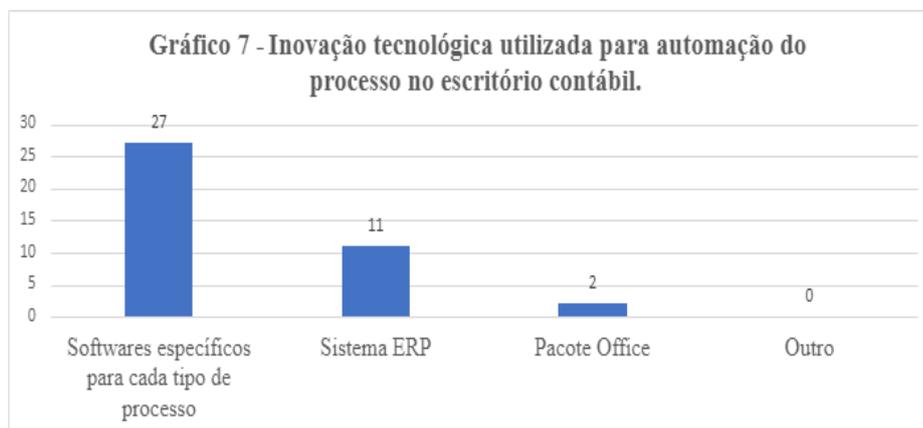


Gráfico 7 – Inovação tecnológica utilizada para automação do processo no escritório contábil.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O gráfico 8 demonstra o percentual de automação presente nas atividades do escritório de contabilidade. As empresas não possuem 100% dos processos automatizados, conforme foi demonstrado no gráfico 6, algumas tarefas ainda são feitas manualmente, porém todas já possuem algum sistema automatizado, o que pode ser um indicativo que os escritórios estão abertos para inovações tecnológicas pela qual estamos passando. Está teoria fica mais evidente no gráfico 8, onde 17 escritórios relatam que a automação está presente de 61% a 80% nas atividades desempenhadas, para 9 escritórios, entre 41 a 60% das atividades são automatizadas, outros 9 escritórios apontam que a automação está presente em 81% ou mais das atividades, 3 escritórios consideram que até 20% das atividades possuem automação em seus processos e na opinião de 2 escritórios entre 21% a 40% das atividades são desempenhadas com o uso da automação. Com isso, temos como resultado que a automação está presente em 61% a 80% dos processos contábeis no escritório sendo uma importante solução para eles. Vale salientar que dos 40 escritórios participantes da pesquisa 35 deles realizam pelo menos 41% das atividades com uso de algum sistema automatizado, podendo chegar até 81% ou mais das atividades automatizadas. Um número bastante expressivo quando comparado aos escritórios que informaram usar a automação em apenas 0% a 40% das suas atividades, que foi apenas 5 escritórios. O que evidencia que a automação está cada vez mais presente nos processos contábeis dos escritórios de contabilidade de João Pessoa – PB.

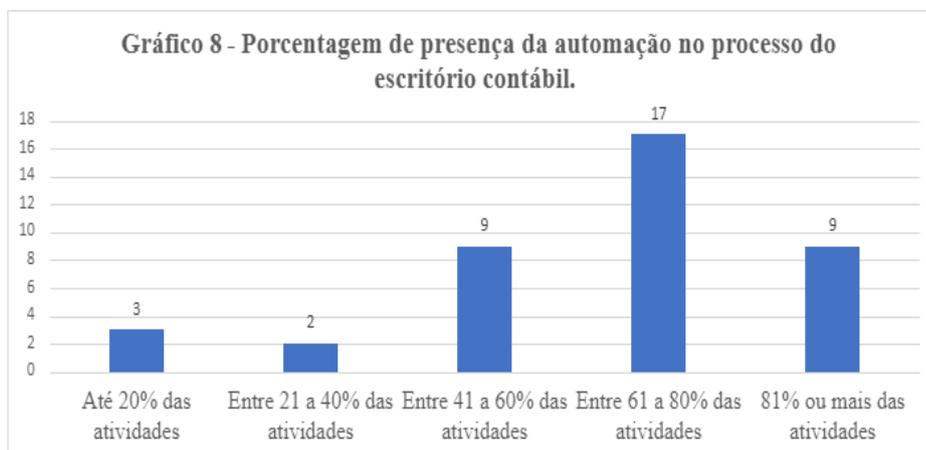


Gráfico 8 – Percentagem de presença da automação no processo do escritório contábil.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

No gráfico 9, apresenta os resultados referente a percentagem de contribuição para redução de tempo na execução das atividades manuais do escritório na visão dos entrevistados, com a implantação da automação contábil no processo.

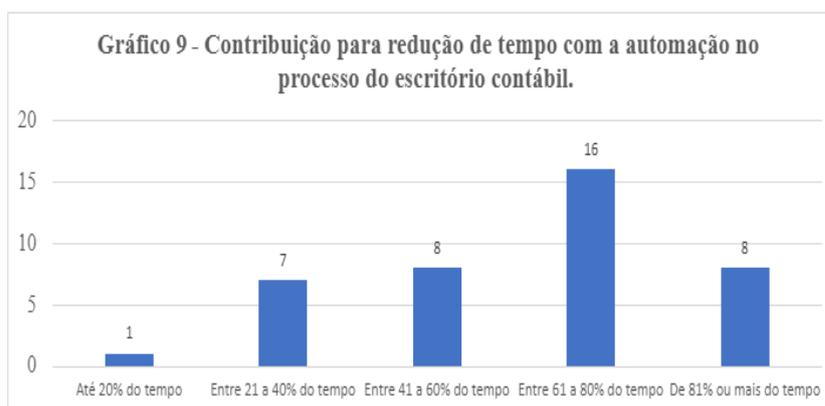


Gráfico 9 – Contribuição para redução de tempo com a automação no processo do escritório contábil.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Conforme o gráfico 9, observa-se que a automação contábil contribui em sua maioria de 61% a 80% na redução do tempo de execução da atividade onde era realizada manualmente em 16 escritórios do total da amostra, 8 deles reduzem de 41 a 80%, em 8 escritórios reduzem de 81% ou mais do tempo de execução da atividade, em proporções menores 7 participantes informaram reduzir de 21% a 40% e 1 participante respondeu reduzir até 20% do tempo de suas atividades. O presente

dado comprova o grau de importância da automação para o cotidiano operacional do escritório contábil, visto que 40% da amostra desta pesquisa, tem se beneficiado com redução de 61% a 80% do tempo nas execuções de suas atividades que antes eram realizadas totalmente de forma manual. Com isso temos o resultado que reforça o estudo de Assaf Neto (2007) que aponta que reduzir o desperdício utilizando da melhor forma os recursos com baixos custos, proporciona a elevação da produtividade da empresa.

Em seguida buscou-se obter a percepção dos participantes desta pesquisa, a respeito da contribuição da automação referente às informações contábeis geradas; se os sistemas automatizados utilizados em seus processos reduzem o índice de retrabalho nas suas demandas; quais processos automatizados que contribuem para uma melhor rotina contábil; se as demandas dos clientes seriam atendidas de forma eficiente, caso não tivesse o recurso da automação em seus processos; também os impactos inerente aos custos do escritório contábil que os processos automatizados proporcionou, buscando em percentuais a redução do custo e se a automação é uma fonte relevante para redução dos custos dos escritórios de contabilidade de João Pessoa - PB.

O resultado que se tem demonstrado no gráfico 10 é de que a utilização da automação nos processos contábeis contribui em 100% ao acesso mais fácil e com maior velocidade as informações contábeis geradas para os escritórios dos entrevistados, sendo uma ferramenta imprescindível neste quesito para eles.

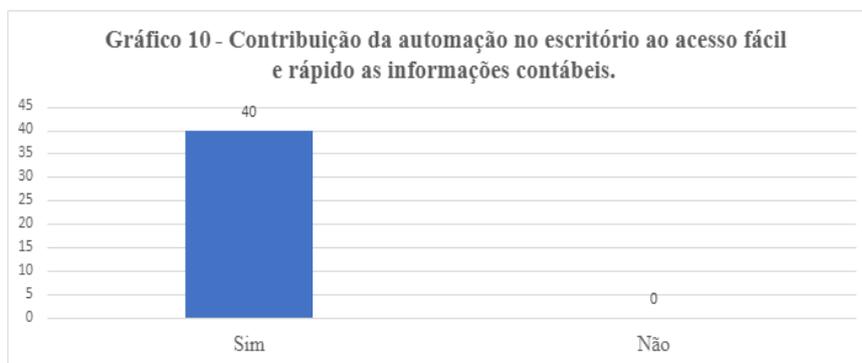


Gráfico 10 – Contribuição da automação no escritório ao acesso fácil e rápido às informações contábeis.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Buscando identificar se a utilização dos sistemas automatizados tem uma contribuição com relação aos índices de retrabalho nas atividades dos escritórios contábeis, o gráfico 11 demonstra os dados coletados a respeito.

Temos como resultado no gráfico 11 que para 1 dos respondentes da pesquisa acreditam que a automação não reduz o índice de retrabalho em seus processos, porém para 39 deles os sistemas automatizados reduzem o retrabalho em suas atividades, gerando maior disponibilidade para os colaboradores pois não haverá correções a serem feitas, podendo contribuir com uma melhor produtividade em seus processos.

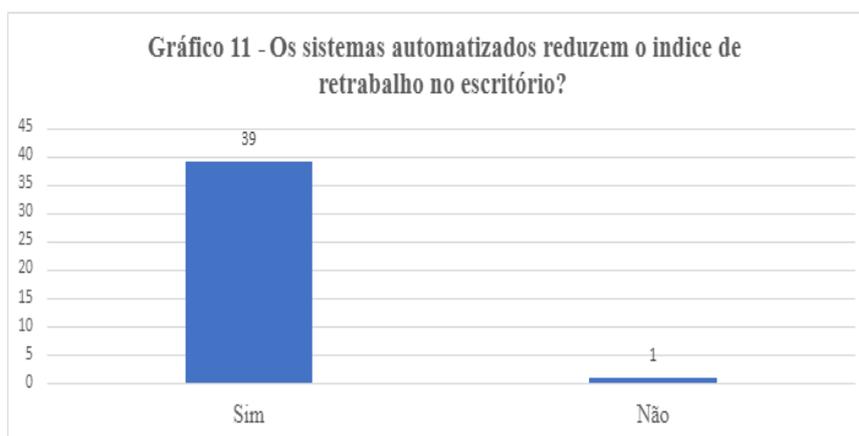


Gráfico 11 – Os sistemas automatizados reduzem o índice de retrabalho no escritório?

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Já no gráfico 12, apresenta quais as contribuições em automatizar as rotinas contábeis no escritório na percepção dos entrevistados.

No gráfico 12, os entrevistados relatam que a principal contribuição em automatizar sua rotina contábil em seu escritório é a de redução no tempo de execução das atividades tendo 28 do total respondido, seguido de redução do retrabalho gerando qualidade nos processos e informações com 19 respostas, 17 deles afirmam que é a maior satisfação dos seus clientes pelo tempo de resposta hábil em suas demandas a contribuição, mas para 11 dos respondentes é a redução da mão de obra operacional e por fim outros processos sendo representados com 4 respostas dentre elas: o maior tempo para análise dos relatórios, aumento de tempo para analisar o trabalho automatizado, tempo para ser consultivo e ganho de produtividade em análises. Com isso, pode-se observar na visão da maioria dos profissionais dos escritórios da presente pesquisa, que a maioria deles confirmam que a automação contribui significativamente na redução de tempo para execução

das atividades, proporcionando maior disponibilidade para atividades mais consultivas e de análises, como também nas reduções de retrabalho gerando maior satisfação dos seus clientes por proporcionar dados em tempo hábil nas demandas deles, tendo por consequência uma leve redução de mão de obra operacional, podendo haver contribuição na redução de custo gerando maior produtividade e melhoria dos resultados em seus escritórios.

O gráfico 13, demonstra por meio de porcentagens a percepção dos entrevistados a respeito de uma estimativa de contribuição da automação dos processos contábeis na redução dos custos operacionais pertinentes ao escritório contábil.

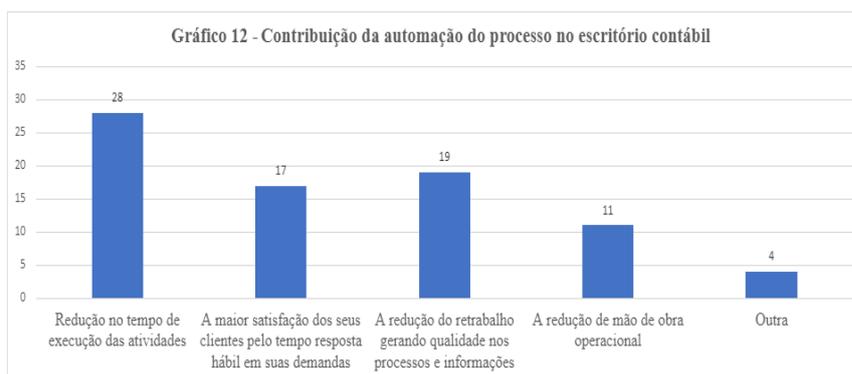


Gráfico 12 – Contribuição da automação do processo no escritório contábil.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

De acordo com os respondentes da pesquisa, os dados alcançados no gráfico 13, são que a automatização dos processos contábeis em escritórios, contribui aproximadamente na redução dos custos em 21% a 40% em 15 escritórios, em seguida 10 deles informam que reduziu entre 41% a 60%, temos também 8 que reduziram de 61% a 80%, em 4 dos mesmos reduziram em 81% ou mais e 3 deles reduziram em até 20% dos custos operacionais do seu escritório contábil. Analisando a coleta obtida, podemos observar que a automação proporciona na maioria das possibilidades um impacto na redução dos custos operacionais do escritório aproximadamente entre 21% a 80%, sendo representados nesta pesquisa com 82,5% da amostra total. Sendo assim, pode-se afirmar que ao aplicar a automação no processo do escritório contábil, pode contribuir significativamente para redução de custos inerentes ao negócio, com maior impacto desta redução nos processos operacionais conforme elencado no gráfico em questão. Podendo proporcionar maior disponibilidade para atividades consultivas, gestão de negócios e

demandas dos clientes, visto que as atividades de maior fluxo operacional, terá o intermédio da automação tecnológica em suas elaborações.

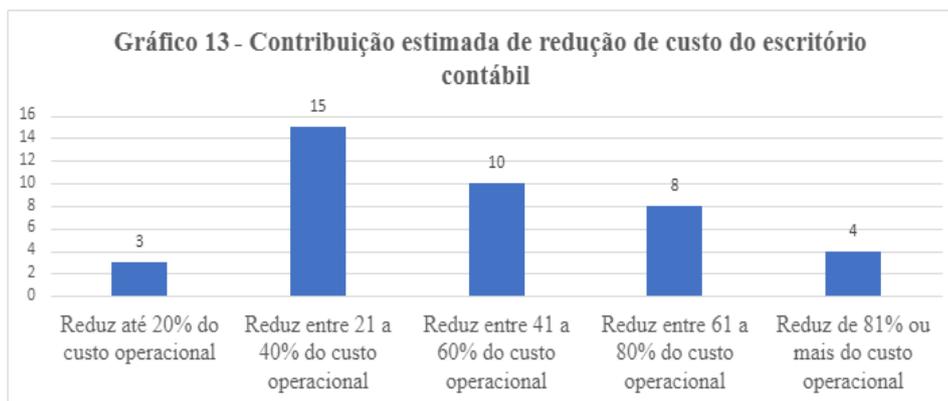


Gráfico 13 – Contribuição estimada de redução de custo do escritório contábil.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

No gráfico 14, buscou identificar caso os escritórios contábeis não tivessem a automação para execução das atividades, se haveria condições de atender a demanda de seus clientes.

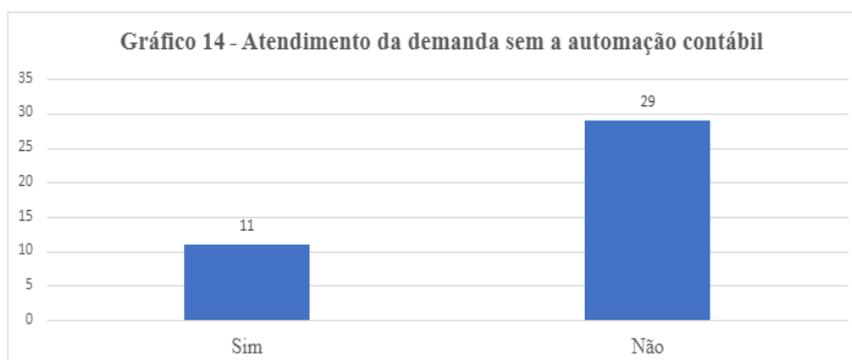


Gráfico 14 – Atendimento da demanda sem automação.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Observa-se que no gráfico 14, com 29 respostas negativas, a maioria dos escritórios da presente pesquisa concordam que sem a automação contábil presente em suas atividades, o atendimento a demanda dos clientes de forma eficiente, seria comprometido, possivelmente tendo maiores custos com horas trabalhadas dos colaboradores, grande possibilidade de retrabalho, além do risco referente a meios físicos nos processos. Ainda assim, 11 dos entrevistados acreditam que conseguiriam atender a demanda de forma eficiente sem a automação contábil

presente, provavelmente devido ao porte do escritório, pela carteira de clientes em menor proporção, dentre outras condições. Porém, é comprovado neste quesito que na maioria dos escritórios sem a automação presente para auxiliar nas demandas, dificilmente conseguiria atender de forma eficiente.

Por fim, no gráfico 15, observa-se a opinião do profissional desta pesquisa, a respeito da automação contábil como uma ferramenta fundamental na estratégia de custos do escritório de contabilidade em João Pessoa - PB.



Gráfico 15 – A automação contábil é uma ferramenta fundamental para redução do custo do escritório?

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

E para 100% da amostra da presente pesquisa conforme o gráfico 15, constata-se que a automação contábil é uma ferramenta fundamental para uma estratégia de competitividade em custos em seu escritório de contabilidade, que através dela pode-se obter melhores resultados produtivos, gerar melhor satisfação para os clientes, proporcionar maior disponibilidade dos colaboradores para demandas mais analíticas e consultivas, além de poder proporcionar excelentes resultados referente aos custos internos inerentes aos processos do escritório contábil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inovações tecnológicas dos últimos anos vêm evidenciando os benefícios da implantação dos sistemas automatizados nos processos. Para o profissional contábil a automação proporciona a oportunidade de uma atuação mais consultiva, gerando informações ágeis e precisas, além de comportar-se como uma fonte de redução de custos para os escritórios contábeis. Com base nisso, o presente estudo

buscou respostas quanto a contribuição da automação na redução dos custos nos processos dos escritórios de contabilidade no município de João Pessoa - PB.

Diante do apurado foi possível constatar que a automação é uma solução relevante, capaz de proporcionar para os escritórios contábeis uma redução dos custos na realização de seus processos, pois segundo os resultados obtidos, a automação atua como uma ferramenta que quando presente no processo, contribui para um acesso fácil e rápido às informações contábeis, desburocratizando as demandas. Bem como, reduzem o índice de retrabalho, diminuindo assim o risco de distorções das informações. Esses fatores irão contribuir diretamente para uma melhor prestação dos serviços contábeis, fazendo com que sejam realizados de forma enxuta e eficiente, gerando menores custos para o negócio.

Sobretudo a maioria dos escritórios de contabilidade, ainda realizam alguma atividade de forma manual, apesar de já possuir algum tipo de sistema automatizado em seus processos, além de considerar que a automação contábil é uma ferramenta fundamental para reduzir custos e garantir um atendimento eficiente das demandas. Sendo assim, a pesquisa mostra que ainda há muitos espaços onde a automação pode ser inserida.

De acordo com esse cenário salienta-se à importância desta pesquisa e recomenda-se a realização de trabalhos acadêmicos e pesquisas em proporções maiores, buscando mensurar em valores os custos inerentes a implantação, treinamentos, redução de mão de obra operacional, dentre outros pontos, visto que este estudo apresentou limitações quanto o tamanho da amostra.

Os achados desta pesquisa poderão ainda contribuir com os futuros empreendedores, gestores e profissionais da contabilidade nas estratégias de custos inerentes ao negócio e para uma melhor prestação do serviço contábil.

REFERÊNCIAS

AMÉRICO, I.; AZEVEDO, M. J. G.; SOUZA, A. de. **Trabalho automação na metalurgia manual X automatização**. 2011. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAekoAAJ/trabalho-automacao-na-metalurgia-manualx-automatizado>. Acesso em 22 setembro 2020.

ANTUNES, J. F. **Automatização aplicada ao setor de corte em uma fábrica de mochilas**. Chapecó, 2016. Trabalho de conclusão de curso.

ASSAF NETO, A. **Finanças Corporativas e Valor**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BACCI, J. **Estudo Exploratório sobre o Desenvolvimento Contábil Brasileiro: uma Contribuição ao Registro de sua evolução histórica**. 2002. p. 175. Tese de Doutorado. Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2002.

BORNIA, A. C. **Análise gerencial de custos em empresas modernas**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

BORNIA, A. C. **Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Como montar um escritório de contabilidade. SEBRAE, 2019. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ideias/como-montar-um-escritorio-de-contabilidade,7e687a51b9105410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso dia 07 de set. de 2020.

COSENZA, J. P., & Rocchi, C. A. (2014). **A automatização da escrituração contábil no Brasil: desenvolvimento e utilização do sistema ficha tríplice**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, 19(1), 2-23.

COSENZA, J. P. **A evolução da escrituração contábil através dos tempos: uma revisão histórica da Contabilidade contemporânea com base na literatura contábil**. (Dissertação de Mestrado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

DRUCKER, P. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1994.

Escritório de contabilidade – Análise de negócio. PORTAL DE CONTABILIDADE, 2019. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/escritorio.htm>>. Acesso em: 08 de set. de 2020.

Escritório de contabilidade: Saiba como organizar os seus processos. JORNALCONTÁBIL, 2019. Disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/escritorio-de-contabilidade-saiba-como-organizar-os-seus-processos/>>. Acesso em: 14 de dez. 2020.

FAVERO, H. L., Lonardoni, M., & de Souza, C. (2000). **Contabilidade: teoria e prática**. Vol. 6. Editora Atlas SA.

GARNER, S. Paul. **historical development of cost accounting**. *The Accounting Review*, Wisconsin, v.22, n.4, p. 386, oct., 1947.

Gestão – Objetivo e funções de um escritório de contabilidade. MARCOLINO, CONTÁBEIS, 2020. Disponível em: <<https://www.contabeis.com.br/artigos/6281/objetivo-e-funcoes-de-um-escritorio-de-contabilidade/>>. Acesso dia 13 de dez. de 2020.

GROOVER, M. P. **Automação industrial e sistemas de manufatura**. São Paulo: Pearson Prentice, 2011.

GUIMARÃES NETO, O. **Análise de custos**. Curitiba: IESDE, 2012.

História da contabilidade no Brasil. PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2014. Disponível em:

<<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/contabilidade/historia-da-contabilidade-no-brasil/53412#:~:text=Prim%C3%B3rdios%20e%20regulamenta%C3%A7%C3%A3o%3A&t>>. Acesso dia 07 de set. de 2020.

KEEN, P.G.W.: "**Information Technology And The Management Theory: The Fusion Map**". *IBM Systems Journal*, v.32, n.1, p.17-38, 1993.

LAURINDO, F. J. B.; SHIMIZU, T.; CARVALHO, M. M. de; RABECHINI JR, R. **O papel da tecnologia da informação (TI) na estratégia das organizações**. *Gestão & Produção*. São Carlos – SP, v. 8, n. 2, p.160-179, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v8n2/v8n2a04>>. Acesso em: 28 set. 2018.

LAURINDO, F. J. B. *et al.* **O papel da tecnologia da informação (TI) na estratégia das organizações**. *Gestão & Produção*, v. 8, n. 2, p. 160-179, 2001.

MARCAL, L. F.; GUIMARAES, M. P.; RESENDE, A. A. **Automatização de uma termoformadora visando melhorias no processo produtivo de uma empresa fabricante de peças termoplásticas para o setor automobilístico**. 2013.

Disponível em:

http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2013_TN_STO_177_013_22735.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

MARAFON, C. *et al.* BENEFÍCIOS DO INVESTIMENTO EM AUTOMAÇÃO NO PROCESSO DE EMPACOTAMENTO DE FARINHA DE TRIGO. **Anais da Engenharia de Produção / ISSN 2594-4657**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 72 - 87, July 2018. ISSN 2594-4657. Disponível em: <<https://uceff.edu.br/anais/index.php/engprod/article/view/200>> Acesso em: 20 de set. 2020.

MARION, J. C., **Contabilidade Empresarial, 9. ed.** São Paulo: Atlas, 2003

MARTINS, E. **Contabilidade de custos. 11. ed.** São Paulo: Atlas, 2018.

NARDON FILHO, A., & Rogowski, C. M. S. (2010). **Da escrituração manual ao SPED: a relação do fisco com as empresas**. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Disponível em:

<<https://www.yumpu.com/pt/document/view/13249211/livro-da-escrituracao-manual-ao-sped-contabilidade-nunes/15>>. Acesso em: 15 de set. 2020.

NUNES, A. R. S. **Contabilidade mecânica**. *Revista de Contabilidade e Comércio*, v. 18, n. 72, p. 425-444, 1950.

PADOVEZE, C. L. **Sistema de informações contábeis: fundamentos e análise**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PAIVA, S. B. (2002). **A Contabilidade e as novas tecnologias de informação-uma aliança estratégica**. *Revista Brasileira de Contabilidade*, (135), 73-80. Disponível em: < <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/424>> . Acesso em: 25 jun. 2020.

PISSAIA, L. F. **Viabilidade econômica do processo produtivo de cortinas na empresa EDEGE**. Chapecó, 2017. Trabalho de Conclusão de Curso de Engenharia de Produção da UCEFF.

REZENDE, D. A. **Evolução da tecnologia da informação nos últimos 45 anos**. *Revista FAE Business*, n. 4, p. 42-46, 2002.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

RIBEIRO, G. L. V. **A história da profissão contábil. Classe contábil, 2011**. Disponível em: <<https://classecontabil.com.br/historia-da-profissao-contabil/>>. Acesso em: 10 de ago. de 2020.

ROVEDA, V. **A evolução do contador: de guarda-livros à consultor de negócios**. Conta azul, 2018. Disponível em: < <https://contadores.contaazul.com/blog/a-evolucao-do-contador-de-guarda-livros-a-consultor-de-negocios>>. Acesso em: 07 de set. de 2020.

SÁ, A. L. (2017). **Tecnologia contábil contemporânea: A contabilidade Pós-Moderna**. 3. ed. Curitiba: Juruá.

SASSO, A.; ROSA, I. C. da. **O SPED e seus reflexos na profissão contábil**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - Fecilcam. Campo Mourão. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_sociais/03_Soc_Aplic_Completo.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

SCHAFF, A. **A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial**. 4.ed. São Paulo: Unesp, 1993.

STARK, J. A. F. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

VALVERDE, T. de M. **Evolução da escripta mercantil**. Rio de Janeiro: Papelaria Muniz, 1929.

A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL – SIC: UM ESTUDO NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB

Thiago Diniz da Silva¹
Darlan Oliveira Bezerra²

RESUMO:

A contabilidade tem como finalidade produzir informações essenciais através do SIC para seus usuários, em especial objetivando o processo de tomada de decisão. Esse estudo teve como objetivo identificar quais as informações do SIC são mais utilizadas por empresas clientes de escritórios contábeis da cidade de João Pessoa-PB e apontar a importância da informação contábil no processo de tomada de decisão. Para responder esta pergunta, o estudo teve como metodologia a pesquisa bibliográfica, através da leitura de livros e artigos anteriormente elaborados. Em seguida, foi realizada uma pesquisa com 27 profissionais da área contábil, que atuam em escritórios de contabilidade. Este estudo revelou que as informações contábeis mais utilizadas por empresas clientes são: folhas de pagamento, informações fiscais de entrada e saída de mercadorias, informações sobre o patrimônio, lucro ou prejuízo e prioridades dos pagamentos dos encargos.

Palavras-chave: SIC. Informação Contábil. Tomada de decisão.

ABSTRACT:

Accounting aims to produce essential information through the SIC for its users, especially aiming at the decision-making process. This study aimed to identify which information from the SIC is most used by accounting firm clientes in the city of João Pessoa-PB and to points out the importance of accounting information in the decision-making process. To answer this question, the study was based on bibliographic research, through the reading of books and articles previously prepared. Then, a survey was carried out with 27 accounting professionals, who work in accounting offices. This study revealed that the accounting information most used by client companies is: payrolls, tax information on goods entering and leaving, information on equity, profit or loss and priority of payment of charges.

Keywords: SIC. Accounting Information. Decision Making.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, todas as empresas que desejam alcançar o sucesso no âmbito empresarial necessitam de um sistema de informação contábil eficiente e confiável.

¹ Graduando do Curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário – UNIESP.
E-mail: thiagodiniz555@gmail.com.

² Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis, pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Especialização em Auditoria Contábil – Fiscal pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP, Mestre em Ciências Contábeis, pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis e Gestão Financeira. E-mail: darlanbezerra@hotmail.com

Esta informação deve servir como base para o planejamento da entidade, auxiliando nos processos de tomada de decisão. Segundo Marion e Ribeiro (2018, p. 3), “[...] o seu objetivo principal sempre foi gerar informações úteis para seus usuários, principalmente visando ao processo de tomada de decisão”.

Para Stair e Reynolds (2011, p. 7), “um sistema é um conjunto de elementos que interagem para realizar objetivos”. Desta maneira, inúmeros elementos interligados criam ao todo os objetivos da organização.

O Sistema de Informação Contábil ou o Sistema de Informação de Controladoria são os meios que o contador geral, o contador gerencial ou o controller, utilizarão para efetivar a contabilidade e a informação contábil dentro da organização, para que a contabilidade seja utilizada em toda a sua plenitude. (PADOVEZE, 2009, p. 123)

Portanto, de acordo com os autores citados, sistema de informação é um conjunto que integra vários elementos, capaz de coletar, processar e transmitir dados atendendo as necessidades de planejamento e controle das diversas áreas da empresa.

É importante destacar que segundo Marion (2009, p. 27), “[...] a função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da contabilidade para a tomada de decisão”.

Sendo assim, a partir dessa afirmação, os escritórios de contabilidade precisam ser auxiliares na gestão da empresa, fornecendo informações econômicas e financeiras relevantes para as empresas, de modo que esteja apresentado as demonstrações contábeis tradicionais e os relatórios específicos com veracidade, para auxiliar o usuário interno ou externo na tomada de decisão da entidade.

Segundo o CPC 00-R2 (2019, p. 9), para que a informação contábil-financeira seja útil ela precisa ser “relevante e representar com fidedignidade a transação que foi registrada. A utilidade dessas informações financeiras é aumentada na medida que elas se tornam comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis”.

Desta forma, para a contabilidade produzir as informações necessárias e servir como um instrumento de gestão aos seus usuários, sejam externos ou internos, ela precisa estar bem organizada e entrelaçada com o Sistema da Informação Contábil (SIC) e das demais ferramentas tecnológicas disponíveis no mercado, se tornando assim essencial para o sucesso das empresas. É fundamental que as empresas, principalmente os escritórios contábeis, forneçam essas

informações com eficiência e eficácia, promovendo um relatório contábil-financeiro confiável para a entidade.

Desse modo, surge o seguinte questionamento: Quais as informações do SIC que são mais utilizadas por empresas clientes de escritórios contábeis da cidade de João Pessoa - PB?

Para responder ao questionamento supracitado, este estudo objetiva demonstrar as informações do SIC que são mais utilizadas por empresas clientes de escritórios contábeis da cidade de João Pessoa-PB.

Este trabalho visa estimular estudos posteriores, pesquisas sobre a importância das informações provenientes do Sistema da Informação Contábil, fornecendo um levantamento sobre as informações mais utilizadas que auxiliam na tomada de decisão pelos clientes de escritórios contábeis da cidade de João Pessoa-PB.

Para o desenvolvimento do presente artigo, em relação aos procedimentos técnicos, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre sistemas de informações contábeis. Assim como, a realização essencial de um levantamento com aplicação de questionário para identificar quais as informações contábeis são mais utilizadas por empresas clientes de escritórios contábeis da cidade de João Pessoa-PB.

Enquanto fundamentação teórica, foi realizada neste artigo uma pesquisa bibliográfica sobre a importância do tema, através de livros e artigos científicos anteriormente elaborados. Evidenciando a importância do tema, não apenas para o profissional contábil, mas também para os gestores e usuários da informação contábil.

O artigo está dividido em cinco seções. A primeira apresenta a introdução do trabalho, apontando os objetivos da pesquisa. Em seguida, a segunda seção retrata a fundamentação teórica. A terceira seção aponta o método e os procedimentos da pesquisa. Na quarta seção, retrata a descrição e a análise dos resultados e por fim, a quinta seção, com as considerações finais do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos neste trabalho, esta seção traz embasamento teórico sobre contabilidade gerencial, informação contábil,

sistemas de informações gerenciais, Sistema de Informação Contábil (SIC) e traz também a importância do SIC na tomada de decisão.

2.1 CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade gerencial pode ser conceituada como uma ferramenta de gestão com o intuito de fornecer informações a entidade, não só de natureza patrimonial, financeira, econômica, de produtividade ou física, assim como informações de natureza operacional, ajudando os gestores nas tomadas de decisão (MARION; RIBEIRO, 2014).

No entendimento de Iudícibus (2008), o objetivo da contabilidade gerencial é auxiliar na administração da empresa, gerando informações imprescindíveis para a tomada de decisão. Desse modo a contabilidade gerencial está associada as inúmeras técnicas e procedimentos contábeis úteis à administração, que tem como finalidade auxiliar o planejamento, a avaliação de desempenho, o controle e a tomada de decisão dentro da organização.

Segundo Padoveze (2012, p. 11), a contabilidade gerencial é “o segmento da ciência contábil que congrega o conjunto de informações necessárias à administração que complementam as informações já existentes na contabilidade financeira”.

Na prática a contabilidade gerencial coleta todos os fatos e dados econômicos voltados para os usuários internos da administração, procurando fornecer informações, as registrando em modo de relatórios ou demonstrativos contábeis, calculando-as monetariamente, visando assim o objetivo da entidade (ATKINSON *et al.*, 2000; IUDÍCIBUS; MARION, 2002).

A contabilidade gerencial é considerada um ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas no auxílio de suas funções gerenciais, voltadas à melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, através de um adequado controle dos insumos efetuados por um sistema de informação gerencial. (CREPALDI, 2011, p. 6)

Segundo Atkinson *et al.* (2015), a contabilidade gerencial é um processo de fornecer informações relevantes, financeiras ou não, a gerentes e funcionários dentro de uma organização, auxiliando na tomada de decisão, alocação de recursos, monitoramento, avaliação e recompensa por desempenho.

Ao contrário da contabilidade financeira, a contabilidade gerencial é voltada para o usuário interno, que através de relatórios e demonstrativos contábeis auxiliam os administradores das empresas em seu planejamento estratégico. A contabilidade gerencial não é obrigatória dentro das organizações, mas se torna uma ferramenta de gestão muito útil, capaz de se tornar um diferencial importante nas estratégias formadas pela entidade.

Conforme destaca Garrison (2007, p. 21),

A contabilidade gerencial preocupa-se mais com o futuro, dá menos ênfase à precisão, enfatiza segmentos de uma organização (em lugar da organização como um todo), e não é governada por princípios contábeis aceitos, além de não ser obrigatória.

Segundo Ludícibus (1998), a contabilidade gerencial está inclinada unicamente para a administração da entidade, procurando fornecer informações que complementam de maneira válida o modelo decisório do administrador.

Desse modo, qualquer decisão a ser tomada, em qualquer área de atuação do administrador, encontrará na informação contábil gerencial o fundamento essencial para que a opção encontrada seja a mais favorável possível ao crescimento da organização (MARION; RIBEIRO, 2014).

Com o surgimento da contabilidade gerencial, os relatórios decorrentes da área contábil, que antes ressaltavam apenas o aspecto financeiro, ou seja, tendo sido denominados em moedas, passou a envolver de mesmo modo as informações de natureza operacional ou físicas (não financeiras), tais como, as informações mais pertinentes sobre: como mensurar o nível de satisfação do cliente; verificar a qualidade e o tempo de processamento; desempenho dos novos produtos e capacitação dos funcionários (ATKINSON *et al.*, 2000).

2.1.1 Informação Contábil

A contabilidade rudimentar era praticada pelo homem primitivo, pois já existia a necessidade de contabilizar seus objetos de caça, os seus rebanhos e conseqüentemente medir a sua riqueza. Cruz *et al.* (2005) expressam que desde os tempos mais remotos, o homem, de forma rudimentar, já utilizava métodos e técnicas para obter informações visando o controle de sua riqueza.

O patrimônio é o objeto de estudo da contabilidade, ela estuda e controla as alterações ocorridas na entidade. Sendo assim, destaca Marion e Ribeiro (2011, p. 2), a contabilidade pode ser definida como “uma ciência social que tem por objeto o controle do patrimônio das organizações”.

A contabilidade vem se tornando um instrumento de gestão de suma importância para as empresas e ao longo do tempo suas técnicas de mensuração foram se aperfeiçoando em razão do seu objetivo principal: a consolidação do fornecimento de informações úteis de natureza econômica, financeira e social aos inúmeros tipos de usuários (GUIMARÃES *et al.*, 2008).

Padoveze (2010, p. 47) afirma que “para que a informação contábil seja usada no processo de administração, é necessário que essa informação contábil seja desejável e útil para as pessoas responsáveis pela administração da entidade”.

Segundo Cardoso (2007), a partir do seu fundamento, a contabilidade procura ser um instrumento para apoiar os processos decisórios importantes na gestão e administração da empresa relacionados ao seu patrimônio, independentemente de seu poder aquisitivo ou desempenho econômico. Diante disso, o principal objetivo é gerar informações importantes para seus usuários, primordialmente focando na etapa de tomada de decisão.

A informação é o resultado do processamento, manipulação e organização dos dados obtidos e representa um aumento do conhecimento para a pessoa que a recebe. Segundo Padoveze (2000, p. 43), “informação é o dado que foi processado e armazenado de forma compreensível para seu receptor e que apresenta valor real ou percebido para suas decisões correntes ou prospectivas”.

Para Oliveira (2007), dado é algum elemento caracterizado em seu aspecto original, que por si mesmo não segue um entendimento estabelecido de um acontecimento ou situação. O conhecimento é o dado aperfeiçoado que possibilita o gestor no processo decisório. Percebe-se que a finalidade da informação contábil é de auxiliar a organização em seus objetivos, sendo eficiente com o uso de seus recursos.

Atualmente a informação contábil dentro das organizações, vem se tornando uma ferramenta muito útil pelo administrador na tomada de decisão, mas para ela se tornar útil e atender a muitos usuários, ela deve seguir aos critérios do pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

Comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade de informações que sejam tanto relevantes como forneçam representação fidedigna do que pretendem representar. (CPC, 2019, p. 12)

Desse modo, os escritórios contábeis precisam estar com a contabilidade bem estruturada e organizada para fornecer com qualidade, relevância e em tempo hábil a informação contábil necessária para a tomada de decisão aos seus usuários, expressa tanto em termos físicos quanto monetários.

2.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL

Para produzir informação na contabilidade gerencial, é fundamental um sistema de informação contábil gerencial ou um sistema de informação operacional, que sirva como base, um instrumento composto de características que contemple todas as informações advindas dos gestores e administradores para o gerenciamento da sua organização (PADOVEZE, 2004).

O Sistema de Informação Gerencial (SIG) dá o suporte necessário as funções de controle, organização e planejamento da empresa, produzindo informações seguras e em tempo hábil para os administradores na tomada de decisão. Oliveira (2002, p. 59) define que “o sistema de informação gerencial é representado pelo conjunto de subsistemas, visualizados de forma integrada e capaz de gerar informações necessárias ao processo decisório”.

Resende e Abreu (2006) destacam que essas informações possibilitam aos seus usuários atividades de desenvolvimento, planejamento e solução de problemas, sejam eles gerenciais, operacionais ou estratégicos.

Um sistema de informação gerencial é:

[...] o conjunto de tecnologias que disponibilizam os meios necessários à operação do processamento dos dados disponíveis. É um sistema voltado para a coleta, armazenagem, recuperação e processamento de informações usadas ou desejadas por um ou mais executivos no desempenho de suas atividades. É o processo de transformação de dados em informações que são utilizadas na estrutura decisória da empresa proporcionando a sustentação administrativa para otimizar os resultados esperados. (BATISTA, 2004, p. 22)

Desse modo, o propósito fundamental do SIG é auxiliar a organização a alcançar seus objetivos e resultados estabelecidos, contribuindo com detalhes sobre

as operações aos seus gestores, de forma que possam administrar, sistematizar e elaborar com maior competência e êxito os objetivos traçados pela entidade (STAIR, 1998).

O Sistema de Informação Gerencial impõe que há uma necessidade na preparação para produzir os relatórios a fim de atender integralmente aos usuários. É importante dominar o conhecimento contábil de todas as pessoas e desenvolver trabalhos com ópticas distintas para diversos padrões de usuários (PADOVEZE, 2004). Desse modo, o principal objetivo do SIG é fornecer informações precisas e pontuais para as tomadas de decisões, com o apoio dos sistemas que emitem relatórios gerenciais, auxiliando o gestor nos objetivos estratégicos estabelecidos pela organização.

De acordo com Laudon e Laudon (2007), são os sistemas que auxiliam os supervisores no acompanhamento e direção dos negócios, produzindo informações sobre o seu comportamento. Esses sistemas produzem trabalhos permanentes.

Entende-se que, no desenvolvimento do SIG os administradores devem seguir os consecutivos critérios para que este possa atender com êxito e eficiência o processo decisório. São eles: Flexibilidade: para responder a inúmeras classes de usuários; Confiabilidade: para dar sustentação no processo decisório; Utilidade: para que os dados providenciados consigam atender as deficiências dos usuários; Funcionalidade: a fim de que seja capaz de auxiliar com facilidade e eficiência; Acesso: concede acesso ágil e oportuno a diversos usuários (BIO, 1996).

Percebe-se que o sistema de informação gerencial leva as organizações a terem uma grande vantagem competitiva e, por consequência, a diferenciação no mercado. Como por exemplo: uma maior rapidez nos setores de comunicação da empresa, maior facilidade no acesso às demonstrações e relatórios gerenciais, além disso auxiliam com eficiência na tomada de decisão.

2.3 SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL – SIC

Para Gil, Biancolino e Borges (2010) no ambiente empresarial dos sistemas de informações, a ciência contábil se estabelece como um sistema integral e dinâmico que abrange com exata totalidade os eventos mensuráveis financeiramente, gerando as informações de valor patrimonial para a entidade.

Diante disso o sistema de informação contábil é o maior conjunto de referências dentro de uma organização.

O SIC está sujeito à contabilidade pela produção de conhecimento e pesquisa sobre o significado patrimonial da instituição, inclusivamente com finalidade de auxiliar nos objetivos traçados pelas entidades privadas ou governamentais (GIL; BIANCOLINO; BORGES, 2010). Percebe-se então, que o sistema de informação contábil será o encarregado de registrar todos os fatos realizados pela empresa, auxiliando os usuários internos e externos da organização.

O estudo de um SIC analisa como as organizações registram, resumem e divulgam os eventos empresariais. Esses eventos são registrados por meio dos sistemas humanos e computacionais da organização, e são resumidos pelos métodos contábeis e divulgados por meio de relatórios destinados aos usuários da informação contábil. (BOOCKHOLD, 1993, p. 11)

Dessa forma o SIC pode ser entendido como um instrumento que coleta, processa e transforma os dados em informações na forma de demonstrativos e relatórios contábeis, voltados para os usuários internos da administração e gestores, assim como os usuários externos interessados. O raciocínio de Moscove, Simkin e Bagranoff (2002) evidencia que um sistema de informações é um conjunto de subsistemas inter-relacionados que trabalham em conjunto para coletar, processar, armazenar, transformar e distribuir as informações para o planejamento, para a tomada de decisão e o controle.

Destaca Moscove, Simkin e Bagranoff (2002) que os SICs são modelos exclusivos de sistemas de informações que geram conhecimentos sobre etapas e acontecimentos de trabalhos que influenciam a entidade.

Um sistema de informação está ligado aos níveis de hierarquia das empresas em que trabalham para alcançar um objetivo em comum, gerar informações tanto para o nível operacional e tático, quanto para o estratégico. Para Lunkes e Schnorrenberger (2009, p. 104), o conceito central dos sistemas de informações é “permitir que a empresa tenha visão completa do seu negócio e, portanto, é importante considerar informações quantitativas, qualitativas, financeiras e não financeiras, para a tomada de decisões”. É de suma importância fornecer essas informações para os gestores, para que possam traçar as metas e objetivos que a organização deseja alcançar.

A informação é o objeto de investigação dos dados reais na instituição, propriamente mencionados, considerados, expostos e incorporados em um

ambiente para divulgação de informações, e assim conceder de forma prática uma melhor resolução (OLIVEIRA, 2001).

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que aprovou e ratificou ao pronunciamento do Instituto Brasileiro de Contadores – IBRACON, define que:

A contabilidade é objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização. (BRASIL, 1986, p. 2421)

Um sistema de informação contábil tem como finalidade ser o fundamental elemento do sistema empresarial de gestão, contribuindo aos gerentes conhecimentos monetários para as medidas de origens na análise do exercício feito e esperado das obrigações da empresa (GIL; BIANCOLINO; BORGES, 2010).

2.4 IMPORTÂNCIA DO SIC NA TOMADA DE DECISÃO

A contabilidade é um importante auxiliador para qualquer atividade e serve de apoio, juntamente com a utilização dos sistemas de informações, ao conduzir e criar informações úteis para os administradores e gestores na tomada de decisão. Para Oliveira (1992), a informação auxilia no processo decisório, se tornando de suma importância para a entidade quando se encontra bem estruturada e associada aos subsistemas, capacitando e sendo entregue de forma útil e completa para a organização.

De acordo com Atkinson *et al.* (2008), a informação contábil gerencial é uma das principais fontes para a tomada de decisão e controle na empresa, o seu sistema produz as informações que são utilizadas pelos usuários internos da organização com o intuito de auxiliar com eficiência os processos, os métodos e aumentar satisfatoriamente o desempenho da entidade. Dessa forma o sistema de informação gerencial proporciona aos gestores informações que orientam as tomadas de decisão e o monitoramento de suas tarefas.

A informação contábil deve ser útil para qualquer um que necessita tomar decisões ou traçar os objetivos acerca da organização, incluindo aqueles que administram e gerenciam a entidade. Conforme Borinelli (2017), além de auxiliar no

processo decisório acerca de acontecimentos futuros, o conhecimento contábil contribui no reconhecimento e estudo dos resultados dessas decisões sobre o patrimônio e a execução da organização.

Contribuindo com essa visão, Ribeiro (2009, p.02) destaca:

A contabilidade é uma ciência social que tem por objetivo o patrimônio das entidades econômico-administrativas. Seu objetivo principal é controlar o patrimônio das entidades em decorrência de suas variações. Assim, a principal finalidade da contabilidade é fornecer informações de ordens econômica e financeira sobre o patrimônio, para facilitar as tomadas de decisões por parte dos usuários.

Segundo Miranda *et al.* (2009), os SICs aparecem como grandes aliados, pois evidenciam e mensuram a situação econômica da empresa demonstrando os resultados dos custos e lucratividade dos clientes, dos serviços e das atividades das empresas. Complementam dizendo que a evolução da informática veio para auxiliar a área de gestão, primordialmente na área contábil, auxiliando o contador na geração de informações que contribuem para a tomada de decisão.

Ludícibus e Marion (1999) declaram que o trabalho crucial do contabilista é elaborar ou conceber informações importantes aos utilizadores da contabilidade afim de tomar decisões.

Dessa forma, é necessário fazer um gerenciamento competente e produtivo das informações dentro das empresas, ou seja, organizar os procedimentos de forma prática e de maneira bem estruturada, com a finalidade de ser um grande recurso na hora de auxiliar os gestores nos processos decisórios da organização.

Veeken e Wouters (2002, p. 347) afirmam que:

Se as informações contábeis forem tempestivas, confiáveis e relevantes, elas auxiliam os gestores. Entretanto ressaltam que estas informações não representam a única solução, sendo parte de um conjunto maior de informações que é utilizado no processo decisório das empresas.

Para Laudon e Laudon (2004), os processos de utilização do SIC, desde a coleta até a propagação dos dados, devem estar em conformidade com os objetivos da empresa, pois essa informação servirá de apoio aos gestores e administradores em sua tomada de decisões. Portanto, embora tenha mudança nos tipos de usuários e nas formas de informações que almejam, a função da contabilidade é crucial para

o desempenho da organização ao prestar informações úteis no processo decisório da organização.

2.5 ESTUDOS CORRELATOS DE OUTROS AUTORES SOBRE A IMPORTANCIA DO SIC

Bortoluzzi *et al.* (2018) tiveram como objetivo investigar qual a utilidade da informação contábil no processo da tomada de decisão na percepção dos gestores das empresas de médio porte localizadas na cidade de Chapecó-SC. Os resultados indicam que na percepção dos gestores a importância atribuída as informações contábeis, que são fornecidas pela contabilidade para o processo de tomada de decisão, são com a maior média de 4,66 que se refere a informações sobre o patrimônio (balanço patrimonial), seguida de folha de pagamento com média de 4,59.

Bezerra (2012) em sua dissertação de mestrado investigou a percepção de gestores de médias empresas da região Metropolitana de Recife-PE e relatou sobre importância das informações pelo Sistema de Informação Contábil (SIC) no processo de tomada de decisão. O estudo foi elaborado com 37 gestores de médias empresas da região Metropolitana de Recife, através de questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas. O resultado obtido nesse estudo foi que os gestores das médias empresas compreenderam a importância da informação contábil para o controle das atividades gerenciais e conseqüentemente na tomada decisão.

Fernandes *et al.* (2012) identificaram em sua pesquisa a importância da utilização dos sistemas de informação contábil pelas organizações como ferramenta de suporte para o processo de tomada de decisão pelas empresas em diferentes setores de atuação. O estudo foi realizado em 34 empresas na cidade de Contagem-MG. Foi elaborado um questionário com questões abertas e fechadas. O resultado constatado foi que o Sistema de Informação Contábil (SIC) tem indiscutível importância como ferramenta de suporte para o processo de tomada de decisão, pois o principal motivo para aquisição do sistema de informação contábil é garantir a segurança, confiabilidade e exatidão nos relatórios.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

O estudo consiste em uma pesquisa de cunho quantitativo e de caráter descritivo por meio de uma pesquisa de campo.

A pesquisa é classificada como uma pesquisa descritiva. Uma vez que os dados foram coletados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem a interferência do pesquisador. O objetivo desse tipo de pesquisa, segundo Gil (2010, p. 41), "é a descrição de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis".

Quanto à classificação da forma de estudo trata-se de uma abordagem quantitativa. Na pesquisa quantitativa os informes são de caráter numérico. O pesquisador procura categorizar, organizar ou mensurar as variáveis para demonstrar resultados, assemelhar equipes ou determinar instituições (VIEIRA, 2009).

Segundo Marconi e Lakatos (2009, p.188):

A pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Dessa forma, a pesquisa de campo evidencia os dados coletados que foram analisados e tratados pelo pesquisador com a finalidade de divulgar os resultados desse estudo.

3.2 UNIVERSO, AMOSTRA E INSTRUMENTO DE PESQUISA

Na definição de Matias-Pereira (2010), população ou universo de pesquisa, é a completude das pessoas que apresentam características iguais, determinadas para um estipulado tema.

O âmbito que compõe esta pesquisa se refere a totalidade das empresas de escritórios de contabilidade localizados na cidade de João Pessoa-PB.

Para a realização dessa pesquisa foi utilizado um questionário com 8 questões de múltipla escolha. O questionário foi elaborado pela plataforma de

perguntas *Google Docs* e enviado para o participante via *e-mail* e grupos de redes sociais, na construção dessas perguntas procuramos identificar quais as informações contábeis usadas pelo SIC são mais utilizadas por empresas clientes de escritórios contábeis. Recebemos no mês de maio de 2020, as respostas de um total de 27 pessoas que trabalham em escritórios de contabilidade em João Pessoa-PB.

Segundo Andrade (2008, p. 23):

Constitui-se de técnicas empregadas principalmente na coleta de dados das pesquisas de campo: formulários, questionários, testes, história de vida etc. O questionário é o conjunto de perguntas que são respondidas pelo informante, sem a presença do pesquisador.

Nesta pesquisa foi usado o tipo de questionário fechado para coletar os dados, possibilitando o respondente em cada pergunta assinar uma ou mais alternativas para comunicar a sua escolha.

Os dados coletados por meio do questionário foram tratados e analisados pela planilha *Excel* 2019, bem como a elaboração dos gráficos apresentados nesse estudo.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa foi realizada em profissionais que atuam nos escritórios de contabilidade localizados na cidade de João Pessoa-PB. O principal objetivo dessa pesquisa é identificar quais as informações contábeis usadas pelo SIC são mais utilizadas por empresas clientes de escritórios contábeis.

A princípio essa pesquisa via a necessidade da utilização do questionário por uma quantidade maior de escritórios de contabilidade, mas devido ao impasse que estamos vivenciando mundialmente e a disponibilidade dos pesquisados, o questionário foi aplicado em apenas 27 profissionais de diferentes escritórios, sucedendo então com 8 perguntas, sendo algumas delas baseadas no questionário de Bezerra (2012), com respostas fechadas e de múltipla escolha. Os resultados alcançados dessa pesquisa são demonstrados por meio de gráficos.

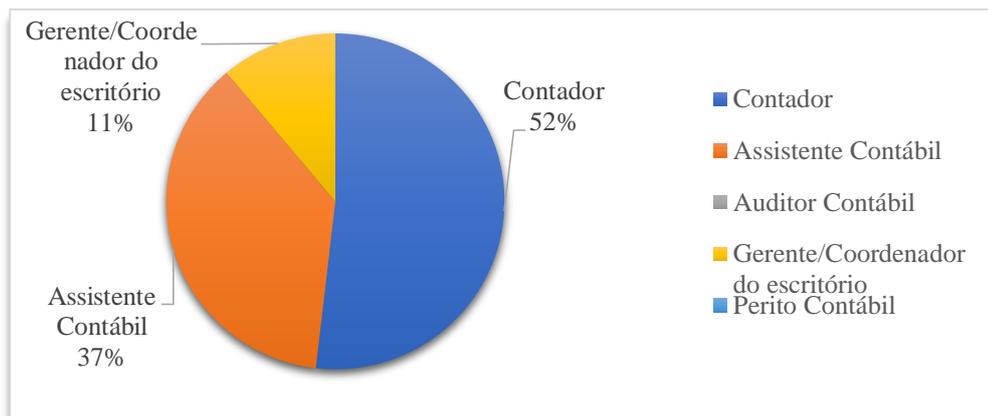


Gráfico 1 – Cargos nos Escritórios

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A primeira pergunta foi elaborada para apontarmos o perfil do entrevistado, o gráfico 1 demonstra que: 52% dos entrevistados são contadores; 37% são assistentes contábeis e 11% são gerentes ou coordenadores dos escritórios, esta pesquisa não teve resultado para auditor contábil, perito contábil e outros. Percebe-se então que o contador é o principal mediador para fornecer as informações contábeis relacionadas ao SIC para seus clientes.

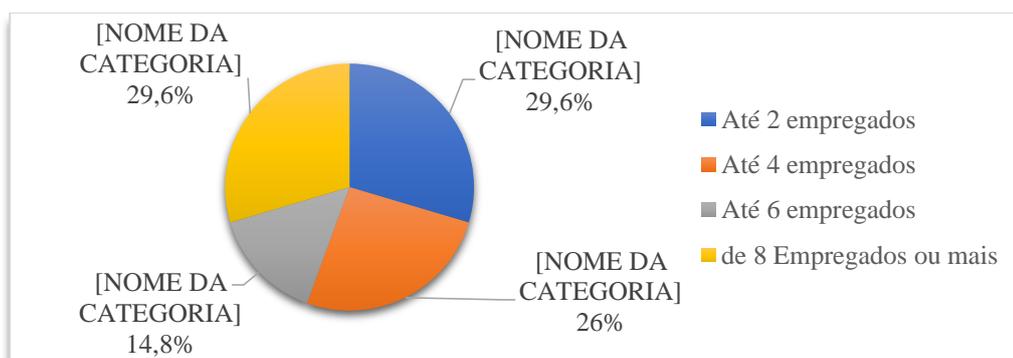


Gráfico 2 – Quantidade de Funcionários

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Essa questão foi realizada para identificar a quantidade de funcionários que atuam nos escritórios de contabilidade, o gráfico 2 demonstra que em nossa pesquisa: 29,6% dos entrevistados afirmam que contém até 2 empregados, assim como também 29,6% possuem 8 empregados ou mais. Respectivamente, 26% têm até 4 empregados e 14,8% até 6 empregados. Segundo Sousa (c2020, p. 13) esta aproximação dos resultados “dependerá do modelo de negócio que o empreendedor deseja alcançar para a sua estrutura funcional”, ou seja, dependerá da quantidade de serviços e clientes que o escritório contém.

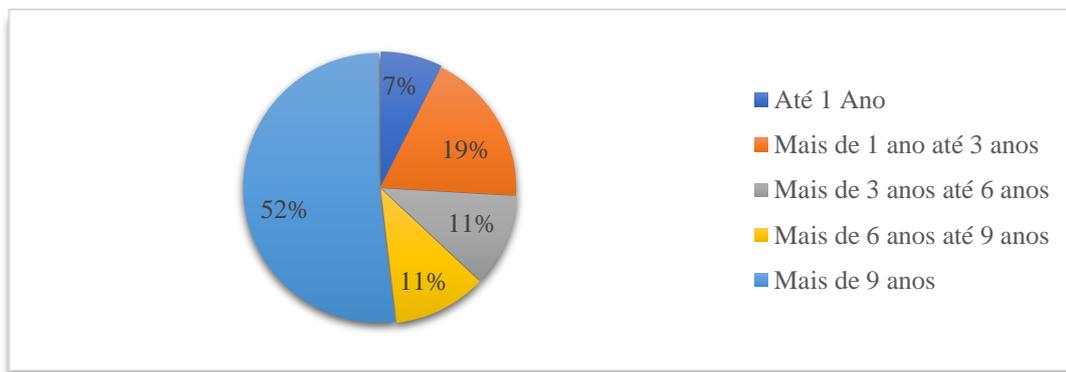


Gráfico 3 – Tempo de atuação dos escritórios no mercado

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A terceira pergunta, relacionada ao gráfico 3, foi elaborada para distinguir o quanto a empresa é consolidada no mercado de trabalho. Nesta situação o maior percentual da pesquisa é de 52%, evidenciando que mais da metade dos entrevistados trabalham em escritórios bem consolidados, com mais de 9 anos de atuação, já o menor de 7%, são de empresas recentes de até 1 ano de funcionamento.

O valor de um escritório de contabilidade está ligado tanto na prestação de serviços com qualidade e tempo hábil das informações geradas, como também na força com que ele está inserido no mercado de trabalho. Segundo Queiroz (2005), para as empresas com curto período de existência, especialmente nos primeiros anos, é necessário possuir um auxílio e uma concentração redobrada em suas decisões, porquanto encontram-se sujeitas às ameaças que levam ao seu encerramento. Diante disso, é muito importante o tempo em que o escritório atua no mercado, pois passa para o cliente a confiança de que a empresa é bem estruturada e consolidada na sociedade.

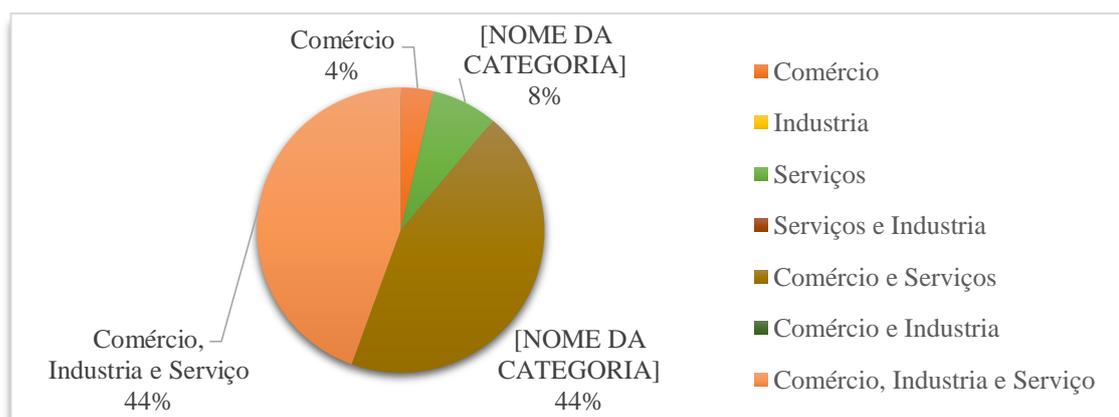


Gráfico 4 – Ramos de atividades dos clientes de escritórios contábeis

Fonte: Dos autores (2020).

Na quarta e quinta pergunta, queríamos reconhecer quais os ramos de atividades dos clientes de escritórios de contabilidade são mais dominantes na cidade de João Pessoa-PB, bem como identificar qual o mais utilizado dos tipos de regime de tributação. No gráfico 4, o percentual com relação ao comércio e serviços, e respectivamente, comércio, indústria e serviços, obtiveram o mesmo resultado com 44% e foram os mais evidenciados nessa pesquisa, apontando a superioridade dessas atividades nos clientes de escritórios entrevistados, só comércio obteve 4% e só serviços com 8%.

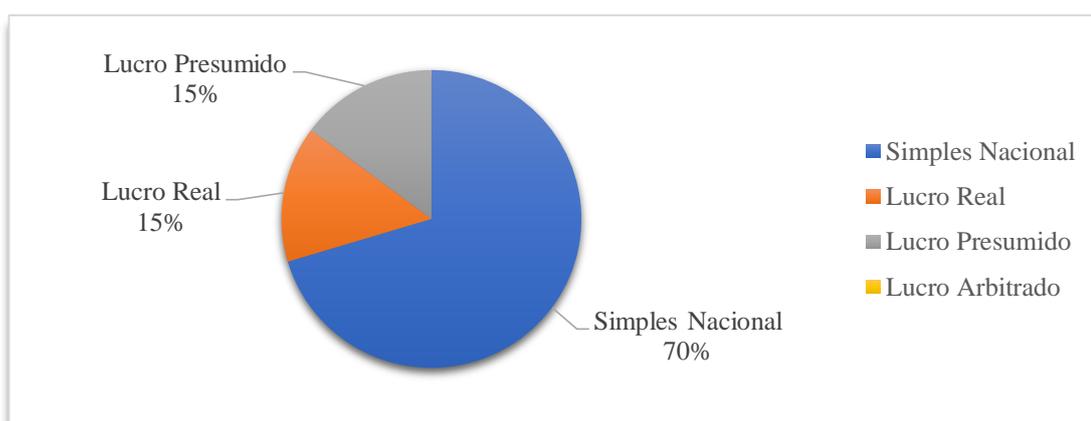


Gráfico 5 - Tipos de regime de tributação dos clientes

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

O gráfico 5 indica uma grande superioridade dentre essas empresas clientes dos escritórios, com 70% optantes pelo regime de tributação do Simples Nacional, e respectivamente, Lucro Presumido com 15% e Lucro Real com 15%.

A opção do regime de tributação pelo Simples Nacional se correlaciona com as atividades escolhidas pelas empresas demonstrado no gráfico 4, já que atividades de comércio e serviços em sua maioria são dotadas pelas micro e pequenas empresas.

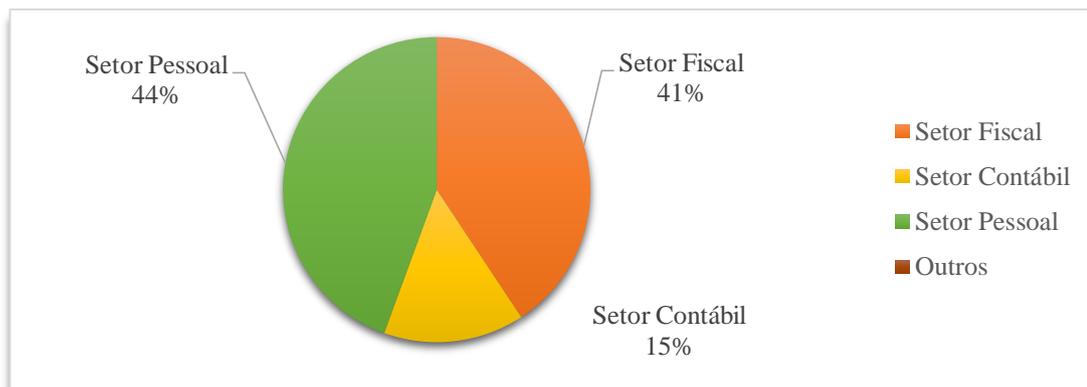


Gráfico 6 – Setores da contabilidade requisitados pelos clientes

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Em relação aos setores da contabilidade que são mais requisitados na geração de informações pelos clientes de escritórios contábeis, o gráfico 6 mostra que há uma semelhança nos resultados obtidos entre o setor pessoal com 44% e o setor fiscal com 41%, em seguida o setor contábil com 15%.

O resultado evidencia que as informações geradas pelo SIC advindas desses setores são de suma importância, visto que o setor pessoal gera informações, tais como: folha de pagamento, admissão e demissão de empregados; transmissão de declarações sociais; entre outros. Em conformidade com o setor fiscal que também gera informações, como: cálculos de impostos, contribuições sociais através do faturamento, bem como transmite as diversas declarações fiscais provenientes do setor. Porém, devemos ressaltar a importância do setor contábil já que ele mensura informações patrimoniais e os resultados da empresa, tais como: informações sobre o lucro ou prejuízo, balanço patrimonial, entre outras informações fundamentais para que o empreendedor tome decisões.

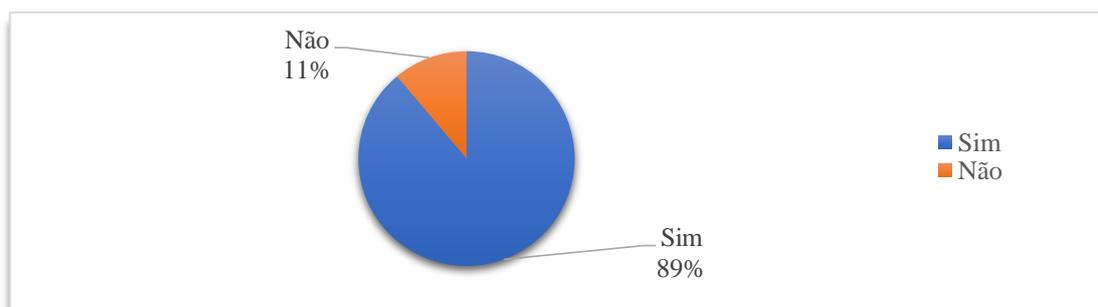


Gráfico 7 – Envio de relatórios contábeis

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A sétima questão está relacionada ao envio de relatórios contábeis aos clientes, e como demonstra o gráfico 7: 89% dos entrevistados concordam que o

envio desses relatórios gerados pela contabilidade auxiliam no processo de tomada de decisão da empresa, divergindo desse ponto de vista, 11% dos entrevistados julgam que os mesmos não interferem.

Na pesquisa realizada por Anselmo (2012), de um total de 13 empresas entrevistadas que recebem os relatórios contábeis, somente 8 (61,54%) manuseiam esses relatórios com base na gestão da empresa, auxiliando em suas decisões, porém 5 empresas (38,46%) obtêm as informações, mas não usufruem.

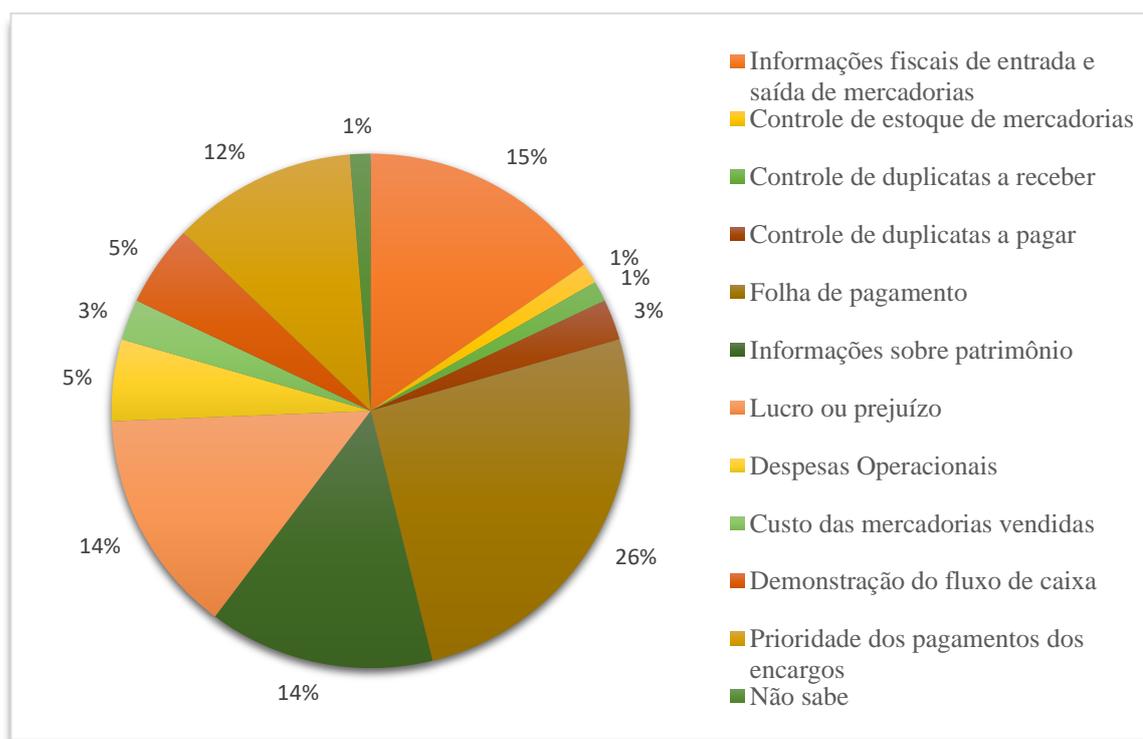


Gráfico 8 – Informações mais utilizadas do SIC

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

O gráfico 8 demonstra a apresentação de algumas informações contábeis, para que fossem demonstradas quais as informações do SIC são mais enviadas para empresas clientes de escritórios de contabilidade. Desta forma o resultado foi: folha de pagamento com 26%, e sucessivamente, informações fiscais de entrada e saída de mercadorias com 15%, informações sobre o patrimônio com 14%, lucro ou prejuízo com 14% e prioridades dos pagamentos dos encargos com 12%. As menos citadas são despesas operacionais e demonstração do fluxo de caixa com 5%, custo das mercadorias vendidas e controle de duplicatas a pagar com 3%, controle de duplicatas a receber, controle de estoque de mercadorias e não soube responder com 1%.

Ao compararmos os resultados do gráfico 6, vemos que o setor pessoal e o setor fiscal são os mais requisitados na geração das informações contábeis, logo no gráfico 8 as informações mais citadas são a folha de pagamento e informações fiscais de entrada e saída de mercadoria, dados esses advindos do setor pessoal e fiscal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como principal objetivo identificar quais as informações do SIC são mais utilizadas por empresas clientes de escritórios contábeis da cidade de João Pessoa-PB. Como meio para atingir o objetivo apontado no estudo foi realizada uma revisão sobre o tema, em artigos científicos e livros. Em seguida foi feita uma pesquisa, através de um questionário, com os profissionais que trabalham em escritórios de contabilidade localizados na cidade de João Pessoa-PB.

A partir do desenvolvimento da pesquisa obteve-se os seguintes resultados:

Em relação ao tempo de atividade dos escritórios de contabilidade, dos 27 profissionais contábeis entrevistados, cerca de 52% estão atuando em escritórios consolidados, pois tem mais de 9 anos de atuação no mercado de trabalho. Em referência a reconhecer o profissional, o contador com 52% foi o principal mediador para entregar as informações contábeis, sendo um resultado bastante expressivo com mais da metade dos entrevistados. Em relação a quantidade de funcionários por escritório, percebe-se que há uma similaridade entre os resultados, onde: 29,6% têm até 2 empregados; em seguida, 26% com até 4 empregados; 14,8% até 6 empregados e 29,6% com 8 empregados ou mais. Essa aproximação dos resultados dependerá do modelo de negócio que o empreendedor deseja alcançar para sua estrutura funcional. Quanto aos setores que foram mais requisitados por seus clientes, estão o setor pessoal com 44% e setor fiscal com 41%.

A pesquisa identificou também o tipo de tributação dos clientes dos escritórios de contabilidade, onde em sua maioria são optantes pelo regime do Simples Nacional com 70%, bem como evidenciou os ramos de atividades dos mesmos, com uma igualdade dos mais citados na pesquisa, onde 44% corresponde aos ramos de comércio, indústria e serviço e comércio e serviço, respectivamente.

Do total de pessoas entrevistadas, quanto ao envio de relatórios contábeis aos clientes, 89% concordam que estes auxiliam na tomada de decisão da empresa,

divergindo desse ponto de vista, 11% dos entrevistados julgaram que os mesmos não interferem.

E para responder o objetivo principal da pesquisa, as informações do SIC que são mais utilizadas por empresas clientes de escritórios contábeis são: folha de pagamento com 26%, e sucessivamente, informações fiscais de entrada e saída de mercadorias com 15%, informações sobre o patrimônio com 14%, lucro ou prejuízo com 14% e prioridades dos pagamentos dos encargos com 12%. As menos citadas são despesas operacionais e demonstração do fluxo de caixa com 5%, custo das mercadorias vendidas e controle de duplicatas a pagar com 3%, controle de duplicatas a receber, controle de estoque de mercadorias e não soube responder com 1%.

Quanto as delimitações deste estudo, a pesquisa limitou-se a cidade de João Pessoa, incluindo apenas os escritórios de contabilidade. Outra delimitação do estudo está associada a adversidade da disponibilidade e o alcance aos entrevistados, em que se idealizava a princípio no mínimo 30 respostas, contudo obteve 27 dos que se propuseram a responder.

Desta forma, o objetivo foi alcançado e como resultado final conseguiu-se que as informações contábeis utilizadas pelo SIC são de grande importância, não só por termos identificado as informações mais utilizadas, mas também para demonstrar como são úteis para as tomadas de decisões e por servirem como um norte, auxiliando da melhor forma os gestores e administradores das empresas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para curso de pós-graduação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ANSELMO, A. T. **Avaliação da qualidade dos serviços contábeis prestados as micro e pequenas empresas comerciais com sede no bairro centro em Biguaçu-SC**. 2012. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- ATKINSON, A. A. *et al.* **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.
- ATKINSON, A. A. *et al.* **Contabilidade gerencial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ATKINSON, A. A. *et al.* **Contabilidade gerencial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- BATISTA, E. O. **Sistema de informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BEZERRA, D. O. **Um estudo sobre a percepção de gestores de médias empresas da região metropolitana de Recife sobre a utilização e importância das informações contábeis no processo de tomada de decisão**. 2012.

Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

BIO, S. R. **Sistema de informações**: um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1996.

BRASIL. Comissão de Valores Imobiliários (CVM). Deliberação CVM nº 29, de 05 de fevereiro de 1986. Aprovar e referendar o pronunciamento anexo do Instituto Brasileiro de Contadores – IBRACON, sobre Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, ano 124, n. 110, p. 2421. 13 jun. 1986.

BOOCKHOLDT, J. L. **Accounting information systems**: transactions processing and controle. 3. ed. Homewood: Irwin, 1993. p. 11-13.

BORINELLI, M. L. **Contabilidade para gestores, analistas e outros profissionais**: de acordo com os pronunciamentos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e IFRS (Normas Internacionais de Contabilidade). 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BORTOLUZZI, C. A. P. *et al.* A utilidade da informação contábil no processo de tomada de decisão: um estudo da percepção dos gestores das empresas de médio porte localizadas em Chapecó-SC. *In*: CONGRESSO DE CONTABILIDADE DA UFRGS, 3.; CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE DA UFRGS, 3., 2018, Porto Alegre. [**Anais**]. Porto Alegre: [s. n.], 2018. p. 3-15.

Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/congressocont/index.php/IIIContUFRGS/IIIContUFRGS/paper/view/92>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CARDOSO, R. L. **Contabilidade Gerencial**: mensuração, monitoramento e incentivos. São Paulo: Atlas, 2007.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico CPC 00 (R2). Estrutura conceitual para relatório financeiro. **Ata da 155ª Reunião Ordinária do Comitê de Pronunciamentos Contábeis**. Brasília, DF: Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2019. Disponível em:

[http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-](http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80)

[Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80](http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80). Acesso em: 20 maio 2020.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CRUZ, F. B. *et al.* A informação contábil em prol do bem estar social. **Revista Eletrônica de Contabilidade**, Santa Maria, RS, v. 2, n. 3, p. 229-241, jul. 2005.

Trabalho apresentado no 1º Simpósio de Iniciação Científica dos Cursos de Ciências Contábeis de Santa Maria, 2005, [Santa Maria, RS]. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/view/219>. Acesso em: 20 maio 2020.

FERNANDES, E. R. *et al.* O uso do sistema de informação contábil como ferramenta para a tomada de decisão nas empresas da região de Contagem - Minas Gerais. *In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA*, 9., 2012, Resende, RJ. [Arquivos]. Resende: [s. n.], 2012. 13 p. Tema: Gestão, Inovação e Tecnologia para a Sustentabilidade. Disponível em:

<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/44416465.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.

GARRISON, R. H. *et al.* **Contabilidade Gerencial**. 11. ed. Rio Janeiro: LTC, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. L.; BIANCOLINO, C. A.; BORGES, T. N. **Sistemas de informações contábeis: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GUIMARÃES, I. P. *et al.* Transparência na administração pública municipal: um estudo de caso sob a ótica dos fundamentos da accountability. *In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA*, 5., 2008, Resende, RJ. [Arquivos]. Resende: [s.n.], 2008. 17 p. Disponível em:

https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/458_Administracao%20Publica%20e%20Accountability.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **A contabilidade e o contador: introdução à teoria da contabilidade para nível de graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAUDON, J. P.; LAUDON, K. C. **Sistemas de informações gerenciais: administrando a empresa digital**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

LAUDON, J. P.; LAUDON, K. C. **Sistemas de informações gerenciais**. 7. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LUNKES, R. J.; SCHNORREBERGER, D. **Controladoria: na coordenação dos sistemas de gestão**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial. A contabilidade como instrumento de análise, gerência e decisão, as demonstrações contábeis: origens e finalidades, os aspectos fiscais e contábeis das leis em vigor**. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, J. C.; RIBEIRO, O. M. **Introdução à contabilidade gerencial**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARION, J. C.; RIBEIRO, O. M. **Introdução à contabilidade gerencial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MARION, J. C.; RIBEIRO, O. M. **Introdução à contabilidade gerencial**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MIRANDA, L. *et al.* Concepções dos usuários sobre o desempenho dos sistemas de informação contábeis das secretarias de finanças municipais e as possíveis características para um sistema contábil ideal. *In: CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DE PERNAMBUCO*, 8., 2009, Olinda. **Anais [...]**. Recife: Edição do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco, 2009. p. 173-187.

MOSCOVE, S. A.; SIMKIN, M G.; BAGRANOFF, N. A. **Sistemas de informações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas de informação gerenciais: estratégias, táticas e operacionais**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas de informações gerenciais**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas, organizações e métodos: uma abordagem gerencial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas e operacionais**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PADOVEZE, C. L. **Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PADOVEZE, C. L. **Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, C. L. **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária: texto e exercícios**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

QUEIROZ, L. M. N. **Investigação do uso da informação contábil na gestão das micros e pequenas empresas da região do Seridó Potiguar**. 2005. Dissertação

(Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005. Disponível em:

http://ppgcont.unb.br/images/PPGCCMULTI/mest_dissert_060.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Básica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

REZENDE D. A; ABREU, A. F. **Tecnologia da informação**: aplicada a sistemas de informação gerenciais. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUSA, P. C. B. **Como montar um escritório de contabilidade**. [Brasília]: Sebrae, c2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ideias/como-montar-um-escritorio-de-contabilidade,7e687a51b9105410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 25 maio 2020.

STAIR, R. M. **Princípios de sistemas de informação**. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

STAIR, R. M.; REYNOLDS, G. W. **Princípios de Sistema de Informação**. 6. ed. São Paulo: 2011.

VEEKEN, H. J. M.; WOUTERS, M. J. F. Using accounting information systems by operations managers in a project company. **Management Accounting Research**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 345-370, set. 2002. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1044500502901885>. Acesso em: 28 maio 2020.

VIEIRA, S. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO DE EMPRESAS DO SEGMENTO DE SEGUROS LISTADAS NA B3

Darlange Pereira de Barros¹
Darlan Oliveira Bezerra²

RESUMO:

A análise de indicadores econômicos e financeiros é uma ferramenta que mede a real situação da empresa para fornecer informações úteis para tomada de decisão. Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo analisar através dos indicadores econômicos e financeiros a situação das empresas do segmento de seguros listadas na B3, verificando as variações ocorridas durante os três últimos exercícios, a partir de uma abordagem comparativa dessas empresas. Para tanto, definiram-se os seguintes objetivos específicos, conceituar as demonstrações contábeis, análise através de índices, gerar indicadores econômico-financeiros de liquidez, rentabilidade e endividamento para avaliação do desempenho, analisar a comparação das empresas durante os três últimos anos de exercícios. Abordar a análise do desempenho econômico e financeiro de empresas do mesmo segmento justifica-se pela sua relevância como potencial instrumento de estudo e pesquisa, permitindo ter uma visão ampla do mercado de seguros. A presente pesquisa consiste em estudo de caráter exploratório, com resultados tratados de maneira forma quantitativa, a partir da coleta de informações em fontes secundárias. Com o levantamento de informações no site da B3, ao longo da pesquisa e da análise das informações retiradas das demonstrações contábeis, foi possível concluir que no índice de liquidez a seguradora Alfa Consórcio obteve o melhor resultado, para o índice de endividamento a IRB Brasil, e finalizando para o índice de Rentabilidade a seguradora BB Seguridade, enquanto as demais seguradoras tiveram variações em seus indicadores. Ressaltam-se ainda a importância do estudo desse segmento, em expansão e bastante lucrativo.

Palavras-chaves: Situação econômica financeira. Seguradoras. Demonstrações contábeis.

ABSTRACT:

The analysis of economic and financial indicators is a tool that measures the real situation of the company to provide useful information for decision making. In this sense, the research aims to analyze through the economic and financial indicators the situation of the companies in the insurance segment listed in B3, verifying the variations that occurred during the last three years, from a comparative approach of these companies. To this end, the following specific objectives were defined, conceptualizing the financial statements, analysis using indexes, generate economic and financial indicators of liquidity, profitability and debt to evaluate performance,

¹ Graduanda do Curso de Ciências Contábeis do instituto de educação superior da Paraíba (IESP) E-mail: darlangebarros@gmail.com

² Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba, Mestrado em Ciências Contábeis pela UFPE e Especialização em Auditoria Contábil-Fiscal pelo IESP. Docente do Curso de Ciências Contábeis e Gestão Financeira da UNIESP Centro Universitário. E-mail: darlanbezerra@hotmail.com

analyze the comparison of companies in the last three years of exercises. Addressing the analysis of the economic and financial performance of companies in the same segment is justified by its relevance as a potential study and research instrument, allowing a broad view of the insurance market. The present research consists of an exploratory study, with results treated in a quantitative way, from the collection of information from secondary sources. With the collection of information on the B3 website, throughout the research and analysis of the information taken from the financial statements, it was possible to conclude that in the liquidity index, the insurance company Alfa Consórcio obtained the best result, for the indebtedness index to IRB Brasil, and finalizing the BB Seguridade insurance company for the Profitability Index, while the other insurers had variations in their indicators. We also emphasize the importance of studying this segment, which is expanding and very profitable.

KeyWords: Financial economic situation. Insurers. Accounting statements.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como foco principal abordar o desempenho de empresas através de indicadores econômicos e financeiros que segundo Ribeiro (2018, p. 202), “Os índices financeiros são extraídos das demonstrações contábeis, por meio de confrontos entre contas ou grupos de contas.”

Sendo assim, a análise de indicadores econômicos e financeiros é uma ferramenta que mede a real situação da empresa e que fornece informações para auxiliar os usuários internos e externos para tomada de decisão.

A importância desse estudo consiste em identificar através de indicadores financeiros e econômicos o desempenho de empresas do segmento de seguros, em um determinado período, visando facilitar a tomada de decisão de um gestor, um acionista ou até um futuro investidor, tendo a finalidade de aprofundar conhecimentos na área contábil, de investimentos e indicadores.

Esse estudo irá analisar as empresas de capital aberto do segmento de seguros, demonstrando para os usuários um controle e acompanhamento da real situação econômica e financeira da empresa, verificando se uma empresa pode arcar com as dívidas ou se os investimentos estão dando lucros, e também, uma base inicial para novos investidores. As empresas de capital aberto têm suas demonstrações contábeis disponíveis para qualquer usuário elaborar estudo e avaliações.

Sendo assim, o presente trabalho estabeleceu como problema de pesquisa: Qual a análise do desempenho das seguradoras listadas na B3 através da análise

dos indicadores econômicos e financeiros? E como objetivo geral analisar através dos indicadores econômicos e financeiros a situação das empresas do segmento de seguros listadas na B3, verificando as variações ocorridas durante os três últimos exercícios das empresas.

Para alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos serão: Conceituar as demonstrações contábeis, análise através de índices, gerar indicadores econômico-financeiros de liquidez, rentabilidade e endividamento para avaliação do desempenho, analisar a comparação das empresas durante os três últimos anos de exercícios das mesmas.

A escolha do tema justifica-se pela sua relevância como potencial instrumento de estudo, para estudantes da área, investidores e gestores, já que a análise de indicadores financeiros econômicos é uma importante ferramenta de gestão, permitindo ter uma visão ampla do mercado de seguros. Acrescenta-se também, que o mercado segurador está em bastante crescimento. De acordo com a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização - CNSEG (2020), o setor obteve uma elevada arrecadação em agosto 2020 de 7,3%, em comparação ao mesmo período de 2019.

O presente estudo consiste em pesquisa aplicada de caráter exploratório, que visa fornecer informações através de indicadores financeiros demonstrando a situação econômica e financeira das empresas em um período determinado.

Nesse sentido, os resultados serão apresentados de forma quantitativa, a partir da coleta de informações e de fontes secundárias, incluindo revisão bibliográfica, planilhas auxiliares e posteriormente estudo de caso. Para a construção do embasamento teórico, dialoga-se com Marion (2019), Ribeiro (2018), Silva (2017) e Malacrida et AL (2018) na legislação, entre outros. A estrutura inicia-se com essa introdução, em seguida temos a fundamentação teórica e metodológica, estudo de caso e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AS SEGURADORAS NO BRASIL

As atividades de seguros no Brasil tiveram início nos primeiros 300 anos depois do descobrimento do Brasil, quando os seguros estavam restritos apenas as atividades marítimas (MALACRIDA et AL 2018).

Em 1808, com a abertura dos portos brasileiros ao comércio estrangeiro, foi criada a Companhia de Seguros “Boa Fé” primeira seguradora do Brasil, localizada na Bahia iniciando as atividades de seguros marítimos (FREIRE,1959). No final do século XIX, o mercado segurador alcançou um nível satisfatório, porém não havia preocupação com a solidez econômica financeira das companhias seguradoras (MALACRIDA et al, 2018).

Atualmente a Arrecadação do mercado de seguros brasileiros está em expansão, sua arrecadação em 2017 foi de R\$ 428,9 bilhões, montante que equivale a 6,5% do PIB do exercício, de acordo com a confederação nacional das empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e de Vida, Saúde suplementar e Capitalização (CNSEG, 2020 p. 03).

Desta forma, a figura 01 mostra o crescimento da arrecadação do mercado segurador, que até 2019 atingiu 489,10 bilhões com crescimento de 9,9%.

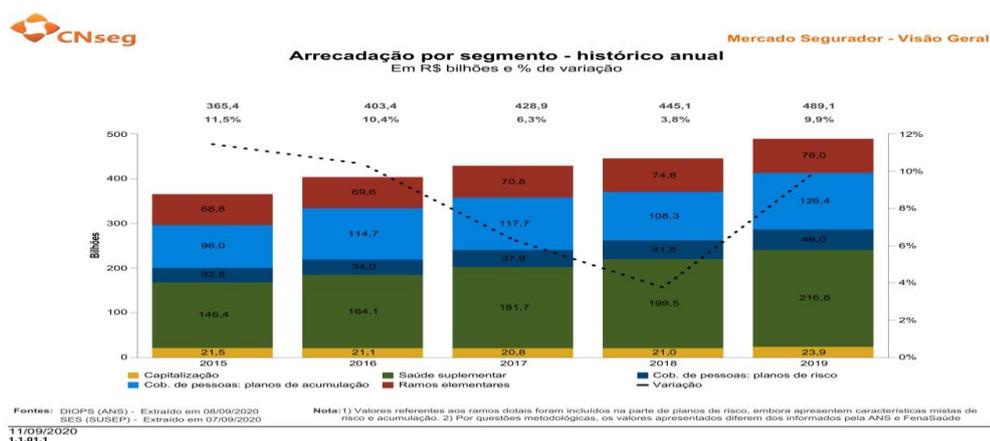


Figura 01: Arrecadação anual

Fonte: (CNSEG, 2020, p, 03).

2.2 IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE

A Contabilidade surgiu há muito tempo, a aproximadamente 2000 anos A.C de forma rudimentar, quando os homens primitivos utilizavam para contar seus instrumentos de caça e pesca e seus rebanhos. O que demonstra que a

preocupação com suas riquezas e propriedade vem sendo realizada desde o período neolítico (MALACRIDA et AL 2018).

Para administrar uma empresa, o gestor necessita de dados com informações precisas como relatórios, valor do lucro, montante das dívidas com fornecedores, valor a receber de clientes, total do imobilizado na sua empresa, e é para fornecer essas informações que a contabilidade é de suma importância.

Neste sentido, a contabilidade é uma ferramenta fundamental que fornece informações úteis sobre o patrimônio das empresas e fornece aos usuários um controle e gestão de pequenas, médias e grandes empresas, auxiliando-os para uma tomada de decisão através de controles econômicos e financeiros em relação ao caminho que os gestores, acionistas e sócios seguirão ao seu negócio.

E como principal objetivo dessa ferramenta essencial é fornecer informações para posteriormente uma tomada de decisão. Segundo Silva (2017, p. 3) “A contabilidade é a linguagem dos negócios e as demonstrações contábeis são os canais de comunicação que nos fornecem dados e informações para diagnosticarmos o desempenho e a saúde financeira da empresa”.

Para Marion (2018, p. 4) “A contabilidade é um instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa”.

E a partir de algumas dessas informações como, notas fiscais de compra e de venda, extratos bancários, comprovantes de pagamentos são produzidos relatórios contábeis para usuários supridos de informações. E dos dados extraídos dos registros contábeis são elaboradas as demonstrações contábeis. Assim sendo, concordamos com Silva (2017, p.9) que considera:

A contabilidade é tida como a linguagem de negócios e está muito relacionada com a análise financeira. As demonstrações contábeis fornecidas pela contabilidade constituem importante grupo de informações que serão examinadas no processo de análise financeira.

Com base na opinião dos autores é possível notar que a contabilidade tem a finalidade de fornecer informações precisas do patrimônio das empresas aos usuários diagnosticando a saúde e ressaltando o seu futuro crescimento, e é através das demonstrações contábeis que obtemos essas informações.

2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

De acordo com NBC TG 26 (2017, p.6) as demonstrações contábeis estão conceituadas da seguinte forma:

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas.

A norma ainda cita que: as demonstrações objetivam o resultado da atuação da administração e proporciona informações referentes aos ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas incluindo ganhos e perdas, fluxo de caixa e alterações no capital próprio das entidades (NBC TG 26, 2017).

As demonstrações exigidas no Brasil de acordo nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 artigo 176º diz:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I- Balanço Patrimonial

II- Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados

III- Demonstrações do Resultado do exercício

IV- Demonstração dos Fluxos de Caixa

V- Se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

(BRASIL, 2007, Art. 176).

As demonstrações contábeis devem ser acompanhadas das notas explicativas, que através delas é possível auxiliar no estudo da situação patrimonial, e dos resultados.

No parágrafo 2º do art 186 da lei 6.404/76, dispensa a obrigatoriedade das demonstrações dos lucros ou prejuízos acumulados, desde que elabore as demonstrações das mutações do patrimônio líquido .

De acordo com a Lei nº 11.638/07, a demonstração do valor adicionado só é obrigatória para as sociedades anônimas de capital aberto e para as companhias fechadas com patrimônio líquido inferior a dois milhões de reais fica dispensada da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

Além das demonstrações exigidas pela lei nº 11.638/07, para as sociedades anônimas de capital aberto ainda são necessárias as seguintes demonstrações obrigatórias: relatórios administrativos, demonstração do resultado abrangente, notas explicativas, relatório do conselho fiscal e relatórios dos auditores independentes.

2.4 ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Também conhecida como análise de balanço a análise das demonstrações contábeis é um procedimento utilizado pela ciência da contabilidade com objetivo de obter informações das demonstrações, para auxiliar no controle e tomada de decisão.

Para Ribeiro (2018, p. 7) “A análise de balanço é uma técnica contábil, que consiste no exame e na interpretação dos dados contidos nas demonstrações contábeis, com o fim de transformar esses dados em informações úteis aos diversos usuários da contabilidade.” Portanto, a análise de balanço é um importante instrumento da contabilidade que verifica a condição das empresas auxiliando gestores das empresas servindo com informações precisas para controle e tomada de decisão.

De acordo com Marion (2019), a análise da situação financeira é baseada nos elementos do Balanço Patrimonial (BP), e a análise da situação econômica é identificada no BP juntamente com as demonstrações do Resultado do exercício (DRE), portanto, o primeiro passo para uma análise é verificar se todas as demonstrações contábeis (inclusive notas explicativas) estão disponíveis.

Para Silva (2017, p. 166), as etapas de um processo de análise financeira são:

- a) coleta das demonstrações contábeis, dos documentos e das informações complementares para análise.
- b) Análise de qualidade da documentação obtida/recebida
- c) Preparação: leitura e padronização das demonstrações contábeis
- d) Processamento: cálculos dos indicadores e obtenção de relatórios.
- e) Análise dos indicadores e relatórios
- f) Conclusão: elaboração do parecer.

Deste modo, através de todas as demonstrações contábeis é possível realizar uma análise patrimonial e financeira dos eventos, classificando-os de acordo com

suas características econômicas, já os indicadores revelam aspectos da situação da empresa.

Para Ribeiro (2017), a análise de balanço pode ser interna ou externa, a interna é realizada por um analista que trabalha na própria entidade, já a externa pode ser realizada por qualquer usuário fora da entidade, que tenha interesse no que se refere à situação econômica e financeira, onde é possível identificar alguns dos seguintes pontos: identificar a capacidade de pagamento, a condição de pagamento dos clientes, concessão de empréstimos, se é possível investir naquele momento entre outros.

A técnica de análise por indicadores é mais do que comparar quocientes, é divulgar o que ocorreu anteriormente, fornecendo base para que o gestor tome decisão sem, ou antes, de impactar no futuro da entidade.

Diante do que foram apresentados, os indicadores financeiros e econômicos são algumas das técnicas da análise das demonstrações contábeis, portanto, o objeto de análise dos indicadores são as demonstrações contábeis.

2.5 INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Os indicadores financeiros são relação entre contas, grupos de contas das demonstrações contábeis, que tem por objetivo fornecer informações úteis de forma direta nas demonstrações contábeis (SILVA, 2017). Dessa forma, a análise de indicadores possibilita aos usuários obter um bom diagnóstico quanto à situação econômica e financeira das companhias.

Segundo Ludícibus, (2017) a finalidade do uso dos quocientes é retratar o que ocorreu no passado, e oferecer base para não interferir no futuro, e assim identificar soluções para uma tomada de decisão. Ele enfoca que essa ferramenta, além de demonstrar a situação da empresa no passado, auxilia para projeção no futuro.

Assim sendo, a análise de indicadores através das demonstrações contábeis é um instrumento de grande importância que possibilita aos acionistas, gestores, administradores, e os bancos selecionar as empresas com melhores resultados.

Para Marion (2019), figura 02, os três pontos fundamentais de análise são: Liquidez (Situação de Financeira), Rentabilidade (Situação Econômica) e Endividamento (Estrutura de Capital), formando o tripé de análise.

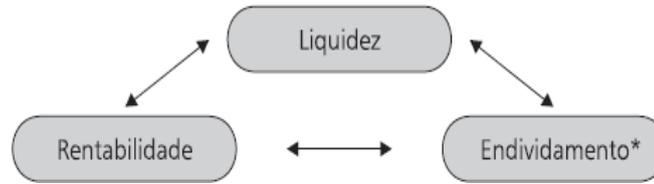


Figura 02: Tripé da análise

Fonte: (Marion, 2019, p, 01).

Os indicadores mais utilizados na análise das seguradoras são: estrutura de capital, liquidez, atividade e rentabilidade.

2.5.1 Índice de Estrutura de Capitais

De acordo com Ribeiro (2018, p.203), este índice serve para avaliar o grau de endividamento das empresas, em proporção às origens dos capitais investidos.

a) Participação de capital de terceiros

Para Silva (2017, p. 252), este indicador revela o percentual de capital de terceiros em relação ao patrimônio líquido.

$\text{Participação de Capital de terceiros} = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$

b) Composição do endividamento

Este índice revela a proporção entre as obrigações de curto prazo e as obrigações totais. (RIBEIRO, 2018 p. 206).

$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Exigível Total}}$
--

c) Imobilização do patrimônio líquido

Este indicador demonstra “o quanto de investimentos que Advém dos sócios é investido no imobilizado”. (MALACRIDA et al, 2018, p. 178).

Imobilização do PL =	$\frac{\text{Ativo não circulante - Realizável a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
----------------------	--

d) Imobilização dos recursos não correntes

Conforme Ribeiro (2018, p. 210), este indicador “revela a proporção entre o ativo fixo e os recursos não correntes.”

Imob. dos Recursos não Correntes =	$\frac{\text{Ativo não circulante - Realizável a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido + Passivo Exigível a Longo Prazo}}$
------------------------------------	---

2.5.2 Índice de Liquidez

De acordo com Malacrida et al (2018, p.174), “Os indicadores de liquidez avaliam a capacidade de pagamento, de curto ou longo prazo da empresa.”

Para Ribeiro (2018), esse índice evidencia o grau de solvência, independentemente da solidez ou não da empresa, e o compromisso dos pagamentos a terceiros.

Para comprovar com que os autores citaram Silva (2017), afirma que:

Os índices de liquidez visam fornecer um indicador da capacidade da empresa de pagar suas dívidas, a partir da comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades. No geral, a liquidez decorre da capacidade de a empresa ser lucrativa, da administração de seu ciclo financeiro e de suas decisões estratégicas de investimento e financiamento.

Entre os indicadores de liquidez podemos citar: Liquidez Geral, Liquidez corrente, Liquidez seca e Liquidez imediata.

a) Liquidez geral

Para Ribeiro (2018, p.212), Este indicador verifica “se a empresa tem solidez financeira suficiente para cobrir os compromissos de curto e longo prazo assumidos com terceiros.”

Liquidez Geral =	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$
------------------	---

b) Liquidez corrente

Segundo Ribeiro (2018, p.214), “O quociente revela a capacidade financeira da empresa para cumprir os seus compromissos de curto prazo.”

Liquidez Corrente =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
------------------------	---

c) Liquidez seca

Para Malacrida et AL (2018), o índice de liquidez seca verifica a capacidade de pagamento de passivos a curto prazo. A fórmula deste indicador é diferente para outras empresas, pois entra no ramo de atividade das companhias.

Liquidez Seca =	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Despesas Antecipadas} - \text{CAD}}{\text{Passivo Circulante}}$
-----------------	--

CAD= Custos de aquisição diferidos

d) Liquidez imediata

De acordo com Malacrida et AL (2018), este indicador analisa se a seguradora consegue pagar seus compromissos de curto prazo.

$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}}$

2.5.3 Índice de Rentabilidade

De acordo com Ribeiro (2018), este indicador evidencia o quanto de capital foi investido, evidenciando o grau de êxito econômico.

a) Giro do ativo

Este índice mede a proporção do volume de vendas e investimentos, ou seja, a produtividade dos investimentos totais (SILVA, 2019).

$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$
--

b) Margem líquida

De acordo com Iudícibus (2017), este indicador compara o lucro líquido com as vendas líquidas do período.

$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$

c) Rentabilidade do ativo

Para SILVA (2019), O índice de Rentabilidade do Ativo, também denominada por taxa de retorno sobre o ativo total ROA (Return on Total Assets) ou taxa de retorno sobre investimentos ROI, (Return on investment).

$\text{Rentabilidade do ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$

d) Rentabilidade do patrimônio líquido

Rentabilidade do Patrimônio Líquido também nomeada por ROE (return on equity), esse indicador revela a proporção da taxa de lucro obtido pelo capital próprio investido na empresa (RIBEIRO, 2018).

Rentabilidade do Patrimônio Líquido =	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
---------------------------------------	--

Por tanto, a técnica de análise de indicadores é um instrumento indispensável das demonstrações contábeis para o governo, administradores, fornecedores, bancos, clientes, sindicatos e investidores, pois proporciona resultados completos do desempenho das empresas, revelando com transparência a situação econômica e financeira, de acordo com os interesses próprios.

3 METODOLOGIA

Neste trabalho, o caminho metodológico consiste em pesquisa de caráter exploratória, que segundo Gil (2002, p.41):

(...) tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Pode envolver levantamento bibliográfico ou entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Nesse sentido, os resultados serão apresentados de forma quantitativa, a partir da coleta de informações de fontes secundárias, além de estudo de caso, incluindo revisão bibliográfica. Como fontes de pesquisa, a fim de colher o referencial teórico, serão utilizados livros de MALACRIDA et AL (2018), MARION (2019), RIBEIRO (2018) e SILVA (2019), Além da legislação, artigos e sites, que estão relacionados ao tema.

A aplicação do estudo de caso, visa analisar as demonstrações contábeis das empresas do segmento de seguros que estão listadas no site da B3, e por meio delas extrair os números para comparar e analisar os indicadores econômico-

financeiros, demonstrados através de gráficos e planilhas, nos anos de 2019,2018 e 2017.

As empresas que foram analisadas neste estudo, conforme relação da B3:

- BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
- CIA SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA
- CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.
- IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.
- PORTO SEGURO S.A.
- SUL AMÉRICA S.A.

4 ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO

Neste artigo foi desenvolvido um estudo de caso, em que inicialmente foi realizada a coleta dos dados das demonstrações contábeis através do site da B3, em seguida os cálculo dos indicadores financeiros econômicos através do balanço patrimonial e das demonstrações do resultado do exercício das instituições, nos anos de 2017,2018 e 2019.

Para contribuir com o resultado de comparação das empresas, foi elaborado gráficos com a comparação entre as empresas, através das fórmulas mencionadas na fundamentação teórica.

4.1 ANÁLISE POR ÍNDICES

4.1.1 Análise dos Indicadores de Liquidez

O índice de liquidez verifica a capacidade de pagamento que a empresa tem em pagar suas dívidas, de curto e longo prazo, durante os anos de 2017,2018 e 2019, demonstramos os indicadores de liquidez. Os principais indicadores de liquidez relacionados neste estudo foram: geral, corrente, seca e imediata.

No índice de liquidez Geral temos representado no gráfico nº 01:

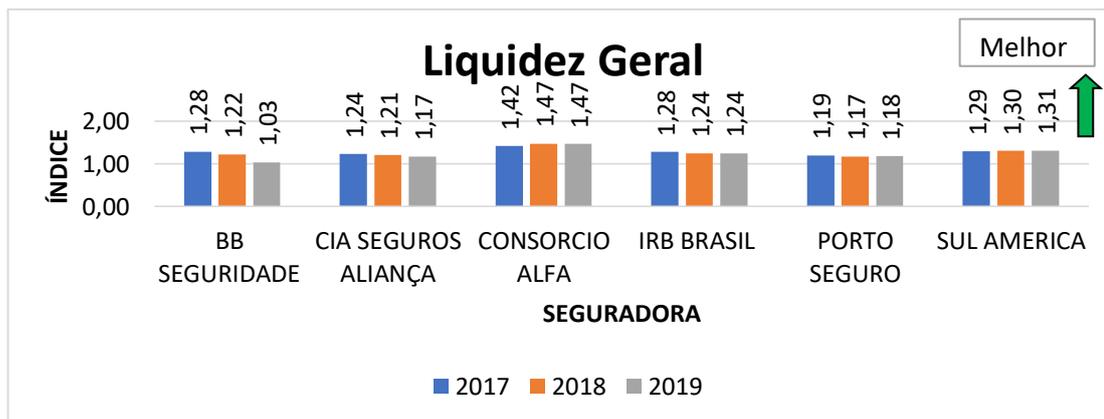


Gráfico 01 – Indicador de liquidez Geral
 Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Este indicador revela o quanto as empresas possuem no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, para cobrir todas as suas obrigações de curto e longo prazo, o indicador necessário para cobrir essas obrigações deve ser igual ou superior a 1,0. No gráfico 01, é possível verificar que no primeiro ano da análise todas as empresas atingiram o indicador favorável, BB Seguridade 1,28, CIA Seguros 1,24, Consórcio Alfa 1,42, IRB Brasil 1,28, Porto Seguro 1,19 e Sul América 1,29.

No ano de 2018, os indicadores permaneceram superiores a 1,0, já no ano de 2019 a empresa BB Seguridade teve uma redução de 1,22 para 1,03, e a empresa Consórcio Alfa obteve o maior indicado, de 1,47. No resultado geral apresentado dos três anos todas as seguradoras obtiveram um indicador satisfatório para arcar com todas suas obrigações, e o Consórcio Alfa teve um resultado mais satisfatório em comparação com as demais. No indicador de Liquidez Corrente temos:

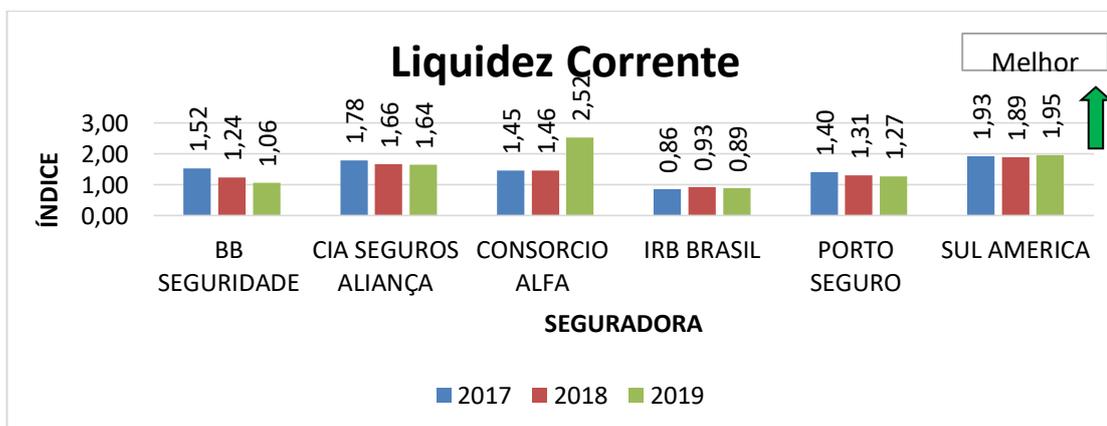


Gráfico 02 – Indicador de liquidez Corrente
 Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Este indicador tem a função de verificar a capacidade financeira da empresa em realizar todas as suas obrigações de curto prazo, pois quanto maior, melhor para as seguradoras. Os índices variaram nos três anos entre 0,89 e 2,52, para este indicador ser satisfatório é necessário ser maior que 1.

De acordo com o gráfico 02, em 2017 é possível identificar que a empresa IRB Brasil não obteve investimento no ativo circulante para cumprir com suas obrigações, alcançando um resultado desejável de 0,89, abaixo do resultado mínimo esperado. As empresas BB seguridade, CIA Seguros Aliança, Consórcio Alfa, Porto Seguro e Sul América tiveram um resultado superior a 1, suficiente para efetuar o pagamento das dívidas de curto prazo.

No ano de 2018, as empresas BB Seguridade, Cia Seguros aliança, Porto Seguro e Sul América tiveram uma redução com queda respectivamente de, 0,28, 0,12, 0,09 e 0,04 comparado a 2017. A empresa IRB obteve um acréscimo de 0,86 para 0,93, porém permaneceu desejável, a empresa Consórcio Alfa apresentou um melhor resultado, onde permaneceu de 1,45 para 1,46.

Em 2019, o Consórcio Alfa apresentou um índice elevado de 2,52, mantendo um grau de segurança nos três anos, e a Sul América obteve um valor considerável de 1,95, pois para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo, existe 2,52 e 1,95, respectivamente no caixa da empresa. A BB seguridade, CIA seguros Aliança, e a Porto Seguro finalizaram com resultado positivo acima de 1. A IRB atingiu um valor inferior de 0,89, indicando que essa empresa não possui capital suficiente para arcar com suas obrigações.

Em uma análise geral a empresa que melhor se destacou neste indicador foi o Consórcio Alfa, pois manteve crescimento de 1,07 desde o início da análise e encerrou com 2,52, ou seja, possui recurso suficiente com uma folga de 1,52 para cada R\$ 1,00 de dívida.

O indicador de Liquidez seca é evidenciado conforme os dados apurados no gráfico nº 03:

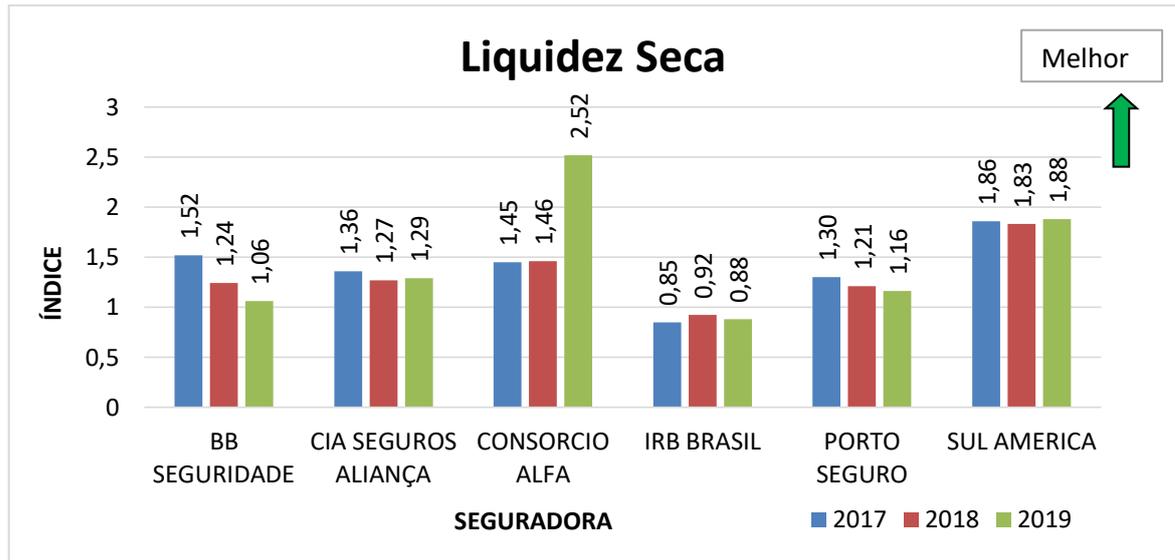


Gráfico 03 – Indicador de liquidez Seca

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No cálculo de liquidez Seca diminui ainda mais a capacidade de pagamento para verificar as empresas em maior risco financeiro. No ano de 2017, BB Seguridade, CIA Seguros, Consórcio Alfa, Porto Seguro e Sul América, obtiveram índices maiores do que a margem de R\$ 1,00. A IRB Brasil com indicador de 0,85, teve resultado insuficiente para quitar com suas obrigações de curto prazo.

No ano de 2018, a IRB Brasil não atingiu o índice desejável, com um indicador de 0,92, enquanto a BB Seguridade, Cia Seguro, Consórcio Alfa, Porto Seguro e Sul América atingiram acima de 1, apresentando resultado favorável.

No ano seguinte, a BB Seguridade, Cia Seguros Aliança e Porto Seguro tiveram seus índices reduzidos comparados ao do início da análise, porém, com boa capacidade para cumprir com suas obrigações. A IRB Brasil encerrou com 0,88, abaixo da margem de 1, apresentando resultado negativo, o Consórcio Alfa e Sul América alcançou resultado positivo, encerrando com 2,52 e 1,88, ou seja, para cada R\$1,00 de dívida a curto prazo tem valores disponíveis acima do previsto, demonstrando capacidade suficiente em quitar suas dívidas tranquilamente de curto prazo.

Por fim a análise de liquidez Imediata, é representada no gráfico nº 04:

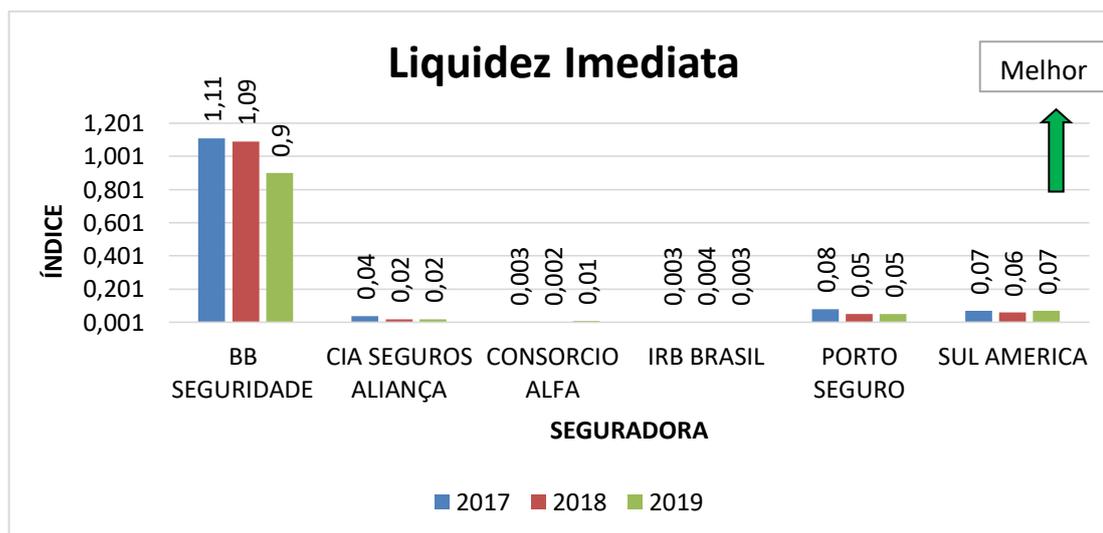


Gráfico 04 – Indicador de liquidez Imediata

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Na análise de liquidez imediata revela quanto a empresa possui de disponibilidade para cada obrigação de curto prazo. Portanto quanto maior este índices melhor paras as seguradoras.

Em 2017, a BB seguridade foi a única seguradora que apresentou um resultado positivo, as demais obtiveram um resultado negativo abaixo da margem de 0,5 para este indicador.

Para 2018, a BB Seguridade apresentou uma queda de 0,02 décimos, porém garantindo situação favorável, a CIA Seguros Aliança, Consórcio Alfa, Porto Seguro e Sul América também apresentaram queda, respectivamente de, 0,02, 0,001, 0,03 e 0,01 décimos, insuficientes para a margem do indicador.

No terceiro ano, a única seguradora que apresentou resultado favorável foi a BB Seguridade encerrando a análise com 0,90.

4.1.2 Análise dos Indicadores Estrutura de Capitais

Através dos indicadores de estrutura de capitais é possível avaliar quanto a empresa oferecem a seus credores para quitação de suas dívidas, em relação as contas do Patrimônio Líquido e Passivo.

Na apuração da Participação de capitais de terceiros, segue representado pelo gráfico nº 05:

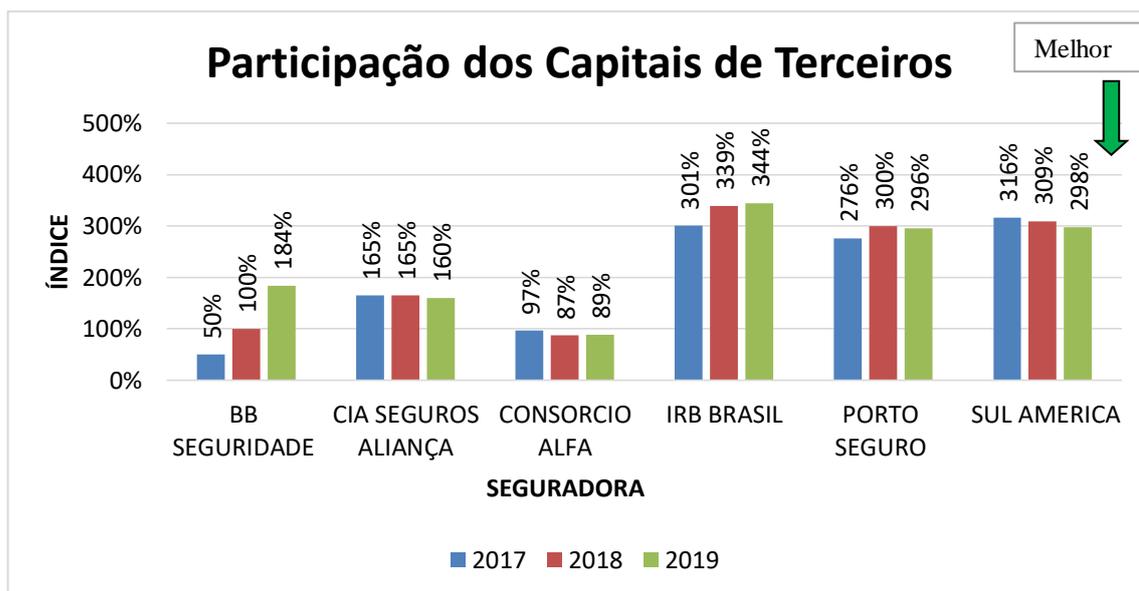


Gráfico 05 – Indicador de Participação dos Capitais de Terceiros

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Também chamado de índice de endividamento, a análise de Participação de Capital de Terceiros indica o percentual de capital de terceiros em relação ao patrimônio líquido, quanto menor melhor para independência das seguradoras a terceiros.

No primeiro ano da análise, as seguradoras BB Seguridade e Consórcio Alfa apresentaram uma menor dependência com 50% e 97%, em comparação as outras seguradoras, onde apresentaram índices maiores que 100%.

Em 2018, as empresas que mantiveram crescimento desse índice, BB Seguridade, IRB Seguros, Porto Seguro e Sul América. Consórcio Alfa reduziu seu índice para 87% e CIA Seguros Aliança manteve no índice de 2017.

No terceiro ano a BB Seguridade aumentou consideravelmente para 184%, a IRB Brasil passou para 344%, e a Porto Seguro para 296%. A CIA Seguros Aliança diminuiu para 160%, Sul América para 298%, enquanto a Consórcio Alfa 89%.

A Composição de Endividamento, determina o percentual de dívida total que vence a curto prazo das seguradoras, demonstrado no gráfico de nº 06.

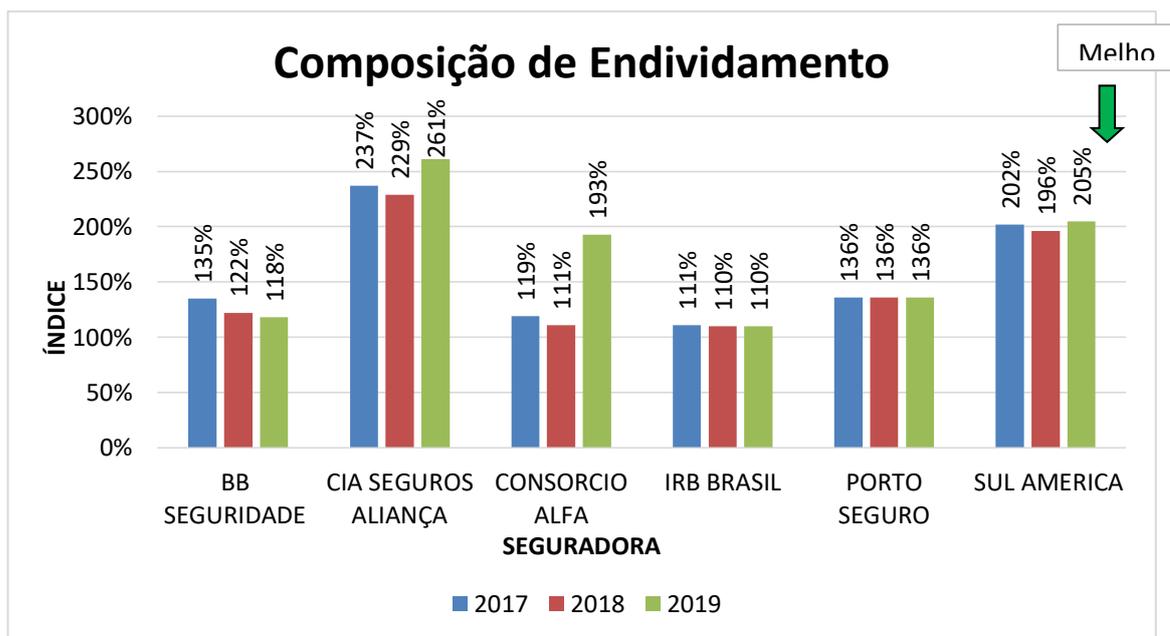


Gráfico 06 – Indicador de Composição de Endividamento

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

De acordo com o gráfico nº 06, em 2017 o indicador demonstra-se uma variação de 111% da IRB Brasil e 237% para CIA Seguros Aliança, neste caso, percebe-se que todas as empresas utilizam muito capital de terceiros e pouco recurso de capital próprio.

No ano seguinte todas as seguradoras diminuíram seu índice, exceto a IRB Brasil que se manteve com o percentual de 2017, com 136%.

Para o ano de 2019 observa-se que, CIA Seguros Aliança, Consórcio Alfa e Sul América aumentaram respectivamente para 261%, 193% e 205%, as empresas BB Seguridade e IRB Brasil diminuíram seus índices, encerrando a análise com 118% e 110%, obtendo melhores resultado na análise. Porto Seguro manteve o índice de 2017, com 136%.

O índice de Imobilização do Patrimônio Líquido, revela o quanto de patrimônio a empresa utilizou no Ativo, representando abaixo no gráfico nº 07:

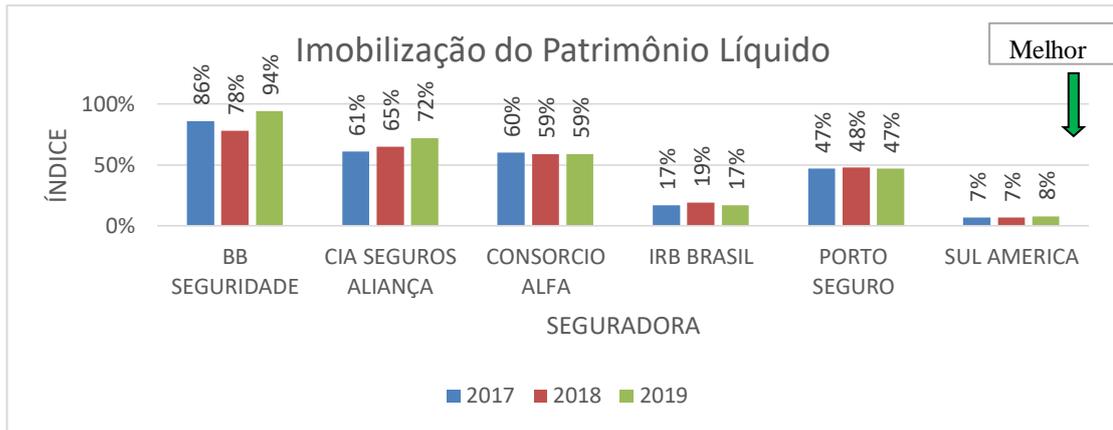


Gráfico 07 – Indicador de Imobilização do PL

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No primeiro ano da análise, percebe-se uma variação considerável de 7% a 86% no grau de imobilização do PL, portanto, significa que para cada R\$ 100,00 de Patrimônio Líquido as seguradoras Sul América e BB Seguridade, imobilizam consecutivamente R\$7,00 e R\$ 86,00.

Em 2019, as empresas BB Seguridade com 94%, e CIA Seguros Aliança 72% que aumentaram seu índice, demonstrando maior dependência de capital de terceiros, de R\$100,00 de capital próprio a empresa tem R\$ 94,00 e R\$ 72,00 destinados no ativo fixo, enquanto o Consórcio Alfa, IRB Brasil, Porto Seguro e Sul América alcançaram índices abaixo de 60%.

O índice de Imobilização de recursos não correntes das seguradoras é representado no gráfico nº 08:

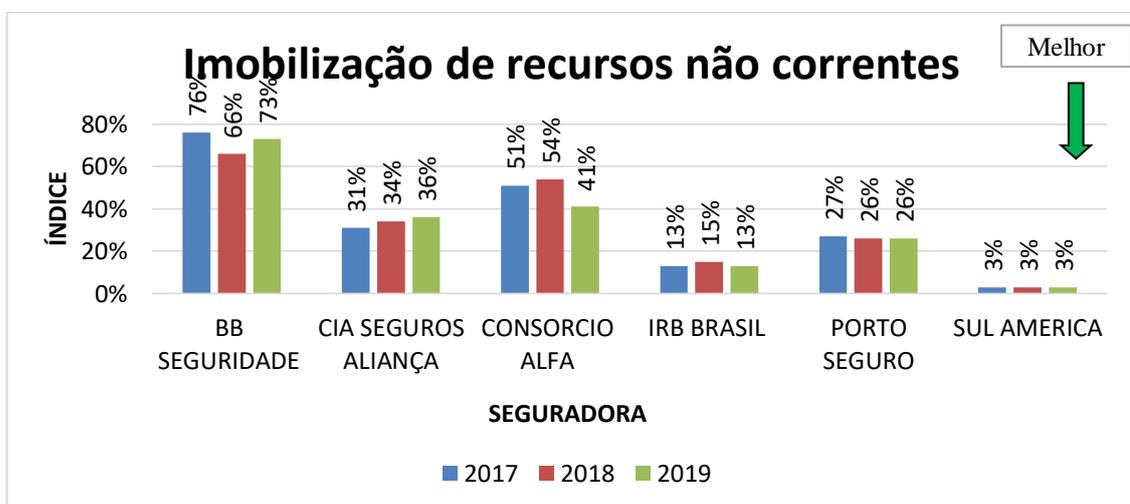


Gráfico 08 – Indicador de Imobilização de recursos não correntes

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No ano de 2017, constatou-se uma variação de 3% a 76%, a Sul América representando 3% obteve um índice positivo, pois para cada R\$100,00 de PL, a empresa aplicou no ativo fixo apenas R\$3,00.

No ano seguinte, as seguradoras CIA Seguros, Consórcio Alfa, e IRB Brasil, apresentaram aumento consecutivamente de 3 %, 3% e 2%, indicando situação estável de crescimento.

Em 2019 último ano analisado, evidenciando que quanto menor o índice melhor a situação das empresas, portanto a empresa Sul América obteve resultado satisfatório, para quitar todo o ativo fixo da empresa, enquanto a BB Seguridade apresentou resultado menos favorável, porém ainda dentro da margem estimada.

4.1.3 Análise dos Indicadores de Rentabilidade

A seguir será apresentado o indicador Giro do Ativo, representado pelo gráfico nº 09:

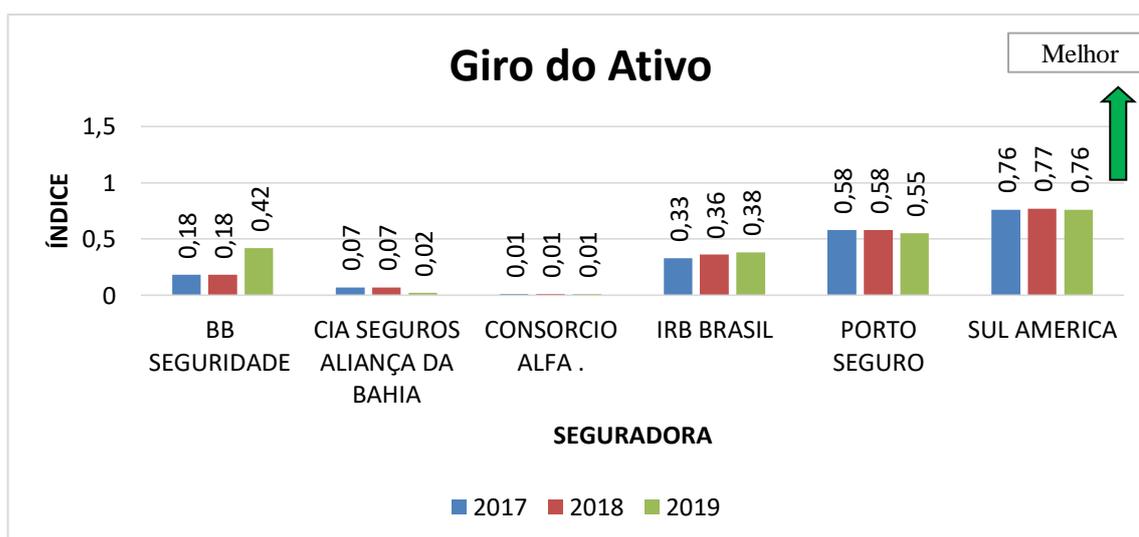


Gráfico 09 – Indicador Giro do Ativo

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No indicador do giro do ativo, percebe-se o quanto a empresa vendeu sobre seu ativo total, portanto, temos no primeiro ano da análise, os seguintes resultados: BB Seguridade 0,18, CIA Seguros 0,07, Consórcio Alfa 0,01, IRB Brasil 0,22, Porto Seguro 0,58. A Sul América apresentou o melhor resultado em 2017, com 0,76.

Em 2018, a Sul América, Porto Seguro e IRB Brasil permaneceram com resultado favorável de 0,77,058 e 0,36. As demais seguradoras obtiveram resultado inferior ao desejado.

No último ano da análise do Giro do Ativo observa-se que a seguradora com o resultado maior foi a Sul América de 0,76, mantendo o índice de 2017, pois para cada R\$100,00 do ativo total a empresa vendeu R\$ 76,00 durante o ano.

Através do indicador de margem líquida é possível analisa a rentabilidade da empresa, o quanto essa empresa obtém de lucro para cada 100,00 vendido, representado no gráfico nº 10.

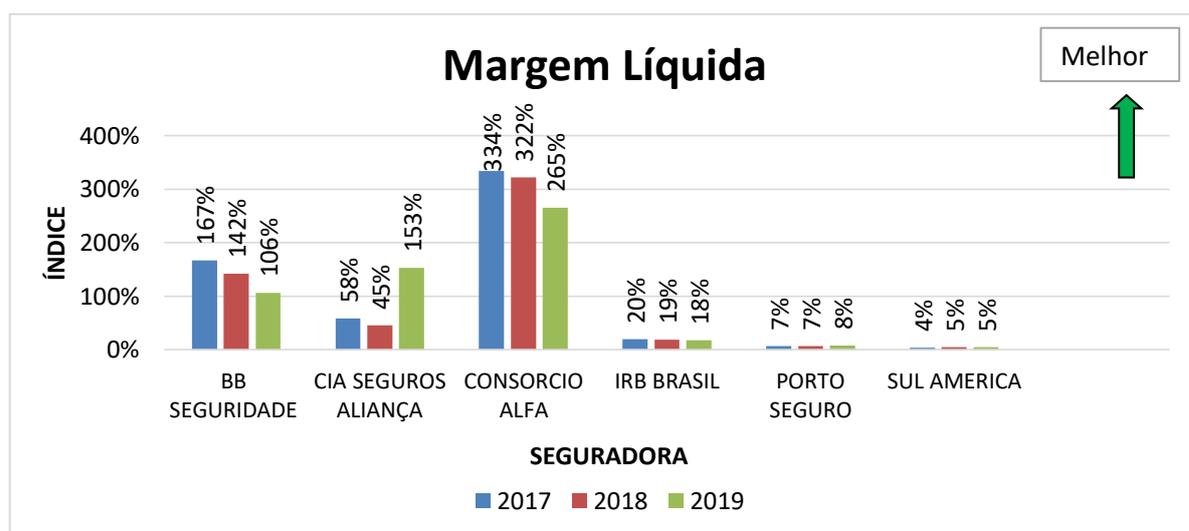


Gráfico 10 – Indicador Margem Líquida

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No indicador de Rentabilidade da margem líquida para ter resultado positivo na interpretação desse índice, quanto maior melhor para as empresas, tem-se em 2017, em escala decrescente Consórcio Alfa com 334%, BB Seguridade com 167%, CIA Seguros Aliança 58%, IRF Brasil com 20%, Porto Seguro com 7% e por último Sul América com 7%.

Para 2018, BB Seguridade, CIA Seguros, Consórcio Alfa e IRB Brasil apresentaram redução respectivamente de 25%, 13%, 12% e 1%, enquanto a Sul América apresentou um acréscimo de 1% e a Porto Seguro manteve o índice do ano anterior.

Em 2019, de acordo com leitura do índice de quanto maior melhor, temos o Consórcio Alda com o resultado de 265%, permanecendo com resultado mais

satisfatório. Em continuidade temos CIA Seguros 153%, BB Seguridade 106%, IRB Brasil 18%, Porto Seguro 8% e Sul América 5%.

De acordo com o índice de rentabilidade do ativo temos demonstrado no gráfico nº 11 os seguintes resultados.

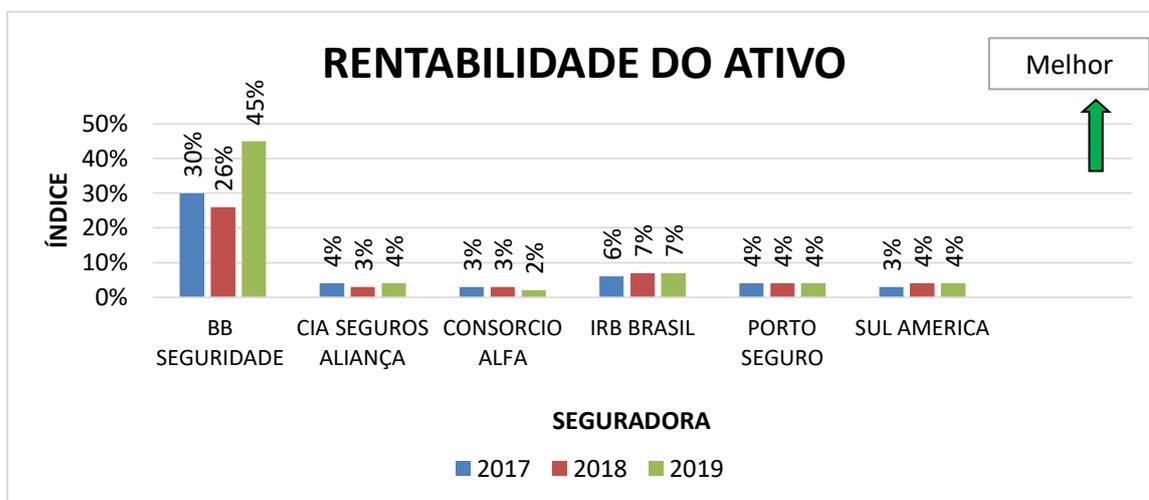


Gráfico 11 – Indicador de Rentabilidade do Ativo

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Em 2017, esse indicador de Rentabilidade do ativo, que pela interpretação quanto maior, melhor, temos os seguintes resultados: 30% BB Seguridade, 6% IRB Brasil, 4% Porto Seguro, 4% CIA Seguros, 3% Consórcio Alfa e 3% Sul América.

No segundo ano da análise a BB Seguridade teve uma queda em seu indicador de 4% e CIA seguros de 1%, enquanto a IRB Brasil e a Sul América obtiveram um aumento de 1%, Consórcio Alfa e Porto Seguro manteve o indicador de 2017.

No último ano, observa-se uma variação de 45% a 4% dos índices. A seguradora BB Seguridade encerrou o ano com o indicador maior entre as demais de 45%, contra 7% 4 % e 2%.

No índice de Rentabilidade do Patrimônio líquido, temos representado no gráfico nº12.

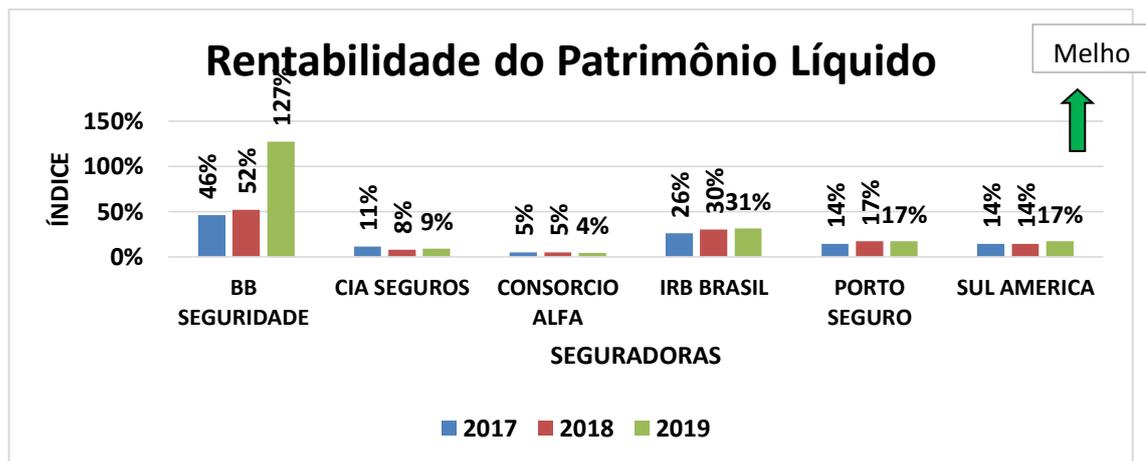


Gráfico 12 – Indicador de Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Também conhecido como ROE, no primeiro ano da análise o PL das empresas foi de 46% BB Seguridade, 26% IRB Brasil, Porto Seguro e Sul América com 14%, 11% CIA Seguro e 5% Consórcio Alfa. No Ano seguinte três seguradoras aumentaram seu índice, BB Seguridade para 52%, IRB Brasil em 30%, Porto Seguro com 17%, enquanto a CIA Seguros reduziu para 8%. A Consórcio Alfa e Sul América permaneceu com o mesmo índice de 2017.

Por fim, no último ano da análise em 2019, a seguradora que apresentou o melhor resultado demonstrado pelo gráfico nº 12, foi a BB Seguridade com 127%, concluindo que a empresa alcançou R\$127,00 de Lucro Líquido para cada R\$100,00 de capital próprio investido. A IRB Brasil, Porto Seguro e Sul América tiveram crescimento, com 31%,17% e 17% respectivamente, já a CIA Seguros e Consórcio Alfa, tiveram redução do índice para 9%, e 4% comparado ao ano de 2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado ao longo do artigo, pode-se perceber a importância da análise de indicadores econômicos e financeiros entre empresas do mesmo segmento, visto que as seguradoras competem entre si, em busca de melhores resultados. Portanto é importante, que os gestores, acionistas, sócios, estudantes e usuários da contabilidade aprofundem no segmento das empresas, pois através da comparação entre elas, pode-se perceber qual empresa tem resultados mais eficientes para tomada de decisões assertivas em seus planos e projetos.

Como principais resultados desta pesquisa, observa-se nos indicadores de liquidez que a seguradora Consórcio Alfa obteve o melhor resultado em três indicadores, liquidez geral, corrente e seca. Já no indicador de liquidez imediata a BB Seguridade adquiriu um melhor resultado.

Para o índice de endividamento pode-se perceber que para a participação de capital de terceiros a seguradora consórcio Alfa alcançou um melhor resultado, para o índice de composição de endividamento a IRB Brasil mostrou-se mais consolidada com pouca variação entre os três anos e obteve o menor indicador. De acordo com o índice de Imobilização do PL e de Imobilização de recursos não correntes a IRB Brasil, Porto Seguro e Sul América tiveram bons resultados, destacando com o menor a IRB Brasil.

Com relação ao índice de Rentabilidade no indicador giro do ativo observa-se que a Sul América obteve em destaque com o melhor resultado. Para o índice de margem líquida a Seguradora Consórcio Alfa teve um bom desempenho. Nesses indicadores Rentabilidade do ativo e rentabilidade do PL a BB Seguridade saiu à frente das demais seguradoras.

Diante dos resultados no índice de liquidez a seguradora Alfa Consórcio, para o de endividamento a IRB Brasil, e finalizando a empresa BB Seguridade para o índice de Rentabilidade, mostrando aos usuários, enquanto as demais seguradoras tiveram variações em seus indicadores.

Embora esse tema tenha uma amostra considerável de pesquisas, com o objetivo de analisar as seguradoras só foi encontrado uma amostra, entretanto, não são de seguradoras inseridas no mercado de capitais como é o assunto deste artigo, dificultando assim fazer comparações.

Este artigo proporcionou um aprofundamento do assunto para a acadêmica e que será utilizado em sua vida profissional. Sugere-se novas pesquisas e aprofundamento deste ramo de atividade bastante lucrativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõem sobre as sociedades por ações.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em:

26 set. 2020.

BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Altera e revoga dispositivos da lei nº 6.404/76, e da lei nº 6. 835/76, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm#art1. Acesso em: 26 set. 2020.

CNSEG. **Mercado segurador Brasileiro resultados e perspectivas 2017/2018. CNseg**,2018. Disponível em:

https://cnseg.org.br/data/files/9B/62/C7/C4/99D9A61069CEB5A63A8AA8A8/CNSeq_informeanual2018_281218_ab.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

CNSEG. **Setor Segurado mantém patamar elevado de arrecadação.**

CNseg,2020. Disponível em: <https://cnseg.org.br/noticias/setor-segurador-mantem-patamar-elevado-de-arrecadacao.html>. Acesso em: 05 out. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 26: Apresentação das demonstrações contábeis.** Brasília: CFC, 2017

Freire, N. **Organização e contabilidade de seguros.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1969.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª. Ed. São Paulo: Atlas. 2002.

História da contabilidade. **Wikipédia**, 2020. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_contabilidade/. Acesso em: 20 set. 2020.

IUDICIBUS, Sergio de. **Análise de Balanços.** 11ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MALACRIDA, Maria Jane; C. LIMA, Gerlando; COSTA, Jorge Andrade. **Contabilidade de Seguros.** 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** 12ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis.** 8ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços.** 12ª. Ed. São Paulo: Saraiva 2018.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis.** 5ª Ed. São Paulo: Atlas. 2019

SILVA, José Pereira da. **Análise financeiras das empresas.** 13ª Ed. São Paulo: Cenage.2017.

ANÁLISE DA CORRELAÇÃO ENTRE ENDIVIDAMENTO E SOLVÊNCIA DE UMA EMPRESA DE TECIDOS, VESTUÁRIOS E CALÇADOS COTADA NA BRASIL BOLSA BALCÃO (B3)

Kamila Emily da Silva Belizio Firmino¹
Darlan Oliveira Bezerra²

RESUMO:

Este estudo teve como objetivo analisar a correlação entre a composição do endividamento e a solvência de uma empresa de tecidos vestuários e calçados, tendo como objetivos específicos: encontrar os principais indicadores de endividamento; classificar a solvência de acordo com o termômetro de Kanitz; calcular e analisar a correlação entre composição do endividamento e fator de insolvência de acordo com o coeficiente de correlação de Pearson. A metodologia adotada foi um estudo de caso descritivo e exploratório com abordagem qualitativa e quantitativa. No Endividamento Geral verificou-se que em todos os anos analisados mais da metade do ativo era composto por capital de terceiros. Composição do Endividamento, mais da metade das obrigações com terceiros se concentrava no Passivo Circulante. Na Proporção do Exigível a Longo Prazo sobre o Patrimônio Líquido, apenas em 2016 o Exigível a Longo Prazo foi maior que o Patrimônio Líquido. A empresa se mostrou solvente em todos os anos analisados. O r de Pearson apresentou resultado negativo nas três comparações, entre o Fator de Insolvência e o Endividamento Geral, Composição do Endividamento e o Passivo Não Circulante sobre Patrimônio Líquido, indicando que a relação entre as variáveis é inversa, ou seja, a tendência geral é que o aumento de uma variável resulta na diminuição da outra.

Palavras-chaves: Endividamento. Solvência. Coeficiente de Correlação de Pearson.

ABSTRACT:

This study aimed to analyze the correlation between the debt composition and the solvency of a clothing and footwear company, having as specific objectives: to find the main debt indicators; classify solvency according to the Kanitz thermometer; calculate and analyze the correlation between debt composition and insolvency factor according to Pearson's correlation coefficient. The methodology adopted was a descriptive and exploratory case study with a qualitative and quantitative approach. In General Debt it was found that in all the years analyzed, more than half of the assets were composed of third party capital. Debt composition, more than half of the obligations with third parties were concentrated in Current Liabilities. In the proportion of long-term liabilities to shareholders' equity, only in 2016 did long-term liabilities be greater than shareholders' equity. The company proved to be solvent in all the years

¹ Graduando do Curso de Ciências Contábeis na UNIESP Centro Universitário. E-mail: kamila-emily@hotmail.com.

² Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Especialização em Auditoria Contábil-Fiscal pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP – Atual UNIESP Centro Universitário), Docente do Curso de Ciências Contábeis e Gestão Financeira do UNIESP Centro Universitário. E-mail: darlanbezerra@hotmail.com.

analyzed. Pearson's r showed a negative result in the three comparisons, between the Insolvency Factor and the General Indebtedness, Debt Composition and the Non-Current Liabilities on Equity, indicating that the relationship between the variables is inverse, that is, the general trend is that increasing one variable results in decreasing the other.

Keywords: Indebtedness. Solvency. Pearson's Correlation Coefficient.

1 INTRODUÇÃO

A composição dos recursos que financiam a capacidade operacional de uma empresa pode variar de acordo com fatores como o ramo de atuação, porte, finalidade ou modalidade de gerenciamento. Os ativos são formados pelo capital próprio, que são os recursos integralizados pelos sócios, e capital de terceiros como fornecedores e credores.

A proporção entre os capitais próprios e de terceiros segue as necessidades da empresa, não havendo uma fórmula perfeita para que se alcance resultados satisfatórios. Há autores como Bressan et al. (2009) que defendem uma proporção maior de capital próprio por ser menos oneroso, o que não significa que se ocorrer de forma diversa seja um erro.

Do outro lado dos olhares sobre o endividamento está a solvência, fator importante para a imagem da empresa e para a confiança dos sócios e investidores. A solvência consiste na capacidade que a empresa possui para honrar seus compromissos (MENEZES; MELO, 2017).

Ao mesmo tempo em que a gestão empresarial busca uma composição eficiente para seu endividamento, há também uma atenção voltada para a solvência, para que não haja interferência negativa do primeiro em relação ao segundo. Porém, a realidade do mercado não permite haja certezas em relação ao estado operacional, o que pode provocar situações que diferem do cenário tido como o ideal pela gestão.

Partindo deste contexto: **Qual a relação entre a composição do endividamento e a solvência de uma empresa de tecidos, vestuários e calçados?**

O objetivo geral deste estudo é analisar a correlação entre a composição do endividamento e a solvência de uma empresa de tecidos vestuários e calçados, tendo como objetivos específicos: encontrar os principais indicadores de

endividamento; classificar a solvência de acordo com o termômetro de Kanitz; calcular e analisar a correlação entre composição do endividamento e fator de insolvência de acordo com o coeficiente de correlação de *Pearson*.

Analisar estas variáveis é importante como ferramenta de gestão empresarial assim como para análise da empresa como usuário da informação contábil, encontra-se relevância também para a produção científica das Ciências Contábeis, mostrando que em conjunto com métodos estatísticos é possível criar mecanismos de análise.

A metodologia adotada é um estudo de caso descritivo e exploratório com abordagem qualitativa e quantitativa.

A fundamentação teórica parte da literatura sobre endividamento, em seguida caminha pela liquidez e solvência criando uma linha de raciocínio para apresentação dos modelos de insolvência, culminando na evidenciação de estudos anteriores sobre esta temática.

A estrutura está dividida em Introdução, Fundamentação Teórica, Metodologia, resultados e Considerações Finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ENDIVIDAMENTO

O endividamento é algo necessário para a continuidade da empresa, uma vez que é a origem do capital que será investido em ativos, dos quais serão extraídos os resultados futuros. De acordo com Azzolin (2012), as entidades necessitam, continuamente, de recursos para serem aplicados na atividade, buscando alcançar seus objetivos.

Ainda segundo Azzolin (2012, p. 43), estes recursos podem ser oriundos de fontes internas e externas:

As fontes internas correspondem ao capital dos proprietários e são denominadas de *capital próprio*. As fontes externas são os recursos provenientes de terceiros, entre os quais os das instituições financeiras, dos fornecedores de materiais e serviços e os das entidades públicas credoras de impostos, taxas e contribuições. Para Ludícibus (1998, p. 38), existem quatro conceitos de capital na contabilidade:

capital nominal: e o investimento inicial realizado pelos sócios;

capital próprio: corresponde ao conceito de patrimônio líquido e abrange o capital nominal mais os lucros;
capital de terceiros: corresponde aos investimentos feitos na empresa com recursos provenientes de terceiros;
capital total à disposição da empresa: e o conjunto de valores da empresa, disponíveis em dado momento.

Assim, pode-se notar que a palavra “endividamento”, mesmo soando como algo negativo, trata-se na verdade de origem de capital, a classificação de “bom” ou “ruim” depende de vários fatores incorporados à forma como esse capital é adquirido e gerido.

2.1.1 Indicadores de Endividamento

Para analisar o endividamento de uma empresa, seja como usuário interno ou externo, é preciso utilizar vários indicadores em conjunto para poder definir se a empresa está com uma boa gestão nessa vertente (usuário/investidor) ou se a gestão do endividamento está sendo eficiente (usuário interno).

Nascimento (2019) afirma que os indicadores de endividamento visam quantificar e qualificar o total de capital de terceiros, tanto em relação ao Ativo, Patrimônio Líquido quanto sobre o próprio Passivo (Circulante e não Circulante). Assim, os índices encontrados mostram se a gestão do endividamento está saudável no tocante à continuidade da empresa.

Observam-se como as duas colunas do endividamento a quantidade da dívida e a qualidade da dívida, em torno das quais se estruturam os indicadores de endividamento. Para Marion (2012, apud NASCIMENTO, 2019), a quantidade da dívida se refere à proporção do capital de terceiros sobre o capital próprio, ou seja, se ela capta mais recursos dentro da empresa (com os sócios) ou fora dela (fornecedores e credores). A qualidade, por sua vez, está relacionada a distribuição da dívida dentro do exigível, mais especificamente se a concentração da dívida com terceiros está mais no curto ou no longo prazo. A classificação da quantidade e qualidade da dívida está ilustrada na Figura 1:

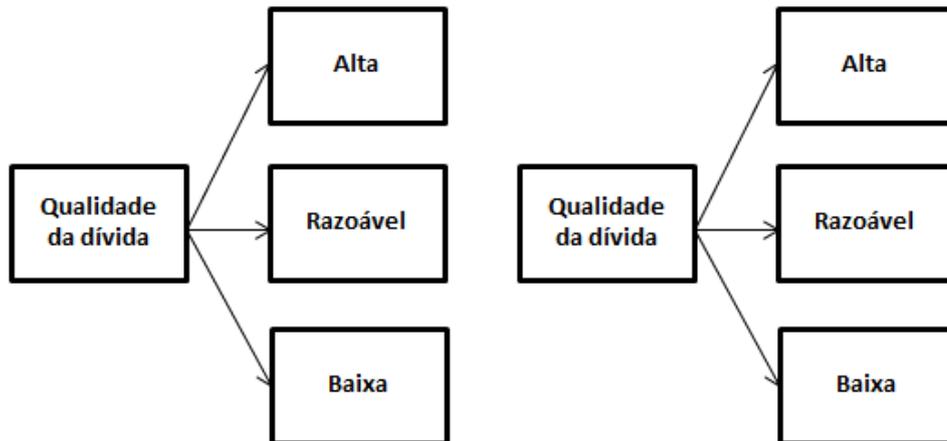


Figura 1: Classificação do endividamento

Fonte: (MARION, 2012).

Os principais indicadores de endividamento segundo a ótica de Marion (2012) são: Participação do capital de terceiros sobre recursos totais; Garantia do capital próprio ao capital de terceiros; e composição do endividamento. Em termos de nomenclatura, pode-se chamar primeiro indicador de Endividamento Geral. Pode-se acrescentar ainda outro indicador, Proporção do Exigível a Longo Prazo sobre Patrimônio Líquido que é uma variante do indicador garantia de capital próprio ao de terceiros.

As fórmulas para encontrar estes indicadores são as seguintes (MARION, 2012; Souza, 2015):

$$EG = (PC + PNC)/AT$$

$$CE = PC/(PC + PNC)$$

$$GCPCT = PL/(PC + PNC)$$

$$PNC \text{ s/ } PL = PNC/PL$$

Em que:

AT = Ativo Total

CE = Composição do Endividamento

EG = Endividamento Geral

GCPCT = Garantia do capital próprio ao capital de terceiros

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante (Exigível a Longo Prazo)

PL = Patrimônio Líquido

A partir desses indicadores é possível traçar o perfil do endividamento da empresa, mas para classificar como eficiente ou não é preciso fazer a comparabilidade com outras variáveis como liquidez ou rentabilidade, por exemplo.

2.1.2 Liquidez e solvência

De acordo com a autores como Marion (2012), Azzolin (2012) e Souza (2015), liquidez é capacidade de conversibilidade de um ativo em dinheiro. Dessa forma, dentro do ativo há itens com maior e menor liquidez, culminando em indicadores diferentes para mensurar cada situação.

Índices de liquidez são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato (MARION, 2012, p. 75).

Seguem os indicadores de liquidez de acordo com Marion (2012) e Souza (2012):

- Liquidez Corrente: evidencia a capacidade da empresa pagar suas dívidas no curto prazo:

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- Liquidez Seca: indica o grau de liquidez da empresa desconsiderando os estoques, simulando um cenário em que houvesse paralisação nas vendas ou estoque obsoleto:

$$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- Liquidez Geral: demonstra a capacidade de pagamento em longo prazo, levando em conta tudo que será convertido em dinheiro (curto prazo + longo prazo):

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

- Liquidez Imediata: indica a disponibilidade imediata para saldar as dívidas de curto prazo:

$$\frac{\text{Ativo Circulante Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Estes indicadores são importantes para a análise da empresa, pois, pois refletem diretamente na visão do investidor/fornecedor/credor. Uma empresa com boa liquidez tende a ter mais facilidade na captação de recursos para sua operacionalização, podendo refletir em diminuição de custos, maior prazo para exigibilidades, maior remuneração (rentabilidade), entre outros benefícios.

2.2 SOLVÊNCIA

Oliveira (2010) conceitua solvência como capacidade ou não de honrar compromissos com credores a curto e longo prazo e manter-se operacional sem dificuldades financeiras. Assemelha-se a liquidez, porém a solvência é mais abrangente, não é apenas uma conversão de ativos em dinheiro e sim um fator determinante de uma situação da empresa seja benéfica ou não (insolvência).

Para classificar a empresa como solvente ou insolvente são utilizadas ferramentas dentre as quais estão os indicadores de liquidez mencionados na seção anterior. Buscando uma forma de fazer essa classificação ou previsão, vários autores desenvolveram mecanismos de previsão de insolvência, uma fórmula matemática que indica a tendência da empresa para a solvência ou não, baseando-se nos indicadores financeiros de liquidez associados a coeficientes pré-definidos. A seguir serão apresentados os modelos de previsão de insolvência desenvolvidos por Elizabetsky (1976), Matias (1976) e Kanitz (1978).

2.2.1 Modelo de Elizabetsky

O modelo de Roberto Elizabetsky (1976) teve origem na preocupação que ele sentiu no tocante à aprovação do crédito pelas instituições de crédito, o modelo visava a maturação de um indicador de falência tendo como base estatística discriminante (RABELLO, 2010). De acordo com Silva (2008), Elizabetsky tomou como amostra para seu trabalho 373 empresas do ramo industrial do setor de confecções.

De acordo com Rabello (2012, p. 46).

O autor iniciou seu trabalho com 60 índices, tendo usado um processo de análise de correlação entre grupos de índices, com o objetivo de reduzir a quantidade de variáveis. Observando a matriz de correlação das variáveis, sucessivamente, Elizabetsky foi excluindo aquelas que afetariam o processo de regressão, chegando a um número de 38 variáveis, com as quais realizou a regressão multilinear.

Depois dos ajustes feitos em sua base de cálculo, Elizabetsky fixou a seguinte fórmula (SILVA, 2018, p. 17):

$$Z = 1,93X32 - 0,20X33 + 1,02X35 + 1,33X36 - 1,12X37$$

Em que:

Z = total ou escore de pontos obtidos

X32 = Lucro Líquido / Vendas

X33 = Disponível / Ativo Permanente

X35 = Contas a Receber / Ativo Total

X36 = Estoque / Ativo Total

X37 = Passivo Circulante / Ativo Total

Queiroz et al. (2007) afirma que o ponto central é 0,5, ou seja, se aproximado ou igual a 0,5 a empresa está tendendo à insolvência. Dessa forma, quanto mais distante de 0,5, menor seria possibilidade da empresa se tornar insolvente.

2.2.2 Modelo de Matias

O estudo de Alberto Borges Matias (1978) intitulado “Contribuição às técnicas de análise financeira: um modelo de concessão de crédito” teve como objetivo desenvolver um instrumento de aperfeiçoamento da análise de crédito convencional, utilizando, para isso, um modelo matemático facilitador, dando agilidade e eficiência às avaliações (RABELLO, 2010).

De acordo com Matias (1978) das 50 empresas solventes 44 foram classificadas corretamente, 1 incorretamente e 5 na região de dúvida; das 50 insolventes, 45 foram classificadas corretamente, 2 incorretamente e 3 na região de dúvida. Através da tabela de distribuição normal, totalizou-se uma margem de erro de 3,28% (RABELLO, 2010, p. 48).

A fórmula desenvolvida por Matias (1978) segue abaixo (SILVA, 2018, p. 18):

$$Z = 23,792X1 - 8,260X2 - 8,868X3 - 0,764X4 - 0,535 X5 + 9,912X6$$

Em que:

Z = Índice de Solvência X1 = Patrimônio Líquido / Ativo Total

X2 = Financiamento e Empréstimos Bancários de Curto Prazo / Ativo Circulante

X3 = Fornecedores / Ativo Total

X4 = Ativo Circulante / Passivo Circulante

X5 = Lucro Operacional / Lucro Bruto

X6 = Disponibilidades / Ativo Total

O valor determinante para insolvência é 0 (zero), obtendo 0 (zero) considera-se a empresa como insolvente (BRANDÃO; ROZO, 2004). Dessa forma conclui-se que quanto mais afastado de 0 (zero) maior é a tendência para a solvência.

2.2.3 Modelo de Kanitz

De acordo com Aranha e Lins Filho (2005), o estudo de Kanitz fez análise das demonstrações contábeis de cerca de 5.000 (cinco mil) empresas brasileiras selecionando de forma aleatória 42 empresas após essa análise. Ele separou essas

empresas em dois grupos, o primeiro composto pelas que entraram em falência entre 1972 e 1974, e o segundo denominado “grupo de controle”, com empresas que manteriam a continuidade.

A fórmula do modelo de Kanitz, de acordo com Silva (2018, p. 19-20) é a seguinte:

$$F1 = 0,05x1 + 1,65 X2 + 3,55 X3 - 1,06X4 - 0,33X5$$

Em que:

F1 = Fator de Insolvência = Total de Pontos obtidos

X1 = Lucro Líquido / Patrimônio Líquido

X2 = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Exigível Total

X3 = Ativo Circulante – Estoques / Passivo Circulante

X4 = Ativo Circulante / Patrimônio Líquido

X5 = Exigível Total / Patrimônio Líquido

O fator de insolvência é utilizado para classificar a empresa dentro do “Termômetro de Kanitz” que mede o grau de solvência ou não da empresa. O termômetro de Kanitz está representado na Figura 2:



Figura 2: Termômetro de Kanitz

Fonte: (KASSAI; KASSAI, 1998 apud SILVA, 2017, p. 20).

Queiroz et al. (2007, p. 7) explica que “a empresa estará insolvente se F1 for inferior a - 3: a sua classificação estará indefinida entre - 3 e 0 e acima de 0 estará na faixa de solvência”. Aranha e Lins Filho (2005 apud SILVA 2017, p. 21), complementam a interpretação do termômetro ao afirmarem que:

os valores inferiores a (-) 3 sugerem situação próxima da falência; valores superiores a 0, indicam probabilidades menores de falência; valores entre 0 e (-) 3, sugerem uma região de dúvida, onde o fator de insolvência não é suficiente para determinar a situação da empresa, essa região é denominada de “penumbra”

Nota-se que o modelo de Kanitz utiliza em sua base indicadores de liquidez, confirmando uma relação direta entre liquidez e solvência.

2.3 PESQUISAS CORRELATAS

Estudos sobre endividamento e solvência permeiam a produção científica, dos quais pode-se mencionar Motta, Coelho e Holanda (2014), Colussi e Orth (2016), Silva (2018) e Nascimento (2019).

Autores	Objetivos	Resultados
Motta, Coelho e Holanda (2014)	Reinterpretar um fato consolidado na literatura de estrutura de capital em que as empresas, por decisões baseadas em estrutura ótima de capital, deveriam obter financiamento através dos próprios recursos internos.	Os resultados apontaram a rejeição da hipótese, de vez que os coeficientes situaram-se em torno de 26%, indicando que, em média, apenas esta parcela do déficit financeiro é financiada por dívida; já controladas mudanças temporais e setoriais. Infere-se que a seleção da estrutura de capital pelos gestores das empresas da amostra não é feita preferencialmente como indicado pela teoria de minimização de custos de assimetria informacional.
Colussi e Orth (2016)	Evidenciar o comportamento da Estrutura de Capital e a composição do Passivo das empresas nos anos 2014 e 2015.	Houve um crescimento do endividamento de curto prazo. A estrutura de capital média das empresas estudadas revelou que o financiamento com capital de terceiros passou de 34,7% para 39,3% e com capital próprio passou de 65,3% para 60,7% no período analisado. A análise setorial permitiu evidenciar que, embora o endividamento médio tenha aumentado, alguns setores não acompanham esta tendência.
Silva (2018)	Verificar o nível de solvência das empresas de saúde cotadas na BM&FBOVESPA.	Nos anos 2013, 2014 e 2017 todas as nove empresas analisadas figuraram na região verde, denominada de região de solvência. Nos anos 2015 e 2016 a empresa Brasil Pharma esteve na região cinza, denominada penumbra, sendo a única empresa a figurar nessa região. Nenhuma empresa figurou na região vermelha (insolvência) no intervalo estudado.
Nascimento (2019)	Analisar a influência da qualidade do endividamento na solvência de telecomunicações com ações cotadas na Brasil Bolsa Balcão (B3)	A correlação entre o Fator de Insolvência e o Endividamento Geral foi de 0,85, o que significa uma correlação positiva forte. A correlação entre Fator de Insolvência e Composição do Endividamento mostrou que há forte correlação negativa, indicando que uma variável influencia na outra negativamente. A correlação entre o Fator de Insolvência e Passivo Não Circulante sobre Patrimônio Líquido apresentou correlação positiva muito forte.

Quadro 1: Estudos Anteriores

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

3 METODOLOGIA

Este estudo tem como finalidade analisar a correlação entre a composição do endividamento e a solvência de uma empresa de tecidos, vestuário e calçados cotada na B3. Trata-se de um estudo exploratório, pois têm como finalidade desenvolver, esclarecer transformar conceitos e ideias, culminando na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos futuros (GIL, 2019), estudo de caso com a empresa CeA Modas S.A. de abordagem qualitativa e quantitativa.

Para cálculo dos indicadores de endividamento e liquidez foram utilizadas as Demonstrações Financeiras publicadas na central de resultados da CeA Modas S.A., os dados foram agrupados em planilhas eletrônicas. Para este estudo foi determinado o intervalo de 2016 a 2019, tendo em vista que foram os anos consolidados aos quais foi possível obter acesso.

Após calcular os indicadores, foi encontrado o fator de insolvência de *Kanitz* correspondente a cada ano, a partir disso seguiu-se para a etapa de encontrar o *r* de *Pearson* tendo como variáveis os indicadores de endividamento e o fator de insolvência. A escolha do fator de insolvência de *Kanitz* foi determinada pelo fato deste estudo seguir uma metodologia adotada por Nascimento (2019), onde a autora justifica que, além de existirem pesquisas anteriores utilizando este fator, existe um “termômetro” (de *Kanitz*) que permite uma visualização mais clara da situação da (in)solvência da empresa.

Seguindo pela metodologia adotada pela autora anteriormente citada, foram utilizados três indicadores de endividamento: Endividamento Geral; Composição do Endividamento; e Proporção do Exigível a Longo Prazo sobre Patrimônio Líquido (PL), seguindo as fórmulas abaixo (MARION, 2012 apud NASCIMENTO, 2019, p. 11):

$$EG = (PC + PNC)/AT$$

$$CE = PC/(PC + PNC)$$

$$PNC \text{ s/ PL} = PNC/PL$$

Em que:

AT = Ativo Total

CE = Composição do Endividamento

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante (Exigível a Longo Prazo)

PL = Patrimônio Líquido

O modelo proposto por *Kanitz* (1978 apud FERREIRA, 2015) utiliza a fórmula que segue (QUEIROZ et al., 2007):

$$F1 = 0,05x1 + 1,65 X2 + 3,55 X3 - 1,06X4 - 0,33X5$$

Em que:

F1 = Fator de Insolvência = Total de Pontos obtidos

X1 = Lucro Líquido / Patrimônio Líquido

X2 = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Exigível Total

X3 = Ativo Circulante – Estoques / Passivo Circulante

X4 = Ativo Circulante / Patrimônio Líquido

X5 = Exigível Total / Patrimônio Líquido

Nesse modelo de previsão de insolvência, quando F1 for menor que (-) 3 a situação caracteriza insolvência, se estiver no intervalo entre (-) 3 e 0 (zero) a situação é indefinida e valores acima de 0 indicam solvência (QUEIROZ et al., 2007).

Se o resultado obtido for entre -7 e -3 a empresa está Insolvente, correndo grave risco de falência, se o valor encontrado variar entre -2 e 0 a empresa se encontra em uma situação estável em uma posição denominada de Penumbra, nessa situação a empresa tem que ficar em alerta para seu Grau de Insolvência. Porém se o resultado encontrado for entre 1 e 7 a empresa se encontra em situação de Solvência econômica (FERREIRA, 2015, p. 8).

No tocante ao coeficiente de correlação de *Pearson*, utilizado para identificar o nível da correlação entre as variáveis, é encontrado por meio da fórmula:

$$r = \frac{1}{n-1} \sum \left(\frac{x_i - \bar{X}}{s_x} \right) \left(\frac{y_i - \bar{Y}}{s_y} \right)$$

Figura 3 – Fórmula do Coeficiente de Correlação de Pearson

Fonte: (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009 apud NASCIMENTO, 2019, p. 13).

O coeficiente de correlação *Pearson* (r) varia de -1 a 1 onde o sinal indica direção positiva ou negativa da relação e o valor alude a força da relação entre as variantes, considerando que a correlação perfeita (-1 ou 1) indica que o escore de uma variável pode ser determinado exatamente ao se conhecer o escore da outra e uma correlação de valor zero, porém, indica que não há relação linear entre as variáveis (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009).

Para Dancey e Reidy (2005 apud QUEIROZ; FERREIRA; MACEDO, 2014, p. 119)) classificam a força da correlação da seguinte forma: “ $r = 0,10$ até $0,30$ (fraco); $r = 0,40$ até $0,6$ (moderado); $r = 0,70$ até 1 (forte)”. Para este estudo foi utilizada esta classificação.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

A primeira etapa consistiu no cálculo dos indicadores de endividamento, onde podem ser verificadas informações importantes no que se refere a proporção das origens de capital da empresa, conforme mostra o Quadro 1:

Índice	2016	2017	2018	2019
Endividamento Geral	0,77	0,70	0,68	0,55
Composição do Endividamento	0,62	0,85	0,74	0,53
Proporção do Exigível a longo prazo sobre Patrimônio Líquido	1,28	0,36	0,55	0,56

Quadro 1 – Índices de Endividamento

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

De acordo com Marion (2019) O indicador Endividamento Geral representa quanto do ativo da empresa tem origem em capital de terceiros. Neste quesito, observa-se que no ano de 2016 para cada R\$ 1,00 de ativo R\$ 0,77 tinha origem em

capital de terceiros, o que pode ser entendido como 77% do ativo da empresa era oriundo de credores/fornecedores. No ano seguinte, em 2017, o indicador teve uma leve diminuição para 0,70, mantendo-se ainda numa proporção de 70% de capital de terceiros financiando o ativo. Em 2018 o indicador reduziu sutilmente para 0,68, chegando ao seu menor patamar em 2019, quando o indicador foi de 0,55, ou seja, pouco mais da metade do ativo era financiado por capital de terceiros.

O indicador Composição do Endividamento revela como estão alocadas as obrigações nos passivos circulante e não circulante, sabendo assim se a empresa concentra mais as obrigações em curto ou longo prazo. De forma geral, a Tabela 1 mostra que em todos os anos analisados as dívidas de curto prazo tinham proporção maior dentro do passivo, o que para Marion (2019) pode ser desfavorável dada a sua rápida exigibilidade. É importante observar que em 2017 o indicador foi de 0,85, ou seja, 85% das obrigações para com terceiros estava concentrada no passivo circulante. Em 2019 o indicador apresentou o menor valor, aproximando-se de 0,50.

O indicador Proporção do Exigível a Longo Prazo sobre o Patrimônio Líquido compara o valor das obrigações de longo prazo com o capital próprio da empresa. Nos anos de 2016 e 2017 houve a maior variação, em 2016 o exigível a longo prazo representava 128% do Patrimônio Líquido e em 2017 esse percentual caiu para 36%, nos anos seguintes, 2018 e 2019, o indicador foi de 0,55 e 0,56 respectivamente. Os indicadores de forma isolados apresentam elementos importantes, porém para tomada de decisão e análise da empresa é necessário que a avaliação englobe outros indicadores, de forma que não se tenha a ideia equivocada que um alto endividamento significa algo ruim, por exemplo.

Após a identificação dos indicadores de endividamento, foi calculado o fator de insolvência de Kanitz e a respectiva classificação da empresa de acordo com o Termômetro de Kanitz. Abaixo, no Quadro 2, a classificação da empresa em cada ano é representada pela cor em que localiza no termômetro.

Anos	2016	2017	2018	2019
Fator de Insolvência de Kanitz	1,52	2,22	3,11	5,25

Quadro 2 – Fator de Insolvência de Kanitz

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Nos anos analisados, o fator de insolvência foi positivo, indicando que a CeA Modas S.A. está classificada como solvente, alocada na região verde do termômetro. A região de solvência abrange os fatores de insolvência de 0 (zero) até 7 (sete), neste caso o ano com menor fator foi 2016 (1,52) e o maior foi em 2019 (5,25).

A etapa final deste estudo consistiu em analisar o coeficiente de correlação de *Pearson* tendo como variáveis cada indicador de endividamento calculado anteriormente e o fator de insolvência de Kanitz, dessa forma é possível verificar se há correlação entre a forma como é constituído o endividamento e a solvência da empresa.

No Quadro 3 abaixo está demonstrada a correlação entre o Fator de Insolvência e o indicador de Endividamento Geral.

Anos	2016	2017	2018	2019	<i>Pearson (r)</i>
Endividamento Geral	0,77	0,70	0,68	0,55	-0,99
Fator de Insolvência de Kanitz	1,52	2,22	3,11	5,25	

Quadro 3 – Correlação entre Fator de Insolvência e Endividamento Geral

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Nota-se que a correlação entre o Endividamento Geral e o Fator de Insolvência negativa e forte, -0,99, indicando que quando uma variável aumenta a outra diminui. Isso ocorre devido aos altos indicadores de Endividamento Geral que ficaram numa média de aproximadamente 70%, como o Fator de Insolvência utiliza indicadores de liquidez em sua composição, a concentração em proporção no capital de terceiros tende a influenciar negativamente a solvência.

Visualmente é possível identificar que quando o indicador de Endividamento Geral diminui o Fator de insolvência aumenta. É importante verificar que nos anos estudados o Endividamento Geral está decrescendo, enquanto, conseqüentemente, o Fator de Insolvência está em uma crescente.

O Quadro 4 demonstra o coeficiente de correlação entre a Composição do endividamento e o Fator de Insolvência.

Anos	2016	2017	2018	2019	Pearson (r)
Composição do Endividamento	0,62	0,85	0,74	0,53	-0,56
Fator de Insolvência de Kanitz	1,52	2,22	3,11	5,25	

Quadro 4 – Correlação entre Fator de Insolvência e Composição do Endividamento

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Mais uma vez o coeficiente de correlação foi negativo, -0,56, porém de força moderada, ou seja, não há uma relação onde um indicador aumenta e um diminui, o que acontece um indicativo deste comportamento nas variáveis, em algum momento a relação aumento e diminuição pode não ser acentuada ou até ser inversa.

Mesmo com o indicador Composição do Endividamento evidenciando que há uma concentração maior de obrigações no Passivo Circulante, o comportamento do Fator de Insolvência não indicou acentuação na inversão e quando observados os anos de 2016 e 2017, nota-se que o indicador de endividamento aumentou e o Fator de Insolvência também aumentou, não necessariamente na mesma proporção, mas isso demonstra que a força da correlação não é forte.

Anos	2016	2017	2018	2019	Pearson (r)
Proporção do Exigível a longo prazo sobre Patrimônio Líquido	1,28	0,36	0,55	0,56	-0,46
Fator de Insolvência de Kanitz	1,52	2,22	3,11	5,25	

Quadro 5 – Correlação entre Fator de Insolvência e Passivo Não Circulante sobre Patrimônio Líquido

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Em relação ao indicador Proporção do Exigível a Longo Prazo sobre Patrimônio Líquido, conforme mostra o Quadro 5, o coeficiente de correlação com o Fator de Insolvência mais uma vez foi negativo e a força aproximou-se do limite mínimo de moderada (-0,46).

De forma similar o exposto anteriormente com o indicador Composição do Endividamento, não há acentuação na relação aumento e diminuição dos índices, isso significa que este indicador de endividamento não possui correlação forte com a

solvência da empresa, porém há correlação moderada que pode ser importante em uma análise mais aprofundada.

Após o exposto, pode-se afirmar que CeA Modas S.A. é uma empresa solvente e que dos indicadores de endividamento analisados 1 (um) tem forte correlação negativa e os outros 2 (dois) apresentaram correlação negativa moderada.

A classificação como solvente é oriunda do Fator de Insolvência que em todos os anos estudados foi positivo, ficando na região verde do Termômetro de Kanitz (região de solvência). O *r* de *Pearson* foi negativo nas três comparações, indicando inversão na variação, ou seja, a tendência geral é que o aumento no Fator de Insolvência culmine na diminuição dos indicadores de endividamento e vice-versa.

Este estudo de caso apresenta resultados referentes a empresa CeA Modas S.A. os quais podem variar ao serem aplicados a outra empresa mesmo que do mesmo segmento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada empresa possui sua linha de gestão, sob esta ótica observa-se que a composição dos ativos, no que se refere a origem dos recursos pode variar muito a depender do ramo de atuação, porte da empresa ou política de gestão empresarial. Neste estudo, o objetivo foi analisar a correlação entre a composição do endividamento e a solvência de uma empresa de tecidos vestuários e calçados cotados na B3 utilizando como variáveis três indicadores de endividamento e o fator de insolvência do modelo de previsão de insolvência de Kanitz.

Inicialmente foram calculados os principais indicadores de endividamento: Endividamento Geral; Composição do Endividamento; e Proporção do Exigível a Longo Prazo sobre Patrimônio Líquido. No Endividamento Geral verificou-se que em todos os anos analisados mais da metade do ativo era composto por capital de terceiros, aproximando-se de 80% em 2016. Na Composição do Endividamento, mais da metade das obrigações com terceiros se concentrava no Passivo Circulante, chegando a 85% em 2017. Na Proporção do Exigível a Longo Prazo sobre o Patrimônio Líquido, apenas em 2016 o Exigível a Longo Prazo foi maior que o Patrimônio Líquido (28%), nos demais anos analisados representava, em média, metade do PL.

No que se refere à classificação de acordo com o Termômetro de Kanitz, a empresa se mostrou solvente em todos os anos analisados, ficando classificada na região verde do Termômetro. O ano de 2019 se destacou como o ano com maior fator de insolvência, 5,25, de uma escala que vai até 7.

O r de Pearson apresentou resultado negativo nas três comparações, indicando que a relação entre as variáveis é inversa, ou seja, a tendência geral é que o aumento de uma variável resulta na diminuição da outra. Com o r de -0,99, a correlação negativa entre Endividamento Geral e Fator de Insolvência foi quase perfeita (-1), neste quesito as variáveis se comportam sempre numa relação de “gangorra”.

Estes resultados mostram a análise da correlação entre a composição do endividamento e a solvência de uma empresa de tecidos vestuários e calçados, onde verificou-se que há correlação entre endividamento e solvência, que, neste caso, trata-se de correlação negativa, que foi o objetivo geral deste estudo.

Dado que existe correlação entre as variáveis deste estudo, a qual apresentou-se negativa, conclui-se que nos anos analisados na CeA Modas S.A. a composição do endividamento tem influência na solvência. Identificada e evidenciada esta relação, considera-se respondido o problema de pesquisa formulado neste estudo.

REFERÊNCIAS

AZZOLIN, José Laudelino. **Análise das demonstrações contábeis**. Curitiba: IESDE, Brasil, 2012.

ARANHA, J. A. M.; LINS FILHO, Oduvaldo da Silva. Modelos de previsão de insolvências: o termômetro de Kanitz na avaliação de empresas do setor de aviação comercial. In: Jornada Científica do Centro-Oeste de Economia e Administração, 5, 2005, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: UFMS, 2005.

BRANDÃO, C. T.; ROZO, José D. Coord: CORRAR, Luiz J. THEÓPHILO; Carlos R. **Pesquisa Operacional para Decisão em Contabilidade e Administração**. São Paulo: Atlas 2004.

BRESSAN, Valéria Gama Fully et al . Análise dos determinantes do endividamento das empresas de capital aberto do agronegócio brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília , v. 47, n. 1, p. 89-122, mar. 2009 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032009000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 jul. 2020.

COLUSSI, Leandro Pasa; ORTH, Caroline de Oliveira. Análise das características do endividamento das empresas do novo mercado. Universidade **Federal do Rio Grande do Sul**, Porto alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/168734/001022506.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 ago. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

KASSAI, J. R.; KASSAI, Silvia. **Desvendando o Termômetro de Insolvência de Kanitz**. In: ENANPAD, 1998. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/86533385/doo-Termometro-de-Kanitz>. Acesso em: 02 jul. 2020.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MENEZES, Garibaldi Oliveira de; MELO, Geilson Calyo Varela de. Análise de solvência da empresa Lojas Renner S/A utilizando o termômetro de Kanitz e os índices de liquidez tradicional. **Revista Conhecimento Contábil**, Mossoró, v. 4, n. 1, p. 01-22 Jan /Jun., 2017. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/ccontabil/article/view/2344>. Acesso em: 25 jul. 2020.

MOTA, A. F.; COELHO, A. C. D.; HOLANDA, A. P. **Opção Por Endividamento Na Estrutura De Capital: Evidências Em Firms Brasileiras**. Contextus, Fortaleza, p.138-165, jan. 2014. Quadrimestral. Disponível em: file:///C:/Users/Hailton/Downloads/Mota_Coelho_Holanda_2014_Opcao-por-endividamento-na-est_29933.pdf. Acesso em 15 jul. 2020

QUEIROZ, S. C. F.; SILVA, M. T. R.; FILHO, J. F. R.; LIBON, J. J. . A aplicação dos Modelos de Previsão de Falência em Postos de Combustíveis: Um Estudo Exploratório. In: Seminário UFPE de Ciências Contábeis, 1, UFPE, Pernambuco, 2007. **Anais...** UFPE, Pernambuco, 2007.

QUEIROZ, I. A. S.; FERREIRA, A. C. S.; MACEDO, M. A. S. Análise da Adequação dos Indicadores de Desempenho para Avaliação da Execução Orçamentária: Estudo do Caso das Organizações Militares Prestadoras de Serviços da Marinha do Brasil. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 45-53, set./dez. 2014. Disponível em: <http://peritocontador.com.br/wp-content/uploads/2015/03/Francisco-de-Assis-Miranda-Ferreira-Uma-Proposta-para-a-An%C3%A1lise-do-Grau-de-Insolv%C3%Aancia.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

REBELLO, Marcos Barbosa. **Modelos de previsão de insolvência: uma análise comparativa de seus resultados**. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93623/281895.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SILVA, Anna Caroline de Lima. **Um estudo sobre a solvência das empresas de Saúde negociadas no mercado acionário brasileiro cotadas na BM&FBOVESPA**. 2018. 47 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Departamento de Finanças e Contabilidade, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11968/1/ACLS09102018.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SILVA, Enéias Leonardo da. **Um estudo sobre a solvência das empresas de energia negociadas no mercado acionário brasileiro cotadas na BM&FBOVESPA**. 2017. 44 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Departamento de Finanças e Contabilidade, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SOUZA, Ailton Fernando de. **Análise financeira das demonstrações na prática**. Ribeirão Bonito: Trevisan, 2015.

FERREIRA, Francisco de Assis Miranda. Uma proposta para a análise do grau de insolvência, através do termômetro de Kanitz. **Universidade Federal do Pará**, Belém, 2015. Disponível em: <http://peritocontador.com.br/wp-content/uploads/2015/03/Francisco-de-Assis-Miranda-Ferreira-Uma-Proposta-para-a-An%C3%A1lise-do-Grau-de-Insolv%C3%Aancia.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

OLIVEIRA, A. A. et al. A análise das Demonstrações Contábeis e sua importância para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações. **Revista Eletrônica: Gestão e Negócios**, São Roque, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdfs/ricardo_alessandro.pdf. Acesso em: 03 ago. 2020.

FIGUEIREDO, Dalson Britto; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). *Revista Política Hoje*, Recife, v. 18, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/viewFile/3852/3156>. Acesso em: 27 jul. 2020.



ISBN 978-655825035-7

